UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

VIRGILIO ANTIQUEIRA

CADA NOME UMA HISTÓRIA: DOS NOMES GEOGRÁFICOS DE SÃO BERNARDO
DO CAMPO AOS NOMES DAS RUAS E VILAS DO BAIRRO DE RUDGE RAMOS

São Paulo

2011

VIRGILIO ANTIQUEIRA

CADA NOME UMA HISTÓRIA: DOS NOMES GEOGRÁFICOS DE SÃO BERNARDO
DO CAMPO AOS NOMES DAS RUAS E VILAS DO BAIRRO DE RUDGE RAMOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

São Paulo

2011

*A Silvia,
por tudo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à querida Prof.^a Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick pela simplicidade que lhe é inerente, pela disponibilidade em compartilhar o que sabe, pela paciência e por todas as demonstrações de carinho.

Um agradecimento sincero à Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Barbosa, pelos tão úteis ensinamentos e aos demais professores que comigo estiveram nesta caminhada.

Agradeço aos colegas de curso, que desde meu ingresso no curso de Toponímia Indígena, me incentivaram e buscaram ajudar-me em várias ocasiões.

Agradeço a toda minha família, em especial meus irmãos, minhas cunhadas, meus pais e minha sogra. Todos são especiais.

Agradeço especialmente a minha querida e amada esposa Silvia, que comprometeu muitos momentos de lazer para que este trabalho pudesse ser concluído.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Virgílio Antiqueira.

Cada Nome Uma História: dos Nomes Geográficos de São Bernardo do Campo aos Nomes das Ruas e Vilas do Bairro de Rudge Ramos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Aprovada em: _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

ANTIQUERA, V. **Cada Nome Uma História: dos Nomes Geográficos de São Bernardo do Campo aos Nomes das Ruas e Vilas do Bairro de Rudge Ramos**. 2010. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os topônimos referentes à hidrografia do município de São Bernardo do Campo e os referentes aos logradouros do bairro de Rudge Ramos, comparando-os, a fim de que através do nome se possa contar ou recontar diferentes aspectos da história local, considerando, para isso, fatores extralinguísticos presentes no ato da nomeação. Dentre estes aspectos está a observância de dois momentos distintos de nomeação: o primeiro, referente aos cursos d'água, em muitos momentos e juntamente com os principais caminhos e nomes de maior importância, mostra-se reflexo do ambiente físico ou social da época da nomeação; o segundo, acerca dos logradouros, se coloca como reflexo de um momento histórico mais recente, pós-imigração. Diante disso, consegue-se verificar que a ocupação do bairro pelos imigrantes, em especial de origem italiana, favoreceu a motivação toponímica. O desmembramento de antigas chácaras e sítios em loteamentos fez com que nos nomes estivessem refletidos os antropônimos dos proprietários. Na perspectiva de verificar dois momentos de nomeação, os nomes de origem indígena presentes no bairro de Rudge Ramos, traduzidos e catalogados em fichas lexicográfico-toponímicas, demonstram-se desvinculados do ambiente físico motivador. Por isso, verifica-se que são esses nomes indígenas, aqui caracterizados como formadores de um núcleo toponímico, resultado de um modismo. Os demais nomes indígenas, dos cursos d'água, relacionam-se com o ambiente que os motivou, não sendo, por isso, nomes transplantados. São, na verdade, nomes espontâneos e originais da região. A realidade toponímica da região mostra outros núcleos toponímicos. Está demonstrada, com a alta frequência de topônimos de natureza antro-po-cultural no bairro e baixa frequência nos cursos d'água, a realidade de nomear os loteamentos com homenagens. Os cursos d'água, cujas nomeações são mais antigas, mostram aspectos históricos mais antigos da região, como a exploração do solo e da madeira. Além disso, este trabalho inscreve-se na linha metodológica de pesquisa do projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo) e em sua variação do Atlas das Cidades, considerando, além da organização dos topônimos em Fichas, a verificação da motivação toponímica dos nomes.

Palavras-chave: Cursos D'Água de São Bernardo do Campo; Rudge Ramos; Motivação Toponímica, Antropotopônimos, Toponímia.

ANTIQUERA, V. **Cada Nome Uma História: dos Nomes Geográficos de São Bernardo do Campo aos Nomes das Ruas e Vilas do Bairro de Rudge Ramos**. 2010. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyse the toponimies related to the hidrografy of São Bernardo do Campo town and the ones related to place names of Rudge Ramos district, comparing them, in order to, through the name we can tell or retell different aspects of local history, considering, to do that, extralinguistics factories present in the designated act. Among these aspects, there is the observation of the two distinct moments of denomination: the first, related to the rivers, in many moments and together with the main paths and more important names, show reflexies of the phisic or social environment of the nomination period of time; the second, related to the Rudge Ramos place names, put itself as a reflex of a history moment more recent, post immigration. In face of this, we can verify that the occupation of the district by the immigrants, especial the ones from Italy, supported the toponimic motivation. The separation of the old ranchs into division of the land into lots or parcels made the names of the owners had been reflected in the place names. In the perspective of verifying two moments of nomination, the names of brazilian indian origin presents in Rudge Ramos district, translated and catalogged in lexicografy-toponimic cards, show themselves without bonds considering the phisic environment motivator. Because of that, we verify that these indian names are, in this paper, characterized as formers of a toponimic core, a result of a manner. The other indian names, of the rivers, related themselves with the environment which motivated them, and because of that they are not transported names. They are, actually, spontaneouns names and originated in the area. The toponimic reality of the area shows others toponimic cores. It is demonstrated, with the high frequency of toponimies of cultural nature in the district and low frequency in the rivers, the reality of nominating the lots with homenages. The rivers, whose nominations are older, show historic aspects more antique, like the land and wood exploration. Besides that, this paper enrols in the methodologic research line of ATESP (Toponimic Atlas of São Paulo State) project and in the variation Atlas of the Cities, considering, apart from the organization of the toponimies into cards, the examination of the toponimic motivation of the names.

Key-Words: Rivers of São Bernardo do Campo; Rudge Ramos; Toponimic Motivation, Personal-Names-Related Toponimies; Toponymy.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de Topônimos por Taxionomia – Cursos D’água	123
Gráfico 2	Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Cursos D’água	123
Gráfico 3	Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Nomes de Origem Indígena de Rudge Ramos	130
Gráfico 4	Percentual de Topônimos por Taxionomia – Nomes de Origem Indígena de Rudge Ramos	130
Gráfico 5	Percentual de Topônimos por Taxionomia – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais	146
Gráfico 6	Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais	146
Gráfico 7	Percentual de Topônimos por Taxionomia – Praças e Largos	163
Gráfico 8	Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Praças e Largos	163
Gráfico 9	Percentual de Topônimos por Taxionomia – Ruas, Travessas e Avenidas	186
Gráfico 10	Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Ruas, Travessas e Avenidas	186
Gráfico 11	Percentual de Antropotopônimos – Origem dos Nomes	229
Gráfico 12	Quantidade de Antropotopônimos – Origem dos Nomes	229
Gráfico 13	Percentual de Topônimos por Taxionomia – Lista Geral	241
Gráfico 14	Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Lista Geral	242
Gráfico 15	Percentual de Topônimos por Natureza da Taxionomia – Lista Geral	243
Gráfico 16	Quantidade de Topônimos por Natureza da Taxionomia – Lista Geral	243

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Área dos Bairros em Km ²	21
Tabela 2	Resumo dos Termos Genéricos	74
Tabela 3	Distribuição das Linhas Coloniais e Atuais Localizações	107
Tabela 4	Quadro-Resumo dos Topônimos – Cursos D’água	121
Tabela 5	Taxionomias Toponímicas – Cursos D’água	122
Tabela 6	Topônimos de Origem Indígena de Rudge Ramos	127
Tabela 7	Quadro-Resumo dos Topônimos – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais	144
Tabela 8	Taxionomias Toponímicas – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais	145
Tabela 9	Quadro-Resumo dos Topônimos – Praças e Largos	161
Tabela 10	Taxionomias Toponímicas – Praças e Largos	162
Tabela 11	Quadro-Resumo dos Topônimos – Ruas, Travessas e Avenidas	175
Tabela 12	Taxionomias Toponímicas – Ruas, Travessas e Avenidas	185
Tabela 13	Antropotopônimos de Rudge Ramos – Origem Externa	226
Tabela 14	Antropotopônimos de Rudge Ramos – Origem Italiana	227
Tabela 15	Antropotopônimos de Rudge Ramos – Origem Local	228
Tabela 16	Quadro-Resumo dos Topônimos – Lista Geral	235

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1	Localização da Região Metropolitana de São Paulo	19
Mapa 2	Localização de São Bernardo do Campo no Grande ABC	20
Mapa 3	Divisão dos Bairros	22
Mapa 4	Hidrografia	24
Mapa 5	Núcleo Toponímico do <i>Parque Santo Antônio</i>	133
Mapa 6	Núcleo Toponímico da <i>Vila Mussolini</i>	133
Mapa 7	Núcleo Toponímico das vilas <i>Mariza</i> e <i>Tsukamoto</i>	134
Mapa 8	Bairro de Rudge Ramos	250
Mapa 9	Carta São Paulo do IBGE (1:50.000) MI-2793-2	251
Mapa 10	Carta São Paulo do IBGE (1:50.000) MI-2793-4	252
Mapa 11	Planta Geral da Cidade de São Paulo (1:20.000)	253
Mapa 12	Mappa das Estradas de Rodagem do Município de São Paulo (1:50.000)	254
Mapa 13	Planta do Núcleo Colonial de São Caetano – 1877	255
Mapa 14	Carta Geral do Estado de São Paulo (1:2.000.000)	256

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica de Dick	46
Figura 2	Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica Adaptada (em branco)	47
Figura 3	Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica Adaptada (preenchida)	48

LISTA DE SIGLAS

AC	Acidente Cultural
AF	Acidente Físico
AH	Aglomerado Humano
DC	<i>Dicionário Cartográfico</i>
DE	<i>Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa</i>
DH	<i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</i>
NAC	Natureza Antropo-Cultural
NF	Natureza Física
TC	Topônimo Composto
TE	Termo Específico
TG	Termo Genérico
TH	Topônimo Híbrido
TS	Topônimo Simples

SUMÁRIO

1 Introdução	14
2 Fundamentação Teórica	30
2.1 Metodologia	45
2.2 Terminologia Aplicada à Toponímia	50
2.2.1 Os Termos Genéricos	56
2.2.2 Termos Genéricos da Toponímia	57
2.2.2.1 Anel Viário	58
2.2.2.2 Avenida	59
2.2.2.3 Bairro	60
2.2.2.4 Cidade e Município	61
2.2.2.5 Conjunto Residencial	62
2.2.2.6 Córrego	63
2.2.2.7 Estrada	64
2.2.2.8 Jardim	65
2.2.2.9 Largo	66
2.2.2.10 Parque	67
2.2.2.11 Praça	67
2.2.2.12 Ribeirão	68
2.2.2.13 Rio	68
2.2.2.14 Rodovia	69
2.2.2.15 Rua	69
2.2.2.16 Travessa	70
2.2.2.17 Via	70
2.2.2.18 Viela	71
2.2.2.19 Vila	71
2.2.3 Glossário de Termos Genéricos da Toponímia	72
3 Aspectos Históricos do Município de São Bernardo do Campo: da antiga vila de João Ramalho à designação atual	76
4 Aspectos Históricos do Bairro Rudge Ramos: da paragem no Guapiú a Rudge Ramos	86
5 Análise do Corpus	96
5.1 Águas de São Bernardo	97
5.2 O Elemento Indígena: o espontâneo e o sistemático na toponímia	124
5.3 Núcleo Toponímico na Toponímia Urbana: dos nomes de origem indígena às homenagens	132
5.4 Vilas, Parques, Jardins e Conjuntos Residenciais	135
5.5 Praças e Largos	147
5.5.1 Praça Antônio Fernandes de Souza	148

5.5.2 Praça Antônio Morales	148
5.5.3 Praça Bruxelas	149
5.5.4 Largo da Capela	149
5.5.5 Praça Antônio Capassi	150
5.5.6 Praça Dona Nenê	151
5.5.7 Praça Giovani Batista Rubin	151
5.5.8 Praça Indu Rovai	152
5.5.9 Praça Itália	152
5.5.10 Praça Jaime Bitolo	153
5.5.11 Praça João Thesotto	154
5.5.12 Praça José Xavier Mol	154
5.5.13 Praça Londres	155
5.5.14 Praça dos Meninos	155
5.5.15 Praça Nilo Gomes de Lima	156
5.5.16 Praça Norberto Nicoletti Junior	157
5.5.17 Praça Olímpio Félix da Silva	157
5.5.18 Praça Pedro Martinelli	158
5.5.19 Praça Portugal	159
5.5.20 Praça República	159
5.5.21 Praça São João Batista	159
5.5.22 Praça Waldemar Fontes	160
5.6 Os Caminhos: da Anchieta às Lágrimas	165
5.7 As Ruas, Avenidas e Travessas	173
5.7.1 As Ruas, Avenidas e Travessas – Nomes de Natureza Física	187
5.7.2 As Ruas, Avenidas e Travessas – Nomes de Natureza Antropo-Cultural	189
5.7.3 Os Antropotopônimos	202
5.7.4 Os Antropotopônimos de Homenagens Externas	203
5.7.5 Os Antropotopônimos de Homenagens Locais	206
5.7.6 Os Antropotopônimos e o Elemento Histórico: os imigrantes italianos	213
6 Considerações Finais	230
Referências	244
Anexos	257

1 Introdução

A pesquisa nasceu como resultado de fatores de ordem interna e externa. A motivação externa é fruto de uma experiência muito agradável proporcionada face ao contato mais detido com os estudos das áreas de Semiótica e Linguística Geral, principalmente no que se refere à Toponímia, à Etnotoponímia e à Etnolinguística, e da área de História Social. Estes fizeram com que houvesse um olhar diferenciado para o que dava nome aos lugares e qual seria a relação entre a motivação do nome e os aspectos culturais de uma determinada região. É esta relação entre os aspectos culturais e a motivação um dos meios pelo qual o problema apontado nesta pesquisa pôde ser percebido. Um dos problemas em questão é saber se o estudo detalhado da motivação dos topônimos do bairro de Rudge Ramos, localizado no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, pode contribuir para a região, contando ou recontando aspectos da história local, presentes dos topônimos. Este problema pode ser atrelado a outro, que é o de saber se o estudo dos topônimos relativos aos cursos d'água do município citado também contribui em algo. Um outro é saber se a análise contrastiva entre os nomes dos cursos d'água do município e dos logradouros públicos do bairro de Rudge Ramos mostra diferentes momentos de nomeação.

Sobre a motivação interna, a experiência como morador da região que será estudada e o trabalho como professor no mesmo local gera inquietações. O dia-a-dia é repleto de contatos com nomes que têm uma história, que podem trazer a várias pessoas relevantes informações culturais opacas¹ aos olhos da maioria dos habitantes do município e do bairro, desde que estudados com critério científico e com olhar de estudioso da ciência onomástica.

Em pesquisas acerca do tema deste trabalho, chegou-se à conclusão de que há

¹ Nesse trabalho, informações culturais opacas são aquelas que os atuais moradores de determinada região desconhecem. O estudo detalhado dos topônimos pode resgatá-las.

documentos, dentre os quais é possível citar mapas², atuais ou são, revistas, jornais, entre outros, que retratam as mais diversas fases da história local. Há também livros que tratam da história do município de São Bernardo do Campo, do bairro de Rudge Ramos e da cidade de São Paulo e demais da região, bem como da história do Brasil. Além desses, há documentos da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, como leis e decretos, os quais foram extremamente úteis e o *Compêndio Estatístico* ou *Sumário de Dados*³. Mas mesmo com a vasta bibliografia disponível, principalmente no *Serviço de Memória e Acervo de São Bernardo do Campo* e nas *Bibliotecas Públicas de São Bernardo*, não surgiu nada de relevante em contraposição aos problemas levantados nesta pesquisa⁴. Os livros específicos que tratam de Toponímia e das ciências afins falam sobre o problema. Porém, em relação ao local de estudo existe pouco, visto não haver, até agora, uma pesquisa toponímica aplicada à região.

Mesmo havendo livros sobre a cidade, estes não são tão numerosos, a ponto de Fernando Longo (2002, p. 4) escrever, quando da apresentação do livro *São Bernardo do Campo, Terra de Oportunidades*, que

Este livro começou a delinear-se aproximadamente há quatro anos, quando para minha surpresa descobri que o município de São Bernardo do Campo, apesar de toda sua grandiosidade, não possuía qualquer material institucional que pudesse apresentá-lo condignamente.

Além da obra acima, outros livros foram objeto de análise, principalmente aqueles que tratam da parte histórica e os principais estão relacionadas nas referências. O resultado da pesquisa histórica, além de apresentar utilidade na redação da análise dos topônimos, faz parte dos capítulos que tratam da história da região e da história do bairro.

Acerca da pesquisa toponímica e das demais ciências necessárias para a construção desta análise, diversos teóricos foram estudados, muitos sobre Toponímia e Linguística, os

² Alguns destes mapas estão nos anexos; os demais, distribuídos nos capítulos.

³ No início da pesquisa o *Compêndio Estatístico 2008* foi utilizado e na parte final, por haver mapas mais detalhados, também foi usado o *Sumário de Dados 2009*.

⁴ Uma das obras mais importantes para embasamento histórico da região, o livro de Wanderley dos Santos – *Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1550-1892* – traz apenas um registro do termo “topônimo”.

quais ajudaram na construção da Fundamentação Teórica desta Dissertação.

A definição do tema objeto desta pesquisa teve início a partir do contato com a disciplina Toponímia Indígena, no ano de 2007, momento em que se pôde observar e estudar as teorias relacionadas à Onomástica que explicam até que ponto a motivação toponímia está relacionada aos costumes, à cultura de determinado povo. O trabalho produzido ao final do curso mencionado sobre os topônimos do município de Mongaguá, cidade do litoral sul do Estado de São Paulo, fez com que se vislumbrasse a possibilidade de fazer o mesmo com uma quantidade muito maior de nomes, com um rigor científico mais aprofundado e com topônimos de uma região que possui uma história bastante interessante para este tipo de análise.

Conforme já apontado, a região em estudo carecia de uma análise toponímica dos nomes, em que se incluem os cursos d'água⁵, bem como dos nomes pertinentes aos logradouros públicos⁶, a fim de mostrar a riqueza que há por detrás de um nome. Com isso, fez-se possível verificar que relação há entre a motivação semântica dos nomes e aspectos culturais da região. Isso foi feito porque o tema central do trabalho é verificar até que ponto a motivação toponímica pode contribuir para a história cultural do bairro e do município em que o nome está inserido.

Este tema considera algumas hipóteses. Em uma delas, o que se quer mostrar é que o estudo da toponímia, o qual chega à motivação do nome, dá subsídios para contar (ou recontar) a história cultural da região. Além dessa, considera que os estudos toponímicos possibilitam, atrelados aos estudos acerca das famílias da região de Rudge Ramos, comprovar que os loteamentos e a vida em torno da parte central foram demasiado importantes para o crescimento da região, principalmente no final do século XIX e início do XX, com a chegada

⁵ A expressão *cursos d'água* é genérica e engloba não só os rios, os ribeirões e os córregos, como também os reservatórios e a represa da região.

⁶ Os logradouros públicos aqui considerados são: avenidas, conjuntos residenciais, jardins, largos, parques, praças, ruas, travessas, vias, vielas e vilas.

dos imigrantes à região. Saindo um pouco da parte central do bairro, há um outro momento, situado perto da metade do século XX, em que vários conjuntos residenciais e novos loteamentos foram abertos.

Não é só isso, em um outro momento mostra-se que o estudo macrotoponímico relacionado aos cursos d'água remete aos aspectos históricos desde os tempos da ocupação antiga do solo na região do Grande ABC⁷, ao passo que os nomes urbanos remetem ao contexto histórico pós-imigração. Os mapas mais antigos da região e diversas obras acerca da história de São Paulo sobre os séculos XVI, XVII e XVIII já contemplam alguns nomes relativos aos cursos d'água. Sobre os nomes do bairro de Rudge Ramos, o mapa é mais atual e a nomeação é quase sempre comprovada com a data de criação dos loteamentos ou com a data da doação ou oficialização do nome através de decreto ou lei municipal⁸.

Além desta, existe a hipótese de considerar os nomes de origem indígena em uma perspectiva macro como relacionados à motivação do ambiente⁹, espontânea e geralmente com traços semânticos que remetem aos aspectos físicos da região ao passo que os demais, aqueles referentes aos logradouros, sistemáticos e desvinculados do ambiente motivador, ou seja, estes não remetem aos aspectos físicos da região. São, na verdade, nomes transplantados¹⁰.

Em outro ponto, deve-se prender ao fato de perceber que o estudo detalhado da motivação toponímica mostra que a translação toponímica¹¹ ocorreu na região de Rudge Ramos para marcar nomes mais importantes. Há, também, núcleos toponímicos¹² espalhados

⁷ O capítulo “Águas de São Bernardo” trata desta hipótese. Já a sigla ABC representa os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

⁸ As tabelas que apresentam as relações dos topônimos relativos aos logradouros públicos trazem, sempre que possível, número do decreto ou lei, bem como data do documento.

⁹ O capítulo “Águas de São Bernardo” dá conta dos nomes espontâneos e servirá de contraponto à análise dos nomes de origem indígena presentes nos nomes das ruas, estes estudados no capítulo “O Elemento Indígena”.

¹⁰ Nomes transplantados são os que saíram de sua região originária, de primeira aparição, em geral espontânea, e foram usados em outro local.

¹¹ A translação toponímica é definida por DICK (2004, p. 41) como “o deslocamento de um vocábulo em uso onomástico em uma área para outro acidente próximo, consolidando um bloco de ocorrências locais”.

¹² São núcleos toponímicos locais que apresentam nomes de mesma filiação semântica.

pelo bairro Rudge Ramos, fato que certamente se relaciona ao modismo de nomear loteamentos com nomes cujos traços semânticos são parecidos.

As justificativas para realização deste estudo estão pautadas na relevância que possui o resgate cultural e o estudo da ciência toponímica. A relevância está em abordar a cartografia oficial, a qual é ponto de partida para estudos toponomásticos, em pesquisar especializações semânticas que somente são perceptíveis quando do estudo da toponímia, em verificar a motivação e relacioná-la a tudo o que ocorreu no local estudado, em colaborar para a construção de Atlas Toponímicos, principalmente aqueles atrelados ao Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – ATESP e ao Atlas das Cidades, cada vez mais ricos. Está, ainda, em perceber que o estudo da toponímia pode ter como resultado um conhecimento mais amplo da história da região, sensibilizando os moradores deste local quanto ao que já ocorreu nele, à importância dos fatos históricos, à importância do registro desses fatos.

Sobre a cartografia oficial, as pesquisas toponímicas no Brasil que seguem os pressupostos dos Atlas Toponímicos credenciados ao CNPq usam, em sua maioria, mapas topográficos de escala 1:50.000 ou 1:100.000. Estas são usadas porque escalas diferentes (1:500.000, por exemplo), tendem a diminuir a precisão dos dados. Convém lembrar que, segundo o Comitê Francês de Cartografia (apud JOLY, 2008, p. 54), os mapas topográficos têm por objetivo a “representação exata e detalhada da superfície terrestre no que se refere à posição, à forma, às dimensões do terreno, assim como dos objetos concretos que aí se encontram permanentemente”. Por isso, na perspectiva macrotoponímica o mapa é topográfico e a escala é de 1:50.000, embora seja também usado o mapa do *Compêndio Estatístico*. Porém, a análise aqui realizada é quantitativamente maior em uma perspectiva urbana e isso conduziu ao uso de mapas temáticos, mais exatamente um mapa analítico (de um bairro). Dessa forma, um dos documentos básicos para a pesquisa foi um mapa do bairro, que contempla todas as ruas e lugares do local. Mapas mais antigos são usados quando

Dentro da Região Metropolitana de São Paulo, São Bernardo está na região conhecida como Grande ABC, que além das cidades de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, correspondentes à sigla, engloba as cidades de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Mapa 2 – Localização de São Bernardo do Campo no Grande ABC

Fonte: *Sumário de Dados* (2009, p. 68)

Segundo os dados do IBGE¹⁵, estima-se que em 2008 São Bernardo do Campo possuía 801.580 habitantes, distribuídos em uma área de 408,45km². Desse total, 75,82km², ou seja, 18,6% da área do município, são ocupados pela *represa Billings*. A zona rural de São Bernardo equivale a 52,5% de sua área. Em resumo, a zona urbana equivale a mais ou menos 1/3 do município.¹⁶ Só para se ter uma ideia do aumento populacional da região, em 1874 São Bernardo tinha 2.787 habitantes; em 1886, 3.667; em 1900, 10.124; em 1920, 25.215; em 1934, 59.814.

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁶ Estes dados foram retirados do *Compêndio Estatístico* de São Bernardo do Campo.

Tabela 1 – Área dos Bairros em Km²

Bairro	Área – km²
Alves Dias	2,12
Anchieta	2,30
Assunção	4,20
Baeta Neves	3,41
Balneária	1,53
Batistini	13,29
Botujuru	6,60
Centro	6,74
Cooperativa	4,84
Demarchi	5,64
dos Alvarenga	14,66
dos Casa	3,03
Ferrazópolis	2,80
Independência	2,40
Jordanópolis	2,29
Montanhão	11,94
Nova Petrópolis	1,94
Paulicéia	4,01
Planalto	3,69
Rudge Ramos	4,60
Santa Terezinha	1,45
Taboão	4,04
dos Finco	5,40
Rio Grande	5,29
Total Zona Urbana	118,21
Rio Pequeno	18,00
Tatetos	12,93
Zanzalá	15,82
Capivari	26,84
Curucutu	25,65
Alto da Serra	27,13
dos Imigrantes	66,33
Santa Cruz	0,30
Taquacetuba	7,10
Varginha	14,32
Total Zona Rural	214,42
represa Billings	75,82
Área Total do Município	408,45

Fonte: *Sumário de Dados* (2009, p. 69)

O que se percebe, olhando para os dados da tabela acima, é que o bairro de Rudge Ramos, escolhido nesta pesquisa, é um dos maiores dentre os que ocupam a zona urbana. Este fato, atrelado ao argumento já mencionado de que o bairro guarda aspectos importantes da história da cidade, faz com que a escolha se justifique ainda mais.

Rudge Ramos é um bairro que faz divisa com três importantes cidades: São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André.

Mapa 3 – Divisão dos Bairros

Fonte: *Sumário de Dados* (2009, p. 328)

Os dizeres a seguir, retirados do *Compêndio Estatístico* (2008, p. 67), ajudam no entendimento da ocupação da cidade.

O município é fruto da metropolização que expandiu a cidade em várias direções, ocupando as várzeas e as colinas, englobando antigos núcleos isolados, adensando loteamentos e áreas já ocupadas, seguindo a implantação industrial, localizando-se nos eixos rodoviários iniciados a partir do final da década de 1940, em especial ao longo da Via Anchieta, levando a população cada vez mais longe do centro.

Já no que se refere aos aspectos físicos da geografia da região, mais exatamente ao relevo, convém citar o *Sumário de Dados* (2009, p. 70):

O Município de São Bernardo do Campo situa-se na porção Sul da bacia sedimentar

de São Paulo, no chamado Planalto Paulista (com cerca de 5.000 km² e altitudes médias entre 715 e 900m) constituindo-se de um planalto de relevo suavizado de morros e espigões de modestas alturas que se drenam para o rio Tamanduateí, afluente do rio Tietê.

Alguns desses morros, no entanto, apresentam alta declividade, com severas restrições a sua ocupação ou pouco propícios a edificações, caso do bairro Montanhão e de parte dos bairros Alto da Serra e Capivari. São áreas que, uma vez ocupadas de maneira desordenada, podem deflagrar eventos de deslizamentos ou aumento da erosão nas encostas.

A altitude máxima é a do *pico da Bonilha*, no bairro Montanhão, com altitude de 986,50m. Já a mínima está na junção do *rio Passareúva*, *rio dos Pilões* e o *pé da Serra*, com 60,00m. A média da cidade é de 764,00m.

As águas de São Bernardo pertencem a duas bacias fundamentais. A primeira é a *Bacia do Tietê*, subdividida em Sub-bacia do *Tamanduateí* e Sub-bacia do *Pinheiros* e a segunda é a *Bacia da Baixada Santista*. A seguir, detalhamento das bacias, segundo o *Sumário de Dados* (2009, p. 71):

1) **Bacia do Tietê**, que se apresenta sob dois aspectos distintos:

a) **Sub-bacia do Tamanduateí**, formada por rios que correm em direção ao planalto e desembocam no rio Tamanduateí, afluente do rio Tietê. Distribui-se pela porção Norte do município, em área urbana impermeabilizada e densamente ocupada, com todos os problemas a isso relacionados.

Contribui para sua formação, no município, o ribeirão dos Meninos – e seus afluentes –, que nasce no Bairro Demarchi, atravessa a área central do município e forma parte das divisas de São Bernardo do Campo com os municípios de Santo André e São Caetano do Sul, desembocando no Rio Tamanduateí em São Paulo. Tem como seus afluentes: Taioca, Saracantan, Santa Terezinha, Água Mineral, Borda do Campo, dos Lima, Palmeiras, Capuava e Couros (cujos afluentes são: dos Ourives, Taboão, Canhema, Curral Grande, Feital, Piraporinha, Pindorama, da Linha Camargo e Jurubatuba).

b) **Sub-bacia do Pinheiros**, composta pelo represamento do rio Grande e seus afluentes: Alvarenga, Lavras, Soldado, Simão, Pedra Branca, Porcos, Capivary Pequeno etc., todos integrando as represas do Sistema Billings.

Corta o município longitudinalmente de Noroeste a Leste, em sua maioria, distribuída em área de proteção a mananciais, embora apresente áreas de ocupação urbana desordenada, que, aliadas ao bombeamento das águas poluídas dos rios Tietê e Pinheiros e à ressuspensão de sedimentos contaminados por metais pesados, concorrem para gerar fluxos permanentes de cargas poluidoras, comprometendo a qualidade da água.

2. **Bacia da Baixada Santista**, composta por rios que nascem nas cabeceiras da serra do Mar e descem em direção ao oceano: Perequê, Pedras, Marcolino, Kágado, Passareúva, Cubatão de Cima e outros. Localiza-se em área pertencente ao Parque Estadual da Serra do Mar, garantindo a excepcional preservação da Mata Atlântica e a boa qualidade de suas águas.

Alguns destes cursos d'água aparecem registrados no mapa a seguir¹⁷:

¹⁷ As cartas do IBGE estão nos anexos.

Mapa 4 – Hidrografia

No que se refere à vegetação, há três áreas. A região próxima da *serra do Mar* ainda apresenta grande quantidade de mata nativa preservada. Nessa parte é onde ficam duas grandes áreas de reserva florestal. A segunda área está nas vertentes da represa e tem predominância de capoeiras compostas por gramíneas e arbustos baixos e esparsos. Já a terceira área é composta pelo restante do município e caracteriza-se pela ausência de mata, ficando a vegetação restrita aos parques, canteiros e praças.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os topônimos encontrados no mapa atual do bairro de Rudge Ramos e analisar os nomes geográficos referentes aos cursos d'água do município de São Bernardo do Campo para, através deles, chegar à conclusão de que é possível contar (ou recontar) a história local.

Outros objetivos, estes já mais específicos, tentam explicar, através das taxionomias encontradas, como a ocupação local, principalmente a partir do final do século XIX com a chegada dos primeiros imigrantes à região, favoreceu a motivação toponímica, buscam analisar o desmembramento das tradicionais fazendas e sítios em loteamentos e o que se manteve na toponímia que possa referir-se à família que cedeu ou vendeu o terreno, homenageando-a. Além disso, querem compreender a importância da religião na nomeação do entorno da parte central do bairro e entender o nascimento de novas vilas residenciais, isso já com o bairro bem estruturado, e qual é a motivação toponímica que há.

Além dos expostos, são objetivos específicos:

- a) catalogar topônimos usando as fichas lexicográfico-toponímicas e analisá-los conforme as teorias propostas por Dick (1990, 1992);
- b) registrar os nomes de origem indígena que estão presentes nos mapas a fim de verificar se são nomes originais da região ou se são nomes transplantados para a região, comprovando ou não uma das hipóteses aventadas.
- c) detalhar a realidade toponímica da região estudada.

- d) comparar os nomes relativos aos ACs aos dos AFs, considerando, principalmente, a relação de baixa frequência de antropotopônimos nos AFs e a alta frequência nos ACs.

Estes objetivos específicos buscam concretizar o objetivo geral e visam confirmar as hipóteses.

No que se refere ao estabelecimento do corpus, que segundo de Greimas (2008, p. 104), “Na tradição da linguística descritiva, entende-se por *corpus* um conjunto de enunciados, constituído com vistas de análise, a qual, uma vez efetuada, é tida como capaz de explicá-lo de maneira exaustiva e adequada”, acredita-se que há, no material, uma autenticidade e consequentemente uma fidelidade. Tanto as cartas do IGBE quanto o mapa do *Compêndio Estatístico* do município dão esta autenticidade por serem fontes fidedignas. Sobre o mapa do bairro, cuja autoria é do *Serviço de Cartografia da Prefeitura de São Bernardo do Campo*, a confirmação *in loco* dos nomes através das placas de identificação dos logradouros o torna mais fiel do que já possa parecer.

Este corpus é um objeto de estudo linguístico porque considera para análise a morfologia e a semântica de cada topônimo. Em determinadas perspectivas de análise, também considera a sintaxe. Visto que há uma grande quantidade de nomes referentes a antropônimos, uma pesquisa etimológica destes nomes possibilitou a verificação, também, de especializações semânticas porque o nome deixou de identificar uma pessoa e passou a identificar um lugar.

A escolha de mais de 300 nomes busca uma variedade de topônimos, obviamente. Procura, também, uma variedade de Termos Genéricos (TGs), estes tidos aqui como língua de especialidade na Toponímia e que são capazes de gerar material suficiente para a construção de um *Glossário de Termos Genéricos da Toponímia*. Com este número, os nomes abarcam quase todas as taxionomias toponímicas. Além disso, conseguem contemplar algo muito importante para os Atlas Toponímicos: o registro dos nomes indígenas, que aparecem nesta

pesquisa, tanto com nomes transplantados quanto com originais da região. A seleção do corpus, quantitativamente, mostra a predominância de nomes com um traço semântico que remete a uma taxionomia específica. Tem-se, a partir dessa análise quantitativa, números em tabelas e gráficos, contendo os mais diferentes traços semânticos dos nomes. Qualitativamente, a relação da quantidade de nomes com os aspectos culturais da região é estabelecida e dessa relação busca-se tratar de diversos fatores extralinguísticos que motivaram os nomes.

O corpus de pesquisa foi obtido na *Biblioteca Florestan Fernandes* e no o site oficial do município de *São Bernardo do Campo*¹⁸, locais bastante organizados e com uma parte relacionada à cartografia. Destas fontes, obteve-se os mapas que abarcam os nomes geográficos relacionados aos cursos d'água. Sobre os nomes relativos aos logradouros, há disponível em diversos sites da Internet a versão do mapa. Feita esta coleta, pontos entre Geografia, História, Linguística e os nomes geográficos e dos logradouros públicos foram observados. Estes pontos surgiram basicamente após estudo minucioso dos mapas. A partir deles há diversas hipóteses importantes que devem ser consideradas, as quais já foram mencionadas.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em levantar todos os mapas necessários para a análise, visto serem, para esta pesquisa, a fonte primordial. A segunda etapa foi levantar todo o material teórico acerca da Toponímia e, em seguida, o material relativo à história da região, da cidade e do bairro.

Depois disso, foi realizada uma leitura do material, com o intuito de definir aqueles que fariam parte das referências. Como as fontes históricas sobre o Grande ABC e Rudge Ramos não são tão abundantes, quase a totalidade dos materiais pesquisados foram usados.

Com relação aos topônimos, com a seleção dos mapas montou-se a relação dos nomes,

¹⁸ O site da prefeitura de São Bernardo do Campo é www.saobernardo.sp.gov.br

sendo estes divididos em subgrupos: 1) águas, 2) praças e largos, 3) ruas, avenidas e travessas, 4) principais caminhos, 5) cidade e bairro, 6) vilas, parques, jardins e conjuntos residenciais. Além destas relações, há uma geral. Estes termos estão catalogados conforme a motivação semântica, usando para isso as taxionomias toponímicas¹⁹, traduzidos quando de origem indígena e organizados em fichas.

Além desta Introdução, faz parte dessa Dissertação um capítulo denominado *Fundamentação Teórica*. Nesta parte objetivou-se efetuar um estudo pormenorizado da Toponímia, sua significação e relação com a Onomástica, sua história e evolução, suas principais características e particularidades e os aspectos linguísticos inerentes a ela, a fim de que se chegasse a uma base sólida para fundamentar a análise dos topônimos levantados. No capítulo denominado *Metodologia*, demonstra-se o método específico utilizado para análise. A *Metodologia* apresenta uma parte importante para esta pesquisa que é o item que aparece com o nome *Terminologia Aplicada à Toponímia*. Este é resultado de diversos estudos na área de *Terminologia*. O capítulo procurou estabelecer as definições dos TGs, além é claro que tratar daquilo que é considerado termo na Toponímia. Uma subdivisão desta parte recebe o nome de *Termos Genéricos* e à outra se dá o nome de *Glossário de Termos Genéricos da Toponímia*. O resultado final de todas as análises feitas dos TGs que aparecem no corpus possibilitou a construção de um glossário.

Depois disso, aparecem estudos sobre a história da região, divididos nos capítulos *Aspectos Históricos do Município de São Bernardo do Campo: da antiga vila de João Ramalho à designação atual* e *Aspectos Históricos do Bairro de Rudge Ramos: da paragem do Guapiú a Rudge Ramos*, textos que buscam traçar um panorama amplo de tudo que ocorreu na localidade e já antecipam informações importantes acerca de alguns topônimos. Na sequência, há o capítulo denominado *Análise do Corpus*, o qual tem as seguintes partes:

¹⁹ Há, nos anexos, tabela com as taxionomias.

Águas de São Bernardo, que busca traçar um panorama da motivação toponímica dos nomes dos cursos d'água da cidade, *O Elemento Indígena: o espontâneo e o sistemático na toponímia*, parte da dissertação que trata de nomes de origem indígena, mostrando se esses são sistemáticos ou espontâneos, *Núcleo Toponímico na Toponímia Urbana: dos nomes de origem indígena às homenagens*, seção que mostra os grandes aglomerados de nomes com uma mesma carga semântica, *As Vilas, Parques, Jardins e Conjuntos Residenciais e Praças e Largos*, capítulos que analisam a motivação toponímica dos logradouros, *Os Caminhos: da Anchieta às Lágrimas*, parte dedicada aos principais e mais antigos caminhos do bairro, *As Ruas, Travessas e Avenidas*, capítulo com divisões que tratam dos nomes de natureza física e de natureza antroponímico-cultural, sendo que para estes últimos há um enfoque nos nomes relativos às homenagens a pessoas, possibilitando com isso uma verificação da influência da imigração, em especial a italiana, no ato de nomear. Ao final, aparecem as *Considerações Finais*, as *Referências* e os *Anexos*.

É salutar frisar que, além do exposto nesta introdução, este trabalho busca ser mais um entre os que tentam colocar a toponímia em um lugar de destaque, e não de a deixar relegada e em plano secundário, conforme apontado por Dick (1990, p. 19-20) e de ser mais dentre os “estudos brasileiros” apontados por Carlos Drumond (1965, p. 13) e aqui não negligenciados. Por serem os topônimos “verdadeiros marcos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida [...]” (DICK, *ibid.*, p. 21-22) é que estes precisam ser estudados.

2 Fundamentação Teórica

O conceito de onomástica vem do grego e de acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é, além da “relação, coleção, lista de nomes próprios”, o “estudo linguístico dos nomes próprios”, e, também, “parte da lexicologia que trata dos nomes próprios.” (2009, p. 1388). A palavra Onomástica vem de um substantivo derivado de um adjetivo feminino grego *onomastikós*, ê, ón > hé *onomastiké* “a arte de denominar” (ibid., p. 1388). Antroponímia vem do grego *ánthopos* (homem) mais o sufixo, também grego, *-onoma* (nome). Este mesmo sufixo aparece na formação da palavra Toponímia e esta vem do grego *tópos* (lugar) mais o citado sufixo.

Mas antes de traçar detalhes sobre a Onomástica em si, é importante entender que “a nomeação dos seres orgânicos e inorgânicos inscreve-se como atividade bastante significativa ao homem [...]” (DICK, ibid., p. 29) e que o ato comunicativo, que gerará um topônimo ou antropônimo, carrega consigo uma assimilação de mundo, situações língu-sócio-psíquicas.

Estas assimilações de mundo estão na atividade linguística. Para Saussure, objeto designado e o termo designador estão desvinculados. Para ele o significante carrega a imagem acústica e o significado os conceitos ou representações psíquicas. Desta forma, tem-se o signo linguístico como arbitrário, como imotivado.

Ogden e Richards²⁰, quando tratam da relação entre pensamentos, palavras e coisas, dizem que

[...] las palabras, como todos saben, no significan nada por si mismas, aunque haya sido igualmente universal la creencia en que así era. Sólo cuando un sujeto pensante hace uso dellas, representan algo e, en otro sentido, tienen significado. Son instrumentos [...] (apud DICK, ibid., p. 33)

e “permiten controlar los objetos” (apud id., ibid., p. 33)

²⁰ OGDEN, C.K. e RICHARDS, I.A. *El significado del significado*. Versão castelhana da 10ª ed. Inglesa. Buenos Aires, Paidós, 1954. p.35.

Por sua vez, Ulmann diz que:

[...] todos os idiomas contêm certas palavras arbitrárias e opacas sem qualquer conexão entre o som e o sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes. (1977, p. 169)

Acerca do assunto, conforme Dick (ibid, p. 34)

[...] ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto; o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada.

Portanto, entende-se que o topônimo pode ser opaco ou transparente. Não o são com relação ao signo, mas sim em relação ao que nomeiam. A opacidade do topônimo pode estar relacionada à questão temporal e espacial, ou seja, a idade e localização do nome fazem dele algo mais traduzível ou não. Dick (ibid, p. 356) diz que “identificar acidentes geográficos, significando, é, sem dúvida, a primeira qualidade que se infere do signo toponímico” e, quando o signo toponímico é opaco a identificação, significando, oculta-se. É por isso que o signo opaco é um fóssil linguístico.

Esta expressão foi utilizada por Jean Brunhes de forma um pouco distinta. Para ele, havia “fóssil da geografia humana” (apud id., ibid., p. 42). Dauzat, por sua vez, dividia o fóssil em gramatical e lexical. No Brasil, o fóssil linguístico tem valor para o conhecimento de línguas já mortas, como o Tupi Quinhentista, já que o topônimo cristalizado pelo uso já não mais se altera. Não é só com relação aos nomes indígenas de línguas mortas que o fóssil pode aparecer. Às vezes, devido ao esvaziamento semântico do sentido ordinário do nome próprio, o topônimo pode ser interpretado como um fóssil. Além de possibilitarem contato com língua indígena (no caso do Brasil), a análise desses fósseis em tupi faz com que se tenha uma “identificação de lugares” porque esses topônimos “traduzem fielmente a característica natural de cada localidade.” (SAMPAIO, 1987, p. 44). A tradução fiel só é possível porque o indígena era portador de uma visão prática e objetiva e por isso fazia uso de elementos descritivos do seu ambiente para nomeação.

Para muitos, o nome próprio tem a função de “identificar uma pessoa ou objeto, singularizando-o entre as entidades semelhantes”. (ULMANN, 1997, p. 153). Segundo John Stuart Mill²¹, em sua conceituação clássica, o nome próprio é a “marca” que recai não

realmente sobre o próprio objeto, mas, por assim dizer, sobre a ideia do objeto. Um nome próprio não é mais que uma marca sem significado que relacionados na nossa mente com a ideia de objeto, na intenção de que sempre que a marca se encontre com os nossos olhos, ou ocorra à nossa memória, possamos pensar naquele objeto individual. (apud ULMANN, *ibid.*, p. 153)

Ao abordar os estudos de John Stuart Mill, Dick (1992, p. 6) diz:

Stuart Mill, com efeito, em seu Sistema de Lógica, mostra a diferença de critérios entre elas (categorias gramaticais: substantivo comum e próprio): enquanto o nome próprio se define pelo que chamou de função de identificação ou designativa, os nomes comuns corporificam uma função significativa ou conotativa; quer isso dizer que o nome próprio (igual a topônimo e / ou antropônimo) não participa de um universo de significação porque é “opaco”, vazio de sentido, empregado sempre como referencial, sem relação com a primitiva etimologia, o que não acontece com o substantivo comum, cuja significância é transparente.

A Onomástica, ciência que se subdivide em Antroponímia, a qual tem como objeto de estudo os nomes próprios de pessoas, e Toponímia, que tem como objeto de estudo os nomes de lugares, está diretamente ligada à Linguística. Como esta é uma ciência que se relaciona com outras (Geografia, História etc.), entender que a Onomástica e suas subdivisões também apresentam relações é um caminho natural. Mesmo assim é difícil a delimitação da Toponímia como disciplina autônoma, porque ela pode inscrever-se na História, na Geografia ou nas Ciências Sociais. Conforme Dick (1990, p. 35), todas podem solucionar as questões relativas à Toponímia, mas nenhuma atingiria “a plenitude do fenômeno toponomástico”.

Para Dick (*ibid.*, p. 36), “[...] a toponímia deve ser considerada como um fato do sistema de línguas humanas”. A mesma autora continua, mencionado Ulmann, ao dizer que “tanto assim que Ulmann já salientara haver o estudo dos nomes próprios se afirmando recentemente, em uma quase autonomia da Linguística, vinculado a uma ciência maior, denominada Onomástica”. (*ibid.*, p. 36)

Diante disso, é possível a conclusão de que a Toponímia será sempre uma parte da

²¹ MILL, John Stuart. *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive*. 10ª ed. Londres, 1879, vol. I, pp. 36 e seg.

Onomástica. A Toponímia transforma signos linguísticos em objeto de estudo. Estes signos tidos com uma função significativa específica. Toponímia é uma disciplina com campo de estudo específico – o topônimo – e método próprio de análise.

O termo Antroponímia foi empregado pela vez em 1887, por José Leite de Vasconcelos. Para este estudioso, a Onomástica (*ou Onomatologia*) era formada por Antroponímia (*estudo dos nomes de pessoas*), Toponímia (*estudo dos nomes de lugares geográficos*²²) e Panteonímia (*estudo dos nomes próprios das entidades sobrenaturais, de astros, ventos, animais, coisas*²³). Esta, por sua vez, dividia-se em Teonímia (*estudo dos nomes dos deuses sobrenaturais*), Zoonímia (*estudo dos nomes de animais*) e Astronímia (*estudo dos astros e símiles*). Para Mansur Guérios, há também a Onionímia (*estudo dos nomes de produtos comerciais*).

Sobre a Antroponímia, porque há uma quantidade grande de topônimos cuja classificação é a de *antropotopônimo*²⁴, convém mencionar que para José Leite de Vasconcelos²⁵ (apud MANSUR GUÉRIOS, 1981, p. 37), “sobrenome é um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao nome individual, com o qual como que forma o corpo: Mêndiz, Augusto, César, da Conceição [...]. Dessa forma, no antropônimo “Maria da Conceição”, o termo sublinhado é que **sobrenome**.”

De acordo com Dick (1992, p. 290):

Por transmissão cultural, a fórmula brasileira de nomeação pessoal, baseada no direito romano, incorpora dois temas básicos: o prenome e o nome ou apelido de família que, como todas as demais formas de nomeação das diversas culturas, pode revestir os mais variados aspectos semânticos.

No corpus selecionado, alguns nomes relacionam-se à fé cristã. O motivo disso é um reflexo grande de nomes dessa origem na Toponímia. Isso ocorre, pois

A Igreja Católica sempre tem recomendado e aprovado aos catecúmenos a adoção de

²² José Leite de Vasconcelos entendia por nomes de lugares geográficos: nomes de nações, províncias, cidades, montes, sítios, vales, rios etc.

²³ José Leite de Vasconcelos entendia por coisas: espada, navio, sino etc.

²⁴ Antropotopônimo é um nome de lugar constituído a partir de um designativo pessoal.

²⁵ VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, 1928, p.11.

nome dos santos, a fim de que estes venham a ser seus protetores, e também para criar especial devoção aos seus portadores. (MANSUR GUÉRIOS, *ibid.*, p. 25)

Quanto ao **apelido**, este é “designação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração” (VASCONCELOS, *apud id.*, *ibid.*, p. 37). Diante disso, no antropônimo “Maria da Conceição Rosado”, o termo sublinhado é o apelido, que para esta pesquisa irá aparecer como **apelido de família** até para que não se confunda com o que no Brasil é o *hipocorístico*. Só para completar, **alcunha** pode ou não ser um termo depreciativo.

Como a base dos estudos onomásticos jaze na Antiguidade Clássica, fazer menção à como era entre os romanos é salutar. Para eles, havia o praenomen – nome individual (**Marcus**), o nomen gentilicum – nome da gens (Marcus **Tulius**), o cognomen (subdivisão em familiae (Marcus Tullius **Cícero**) e o agnomen – alcunha ou sobrenome pessoal (Marcus Tullius Cícero **Félix**).

Nas Fichas Lexicográfico-Toponímicas em que os topônimos classificam-se como *antropotopônimo* os nomes aparecem quase sempre da seguinte forma: prenome + sobrenome + apelido de família porque é comum aparecerem os três formantes. Para Dick (1992, p. 297-298) “[...] os conjuntos individuais completos (prenome + apelido de família) são bastante comuns na toponímia [...]”.

Homenagens a pessoas de origem italiana são comuns no bairro estudado. No entanto, em alguns momentos não há biografia ou referência clara à nacionalidade do homenageado. Por causa disso, o apelido de família, principalmente, é verificado para sanar dúvidas, pois, conforme Mansur Guérios (*ibid.*, p. 40)

Entre os italianos, o principal característico dos seus antropônimos é a presença, com enorme frequência, da terminação -i (Orsini, Grassi, Padori, etc.), e, mormente, na quase totalidade dos sobrenomes toscanos. Todavia, esporadicamente, há muitos arcaísmos acabados em -o, -e, -a que se têm conservado até hoje (Farano, ao lado o recente Farani).

“Os antropônimos oferecem particular interesse, porque são os fósseis da língua que vivem singularmente apenas do exterior, do corpo.” (*id.*, *ibid.*, p. 17). Por serem fósseis é que se deve ter um cuidado grande ao estudá-los, para tentar identificar seu significado original.

Muitas vezes, para isso, deve-se observar o caminho do nome comum para o nome próprio, pois “a distinção entre o nome próprio (de pessoas, etc.) e o nome comum é, aos olhos do linguísta, artificial, na sua origem, remota ou não, os antropônimos etc, eram nomes comuns.” (id., ibid, p. 15). Uma grande diferença entre os nomes próprios e os comuns é que aqueles não lembram hoje o seu significado original, ao passo que estes sim (ou não, mas possuem um significado claro).

No que concerne ao conceito de Toponímia, como já citado este já aparece a Antiguidade. Mas o que importa para esta pesquisa começa na França e vem até os dias atuais. Embora apresentem uma Toponímia sistematizada, os primeiros estudos são etimológicos, sendo que dentre seus principais representantes estão: Lognon, Dauzat, Leite de Vasconcelos, alguns pesquisadores canadenses e Stewart, nos EUA.

No Brasil, os primeiros estudos estão ligados aos nomes indígenas, mas há obras, desde o século XVI, que registram diversos topônimos. Dentre os brasileiros de maior destaque estão: Teodoro Sampaio, Levy Cardoso, Carlos Drumond e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

A obra de Dick *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*, cujo título original era *A Motivação Toponímica. Princípios Teóricos e Modelos Taxeonomícos*, publicada em 1990, mas escrita em 1980 foi o primeiro livro desta pesquisadora. No entanto, antes da publicação desta obra, alguns artigos já haviam sido escritos. Para Carlos Drumond, em prefácio à obra escrito em 1984, *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira* é uma das obras mais importantes elaboradas no Brasil sobre o assunto. Sua importância está no ir além de um conhecimento da significação linguística do topônimo, buscando causas e origens da denominação. Isso culminou no ordenamento sistemático dos motivos toponímicos em categorias e em uma possível compartimentação dos nomes em áreas. (DICK, 1990, p. 23)

Em uma perspectiva histórica, a Onomástica teve alguns momentos antes dos estudos

de DICK (1990; 1992; 1997), base desta pesquisa, se fixarem no Brasil. Os momentos ocorreram tanto no Brasil quanto na Europa. No século XIX, por volta de 1878, Auguste Longnon se destaca na França com a inserção dos estudos toponímicos na *École Pratique des Hautes-Études* e no *Colège de France*. Estes estudos foram publicados postumamente na obra *Les Noms de Lieux de la France* (1912). Os estudos de Longnon apresentam uma toponímia sistematizada e a obra citada é considerada clássica, além disso, foram retomados por Albert Dauzat (1922), de uma forma mais detalhada e pormenorizada. Desses estudos lançou-se a obra *Les Noms de Lieux Origine et Evolution*. A grande preocupação de Dauzat era o estudo etimológico e também de reconstituição histórica, com enfoque em fonética e fonologia. Dauzat teve grande importância para a Toponímia por organizar, em 1938, o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia. Ele é importante, também, porque tratou do esvaziamento semântico dos topônimos, tratando disso como fossilização do topônimo. A língua muda com o passar do tempo, mas o topônimo permanece inalterado, fossilizado.

No Brasil, um grande marco da Toponímia foi Teodoro Sampaio, cuja obra *O Tupi na Geografia Nacional*, lançada primeiramente em 1901 traz os mais diversos nomes de origem tupi, acompanhados de traduções, explicações e notas bastante elucidativas. Um grande objetivo de Teodoro Sampaio foi mostrar que o significado dos nomes reflete características físicas e históricas. Esses traços ambientais já postulados por Sampaio são até hoje estudados e vinculam-se às taxionomias de natureza física de Dick. A obra de Teodoro Sampaio é a primeira consulta quando há necessidade de checar a etimologia e a tradução de nomes de origem indígena.

Levy Cardoso salienta o trabalho de Teodoro Sampaio, considerando a obra citada como clássica, enumerando as seguintes razões:

[...] pela criteriosa análise a que foram submetidos todos os vocábulos, pela profundidade dos conhecimentos tupis, pela seriedade de suas investigações, para cujo resultado não faltaram nem as leituras das crônicas antigas e das antigas relações de viagens, nem a consulta ao elemento histórico, a fim e descobrir a verdadeira grafia primitiva dos vocábulos, para a perfeita elucidação de seu sentido e a rigorosa

determinação de sua etimologia. (apud DICK, 1992, p. 4)

A importância desses nomes de origem indígena jaze, também, na possibilidade de reconstrução de uma geografia já alterada. Mesmo após a mudança do ambiente, a tradução do topônimo revela características do ambiente físico motivador e, conseqüentemente, aspectos étnicos do povo que denominou a localidade ou o acidente físico ou cultural. Levy Cardoso (apud id., *ibid.*, p. 4) “pôs em evidência o caráter praticamente histórico das publicações, de preferência voltadas para a lexicologia indígena.” A questão da sistematização dos estudos já era aventada por Levy Cardoso e outro importante estudioso da Toponímia, Carlos Drumond, dizia que a maioria das pesquisas era amadora, sem metodologia, sendo principalmente uma listagem de nomes indígenas, acompanhadas ou não de um significado etimológico. Até 1965, com o livro *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira* não se tinha despertado o interesse pelos estudos relativos aos nomes de lugares. Naquela época dizia o professor Drumond que no Brasil ainda não havia toponimistas.

Em Portugal, o filólogo José Leite de Vasconcelos teve grande importância. É de grande valia *Opúsculos: vol. III: Onomatologia*, de 1931. Esta obra apresenta a Glotologia, a qual estuda os nomes próprios, como ramo da Onomatologia. Da mesma forma que os franceses, Leite de Vasconcelos deu ênfase etimológica e histórica aos signos linguísticos. Os fatores extralinguísticos, tão difundidos nos estudos realizados no Brasil atualmente, não eram considerados na Europa.

Conforme Dick (1990, p. 20), depois das diretrizes traçadas por Aubert Dauzat e das sugestões de americanos e canadenses, estes representados pelo Grupo de Estudos de Coronímia e Terminologia de Quebec, grupo existente desde 1966, e tendo a sua frente principalmente Henri Dorion e aqueles representados por George Rippey Stewart, grande colaborador da revista *Names*, uma publicação oficial da *American Name Society*, sendo seu artigo “A classification of the place names” uma obra de muita importância, os estudos atuais (no caso de 1980) comprovam uma realidade diferente, assinalada por uma busca de uma

codificação de técnicas de trabalho, seleção, comparação, interpretação e classificação dos fatos onomásticos.

Stewart dividiu os topônimos em categorias diferentes: *descriptive names*, *possessive names*, *indigent names*, *commemorative names*, *euphemistic names*, *manufactures names*, *shift names*, *folk etymologies* e *mistake names*. Diferentemente daquilo que ocorrera com os pesquisadores europeus, Stewart já considerou a motivação semântica dos nomes e a relacionou aos aspectos ambientais, sociais e culturais. As técnicas dele sugerem volta à intenção do denominador, no ato da nomeação. (DICK, *ibid.*, p. 25)

O campo conceitual da Toponímia é definido por um uso particular do código de comunicação. No caso do topônimo *rio das Pedras*, o uso do substantivo comum *pedra* junto do vocábulo *rio*, este referente ao AF, mostra que a nomeação se deu face à existência do minério no local. O que era arbitrário – substantivo comum *pedra* – passa a motivado. Também justifica “o exame da nomenclatura geográfica em suas características internas (filiação linguística dos topônimos e respectiva pesquisa etimológica) e externas ou semânticas (motivação toponímica)” (*id.*, *ibid.*, p. 37; *grifos da autora*). A autora ainda afirma que

Muito embora seja o topônimo em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (*ibid.*, p. 38, *grifos da autora*)

Esses fatores extralinguísticos começaram a ser considerados pelo Professor Drumond, na obra *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, de 1965, e seguidos por Dick. Vale lembrar que mesmo considerando os aspectos extralinguísticos ambos consideraram os aspectos linguísticos.

A partir disso, afirma-se ser o topônimo um signo linguístico duplamente marcado, motivado, pois “em nível de língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou

convencional, no plano da toponímia ela se apresenta essencialmente motivada, ou impulsionada por fatores de diferentes conteúdos semânticos” (DICK, *ibid.*, p. 22). Há a motivação do denominador, que é extralinguística, e há a motivação interna, que é linguística, inerente à língua. É no motivo do denominador que se pauta a importância dos fatores extralinguísticos, pois se pode chegar aos aspectos culturais do povo que deu nome ao lugar estudado.

Em uma perspectiva linguística, o topônimo é um signo linguístico. Este signo, por sua vez, percorre longo caminho até especializar-se e transforma-se em um substantivo próprio por excelência. Há um longo percurso desde o denominador até o topônimo cristalizado pelo uso, ou fossilizado. Do nome comum *passareúva* (cascas de árvore usadas para curtir couro) até o nome próprio *Passareúva* (topônimo) passa-se pela escolha do denominador dentre várias lexias virtuais da língua, depois disso para a palavra ocorrência, em seguida para a oralidade, para a enunciação espontânea, até chegar ao topônimo cristalizado pelo uso, ou fossilizado.

Esquemmatizando, há:

Deste esquema consegue-se ver o intracódigo relacionado ao conceito da motivação lexical, que é linguística e inerente à língua, presente na morfologia do nome usado e também

o extracódigo, no caso objetivo, mas que poderia ser subjetivo²⁶, pois é o motivo do denominador, relacionado muitas vezes à motivação do ambiente, de fatores externos, extralinguísticos.

Resumindo, tem-se:

Em toponímia uma Unidade Léxica (ULx.), no caso a palavra em estado puro, a lexia virtual, se torna Unidade Terminológica (UT) com o uso, motivado interna e externamente, e depois de UT, devido à cristalização do léxico como topônimo, ela passa a ser Unidade Toponímica (UTop.). O caminho é o seguinte: ULx. > UT > UTop., conforme Dick.²⁷

Além dos aspectos puramente linguísticos, sabe-se que há uma multidisciplinaridade, que ocorre no caso dessa pesquisa, com Geografia, História e Antropologia. Tanto que um bom estudo toponímico é aquele capaz de equacionar os fatores internos e externos.

No Brasil, além do citado Professor Drumond, Dick e Teodoro Sampaio, há Levi Cardoso, que em sua obra *Toponímia Brasileira*, de 1961, trata de topônimos da região norte, vinculados à língua arauaque a caribe. Drumond, em seu livro citado, coloca uma situação interessante e que está ligada à falta de sistematização que ocorria no Brasil para os estudos toponímicos.

Esta sistematização ocorre em Dick. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*, publicado em 1990, *Toponímia e Antroponímia: coletânea de estudos*, obra publicada primeiramente em 1987 e depois reformulada em 1992, *A Dinâmica dos Nomes na*

²⁶ Em casos como *rio bonito*, *ribeirão feio*, o extracódigo se mostra subjetivo.

²⁷ “Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II”; “Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo”.

Cidade de São Paulo 1554-1897, de 1997 e muitos artigos trouxeram e ainda trazem a sistematização que faltava.

A grande proposta de Dick foi um modelo metodológico contendo 27 taxionomias toponímicas²⁸. Destas, 11 são de natureza física (NF) e 16 são de natureza antro-po-cultural (NAC)²⁹. Os fatos geradores do nome são considerados nesta pesquisa e esses fatos podem ser das duas naturezas, cujos modelos foram publicados por Dick em 1975 no artigo *O Problema das Taxeonomias Toponímicas. Uma Contribuição Metodológica*. As taxes de NF revelam o ambiente físico e as taxes de NAC mostram o ambiente social, cultural.

Os topônimos de NF apresentam uma vantagem, pois conservam mais a denominação. Já os de NAC a vantagem é que é mais fácil chegar às verdadeiras causas porque são mais próximos do nativo da região e são mais constantes os registros históricos e documentação (DICK, 1992). Sobre esta causa,

Apenas um trabalho sério de investigação, que se sabe demorado e constante, poder-nos-á levar à verdadeira causa denominativa e, talvez, num último passo, à intencionalidade do denominador, questão das mais complexas em Toponímia, por envolver, como afirma o toponimista americano George S. Stewart, problemas que afetam, ou são condicionados pela psicologia humana, nem sempre de fácil apreensão. (id., *ibid.*, p. III)

Ao considerar os ensinamentos de Sapir (1961), percebe-se que dois fatores podem gerar o léxico de uma língua: fator físico e fator cultural. A partir desses dois pontos pode-se visualizar melhor o ambiente interferindo na motivação no nome. Este ambiente se projeta na toponímia de forma objetiva (claro, escuro) e de forma subjetiva (belo, feio). Este mesmo autor diz que as condições do ambiente refletem na língua, principalmente no léxico. (apud DICK, 1992, p. 35). E neste sentido que em seu texto *Língua e Ambiente* ele defende que o léxico de uma língua mostra a história da cultura dos povos e por isso as línguas são diferentes (1961). Deve ser por isso que muitos dos vocábulos indígenas ficaram. Não havia correspondente na língua portuguesa para designar o que se via, como muitos defendem, ou

²⁸ A primeira elaboração das taxes ocorreu em 1975 e contava com 19 no total.

²⁹ A relação completa das taxionomias está nos anexos.

valorizava-se a língua indígena.

O ambiente está projetado em nomes estudados nesta pesquisa. Quando se consideram os nomes relativos aos cursos d'água isso ocorre nitidamente. Em contrapartida, os nomes indígenas transplantados não refletem o ambiente, ao menos ao darem nome aos logradouros do bairro de Rudge Ramos.³⁰

Tendo em conta a estrutura do signo toponímico, Dick ensina que o termo ou elemento genérico é “referente à entidade geográfica” (ibid., p. 10) e o termo ou elemento específico “ou topônimo propriamente dito” é “que particularizará a noção espacial, identificando-a ou singularizando-a dentre outras semelhantes.” (ibid., p. 10). É importante a noção de TG e TE porque

Ao designar, tradicionalmente, o nome próprio de lugar, o topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao acidente geográfico que identifica, com ele constituindo um conjunto ou uma relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores. (id., ibid., p.10)

Não é só a separação entre os termos que compõem o sintagma toponímico que se faz importante. O TE pode ser apresentar de várias composições morfológicas. Pode ser um *topônimo ou elemento específico simples* porque apresenta um só formante (substantivo ou adjetivo, de preferência); aparecem sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas), um *topônimo composto ou elemento específico composto*, por apresentar mais de um elemento formador, de origens diversas ou não ou um *elemento híbrido ou elemento específico híbrido*, que apresenta elementos linguísticos de diferentes procedências. (id., ibid., p. 13-14). Além dessas composições, o sintagma toponímico pode ser justaposto (*rio das Pedras*) ou aglutinado (*Icanhema*). Em se tratando de uma língua que não é mais falada, no caso dos aglutinados a língua tupi, o sintagma toponímico pode ser composto com o reforço de outro TG (*córrego Icanhema*), atualmente *córrego Canhema*³¹.

³⁰ No local de origem os nomes tidos nesta pesquisa como transplantados refletem as características do ambiente.

³¹ Em tupi, “i” significa água, rio e, por isso, a tradução do nome é rio canhema. Acontece que o desconhecimento faz com que se use um novo TG (córrego) para marcar o AF, aparecendo, assim, o topônimo *córrego Icanhema*.

A consideração das taxionomias é feita pelo TE do sintagma toponímico. Qualquer sintagma toponímico é composto por duas partes. A teoria convencionou chamá-las de termo genérico e termo específico. A divisão entre TG e TE deve permanecer clara o suficiente, pois é a partir do TE que se obtém a filiação semântica do topônimo. Neste trabalho, preferiu-se a metodologia de escrever o TE em letra maiúscula e o TG em minúscula, para melhor visualização e entendimento. Os TEs podem ser relativos aos AFs ou aos ACs.

A finalidade das taxionomias é de ordenação terminológica e o objetivo principal desta ordenação não é apenas quantitativo, é, acima de tudo, comparar os resultados quantitativos aos aspectos históricos, geográficos, sociais e, principalmente, linguísticos do local em que se encontram os topônimos. As taxes são um instrumento que permitem aferir de forma objetiva as causas motivadoras dos nomes, se essas causas atrelam-se aos aspectos físicos ou sociais que motivam o léxico.

Conforme apontado, é o TE que define o campo semântico ao qual o topônimo pertence. No entanto, em alguns casos há necessidade de uma atenção maior, visto que há, no TE, topônimo simples (TS), quando o TE é formado por uma palavra – *rua Rio* – e há topônimo composto (TC), quando o topônimo é formado por mais de uma palavra. Note-se, em se tratando de TC, que este pode ser uma composição simples de *substantivo+adjetivo*, como no exemplo *rua Rio Negro*, uma aglutinação, como em *rua Itaguassu*, uma composição de *preposição+substantivo* – *rua dos Meninos* –, entre outros casos. Além do TS e do TC, há o topônimo híbrido (TH), que ocorre quando há palavras de duas línguas, como no caso do *rio Cubatão de Cima*, em que há língua africana e portuguesa.

Quando se considera o termo que determina a taxe, se há em mãos um TS, não há problema. Mas quando o que se tem é um TC, exceto no caso de *preposição + substantivo*, o que define a taxe é o primeiro elemento do sintagma toponímico. Em *rua Rio Negro*, o elemento que determina a taxe é *Rio*. Há, então, um hidrotopônimo.

Sobre a distinção entre AF (ou acidentes naturais) e AC (ou acidente / aglomerado cultural), convém determinar o que é cada um deles. AF é todo e qualquer acidente da região, natural, ou seja, rios, córregos, morros, entre outros. Já o AC seria o município propriamente dito, conforme teoria proposta por Dick (1990), que inclusive o denomina aglomerado humano ou até mesmo acidente antrópico. Por extensão, entende-se que o conceito de AC aplica-se a qualquer nome de rua, de vila, de travessa, de bairro e qualquer outro que denomine um caminho ou um local que é um empreendimento humano e que não se enquadre na categoria de AF.

O sintagma toponímico pode ser esquematizado da seguinte forma:

Até chegar nesta perspectiva de considerar o TE como gerador do motivo do nome e para tanto ser a partir dele que o topônimo é classificado é necessário voltar à arbitrariedade clássica, da antiga filosofia grega. Entre duas escolas de pensamento rivais, Platão era da corrente naturalista e defendia que havia uma relação intrínseca entre sentido e imagem acústica (som). Já Aristóteles era convencionalista e defendia uma relação puramente arbitrária (ULMANN, 1977, p. 7)

Por mais que muitos tenham tratado do assunto, essa arbitrariedade é retomada por Saussure no século XX. Dick não nega a arbitrariedade de Saussure, porém coloca o topônimo como duplamente marcado. O que era arbitrário e inerente à língua (*lexia virtual*) se transforma em essencialmente motivado no ato do batismo do lugar (*oralidade, enunciação espontânea*). Por isso entende-se que em toponímia as palavras não significam nem denominam, mas elas se referem às coisas. O triângulo semiótico de Odgen & Richards explica melhor:

Este triângulo é assim explicado por Lyons (1979, p. 429):

(...) as palavras não “significam” nem “denominam” as coisas, mas se referem às coisas. Feita a distinção entre forma e significado referente, podemos dar a conhecida representação diagramática da concepção tradicional entre esses três elementos sob a forma de um triângulo (...). A linha pontilhada entre forma e referente significa que sua relação é indireta: a forma liga-se a seu referente por meio do significado (conceptual) associado àquela e a este, mas de maneira independente. Esse diagrama ressalta um fato importante: que, segundo a gramática tradicional, a palavra resulta da combinação de uma forma específica com um significado específico.

A arbitrariedade é retomada por Ullmann (1977), pois o autor defende que há signos linguísticos arbitrários ou opacos, não havendo conexão entre som e sentido. Mas ele também diz que há palavras transparentes.

2.1 Metodologia

Primeiramente foi realizado um estudo minucioso da história local. Depois disso, a partir do mapa atual do bairro e dos mapas que contemplavam a hidrografia do município, efetuou-se um levantamento dos topônimos. Feito isso, a motivação para a escolha do nome foi abordada e os topônimos foram organizados em fichas, em tabelas e em gráficos.

As fichas lexicográfico-toponímicas são de grande importância e estão divididas em subgrupos. Quando forem ruas, avenidas e travessas, ao lado da numeração aparece a letra

“r”. Se forem praças e largos, aparece a letra “p”. Em se tratando de vilas, parques, jardins e conjuntos residenciais, a letra usada após a numeração é “v”. Para os cursos d’água, optou-se pela letra “c” e, com relação aos demais nomes, por serem poucos, só estão numerados.

O modelo de ficha proposto por Dick foi sensivelmente adaptado neste trabalho.

Figura 1 – Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica de Dick

Localização – Município:	_____
Topônimo:	_____ A.G.: _____ Taxionomia: _____
Etimologia:	_____
Entrada Lexical:	_____
Estrutura Morfológica:	_____
Histórico:	_____
Informações Enciclopédicas:	_____
Contexto:	_____
Fonte:	_____
Pesquisador:	_____ Revisor: _____
Data da Coleta:	_____

Figura 2 – Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica Adaptada (em branco)

Ficha Lexicográfico-Toponímica					
Pesquisador: Virgílio Antikeira					
Orientadora: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick					
Localização:					
Topônimo:		T.G.:		T.E.:	
A.G./A.H.:		Tipo:			
Taxionomia:					
Etimologia:					
Origem Linguística:					
Entrada Lexical:					
Definição Toponímica do TG:					
Estrutura Morfológica:					
Histórico:					
Informações Enciclopédicas:					
Criação do Loteamento:		Localização do AH:			
Contexto:					
Fonte:					
Revisora:					
Data da Coleta:					

Figura 3 – Modelo de Ficha Lexicográfico-Toponímica Adaptada (preenchida)

Ficha Lexicográfico-Toponímica					Pesquisador: Virgílio Antikeira		17p	
					Orientadora: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick			
Localização:	São Paulo – município de São Bernardo do Campo (Sub-Região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo)							
Topônimo:	praça Olímpio Félix da Silva	T.G.:	praça	T.E.:	Olímpio Félix da Silva			
A.G./A.H.:	praça	Tipo:	Humano					
Taxionomia:	Antropotopônimo							
Etimologia:	<p>Olímpio: OLÍMPIO, -A, lat. Olympius, do gr. O'lympos: “o céu”; “celestial”. Também “tudo esplendente”. É nome de um monte entre a Tessália e a Macedônia. (GUÉRIOS, 1981, p. 190)</p> <p>Félix: FÉLIX, f. erudita port. do lat. Felix: “feliz”. Forma popular, arcaica: Fiiz. (GUÉRIOS, 1981, p. 119)</p> <p>De: prep. Do lat. <i>de</i>. (CUNHA, 2007, p. 240)</p> <p>A: art. pron. f. Do lat. <i>illa</i>, através da var. arc. <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase (CUNHA, 2007, p.2)</p> <p>Silva: SILVA, sobr. port. top. Lat. silva: “selva, floresta” e n. de várias plantas. (GUÉRIOS, 1981, p. 226)</p>							
Origem Linguística:	Língua Portuguesa							
Entrada Lexical:	<p>Olímpio: Antropônimo (prenome)</p> <p>Félix: Antropônimo (sobrenome)</p> <p>Da = contração da preposição <i>de</i> com o artigo definido feminino <i>a</i>.</p> <p>Silva: Antropônimo (apelido de família)</p>							
Definição Toponímica do TG:	Área urbana arborizada ou ajardinada, para descanso e lazer, podendo a ela convergir várias ruas ou por ela passar uma ou mais ruas.							
Estrutura Morfológica:	Termo Composto: substantivo (antropônimo = prenome) + substantivo (antropônimo = sobrenome) + preposição + artigo definido feminino singular substantivo (antropônimo = apelido de família)							
Histórico:	O Decreto nº 6161, de 18 de abril de 1979, diz que passa a denominar-se praça Olímpio Félix da Silva a área de espaço livre do loteamento de propriedade do Banco A. E. Carvalho S/A, localizada entre os lotes 2 e 21 da quadra B da referida propriedade, as ruas Congonhas e São Simão e linha de transmissão da Light.							
Informações Enciclopédicas:	<p>Dizeres do Decreto:</p> <p>“Considerando que Olímpio Félix da Silva, nascido a 6 de fevereiro de 1906, em São Joaquim da Serra Negra – MG, e falecido em 7 de junho de 1978, nesta cidade, muito colaborou para o desenvolvimento de São Bernardo do Campo.”</p> <p>“Considerando que Olímpio Félix da Silva, como um dos primeiros moradores de vila Vivaldi, sempre se empenho em campanhas de benemerência em prol da comunidade que integra.”</p> <p>“Considerando que Olímpio Félix da Silva foi grande incentivador da Sociedade Amigos Esportiva Vila Vivaldi, sendo membro ativo de seu Conselho Deliberativo.”</p>							
Criação do Loteamento:	1949 (vila Camargo)	Localização do AH:			Rudge Ramos			
Contexto:								
Fonte:	<p>Para verificação da etimologia:</p> <p>CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.</p> <p>MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes. 3. Ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1981.</p> <p>Para construção da definição toponímica do termo genérico:</p> <p>CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.</p> <p>HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa; elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário Cartográfico. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.</p>							
Revisora:	Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick							
Data da coleta:	2008							

A motivação toponímica, apreendida após elaboração das fichas, é de grande importância, pois é através dela que se chega à causa denominativa ou à intenção do nomeador. Pelo método empregado, o qual separa os nomes cuja motivação é física daqueles cuja motivação é cultural, observa-se o mesmo já visto por Dick em várias obras, que os topônimos de NF tem uma vantagem na análise porque conversam mais a denominação. Com os topônimos de NAC é mais fácil chegar às causas porque são mais próximos do nativo da região e também são mais constantes os registros históricos e documentação. No caso dos topônimos de NAC viu-se exatamente isso, visto que a grande maioria deles possui documentação comprobatória da doação do nome.

Além dos mapas atuais, outros que mostram o bairro e o município em diferentes épocas foram usados. Alguns deles já estão citados nas referências e copiados nos anexos. O grande objetivo destes mapas é mostrar a antiguidade de alguns nomes, principalmente para a comprovação de momentos distintos de nomeação.

Após este levantamento histórico e depois da seleção dos nomes, buscou-se um olhar mais atento aos aspectos linguísticos necessários para a análise toponímica, objetivando desvendar o que há por detrás do ato de nomear, da necessidade dos seres humanos de dar nome a seres e ações. A questão de diferentes momentos de nomeação presente nesta pesquisa atrela-se certamente a possibilidade de, ao verificar o ato linguístico de nomear, ser possível descobrir relações culturais entre os povos ou entre os períodos em que os povos deram nome a lugares. Isso vai muito de encontro àquilo já muito difundido por Dick em diversos estudos: é possível conhecer a mentalidade do denominador, não apenas isolado, mas em grupo social. Este ato de nomear não é aleatório.

O TG é definidor de um determinado estrato do ambiente porque “[...] a Toponímia, em grande número de regiões, serve-se de certos vocábulos, retirados de origens diversas e que, para nós, no conjunto dessa obra, estruturam os chamados termos ou vocábulos

toponímicos básicos” (DICK, 1992, p. 105). É por este motivo que há um estudo pormenorizado dos TGs.

2.2 Terminologia Aplicada à Toponímia

O motivo primeiro da pesquisa acerca da terminologia aplicada à Toponímia jaze na hipótese de considerar o que em Toponímia é TG como termo, como parte de uma língua de especialidade, de um “sistema de comunicação oral ou escrita usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento” (PAVEL & NOLET³², 2002, p. 124, apud BARROS, 2004, p. 42) dentro da disciplina científica Toponímia ou dentro da ciência mãe Onomástica.

Considerando o sintagma toponímico como termo, aqui entendido como “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito, definida em uma língua de especialidade” (ISO 1087, 1990, p. 5, apud BARROS, 2004, p. 40), tal qual o fez Dick (1999, p. 127) ao dizer: “como termos, e tendo uma função específica de marcadores ou referenciais, topônimos e antropônimos podem integrar o conjunto da obra lexicográfico-terminológica particular” e em outras diversas oportunidades, como ao tratar da Toponímia e Antroponímia, dizendo que “hoje, afirmamos que ambas as disciplinas podem se inscrever, sem dificuldade, no campo da Terminologia ou Socioterminologia” (id., *ibid.*, p. 123) ou dizendo:

Na medida que consideramos a Toponímia – neste caso em foco – como uma linguagem de especialidade, mas diferenciada daquelas outras reconhecidamente técnicas, enfatizamos o emprego especial das mesmas expressões discursivas da língua geral. É o uso direcionado de uma referência espacial ou sígnica, genericamente, que modifica, em nosso entender, o estatuto linguístico da expressão, incluindo-a num rol terminológico. (id., 2006, p. 99)

³² PAVEL, S. & NOLET, D. **Manual de Terminologia [on line]**. Disponível na [www](http://www.translationbureau.gc.ca). URL: www.translationbureau.gc.ca. Acesso em janeiro de 2010.

e considerando a nomenclatura de classificação toponímica (taxionomia) como termo, falta a averiguação das partes que compõem o sintagma toponímico: TG, sobre o qual jaze a hipótese, e TE.

A nomenclatura de classificação toponímica, cujo objetivo é o ordenamento semântico dos topônimos, conforme já discutido foi criada no Brasil por Dick (1990, 1992) e é até hoje bastante utilizada. O ordenamento das taxes respeita o seguinte critério: primeiro há o elemento genérico, definidor da classe onomástica, com clareza lógica e depois aparece o nome que representa a procedência do campo de estudo específico. Exemplificando, no termo “fitotopônimo” “fito” refere-se ao elemento genérico e o restante é o que representa o campo de estudo específico. Por esse uso específico da nomenclatura por uma disciplina científica não é difícil a interpretação das taxionomias como termos, como “unidades de referência a uma realidade e, por isso, dotados de um significado que pode ser descrito como um conjunto de traços distintivos” (CABRÉ, apud DICK, 1999, p. 126).

Diante do exposto, conclue-se que são termos e formadores do campo lexical da Toponímia: 1) Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela; rio da Estrela; Saturno, 2) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: praia do Leste; serra do Norte; Entre-Rios; ribeirão do Norte; lagoa do Sul, 3) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Branco; rio Negro; rio Pardo; serra Azul, 4) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: ilha Comprida; serra Curta; Larga; riacho Grosso; morro Alto; córrego Fundo; igarapé Profundo, 5) Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (arroio Pinheiro), em conjunto da mesma espécie (Pinheiral) ou de espécies diferentes (morro da Mata; Caatinga; serra da Caatinga), além de formações não espontâneas individuais (ribeirão Café) e em conjunto (Cafezal), 6)

Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas: elevações (*montanha*: Montanhas; *monte*: Monte Alto; *morro*: Morro Azul; *colina*: Colinas; *coxilha*: Coxilha) e depressões do terreno (*vale*: Vale Fundo; *baixada*: Baixadão) e às formações litorâneas (*costa*: Costa Rica; *cabo*: Cabo Frio; *angra*: Angra dos Reis; *ilha*: Ilhabela; *porto*: Porto Velho), 7) Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: *água*: serra das Águas, Água Boa; *rio*: Riozinho; Rio Preto; *córrego*: Córrego Novo; *ribeirão*: Ribeirão Preto; *braço*: Braço do Norte; *foz*: Foz do Riozinho, 8) Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos (*barro*: lagoa do Barro; *barreiro*: córrego do Barreiro; *tijuco*: Tijuco Preto; *ouro*: arroio do Ouro), conjunto da mesma espécie (córrego Tijucal), ou de espécies diferentes (Minas Gerais; Cristália; Pedreiras), 9) Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: *vento*: serra do Vento; Ventania; Botucatu; *neve*: riacho das Neves; *chuva*: cachoeira da Chuva; cachoeira do Chuvisco; Chuva; *trovão*: Trovão; cachoeira Trovoada , 10) Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex.: Curva Grande; ilha Quadrada; lagoa Redonda; Triângulo, 11) Zootopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (*boi*: rio do Boi) e não domésticos (*onça*: lagoa da Onça) e da mesma espécie em grupos (*boiada*: ribeirão da Boiada; Vacaria; Tapiratiba), 12) Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex.: *vitória*: Vitória; *triunfo*: Triunfo; *saudade*: cachoeira da Saudade; *belo*: Belo Campo; *feio*: rio Feio, 13) Antropotônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: *prenome*: Abel; Benedito; Fátima; *hipocorístico*: Bentinho; Chiquita; Nico; *prenome + alcunha*: Fernão Velho; Joaquim Preto (igarapé do); Jorge Pequeno (ribeirão); Maria Magra (serra da); Pedro Ligeiro; *apelidos de família*: Abreu; Barbosa (arroio); Silva; Tavares (rio); *prenome +*

apelido de família: Antonio Amaral; Francisco Dantas; Manuel Alves (rio), 14)

Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente; Doutor Pedrinho; Duque de Caxias, 15)

Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Brasil; Europa; Amazonas; Uruguai, 16)

Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Ex.: Velha Boipeba; rio Novo Mundo; Nova Viçosa; Velha e Nova Emas, 17)

Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Casa da Telha; Ocaçu; Sobrado, 18)

Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: *flecha:* córrego da Flecha; *jangada:* Jangada; *relógio:* Relógio, 19)

Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Guarani; ilha do Francês; rio Xavante; Chavantes; Árabe, 20)

Dirrematopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há Mais Tempo; Valha-me Deus; Vai Quem Quer; Deus me Livre, 21)

Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana etc. Ex.: Cristo Rei; Jesus; Alá; Nossa Senhora da Glória; às efemérides religiosas: Natividade; Natal; às associações religiosas: Cruz de Malta; aos locais de culto: *igreja:* serra da Igreja; *capela:* Capela; Capelazinha. Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: a) hagiotopônimos (22): topônimos reativos aos santos e santas do hagiológico romano: São Paulo; Santa Tereza; Santana da Boa Vista; b) mitotopônimos (23): topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: *saci:* ribeirão do Saci; *curupira:* lago Curupira; *jurupari:* Jurupari; *anhaga:* Anhangá, 24)

Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.: Independência; rio 7 de Setembro; Inconfidência; Inconfidentes; rua Vinte e Um de Abril, 25)

Hodotopônimos (ou Odotopônimos): topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex.: Estradas;

Avenida; córrego do Atalho; Travessa; Rua de Palha; Ladeira, 26) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras; Duas Pontes; Três Coroas, 27) Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade; serra da Aldeia; Arraial; Vila dos Anjos; Povoação; Tabapuã, 28) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, pátio, praça). Ex.: Sapateiro (serra do); Pescador; Tropeiros (serra dos); Engenho Novo (córrego); Oficina; Pracinha e 29) Somatopônimos: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovel; Pé de Boi; Pé de Galinha; Mão Esquerda (rio da); Mão Quebrada (lagoa da); Dedo (igarapé do); Dedo Cortado (córrego do); Dedo Grosso. Corrobora a definição de Cabré (apud DICK, 1999, p. 123) ao colocar Terminologia como “reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade e um meio inevitável de expressão e comunicação social.”. Além disso, os termos acima listados se inscrevem na lexicologia, pois esta “tem por meta definir um vocábulo, caracterizando-o funcional e semanticamente” (ANDRADE, 2001).

Além dos termos acima listados, qualquer sintagma toponímico é termo. Desta forma, todas as unidades toponímicas cartografadas, ou seja, todos os nomes que aparecem registrados em mapas ou em outros documentos são termos para a Toponímia. Em contrapartida, ainda há alguns que consideram a Toponímia como um

fato meramente nomenclatural, uma relação de palavras-nomes aleatórias e desvinculadas entre si. Diante dessa perspectiva, dificilmente pensam a disciplina como um conjunto lexical ordenado, um sistema de significação completo, em que a distribuição das denominações é o resultado de uma reflexão e de uma escolha realizada no eixo paradigmático da linguagem. (DICK, *ibid.*, p. 130).

Seguindo os postulados de Dick, todas as unidades cartografadas, as quais são sintagmas toponímicos, são consideradas como termos para a Toponímia.

Como visto há, em Toponímia, dois elementos formadores do sintagma toponímico. O primeiro deles é o elemento que se refere ao AF ou Objeto da Nomeação (rio, cachoeira,

morro, monte, vale, barra etc) ou ao AC ou Objeto da Nomeação (cidade, vila, bairro, país, rua etc), denominado TG; o segundo é o nome propriamente dito, que é o nome particular do objeto nomeado (*Rudge Ramos, São Paulo, Paraibuna, Senador Vergueiro* etc). Desta forma, um sintagma toponímico é formado por TG + TE (*vila Vivaldi*). Na hipótese desta pesquisa o sintagma é termo, pois, além do já exposto sobre este assunto, qualquer esclarecimento a ele dado está pautado pelas teorias toponímicas e, por isso, não é compreendido fora dela.

A consideração do sintagma toponímico como termo e não mais nome comum da língua é funcional. Fora do contexto denominativo, Itauna, por exemplo, é “ITAUNA *c.* Itáuna, a pedra preta, o ferro, o minério.” (SAMPAIO, 1987, p. 260). O sentido da língua indígena é tomado e, juntamente com o TG *rua*, formam um sintagma *rua Itauna*. O conjunto formado pelos dois termos é o topônimo, que não mais significa, mas identifica um local. Corroborar Dick ao dizer que “dentro de uma nomenclatura técnico-científica ou especializada, topônimos e antropônimos podem ser interpretados como termos ou como uma unidade terminológica (UT)”. (1999, p. 126)

É muito complicado conseguir provar o TE como termo e não como palavra comum da língua, visto que sozinho ele automaticamente volta ao significado anterior, volta a ser uma lexia virtual da língua, volta ao nível de sistema, mesmo que vazio semanticamente fora do contexto toponímico. Por esse motivo e por entender que termos são considerados “como unidades linguísticas que exprimem conceitos técnicos e científicos, mas que não deixam de ser signos de uma língua natural (geral)” (BARROS, 2004, p. 57), neste trabalho, além das taxionômicas, considera-se termo apenas o sintagma como um todo e um dos formantes do sintagma: o TG, sendo o TE uma parte do termo e não um termo propriamente dito. Em resumo, as taxionomias toponímicas, os sintagmas toponímicos e os TGs são termos da Toponímia, mas os TEs não o são.

2.2.1 Os Termos Genéricos

Um dos grandes motivos que conduz à crença de que os TGs dos topônimos são termos, configurando uma relação de vocábulos a somar-se às taxionomias como língua de especialidade da Toponímia é a percepção de que fora do sintagma toponímico, o TG, apesar de ser polissêmico, nos casos analisados, não perdendo como uma das suas definições uma que quando não é igual é muito parecida com a definição toponímica do termo, em alguns casos a definição do dicionário de língua se afasta do sentido que o termo possui para a Toponímia.

Face ao exposto, os TGs foram analisados em três dicionários: o Dicionário de Língua, sendo escolhido o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, o Etimológico, com suporte do **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** e o Terminológico, com o uso do **Dicionário Cartográfico**. Acredita-se que há, entre as definições apresentadas pelos dicionários e o que efetivamente significa o TG, diferenças consideráveis. Por haver as diferenças é que, como resultado da análise das definições dos dicionários consultados, formulou-se um **Glossário de Termos Genéricos**, o qual conta com o significado destes para a Toponímia, exclusivamente.³³

Como a maioria dos trabalhos de análise toponímica dos projetos coordenados por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (ATB, ATESP etc.) apresenta uma perspectiva de análise mais ampla, que considere a escala 1:50.000 e 1:100.000 ou até mesmo outras e que analise, principalmente, os TEs, para ordenamento da motivação semântica dos nomes através das taxionomias toponímicas e porque esta pesquisa tratará majoritariamente de toponímia urbana ou microtoponímia, tal qual a feita por Dick (1996) em sua livre docência, há alteração

³³ Este glossário não esgota sequer as possibilidades de análise dos termos genéricos da região. Face a este entendimento e considerando a território brasileiro em sua extensão é que já se constrói um **Dicionário Toponímico do Brasil**, o qual contará com todos os termos utilizados por esta disciplina científica.

substancial dos TGs. A delimitação do campo de atuação da pesquisa abrange os TGs referentes aos cursos d'água contidos nas cartas do IBGE 1:50.000 (MI 2793-2 e MI 2793-4) e os contidos no mapa hidrográfico do *Compêndio Estatístico de São Bernardo do Campo*, mas sobressaem-se os TGs relativos aos ACs, principalmente os logradouros públicos, os quais estão cartografados no mapa do bairro de Rudge Ramos, sem escala e abrangendo todos os topônimos. Face ao recorte utilizado, o *Glossário de Termos Genéricos da Toponímia* não contempla todos os TGs existentes na Toponímia brasileira. As diferenças semânticas dos TGs em uma ou outra região do Brasil serão abordadas no Dicionário Toponímico Brasileiro (v. nota 4). É importante frisar, contudo, que este glossário abrange todos os TGs do corpus que será analisado, com exceção dos TGs *represa* e *reservatório*.

Segundo a definição de Greimas (2008, p. 104), “Na tradição da linguística descritiva, entende-se por *corpus* um conjunto de enunciados, constituído com vistas de análise, a qual, uma vez efetuada, é tida como capaz de explicá-lo de maneira exaustiva e adequada.” Este conjunto de enunciados não será suficiente para lançar mão de um glossário completo, pois a realidade brasileira abrange muitos outros TGs. No entanto, certamente há uma visão completa quanto ao local em estudo, o que interessa, no momento. Além disso, proporcionará uma verificação das relações entre os termos.

2.2.2 Termos Genéricos da Toponímia

O corpus em análise traz os seguintes TGs: *anel viário*, *avenida*, *bairro*, *cidade* (*município*), *conjunto residencial*, *córrego*, *estrada*, *jardim*, *largo*, *parque*, *praça*, *ribeirão*, *rio*, *rodovia*, *rua*, *travessa*, *via*, *viela* e *vila*. A seguir, aparece a definição destes termos

apresentada pelos dicionários consultados e por fim, a definição toponímica.

2.2.2.1 Anel Viário

O TG *anel viário* não possui, por suas particularidades e certamente por uso recente, definição que abranja o sintagma. Por isso, para melhor defini-lo convém verificar os componentes do TG em separado. Em primeiro lugar e considerando o primeiro formante do TG: *anel*, o **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (DE)**, de Antônio Geraldo da Cunha, trata a entrada como “pequena tira circular, geralmente de metal, que se usa nos dedos como adorno ou símbolo” e que esta palavra vem do latim *ānnelus*. Por razões óbvias, o **Dicionário Cartográfico (DC)**, de Cêurio de Oliveira, não apresenta a definição. Já o **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (DH)**³⁴, de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, traz diversas definições, inclusive referentes a campos específicos do conhecimento. Dentre elas, há: “aro ou fita circular (de metal, madeira, plástico etc.) com que se cinge ou segura alguma coisa”, “pequeno aro, frequentemente de metal precioso, guarnecido ou não de enfeites ou de gemas, que se traz no dedo como adorno ou por distinção de dignidade, profissão, estado civil, compromisso afetivo etc.” e “qualquer objeto, órgão, linha ou figura de forma circular ou de anel”. Acredita-se que este último sentido é empregado no TG estudado, visto que o mesmo DH apresenta a definição de *anel rodoviário* como “rodovia que contorna uma área urbana”. Antes de apresentar a definição toponímica, a qual está muito perto da definição de *anel rodoviário* do DH, é bom observar como é tratado o segundo formante do termo: *viário*. Segundo o DE, é um adjetivo “referente à viação” e possui a etimologia em

³⁴ Como este dicionário contém uma grande quantidade de definições, optou-se por aquelas que mais se aproximam do sentido toponímico do TG em estudo.

viãrius, do latim. Já o DC não apresenta a definição e o DH diz ser “o leito da via férrea”, como um substantivo e “referente à viação”, tal como o fez o DE, como um adjetivo. Face ao exposto, a definição toponímica de *anel viário* é: caminho com grande circulação de veículos automotores que circula ou contorna a área urbana de um município ou passa por dentro da área urbana.

2.2.2.2 Avenida

O TG avenida é, de acordo com o DE, “logradouro mais largo e importante do que a rua” e vem do castelhano *avenida*, que por sua vez deriva do francês *avenue*. O DC não apresenta a definição do termo. Já o DH apresenta-a como “via pública urbana ampla, mais larga do que a rua, geralmente arborizada ou provida de outros guarnecimentos”, como “a principal via de acesso a uma casa de campo, a um parque etc., ladeada por árvores; alameda”, entre outros. A definição toponímica do termo avenida é bastante similar às acima apresentadas, a saber: via pública urbana, geralmente ampla, mais larga e mais importante que a rua e arborizada.

É permitido, por conhecer as particularidades toponímicas de algumas regiões, constatar a relação que há entre avenida, com sentido próximo à alameda, esta muito relacionada aos álamos ou outras árvores em fileira, e rua. Na maioria das vezes, a avenida é sim mais ampla e mais importante do que uma rua. No entanto, nem sempre é arborizada, o que a afasta do sentido de alameda. Mas o que não se pode deixar de lado é o fato de que por ser a avenida mais importante do que a rua, seu uso confere maior importância ao logradouro, mesmo que este não seja mais amplo, mais importante, deixando de lado a questão arbórea.

Em resumo, da mesma forma que o uso do TG alameda, muito comum em áreas projetadas para comportar residências mais elitizadas, confere mais *status* econômico, o TG avenida confere mais *status*, não necessariamente econômico, ao local em que é empregado o termo. Pode haver, inclusive, áreas que no princípio eram melhores e que, após as diversas alterações econômicas e sociais da localidade, perderam a imponência.

2.2.2.3 Bairro

Para o TG, o DC o coloca como “divisão de uma cidade para fins administrativos”. De acordo com o DE, bairro é “cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade” e é etimologicamente vinculado ao árabe vulgar *barri*, cujo sentido é “exterior”. O DH coloca bairro como “porção de território povoado nas cercanias de uma cidade; povoado, arraial, distrito.”, cujo sentido se aproxima da origem etimológica do termo. Além disso, o DH dá uma definição mais atual, como “cada uma das partes em que se divide uma cidade ou vila, para facilitar a orientação das pessoas e possibilitar a administração pública mais eficaz”. A definição mais atual é praticamente a definição toponímica, pois esta é: cada uma das partes em que se divide uma cidade, um município, para facilitar a orientação das pessoas e para fins administrativos; cada parte pode ser subdividida em partes menores: vilas, jardins, parques, conjuntos residenciais.

Nesta pesquisa, o genérico vila faz parte do bairro. O referencial de vila colocado pelo DH, segundo a nomenclatura atual, está em desuso. A Vila de São Bernardo, antigamente, possuía bairros. Mas o município de São Bernardo do Campo atual possui bairros e estes, por sua vez, vilas.

2.2.2.4 Cidade e Município

No que se refere ao TG cidade, o DC o define como “local com habitações, comércio, escolas, igrejas, clubes, etc. e logradouros públicos; sede de município; localidade com o mesmo nome do município a que pertence e onde está sediada a respectiva Prefeitura. Já o DE diz ser cidade o “complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma concentração populacional não agrícola” e que a etimologia vem do latim *civitas –atis*. Dentre as definições do DH, destacam-se as seguintes: “aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe” e “na divisão territorial brasileira, sede de município, qualquer que seja o seu número de habitantes”. Empiricamente, em muitos casos cidade se confunde com município. Por isso, antes de passar para a definição toponímica do TG cidade, é salutar ver o sentido de município. Este, segundo o DC é a “circunscrição administrativa, em que se exerce a jurisdição de uma vereança; subdivisão administrativa de um Estado ou Território”. Conforme o DE, o termo é do latim *municipium –ii* e quer dizer “divisão administrativa autônoma do Estado”. Para o DH, município é a “divisão administrativa de um estado (‘divisão territorial de determinados países’), distrito ou região, com autonomia administrativa e constituído de órgãos políticos administrativos próprios [No Brasil, o município é composto pela Prefeitura e pela Câmara Municipal]”, bem como “o território que se encontra sob jurisdição do município; municipalidade”. Devido ao exposto, para a análise em questão cidade e município podem ser tratados como sinônimos, pois o município em estudo é urbano, apesar de grande parte territorial ser rural. No entanto, pensando no

Glossário para os parâmetros nacionais, faz-se necessário considerá-los em separado. A definição toponímica de cidade é: local com o mesmo nome do município e com a sede deste, cuja concentração populacional não é agrícola. Já a definição toponímica de município é: divisão administrativa autônoma de um estado.

Apesar da definição de município abranger a parte agrícola de um determinado local, não parece correto tratar os dois termos: cidade e município, como sinônimos, pois mesmo que o município não possua área rural, a quantidade seria baixa para tal consideração. Face ao exposto, cidade é um termo e município outro. Na pesquisa em questão aparecerá o TG município, por sua maior abrangência e pelo motivo do município de São Bernardo do Campo possuir área rural.

2.2.2.5 Conjunto Residencial

Tal como feito com o TG anel viário, o termo conjunto residencial merece verificação dos componentes em separado, apesar da fácil apreensão do sentido do adjetivo que figura como segundo formante do termo. O DC não apresenta as definições. Já o DE diz que conjunto vem do latim *conjunctus*, sendo sua definição aproximada a de junto: “unido, pegado, próximo, chegado, anexo”. O mesmo dicionário não traz *residencial* e por ser esta palavra adjetivo do substantivo *residência* + *-al*, é mais claro colocar a etimologia desta como vindo do latim médio *residentia*. Estes vocábulos têm sua origem no verbo residir, que é o mesmo que fixar residência, morar, segundo o DE. Para o DH, residencial é algo “reservado para habitações particulares”, lugar “ocupado como residência” ou “próprio para residência”. Já com relação ao termo *conjunto*, o DH diz ser algo “que ocorre ao mesmo tempo;

concomitante, simultâneo”, “somado, reunido”, “situado em local próximo, adjacente, contíguo”, todos como adjetivos e “certa quantidade de elementos vistos como um todo” ou “reunião de objetos, utensílios, roupas etc. destinados a um mesmo fim”, como substantivos. A definição toponímica de conjunto residencial pega emprestado o valor de substantivo de conjunto e o valor adjetival de residencial, formando a seguinte definição: reunião de residências próximas ou juntas umas das outras, quase sempre com as mesmas características de construção. Corrobora a definição a encontrada em Ferreira (1995), que embora seja dada como específica do domínio da arquitetura, é importante: “Agrupamento organizado e ordenado de casas ou edifícios de habitação que constituem uma unidade, ou por haverem sido projetados em conjunto ou porque formam uma unidade de vizinhança.”

2.2.2.6 Córrego

Dentre os TGs aqui estudados, alguns são referentes aos AF, tal como o termo *córrego*, relativo à hidrografia. De acordo com o DC *córrego* é o mesmo que riacho, sendo este, segundo o mesmo dicionário, “curso d’água menor do que um rio”, definição também do DH “pequeno rio”. Para o DE, *córrego* vem do latim *corrugus* “corrente” e significa o mesmo que riacho, cuja origem é o castelhano *riacho*, um diminutivo irregular de rio. No que tange ao DH, *córrego* aparece como “fenda ou sulco aberto na terra pelas águas correntes; corga”, “via estreita e funda entre montes, cadeia de montanhas etc.; corgo, desfiladeiro” e “pequeno rio com fluxo de água bastante tênue; corgo, riacho”. Aqui, mais uma vez, encontra-se *córrego* e *riacho* como sinônimos, sendo isso efetivamente o que ocorre, no Brasil. No entanto, cabe salientar que a realidade brasileira contempla o uso em determinadas regiões do

TG córrego e em outras do genérico riacho. No município de São Bernardo do Campo, há o genérico córrego, mas não o seu sinônimo riacho, considerando a escala 1:50.000 e o Compêndio Estatístico. Além disso, o DH traz uma relação de sinônimos e variantes: arroio, corga, levada, regato, riacho, ribeira, ribeirada, ribeirão, ribeiro, sanga, veia, veio, o que aumenta o número de possibilidades de escolha dos TGs³⁵. Com isso, a definição toponímica do termo é: curso de água corrente de largura pequena, menor que um rio e geralmente em área urbana, por vezes canalizado ou coberto por intervenção humana.

2.2.2.7 Estrada

Em um passado não muito distante, o aumento populacional de determinadas cidades fez com que os caminhos (caminho que vai para o mar, depois caminho do mar) e as estradas (estrada do Vergueiro, depois avenida Senador Vergueiro), perdessem o TG primitivo. Muito embora isso tenha acontecido, o genérico estrada, por exemplo, fica na Toponímia quando há um recorte temporal da nomeação, quando são examinados locais que os possuem preservados (estrada dos Alvarengas³⁶, em São Bernardo do Campo) ou pelo uso como sinônimo de rodovia.

Estrada, para o DC é o “caminho para homens, animais e veículos” e segundo o DE estrada é o “caminho relativamente largo”, do latim *strāta –ae*. Para o DH, estrada é “via mais larga que um caminho, transitada por pessoas, animais e/ou veículos” e “qualquer caminho para circulação de seres ou meios de transporte”. Este mesmo dicionário traz o termo estrada de rodagem, como sinônimo de rodovia, ou seja, estrada e rodovia somente serão sinônimos

³⁵ Somente um Glossário completo dará conta de todas as relações possíveis entre os termos listados como sinônimos e variantes. Neste trabalho será tratada somente da relação entre córrego / riacho com ribeirão.

³⁶ Estrada dos Alvarengas está fora do corpus de análise.

se forem lugares específicos para a circulação de veículos automotores. Por isso, a definição de estrada é: caminho relativamente largo para homens, animais e veículos.

2.2.2.8 Jardim

Muitas vezes, ao estudar os TGs da Toponímia, ocorre uma ressemantização. Isso acontece, por exemplo, com o TG jardim. Como já apontado, um município possui divisões administrativas chamadas de bairros e estes, por sua vez, são subdivididos. Desta subdivisão, há vilas, parques, jardins e conjuntos residenciais, entre outros, tidos quase sempre como sinônimos. Na origem, segundo aponta o DE jardim vem do francês *jardin*, do antigo *fart*, derivado do frâncico *gard*, significando “terreno onde se cultivam plantas ornamentais. O DC não apresenta o termo e o DH o tem como sendo “terreno onde se cultivam flores e plantas ornamentais para lazer ou estudo”, “área de uma composição paisagística de um projeto arquitetônico ou urbanístico, na qual se cultivam plantas ornamentais” e “país, região que apresenta vegetação abundante, fértil e harmoniosa”. O vocábulo deve ser tratado como ressemantizado face à perda do sentido original de terreno onde se cultivam plantas ornamentais, por exemplo. No caso do TG da Toponímia, jardim é: uma das subdivisões de um bairro, geralmente com vegetação fértil, abundante e harmoniosa.

Porém, é preciso ter atenção para o fato do TG jardim, em uso específico como parte de um topônimo, poder ser usado na nomeação, geralmente data pelo município, mesmo que o local não tenha as condições parecidas a um jardim. O uso, neste caso, confere *status* social ao local. É por esse motivo que há, no município de São Bernardo do Campo, o jardim dos Meninos, cujas ruas são, geralmente, desvinculadas do contexto de um jardim. Nomes de

flores, plantas diversas, árvores seriam comuns em uma subdivisão de um bairro com o nome de jardim. No entanto, isso nem sempre acontece.

2.2.2.9 Largo

TG bastante comum em áreas urbanas, largo, conforme o DE vem do latim *largus*, adjetivo que tem o sentido de “que tem extensão transversal relativamente ampla, espaçoso, extenso, considerável, demorado”. Certamente houve uma passagem entre o adjetivo e o substantivo largo, pois este é considerado como um local que tem, geralmente, as características de amplitude, tal como o adjetivo fornece. Sobre a definição apontada pelo DC além de aparecer largo como “de grande largura, amplo” consta o sentido de “praça”, que de certa maneira se aproxima ao sentido toponímico. No entanto, convém fixar que largo e praça não são sinônimos. Já para o DH, largo é “que tem grande extensão perpendicular ao comprimento (no plano horizontal) ou à altura (no plano vertical)”, “de grande extensão; amplo, extenso” e “num traçado urbanístico, área de dimensão mais espaçosa do que as ruas que intercepta”. Com tudo isso, a definição toponímica do termo é: lugar mais amplo que as ruas ou avenidas que nele terminam ou que por ele passam, geralmente em centros urbanos e próximos a construções religiosas.

2.2.2.10 Parque

Mais uma possível subdivisão de um bairro, o termo parque tem a etimologia, de acordo com o DE, vinda do francês *parc*, derivado do baixo latim *parricum*, significando “bosque cercado onde há caça, terreno arborizado que circunda uma propriedade, jardim público”. O DC não apresenta o termo e o DH diz ser “terreno relativamente extenso, cercado e arborizado, destinado à recreação”, “grande jardim murado” e “jardim público arborizado para lazer”. Destas definições compreende-se o genérico em parque do Ibirapuera. Porém, ao considerar *parque Santo Antônio* e sabendo que este não possui o mesmo tipo de construção que há no parque do Ibirapuera, é necessário ver uma outra acepção do termo. Há, neste caso, o uso de parque com um sentido novo, como uma das partes de um bairro. Por isso, parque, de acordo com a definição toponímica, é: uma das subdivisões de um bairro, geralmente arborizado e com praças para lazer; jardim público arborizado para lazer.

2.2.2.11 Praça

Praça, por sua vez, de acordo com o DC é “área urbana, geralmente quadrangular, para onde convergem várias ruas”. Já o DE diz ser “lugar público cercado de edifícios, largo, mercado, feira” e sua etimologia está vinculada ao latim vulgar *plattea*, de *platea*. Para o DH, praça é “área pública sem construções, dentro de uma cidade; largo” e “área urbana arborizada e/ou ajardinada, para descanso e lazer; jardim público”. Face ao exposto, a definição toponímica é: área urbana arborizada ou ajardinada, para descanso e lazer, podendo

a ela convergir várias ruas ou por ela passar uma ou mais ruas.

2.2.2.12 Ribeirão

O DC é breve na definição de ribeirão, ao dizer que é um “riacho grande”. A vinculação etimológica, segundo o DE é com o latim *riparius*, cujo significado é ribeiro + -ão. O DH coloca ribeirão como “curso de água maior que um regato, mas menor que um rio”. A definição toponímica do termo é: curso de água maior que um regato ou córrego, mas menor que um rio.

2.2.2.13 Rio

O outro TG relativo à hidrografia que aparece no corpus é o genérico rio. Este, de acordo com o DC é um “curso d’água natural, maior do que um riacho ou um córrego etc. e que desemboca no oceano, num lago ou noutro rio”. Sua etimologia, conforme o DE é do latim *rivus*, que significa “curso de água natural”. O DH dá a definição de rio como “curso de água natural, mais ou menos torrencial, que corre de uma parte mais elevada para uma mais baixa e que deságua em outro rio, no mar ou num lago”. A definição toponímica é: curso de água natural, maior do que um ribeirão e que deságua em outro rio, no mar ou num lago.

2.2.2.14 Rodovia

O termo rodovia é, de acordo com o DC “via terrestre designada para o tráfego de veículos autônomos que se move sobre rodas. O mesmo que estrada de rodagem”. Para o DE, rodovia é do século XX e trata-se da junção de roda + via, sendo a etimologia de roda *rota – ae* e de via *via*, ambas do latim, como se fosse o caminho por que se transita sobre rodas. O DH traz rodovia como “via destinada ao tráfego de veículos que se movem sobre rodas; autovia, estrada de rodagem”. Por isso, a definição toponímica é: caminho relativamente largo, destinado ao tráfego de veículos que se movem sobre rodas.

2.2.2.15 Rua

O TG mais encontrado no corpus é rua. O DC não apresenta o termo. Já segundo o DE, rua é a “via pública para a circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas”, do latim *ruga*, “caminho, via”, com provável influência do francês *rue*. O DH define rua como “via pública urbana, geralmente ladeada de casas, prédios, muros ou jardins”. A definição toponímica, portanto, é: via pública para a circulação urbana, geralmente menor que uma avenida, geralmente ladeada de casas, prédios, muros ou jardins.

2.2.2.16 Travessa

Da mesma forma que ocorreu no termo anterior, o DC não apresenta definição para o termo travessa. Já para o DE, travessa é “rua transversal entre duas mais importantes”, cuja origem é do latim *trasverse*, a partir do feminino do substantivo travesso. O DH coloca travessa como “rua secundária transversal”. Para a Toponímia, a definição é: rua ou caminho secundário, menor ou do mesmo tamanho de uma rua, que liga duas ruas mais importantes.

2.2.2.17 Via

O TG via, de acordo com o DC é “caminho; direção; estrada; mão; direção de trânsito numa rua ou numa estrada. Uma auto-estrada tem geralmente duas vias. Cada via possui uma ou mais faixas de trânsito”. Com relação à etimologia do termo, o DE diz que via vem do latim *via*, cujo significado é caminho. Para o DH, via é “caminho que parte de um ponto conduzindo a outro ponto” e “obra viária que se estende ligando localidades, urbanas ou interurbanas, destinada ao trânsito de veículos e/ou pedestres; avenida, caminho, estrada, rua”. No caso em questão, como o topônimo que gerou a análise do genérico é *via Anchieta* e sabendo da evolução do nome desde o passado até os dias de hoje, faz-se necessário relacionar o genérico via a caminho, deixando de lado os demais sinônimos. Por isso, a definição do termo é: caminho viário destinado geralmente a veículos automotores, que liga dois lugares e que é quase sempre maior que uma rua, travessa ou avenida.

2.2.2.18 Viela

Para o DH, viela é “via ou rua estreita; travessa, beco”. O DE coloca viela como sendo o mesmo que beco. Já o DC não apresenta nem o termo viela nem o termo beco. É necessário diferenciar viela ou beco, aqui tidos como sinônimos, de travessa, pois esta pressupõe uma ligação entre duas ruas, ao passo que vielas e becos podem não ter saída. Por isso, a definição toponímica de viela é: rua estreita e pequena, por vezes sem saída.

2.2.2.19 Vila

O último dos genéricos do corpus é o termo vila, já citado por ser uma das partes em que se pode subdividir um bairro. Segundo o DC, vila é “Sede distrital; localidade onde a autoridade distrital tem a sua sede; localidade com o mesmo nome de distrito a que pertence e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.” Para o DE, vila é o mesmo que “povoação, cidade” e que provém do latim *villa*. Já o DH apresenta vila como sendo “povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia” e “qualquer conjunto de casas agrupadas”. A partir destas definições, vila é, toponimicamente: uma das subdivisões do bairro, composta geralmente por um conjunto de casas agrupadas, com características próximas uma das outras.

2.2.3 Glossário de Termos Genéricos da Toponímia

Anel Viário: caminho com grande circulação de veículos automotores que circula ou contorna a área urbana de um município ou passa por dentro da área urbana.

Avenida: via pública urbana, geralmente ampla, mais larga e mais importante que a rua e arborizada.

Bairro: cada uma das partes em que se divide uma cidade, um município, para facilitar a orientação das pessoas e para fins administrativos; cada parte pode ser subdividida em partes menores: vilas, jardins, parques, conjuntos residenciais.

Cidade: local com o mesmo nome do município e com a sede deste, cuja concentração populacional não é agrícola.

Conjunto Residencial: reunião de residências próximas ou juntas umas das outras, quase sempre com as mesmas características de construção.

Córrego: curso de água corrente de largura pequena, menor que um rio e geralmente em área urbana, por vezes canalizado ou coberto por intervenção humana.

Estrada: caminho relativamente largo para homens, animais e veículos.

Jardim: uma das subdivisões de um bairro, geralmente com vegetação fértil, abundante e harmoniosa.

Largo: lugar mais amplo que as ruas ou avenidas que nele terminam ou que por ele passam, geralmente em centros urbanos e próximos a construções religiosas.

Município: divisão administrativa autônoma de um estado.

Parque: uma das subdivisões de um bairro, geralmente arborizado e com praças para lazer; jardim público arborizado para lazer.

Praça: área urbana arborizada ou ajardinada, para descanso e lazer, podendo a ela

convergir várias ruas ou por ela passar uma ou mais ruas.

Ribeirão: curso de água maior que um regato ou córrego, mas menor que um rio.

Rio: curso de água natural, maior do que um ribeirão e que deságua em outro rio, no mar ou num lago.

Rodovia: caminho relativamente largo, destinado ao tráfego de veículos que se movem sobre rodas.

Rua: via pública para a circulação urbana, geralmente menor que uma avenida, geralmente ladeada de casas, prédios, muros ou jardins.

Travessa: rua ou caminho secundário, menor ou do mesmo tamanho de uma rua, que liga duas ruas mais importantes.

Via: caminho viário destinado geralmente a veículos automotores, que liga dois lugares e que é quase sempre maior que uma rua, travessa ou avenida.

Viela: rua estreita e pequena, por vezes sem saída.

Vila: uma das subdivisões do bairro, composta geralmente por um conjunto de casas agrupadas, com características próximas uma das outras.

Os TGs, ao se organizarem neste glossário e como uma língua de especialidade, passam da polissemia, tida aqui como correspondente “à presença de mais de um semema no interior de um lexema.” (GREIMAS, 2008, p. 376), como o contrário da sinonímia, “já que se trata do relacionamento de um só significante com vários significados” (GENOUVRIER e PEYTARD, 1974, p. 320) para uma monossema, caracterizada por um único semema ou para uma quase-monossema.

A partir do Glossário formulado, existe a possibilidade de separar os TGs em grupos menores, em partes que contêm relações entre si. Em primeiro lugar, a hidrografia; em segundo lugar, os caminhos; em terceiro, os lugares.

Tabela 2 – Resumo dos Termos Genéricos

Hidrografia	córrego, ribeirão, rio.
Caminhos	anel viário, avenida, estrada, rodovia, rua, travessa, via, viela.
Lugares	bairro, cidade, conjunto residencial, jardim, largo, município, parque, praça, vila.

Sinonímia, segundo Greimas (2008, p. 468), é entendida como “a relação de identidade que duas ou mais grandezas (nesse caso chamadas de sinônimos) do plano do conteúdo seriam suscetíveis de contrair entre si.” Genouvrier e Peytard (1974, p. 319) a definem como “a equivalência que o locutor pode estabelecer entre palavras diferentes quanto aos significantes (fonia/grafia)”. Todos sabem, contudo, que a sinonímia é de difícil realização. No corpus estudado, percebe-se que há TGs que podem ser sinônimos, pairando, sobre eles, apenas uma ressalva: há entre parque, jardim, vila e quem sabe conjunto residencial uma variante social. É a escolha das designações que dirá o termo usado em cada parte do bairro. Estes termos serão sinônimos dependendo do contexto de uso.

Além disso, é necessário tratar da parassinonímia ou quase-sinonímia. Esta, segundo Greimas (2008, p. 361), “é a identidade parcial de dois ou mais lexemas, que se reconhecem pela possibilidade que têm de se substituírem apenas em certos contextos. A sinonímia total só poderá ser postulada no nível dos sememas.”

Não é difícil considerar córrego, rio e ribeirão como quase-sinônimos, neste Glossário, pois se identificam parcialmente. O mesmo ocorre entre a maioria dos caminhos.

Partindo do motivo de considerar o TG como termo, como parte de uma língua de especialidade, como uma linguagem técnico-científica dentro da Toponímia, os pressupostos de que o sintagma toponímico configura termo foram objeto de análise, de maneira funcional, por ser este somente definido através de uma língua de especialidade. Neste ponto, a teoria de Dick que já defende o sintagma como termo teve confirmação.

Na argumentação acerca daquilo que vem a ser termo, terminologia e língua de especialidade, apareceu a conclusão de que não se deve considerar o TE como termo.

Outrossim, logrou-se explicar a caracterização da nomenclatura de classificação toponímica, relacionada neste trabalho, como termos. Em resumo, as taxionomias toponímicas e os sintagmas toponímicos são termos, pois quaisquer esclarecimentos a eles dados ocorre através de uma disciplina científica: a Toponímia.

Os mesmos argumentos levam a crer que os TGs são termos, também, porque as definições apresentadas no Glossário formulado, pensadas através de um processo semasiológico, apresentam uma visão de mundo bastante particular, interessante à Toponímia.

A partir da consideração do TG como termo, a análise das definições dos três dicionários citados possibilitou, com base neles, a construção do Glossário³⁷. Este, por sua vez, mostrou que pode proporcionar uma análise das relações que há entre os TGs, principalmente da discussão acerca da sinonímia entre eles, exemplificada com os termos vila, jardim, parque e conjunto residencial, bem como a quase-sinonímia. Sabe-se, contudo, que a formulação de um Glossário mais abrangente permitirá um estudo pormenorizado destas e de outras relações que os termos podem contrair entre si.

Importa, de maneira mais utilitária, que os resultados da análise inserem as taxionomias toponímicas, os sintagmas toponímicos e os TGs como termos para a Toponímia. Além disso, justificou-se a não inclusão do TE na qualidade de termo. Feito isto, obteve-se um *Glossário de Termos Genéricos da Toponímia*, uma obra lexicográfica feita após estudo lexicológico. Este Glossário será, para esta pesquisa, de grande valia.

³⁷ Em um primeiro momento, como este glossário tem uma fundamentação teórica pautada na terminologia e sendo este um esboço de uma obra lexicográfica, justifica-se o não uso das remissivas. Estas não foram colocadas, neste momento, pois se trata de um recorte muito pequeno face ao que seria a obra completa contendo todos os TGs existentes no Brasil.

3 Aspectos Históricos do Município de São Bernardo do Campo: da antiga vila de João Ramalho à designação atual

Em um primeiro momento e antes de passar à história de São Bernardo do Campo especificamente, importa salientar que a toponímia

é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para esclarecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos. (DICK, 1996, p. 12)

Muitas vezes o que se escuta sobre a cidade de São Bernardo é que nela houve e há inúmeras fábricas de automóveis e de móveis e que foi palco de lutas trabalhistas. Tudo isso é uma verdade incontestável, mas é de longe muito pouco considerando a grandiosa história da região como um todo, visto que a separação atual da cidade não era assim no século XVI. Para considerar a atual São Bernardo do Campo, mais exatamente o bairro em que os estudos serão mais focados, como objeto de estudo e modelo para tal é conveniente recuar até a história de São Paulo e do local denominado Borda do Campo como um todo. Desta forma, haverá uma imagem da configuração do local em estudo.

Segundo relata Médici (1984, p. 50), é no dia 8 de abril de 1553 que João Ramalho, “nascido em Portugal, na localidade de Boucela ou Vouzela, freguesia e comarca de Viseu, província de Beira Alta [...]” (GAIARSA, 1968, p. 2), instala-se, oficialmente, em algum ponto do atual Grande ABC. Com isso, é fundada a Vila de Santo André da Borda do Campo. Cabe lembrar que “sua cidade ficava situada em região levemente montanhosa, aproximadamente com o aspecto geográfico da cidade que fundaria acima da serra de Paranapiacaba” (Id., Ibid., p. 2). É sabido, na verdade, que João Ramalho já estava no local antes de 1553, mas “o registro exato de seu nascimento é ignorado. Supõem os historiadores

que a data aproximada seja a de 1540, dado que, em 1564, dizia, na Câmara de São Paulo ‘que tinha idade superior a setenta anos’” (id., ibid., p. 2). Segundo aponta Madre de Deus (1975, p. 54), ao tratar do início da ocupação da costa e por conta de um provável ataque contra os portugueses que estavam na região das ilhas de Santo Amaro e de São Vicente, João Ramalho, que morava perto de Tibiriçá, era um português “que aqui chegara muitos anos antes: ele fazia vida marital com uma filha do Régulo”. A influência exercida por João Ramalho perante os índios era tanta que, intercedendo junto ao cacique Tibiriçá, João Ramalho conseguiu juntar 500 índios para ajudar seus compatriotas que corriam perigo.

Ainda sobre João Ramalho, sabe-se ser ele filho de Catarina Afonso e João Vieira Maldonado e que ele fora casado em Portugal antes de vir para o Brasil. “Fora escudeiro da Rainha e por delitos cometidos na corte, recebeu o castigo do degredo, tendo sido lançado nas praias brasileiras, junto ao atual porto de Santos ou perto da ilha de São Vicente”. (id., ibid., p. 2) Esse degredo teria acontecido entre 1501 e 1510, mas a data exata não se sabe.

O fato é que, quando Martim Afonso deu predicação de vila ao povoado onde João Ramalho vivia em 1553, já tinha netos em bom número e vários filhos tidos de Potira ou Bartira, filha do cacique Tibiriçá. Potira recebeu, na pia batismal, o nome de Isabel e seu pai o nome de Martim Afonso. (id., ibid., p. 2)

Sobre a fundação da vila, Madre de Deus (1975, p. 122) relata que

Tinha ela (Vila de Santo André da Borda do Campo) seu assento no lugar onde agora existe a Fazenda de S. Bernardo, pertencente ao mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo, meia légua mais ou menos distante da Borda do Campo. No princípio, foi habitada somente dos filhos e índios, assim escravos como agregados ao dito Ramalho, mas, depois de facultar D. Ana Pimentel a entrada de portugueses no Campo, vários concorreram para ela e a povoação cresceu de tal sorte que, achando-se nesta Capitania o primeiro Governador Geral Tomé de Sousa, pelo ano de 1553, mandou criar nela uma vila: contando porém que, antes disso, a fortificassem com uma trincheira e quatro baluartes, onde se cavalgasse artilharia. Deu João Ramalho cumprimento a essas condições, fazendo à sua custa a trincheira, baluartes, igreja, cadeia e mais obras públicas necessárias. Depois de tudo concluído, subiu à Serra Antônio de Oliveira, Loco-Tenente de Martim Afonso, acompanhado do Provedor da Fazenda Real Brás Cubas e levantou Pelourinho na Povoação de Ramalho, aos 8 de abril de 1553, em nome daquele Donatário, dando-lhe o título de Vila de *Santo André*. Dela ficou sendo Alcaide-mor o referido João Ramalho, que já exercia o cargo de Guarda-mor do Campo.

A fundação da vila deveu-se, também, aos esforços do padre Leonardo Nunes, pois tanto João Ramalho quanto os demais que estavam no local comercializando índios estavam

esparços. Foi então este padre que os reuniu em torno da ermida construída.

O termo Borda do Campo, que aparece na citação de Frei Gaspar da Madre de Deus, era um elemento genérico bastante comum na designação do local acima da serra. Tanto é que o mesmo autor (ibid., p. 80) menciona que Jorge Pires era “morador na Freguesia de Santo Amaro da Borda do Campo”. É perceptível, através de leituras das obras sobre o século XVI, que Borda do Campo aparece muito.

De acordo com Taunay (1968, p. 140)

A “borda do campo” era a borda do sertão, do deserto ignoto e do mistério profundo, o primeiro marco da conquista do Brasil. E como aos Paulistas caberia recuar o país pelo continente a dentro, por milhares de quilômetros, o destino como lhes apontava a marcha para Oeste, levando João Ramalho a estabelecer no planalto piratininguano a primeira povoação de brasileiros no interior do Brasil, transposta a abrupta, a áspera cortina da Serra Marítima.

O campo era perigoso no início de XVI, pois os ataques dos índios eram frequentes. É por isso que Martim Afonso, na terceira década do XVI, proíbe a entrada de portugueses no campo sem a devida autorização. “Desta regra só foi exceptuado João Ramalho, o qual veio situar-se meia légua distante da *Borda do Campo* no lugar onde hoje existe a Capela de S. Bernardo”. (MADRE DE DEUS, ibid., p. 91). Face ao exposto, muitos entendem que João Ramalho estava há ao menos uns 20 anos no campo, antes da oficialização da localidade como vila, em 1553.

Corroborando a citação de Taunay (2003, p. 209)

No planalto, desde as cercanias de 1520, talvez, vivia João Ramalho no meio dos guaianazes, a quem dominara e escravizara. Capturava os peles vermelhas e expedia-os ao seu sócio Antonio Rodrigues, estabelecido no litoral, no porto de Tumiaru, exportador da mercadoria humana.

No que tange ao termo genérico *Borda do Campo*, ele abrangia uma região bastante vasta:

Em cima da Serra de *Paranapiacaba* e debaixo do Trópico Austral, pouco mais ou menos, demora uma região deliciosa, a que os portugueses no início davam o nome de *Campo*, por distinção das terras de Beira-mar, que acharam cobertas de arvoredos mui alto, quando aqui chegaram, e por isso diferentes das mais vizinhas a *S. Paulo*, as quais sem artifício não produzem árvores altas, senão em pequenos bosques distantes uns dos outros e dispersos por toda a campanha, a qual é um terreno desigual, cuja produção, espontânea e mais ordinária, consiste em feno e arbustos rasteiros: *capões*

de mato chamam no Brasil aos tais bosques. (MADRE DE DEUS, *ibid.*, p. 119)

Esta vila não nasceu do nada. Entre 1549 e 1550, o padre Leonardo Nunes, que atualmente dá nome a uma escola que existe na *vila Euclides* (um dos bairros de São Bernardo e que está fora do enfoque desta pesquisa), cerca da região central da cidade, e considerado o precursor do catolicismo na região, idealizou a construção da primeira capela da localidade. É em torno dessa capela que João Ramalho funda a Vila de Santo André da Borda do Campo. “Criou-se na *Borda do Campo* a vila de *Santo André*.” (MADRE DE DEUS, *ibid.*, p. 93)

Sobre o padre Leonardo Nunes, o qual foi um dos que primeiro esteve com João Ramalho no local que veio a ser a extinta vila de Santo André da Borda do Campo e que foi, inclusive, um dos primeiros padres que esteve no campo, cabe mencionar que um dos grandes motivos para a vinda dele para o campo era a escassez de índios nas ilhas de Santo Amaro e de São Vicente. O padre Leonardo Nunes fora “ao campo de *Piratininga* em busca de meninos gentios, para os doutrinar.” (*id.*, *ibid.*, p. 52).

O tempo de permanência de João Ramalho na vila foi pequeno. Em 1560, a vila é abandonada e seus moradores são transferidos para São Paulo de Piratininga, com o objetivo de ocupar a região ao lado do pátio do colégio. Isso ocorre, pois a localidade que veio a ser a São Paulo que todos conhecem atualmente sofria com muitos ataques e era necessária uma melhor proteção. Tanto que os padres jesuítas, que tanto queriam que a vila fosse para São Paulo, inclusive o Foro da Vila, “ponderaram que esta, por ficar vizinha ao mato, estava exposta às invasões repentinas dos bárbaros, nossos contrários, e que, por falta de sacerdote, não havia quem nela administrasse os Sacramentos.” (*id.*, *ibid.*, p. 125). Conforme Dick (1996, p. 71), além da falta de defesa e segurança do núcleo de João Ramalho e da ausência de orientação religiosa, havia a dificuldade de comunicação e de alimentos, pelo distanciamento de um rio navegável e piscoso. Pesou na decisão, certamente, o fato de João

Ramalho ser casado com Bartira, filha do Cacique Tibiriçá. Além do peso de Tibiriçá, que dominava uma quantidade de índios muito grande, a extinção de Santo André pode ser atrelada à questão religiosa já citada, pois desde a chegada do padre Leonardo Nunes havia homens “vivendo quais as leis da natureza e totalmente afastados dos preceitos religiosos.” (TAUNAY, 2003, p. 213). Em resumo, os que se encontravam na Vila de Santo André da Borda do Campo não eram muito seguidores da fé cristã, face ao motivo exposto.

Santo André da Borda do Campo, na verdade, nunca foi mais do que uma pobre aldeia, fadada a uma vida efêmera e sem glória. Mal situada, exposta aos assaltos dos bárbaros por se achar muito próxima das matas, não contando com a boa vontade da gente do litoral, e, depois da vinda dos jesuítas, que foram os melhores e mais eficazes impulsores do povoamento do país, não contando também com a simpatia destes, a vila de João Ramalho não possuía condições essenciais de prosperidade nesses tempos. (SAMPAIO, 1978, p. 181)

Sobre a ocupação da região do pátio do colégio, há a citação de Madre de Deus (ibid., p. 123):

Muito depois de fundada a Povoação de Santo André, deram princípios à de *S. Paulo* os padres da Companhia. Os primeiros religiosos da extinta Sociedade de Jesus chegaram ao *Brasil* em 1549, na companhia de Tomé de Sousa. Em novembro do mesmo ano, o P. Manoel da Nóbrega, Superior de todos eles, mandou para *S. Vicente* o P. Leonardo Nunes, o qual, depois de exercitar na Vila as funções próprias de seu ministério e ali dar princípio ao segundo Colégio que teve a Companhia no *Brasil*, passou à *Aldeia de Piratininga*, onde conseguiu que muitos índios confiassem a ele seus filhos, para os doutrinar entre os brancos, e com estes meninos formou um Seminário junto ao Colégio de *S. Vicente*. Achava-se de visita nesta Casa o referido P. Nóbrega, quando recebeu a Patente em que *S. Inácio de Loiola* o criou Provincial da nova Província brasílica, e sua primeira ação memorável, depois de constituído nesta dignidade, foi ordenar que o Colégio se mudasse da Vila para o Campo, conservando-se porém em *S. Vicente* a Casa antiga, onde só habitariam os religiosos necessários para darem o alimento espiritual aos cristãos da marinha.

Continua Madre de Deus (ibid., p. 123-4), sempre considerando os comentários de Simão de Vasconcelos, em sua *Crônica da Companhia do Brasil*, com os seguintes dizeres:

Em consequência desta resolução entraram os padres na escolha de sítio conveniente para fundarem no Campo o seu colégio e não lhes agradando a povoação de Santo André, nem a Aldeia de Piratininga, escolheram um lugar eminente, entre os Rios *Tamandoatei* e o ribeiro *Anhangabau*, três léguas afastado na dita povoação o qual lugar, hoje cidade de *S. Paulo*, [...]. Para mais comodamente poderem instruir aos neófitos, aconselharam a *Martim Afonso Tibiriçá* e a *Cay Uby*, Senhor de *Geribatiba*, já muito velho (tomou o nome de João, no batismo), que transferissem suas residências para junto ao Colégio futuro. Conformaram-se ambos com a vontade dos padres, e *Tibiriçá* veio levantar suas casas onde hoje está o Mosteiro de *S. Bento*: por ele aqui morar chamavam os antigos *Rua de Martim Afonso* a que agora se denomina de *S. Bento*. Seguiram os vassallos de *Tibiriçá* o exemplo de seu príncipe e fundaram nova aldeia no terreno que agora ocupa a cidade de *S. Paulo*, desertando a outra de *Piratininga*, habitação antiga de seus pais e avós.

Como consequência disso, houve naturalmente um embate entre os padres jesuítas e João Ramalho.

Atraídos pelos Religiosos, foram concorrendo para *S. Paulo* muitos índios do sertão e lugares circunvizinhos, com sentimento grande de João Ramalho e seus filhos, cujos intentos eram diametralmente opostos aos dos padres. Estes queriam aumentar a sua Aldeia e aqueles a sua Vila e como os incrementos de qualquer delas atrasavam os progressos da sua competidora, nem os Jesuítas podiam tolerar a subsistência de *Santo André*, nem os Ramalhos sofrer a de *S. Paulo*, uns e outros convidavam índios e portugueses, desejosos de atrair grande número de povoadores que se unissem a eles [...]. (MADRE DE DEUS, *ibid.*, p. 124)

Este embate só terminou em 1560, quando o Governador Geral Mem de Sá, respeitosamente atendeu pedido do Padre Nóbrega e “mandou extinguir a Vila de Santo André e mudar o Pelourinho para defronte do Colégio”. (*id.*, *ibid.*, p. 125). Entende-se que a vontade de João Ramalho de ficar na Vila de Santo André da Borda do Campo tenha relação com a intenção dele. Segundo Taunay (2003, p. 331), “estabelecendo-se no planalto, outro intuito não tivera João Ramalho do que criar uma estação de recebimento de escravos, colhidos por agentes seus no interior das terras.” Tanto é que em diversos momentos da história da cidade de São Paulo observa-se a não inserção de João Ramalho. Ele chega, inclusive, a recusar cargo importante. Seus filhos, inúmeros, não figuraram entre aqueles que tiveram cargos importantes.

Referindo-se à extinção da vila ramalhense nota Teodoro Sampaio (apud TAUNAY, 2003, p. 261-2):

Santo André, como um ninho de escravismo e foco de turbulências, desapareceu sem deixar vestígios, como se de vez a arrasara um braço exterminador. Nas margens do Guapituba, que flui para Piratininga, cerca de légua da atual Vila de São Bernardo, o viajante debalde procura um trecho de velho muro que lhe recorde esse baluarte do alcaide-mor da Borda do Campo. Como se fora edificada na areia movediça, onde um sopro de desolação tudo subvertera e apagara, nem mesmo a tradição da vila mameluca se salvou na memória dos raros habitantes destas paragens. É que as cidades também se apagam na vida, como se apagam as iniquidades dos homens.

Depois do desaparecimento da vila de João Ramalho, a localidade da *borda do campo* foi novamente ocupada em 1561, por uma sesmaria de Amador de Medeiros, mas este nem morava no lugar. Efetivamente, a ocupação local ocorreu a partir do século XVIII.

Um grande marco para a história local é a construção, pelos monges beneditinos, de uma capelinha dedicada a São Bernardo. Isso ocorreu em 1719. A capelinha se localizava onde até poucos anos havia a fábrica da Villares, no ponto de encontro entre as avenidas Kennedy e Senador Vergueiro. Esta localidade bem que tentou, mas não conseguiu ser curato em 1805, tampouco sede de Freguesia. É o local denominado São Bernardo Novo que consegue maior destaque. A localidade foi elevada à freguesia em 23 de setembro de 1812. O local era pouco ocupado, visto que:

Em 1813, possuía a freguesia, 218 prédios e a população era de 1.423 habitantes.

Em 1822, ano da independência, a população compunha-se de 864 brancos, 465 pretos e 587 mulatos ou pardos.

Em 1832, ali estavam 829 homens e 949 mulheres, num total de 1677 pessoas.

Em 1845 reduziu-se a 1645 pessoas distribuídas em 457 prédios.

Segundo Wanderley dos Santos (1992), por conta da elevação à freguesia, é neste momento que um segundo núcleo é formado e este origina a atual cidade de São Bernardo. O nome conservou-se, embora a nova igreja tenha mudado o orago para Nossa Senhora Conceição da Boa Viagem.

Segundo Wanderley dos Santos (id., p. 139)

A origem real de São Bernardo se prende a uma fazenda dos beneditinos. Os beneditinos receberam essa fazenda em 1637 mas demoraram para produzir algo nas propriedades. Somente no início do século XVIII é que instalaram realmente a fazenda, com uma capelinha surgindo como consequência natural. Essa capela teve o nome de São Bernardo. Localizava-se nas imediações da atual fábrica Villares, na praça Kennedy, avenida Senador Vergueiro – antiga Estrada do Vergueiro e interligação entre o planalto e o litoral, às margens esquerdas do ribeirão dos Meninos. Ali nasceu São Bernardo, em 1719.

A primeira capela é a que se pode dizer São Bernardo Velho e a nova São Bernardo Novo. Estas duas designações aparecem em vários documentos da época.

A região era composta de muitas fazendas e chácaras e o produzido nelas era comercializado com São Paulo. O transporte da mercadoria fazia-se por terra, mas também por água. Quando era feito por terra, as carroças utilizavam principalmente a estrada do Vergueiro e a do Mar, ambas rudimentares, até porque, os demais logradouros públicos eram pouquíssimos, visto que em 1896 só havia 11 ruas e uma praça.

O nome da cidade em estudo provém do hagiológico romano, comum por ser uma forma européia de nomear.

São Bernardo nasceu em 1090 no Castelo de Fontaines, perto de Dijon, terceiro dos sete filhos do Senhor Tecelin e de Alete de Monthbard, e faleceu em Clairvaux, a 20 de agosto de 1151. Frequentou a Escola de Chatillon, onde, no fim de sua formação intelectual, levado pelo ideal de uma vida pura, renunciou de vez ao brilho do mundo e ao fragor das armas, retirando-se no ano de 1112, em companhia de 30 amigos, entre eles um tio e quatro irmãos, ao mosteiro beneditino de Cîteaux, então recentemente fundado e que devia tornar-se o berço da ordem monástica de Cister ou de São Bernardo.

Eleito abade em 1115, fundou com 12 monges a abadia de Clairvaux, onde, graças ao seu espírito poderoso e sua energia extraordinária, atraiu muitos homens e moços de todas as classes sociais, de sorte que em pouco tempo pôde fazer 68 novas fundações.

A partir de 1128, principiou a ocupar-se dos negócios públicos. Gozando da confiança dos imperadores e dos papas, dos reis e dos bispos, dos príncipes das diversas ordens religiosas, tornou-se parlamentar e foi considerado o maior político do seu século.

Bernardo foi encarregado pelo papa Eugênio III de convocar a segunda Cruzada. Conseguiu a adesão de todos os países da Europa e até de alguns do próprio Oriente. Deixou inúmeras obras escritas, que denotam grande amor à música e terna devoção à Virgem Mãe de Deus. (SANTOS, id., p. 165)

Os nomes dados às localidades no Brasil, pelos portugueses, revelavam uma semântica muito mais devocional do que física, conforme Dick (2004, p. 48). De forma diferente está a maneira índia de nomear, muito mais concreta que subjetiva. Tanto ao pensar na Vila de Santo André da Borda do Campo, em São Paulo de Piratininga, entre outros, percebe-se que na concepção portuguesa de nomear mostra que o Brasil nasceu sob o signo da fé.

A religiosidade se manifestou, de início, de forma muito particular, na toponímia que as expedições de reconhecimento da costa deixaram fixadas nos acidentes avistados e que iam sendo nomeados segundo os preceitos católicos romanos. Antes mesmo de uma população portuguesa estável, já se contava com um cabo de Santo Agostinho, um cabo de São Roque, um rio de Santa Luzia, a ilha da Ascensão, a aguada de São Miguel... Era o espírito religioso português acompanhando o navegante por todas as partes atingidas pela sua capacidade de caminhar por mares e oceanos desconhecidos. (id., 1996, p. 148)

Este mesmo aspecto religioso foi preponderante para o nome Fazenda São Bernardo, nos Beneditinos. É do nome da fazenda que nasce o nome do município.

Dick (1990, p. 332) já ensinou que

É, porém, no conjunto hagiotopônimo brasileiro que o título personalíssimo de santidade aparece com maior significação, seja na forma plena santo, -a, ou na contracta são. Com estes característicos se encontram, de fato, os mais representativos exemplos da tradição religiosa do país, como principal herança da cultura portuguesa aqui implantada.

Esta herança portuguesa está até hoje no Brasil e sobre isso diz Dick (ibid., p. 350)

Os motivos religiosos sempre foram uma constante nos diversos períodos da história do país, desde o seu descobrimento até os dias de hoje, como legado de um patrimônio sócio-cultural português, que se procurou conservar e respeitar como uma das tradições mais caras ao espírito da nação.

Embora possa parecer, em virtude do nome da extinta vila de João Ramalho denominada *vila de Santo André da Borda do Campo*, em uma perspectiva atual é o nome de São Bernardo que aparece primeiro. O povoado chamou-se São Bernardo, sendo Santo André um bairro dele. Em muitos momentos, por conta da estrada de ferro, a região de Santo André era designada por São Bernardo Estação ou São Bernardo Vila.

Já em tempos mais recentes, algumas datas são importantes para a história da cidade. Em 1889, mais exatamente no dia 12 de março, “São Bernardo do Campo, através de lei provincial 38, deixa de ser freguesia de São Paulo. Passa a ser Município.” (MÉDICI, 1984, p. 53) e no ano seguinte, em 2 de maio 1890, “É instalado o Município de São Bernardo [...]” (id., ibid., p. 53), sendo seu primeiro prefeito João de Prado. “A população era, em 1890, de 7.276 habitantes [...] em 1900 passou a 10.124 habitantes.” (GAIARSA, ibid., p. 49). Em 1911, Santo André é elevado a Distrito de Paz pela lei estadual nº 1.222-A, de 14 de dezembro. A instalação do distrito ocorreu em 18 de abril de 1911.

O interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, assina decreto e transfere a sede no Município de São Bernardo do Campo para Santo André. São Bernardo fica rebaixado a simples distrito. Motivo apontado: no distrito de Santo André, além da maior concentração de pessoas, estão instaladas as repartições públicas e as maiores indústrias. (MÉDICI, 1984, p. 44)

Somente alguns anos depois que a cidade recupera seu prestígio, pois em 30 de novembro de 1944 “O decreto estadual 14.334 eleva o distrito de São Bernardo à categoria de município, sob a denominação de São Bernardo do Campo. Wallace Cockrane Simonsen termina de comandar o movimento emancipacionista.” (id., ibid., p. 44). Em 1º de janeiro de 1945 é instalado o Município de São Bernardo e toma posse o seu primeiro prefeito: Wallace Simonsen.

A data de comemoração de aniversário da cidade é 20 de agosto, embora a vila de Santo André da Borda do Campo seja de 8 de abril de 1553 e o aniversário da cidade vizinha

de Santo André seja comemorado no dia 8 de abril, porque 20 de agosto é a data do santo que dá nome à cidade. Outras datas ainda poderiam ser usadas, como 20/12/1736 (data de autorização para construção da nova capela de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem), 1º/12/1805 (elevação da capela curata), 21/10/1812 (elevação à Freguesia), entre outras.

Além dessas datas, existem outras muito importantes para a história da região. Conforme já apontado, em 1561 o governo concede a Amador de Medeiros uma sesmária, no local hoje ocupado pelo território de São Bernardo do Campo. Em 1637, as terras dessa sesmária são doadas para os frades Beneditinos, que as deixam abandonadas por muito tempo, até que em 1719 é instalada a capela já citada em louvor a São Bernardo. Nesta época São Bernardo era bairro pertencente ao Município de São Paulo. O local ocupado pelos beneditinos só não alcançou a categoria de curato por ser particular. Mas este problema foi resolvido em 1812, quando é criada a Freguesia de São Bernardo (São Bernardo Novo). Em 1814 é feita a demarcação do povoado central.

Em 2 de julho de 1887 ocorreu um fato que mudou a história da cidade. O Presidente da Província de São Paulo, Sebastião José Pereira, cria o Núcleo Colonial de São Bernardo, em terras desapropriadas dos frades beneditinos, em 1876. A mudança se deu porque as linhas foram demarcadas e logo ocupadas por imigrantes e nestas linhas estão a maior parte dos bairros da atual cidade de São Bernardo do Campo, com vários aspectos culturais deixados pelos imigrantes e seus descendentes, inclusive na nomeação.

4 Aspectos Históricos do Bairro Rudge Ramos: da paragem no Guapiú a Rudge Ramos

Não se pode negar que a região em que se encontra o bairro sempre foi importante e grande prova desta afirmação é que o bairro consegue guardar traços denunciadores de um passado histórico. No entanto, é importante ressaltar que a construção da antiga igreja fez do bairro o que ele é hoje, ou seja, praticamente uma cidade dentro de São Bernardo. É inegável que o bairro cresceu ao redor da dita igreja. O formato circular da construção atual impulsionou mais ainda a região, visto que por seu entorno passam avenidas e ruas que são como grandes artérias. A *via Anchieta*, importante caminho de ligação entre a cidade e o litoral limita o bairro por um lado. Já os demais lados são limitados pelos municípios de Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo e, em um dos lados, por outro bairro de São Bernardo.

No caso de Rudge Ramos, tal qual apontou Dick (2004, p. 39) ao tratar do centro de uma cidade, do centro histórico e do centro velho, há o núcleo central do bairro desenvolvendo-se paulatinamente ao redor da igreja. O papel de centro velho é, para Rudge Ramos, a antiga Capela e seus arredores, principalmente para o lado da *estrada das Lágrimas*. O local da antiga capela é hoje conhecido por *largo da Capela*. Este fica em frente à *praça São João Batista*, esta localizada na frente da igreja nova de São João Batista. Neste grande círculo formado pela igreja, pelo *largo da Capela* e pela *praça São João Batista*, há ainda um espaço usado como estacionamento da igreja que, em muitos registros, aparece como *largo São João Batista*.

A forma com que foi concebida e construída a antiga capela enche de orgulho a maioria dos moradores da região. O fato de pôr dois documentos em uma garrafa de louça e colocá-la em uma parede sob o altar mor da construção foi algo fantástico. A ideia de Thomazo Piagentini, Romualdo Piagentini e Adelpho Piagentini só foi divulgada quando a

capela foi demolida para construção da nova e atual igreja de São João Batista, no ano de 1962.

Os dois documentos encontrados no interior da garrafa de louça só puderam ser encontrados porque Adelpho ainda era vivo. Ele, mesmo com 98 anos de idade, informou a localização dos documentos a seguir reproduzidos:

1º documento: 1891 – Irmãos Piagentini, fundadores do nome e da Igreja de São João, italianos, filhos de Damiano e Deolinda Santini, nascidos em Chiozza, da Comuna de Castiglioni Garfagnana, Província de Mazza Carrara. Nascidos: Tomaso (1892), Romualdo (1893) e Adelfo (1864). Rogai por eles.

2º documento: Ordem Diplomática dos Irmãos Piagentini: Tomaso, nascido no ano de 1862; Romualdo, nascido em 1863; Adelfo, nascido em 1864; italianos, nascidos em Chiozza, filhos de Damiano e Deolinda Santini... os quais, por um dom de Deus e suas vontades quiseram fundar este bairro com o nome de São João da Bela Vista.

Estes documentos originais, escritos em italiano e que atestam a fundação do bairro como sendo 1891, estão com a família. Sobre a garrafa dentro da qual foram encontrados os documentos, as informações divergem, pois uns dizem que o padre Fiorenti Elena colocou alguns documentos em seu interior e, assim, a garrafa foi reconduzida ao interior de um dos pilares da nova igreja; outros, por sua vez, atestam que a garrafa teria sido colocada junto a uma réplica da fachada da capela que fica dentro da igreja nova, mas roubada em seguida.

O padre Fiorenti Elena foi absolutamente importante para a mudança do bairro. Foi ele quem viabilizou a demolição da antiga capela e a construção da nova igreja. O grande motivo para a mudança foi o aumento do número de fiéis, que ocorreu face ao crescimento populacional do bairro. Para servir de exemplo, em 1947 toda a cidade de São Bernardo, que na época incluía Diadema, possuía 12 mil habitantes. Poucos anos mais tarde, em 1954, apenas em Rudge Ramos havia 5 mil habitantes. É neste mesmo ano que a Igreja de São João Batista torna-se a primeira paróquia a se desmembrar da Matriz de São Bernardo, transformando-se, assim, na Igreja Matriz de Rudge Ramos. Com isso, é possível concluir que foi pelo aumento da população que, mesmo com a reforma de 1942, que aumentou a capela, o espaço logo ficou insuficiente para abrigar os fiéis e que a mudança de status da Igreja para

Matriz evoca a importância do bairro para a cidade.

A demolição da capela parou a cidade. Em 27 de outubro de 1979, um Suplemento Especial do Jornal “Folha de São Bernardo” assim descreveu o fim da velha igreja:

Como uma testemunha ao mesmo tempo passiva e influente, a velha igreja assistiu, nos setenta e um anos de sua existência, nas mais variadas transformações que o Meninos sofreu. Viu, de início, o despertar demorado das primeiras edificações; presenciou a chegada dos comerciantes de carvão; viu a luz elétrica ser acesa pela primeira vez em seu interior e, por fim, assistiu ao princípio da industrialização do bairro já denominado Rudge Ramos. (apud 100 anos [...], 1991, p. 12)

Outro documento importante sobre a igreja só foi localizado graças às incansáveis pesquisas de Wanderley dos Santos (1992). A Provisão da Diocese que autorizou a construção da igreja foi localizada nos arquivos da Cúria Metropolitana. O documento diz:

“... ereção da Capella de S. João Baptista no bairro dos Meninos. Districto de São Bernardo. ... Aos que esta Nossa Provisão virem saúde e benção em o Senhor. Fazemos saber que attendendo aos que nos representarão os cidadãos Piagentini, irmãos da Freguezia de S. Bernardo, neste Bispado. Havemos por bem, pela presente, conceder licença para que no bairro dos Meninos, filial à mesma Matriz, se possa erigir e fundar uma Capella sob a invocação de S. João Baptista, contanto que seja em lugar alto, livre de humidade e desviado quando possível de logares immundos e casas particulares, e que tenha âmbito em roda para andarem procissões, devendo ser o local para tal fundação designado pelo Revmo. Parocho respectivo, a quem autorizamos para benzer a primeira pedra do edificio, na forma do Ritual Romano. Na mesma Capella não se poderão celebrar os Officios Divinos sem nova Provisão Nossa, precedendo informação parochial de achar-se ella provida de paramentos, alfaia precisas e habitada com o competente patrimônio. Esta será apresentada ao Revmo. Parocho daquela Igreja que a registrará integralmente no Livro do Tombo para a todo o tempo constar. Dada e passada no Cartório da Câmara Episcopal de S. Paulo, sob Nosso Signal e Sello das Nossas Armas, aos 26 de 10brº. de 1891. E eu, Padre José Rois de Carvalho, Official da Câmara Eclesiástica a subscrevi. Conego Antonio Guimarães Barroso – Por autorização de S. Excia. Reverendíssima”.

A localização da antiga igreja é uma praça localizada em frente à igreja nova, mais exatamente no local em que fica um ponto de ônibus e uma banca de jornais e revistas, banca esta conhecida, pela tradição local, como Banca da Bíblia. O local é na esquina entre a *travessa Daré* e *avenida Caminho do Mar*. Importante sobre esta localização não é muito a posição atual que ocuparia se ainda estivesse por lá. O que é, sem contestação, bastante relevante é o fato de que a capela estava localizada próxima a um, na época de sua construção, pouso de tropeiros³⁸, que ficava entre a antiga *estrada do Vergueiro* e a *estrada das Lágrimas*.

³⁸ Depois do advento da ferrovia os tropeiros perdem muita importância, mas mesmo assim São Bernardo do Campo os valoriza, inclusive por haver, até hoje, a procissão de carroceiros no município.

Os irmãos Piagentini, de acordo com o historiador Ademir Médici (1984) em relato de uma entrevista que fez com Adelfo, saíram da Itália em 1885, chegando ao Rio de Janeiro depois de três meses de viagem. No Brasil, eles se estabeleceram primeiramente na cidade de São Paulo, indo em seguida para a cidade de São Caetano do Sul, na época distrito da atual Santo André. Em São Caetano, instalaram uma padaria que prosperou e, graças às economias obtidas, conseguiram comprar três colônias do governo no local então denominado Pasto dos Meninos. Este local era, na verdade, o lote número 19 do Núcleo Colonial da Linha Rio dos Meninos. Esta linha corresponde, atualmente, ao centro urbano do atual bairro de Rudge Ramos. A localização desta linha como sendo o centro do bairro é comprovada através de diversos documentos de venda de terras localizadas na região central. Muitos documentos mostram os vendedores como sendo os irmãos Piagentini.

Ainda sobre o local denominado “Pasto dos Meninos” e acerca do lote número 19 do Núcleo Colonial da Linha Rio dos Meninos, ambos considerados, aqui, como mesmo local, importa salientar que a localidade faz parte de vários lotes, os quais foram importantes não só para a história do bairro em questão, como também do município como um todo.

Além da capela de São João Batista, que não é a primeira construção do bairro, embora seja a data em que foi autorizada sua construção o dia em que se comemora o aniversário do bairro, devido a sua incontestável importância, há uma outra capela, esta particular, que teve sua construção na mesma época. Trata-se de uma capela particular em louvor a Santo Antônio, localizada onde hoje é o Externato Rio Branco (rua Pio XII nº 45), tradicional escola do bairro. A proximidade das datas é comprovada pelo relatório do padre Genaro Rago, de 1894, (apud SANTOS, 1992, p. 14), pois ele diz que “nos Meninos há uma Capela particular de que é padroeiro Santo Antônio, e tem provisão por cinco anos passada a favor de Costa Urbano em 7 de agosto de 1893.”

Além dos irmãos Piagentini, outras famílias fizeram parte da história do bairro.

Durante os festejos relativos ao Centenário do Bairro, ocorridos em 1991, uma comissão procurou levantar diversas informações sobre as mais tradicionais famílias do local. O resultado desta pesquisa está em uma lápide comemorativa que se encontra fixada na frente da igreja de São João Batista. Os nomes das 25 famílias homenageadas são: ALVES, ANGELI, BARDUSCO, BASSOLI, BERTHOLDO, BITOLO, BORDIN, CARLETTI, CARNEIRO, COSTA, DARÉ, DUCCA, FERREIRA, GASPARINI, LORENZONI, MAGNANI, MENEGHEL, OLIVEIRA, PEDROSO, PIAGENTINI, SILVA, TAVARES, THOMÉ, ZECHETTI.

Em outros momentos da história do bairro, outras famílias são rememoradas. É o caso da lista a seguir, obtida pelo pesquisador Arlindo Albino Marques e citada por Ademir Médici:

As famílias mais antigas pesquisadas por Arlindo, que habitam o bairro desde o tempo dos Meninos, são Daré, Bitolo, Ramos, Ferruccio, Fongaro, Leão, Thomé, Bassoli, Dinardi, Zecchetti, Gianotti, Lorenzoni, Magnani, Maranesi, Bocaert (de vila Mussolini), Jacquey, Sperandilli (da avenida Caminho do Mar, cuja chácara será transformada em Centro Recreativo, Esportivo e Cultural pela Prefeitura), Pilon (da rua Represa), Gasparini, Pierangeli, Schlatter (do Bairro Suíço, no bairro Taboão), Pedroso, Custódio, Sargionatto, Patrizzi, Donato, Monteiro, Ortega, Pessoti, Dotto, Pascoto, Segatto, Tanelli, Alves, Pavin, Pavani, Rovai, Campanharo, Capretz (proprietário de loja de ferragens nos anos 60), Leda, Passoni, Palozon, Gomes de Almeida, Rossoni, Romano, Barbagallo, Salot, Marques e Tavares. (apud 100 anos [...], p. 14)

Muitas destas famílias ainda estão presentes no bairro, mesmo que não fisicamente, em nomes de ruas, praças, vilas etc. Isso aconteceu pelas homenagens aos nomes ilustres do bairro, como também pelo simples motivo de que algumas dessas pessoas possuíam lotes muito grandes de terras que, ao venderem em lotes menores a vários compradores, era natural que o nome dos antigos proprietários permanecesse mesmo antes de qualquer oficialização por parte da Prefeitura. A venda desses lotes deveu-se ao crescimento populacional mencionado, pois quanto mais moradores, mais necessidade de espaço. É até por isso que os principais loteamentos surgem próximos da década de 1950, poucos anos após a emancipação de São Bernardo do Campo.

Médici (1984, p. 194) diz que,

Já em 1956, segundo mapa funcional do bairro preparado pelo professor José Gonçalves Salvador, do Instituto Metodista de Ensino Superior, Rudge Ramos possuía sobrados, pequeno comércio, correio, cinema, escolas e indústrias, várias indústrias, como a Cornflakes e Consiglio (alimentícias), Sandoz, Ormoterapia e Fontoura & Wyeth (químicas e farmacêuticas), Velutex, Retorcedeira Ipiranga, Tecidos Bom Pastor Cardilã e Voil Têxtil (têxteis), Termomecânica e Bombas Wise (mecânica), Martini (bebidas), além de fábricas de cerâmicas e refratários, olarias e indústrias de móveis.³⁹

Este mapa, comparado ao mapa atual do bairro,

[...] mostra um Rudge Ramos bem diferente, com muitas hortas e chácaras com muitos espaços vazios. Aparece, no velho mapa, ao lado da via Anchieta, entre Rudge Ramos, Paulicéia e Taboão, uma grande represa, hoje já extinta mas que, até há pouco, era uma das principais atrações da ex-chácara do Lauro, onde Lauro Gomes de Almeida, por duas vezes prefeito de São Bernardo e que morreu, em 1964, cumprindo mandato de prefeito de Santo André, mantinha residência. (id., ibid., p. 194)

“O nome Rudge Ramos, nome atual do bairro dos Meninos, foi dado pelo prefeito-interventor Wallace Cochrane Simonsen, o emancipador, através do decreto-lei nº 17, de 15 de fevereiro de 1947.” (100 anos [...], p. 2) Este nome foi uma homenagem ao Sr. Arthur Rudge da Silva Ramos, sogro do prefeito Lauro Gomes e restaurador do velho Caminho do Mar. (MÉDICI, 1984, p. 199).

Antes da construção da capela, o bairro tinha, talvez, como um de seus locais principais, o pouso de tropeiros.

Ainda em 1962, na bifurcação formada pela estrada das Lágrimas e pela atual avenida Rudge Ramos, podia se ver as ruínas de um pouso de tropeiros, que chegaram a ser fotografadas pelo professor José Gonçalves. Este pouso, segundo estudos do próprio professor, já existia antes de 1830. Os mesmos estudos do professor José Gonçalves mostram que, em 1956, existiam várias construções de 1895 em Rudge Ramos, algumas das quais resistindo ao tempo e ao progresso até hoje. (id., ibid., p. 198)

Um dos pontos principais porque, pela localização, o pouso ficava perto da *estrada das Lágrimas* e, segundo estudos do professor José Salvador Gonçalves (apud id., ibid, p. 201), “o crescimento (do bairro) foi lento até 1940. Deslocou-se da estrada das Lágrimas para a do Mar, e a seguir, em várias direções.” Outro ponto importante do bairro àquela época era o *córrego Guapiú*, local de paragem obrigatória para todos aqueles que usavam o *caminho do Mar*.

³⁹ Este mapa está nos anexos.

Hoje recai sobre Rudge Ramos grande importância, mas este bairro, que já teve outras denominações, nem sempre foi tão grande.

Década de 20. Rudge Ramos de hoje ainda era o Bairro dos Meninos, que se desenvolvia vagaroso em torno da antiga Linha Colonial dos Meninos, formada a partir de 1886. Do quintal de sua propriedade, os Angeli olhavam para o outro lado do rio, hoje Município de São Caetano do Sul, e observavam vários sítios. (MÉDICI, 1993, p. 488)

Sem este grande desenvolvimento, a vista que se tinha era ótima. Os Angeli olhavam a partir da parte de Rudge Ramos onde hoje fica a Universidade Metodista. Entre este local e aquele que olhavam há um baixio por onde passa o *ribeirão dos Meninos*.

No que se refere ao modo de vida dos habitantes locais, é interessante o relato de Silvio Thomé, filho de Raphael Thomé

Até 1924 quase todo mundo explorava carvão por aqui. Os Thomé, os Bordim, os Daré, os Carletti... Outros exploravam olaria. Lembro de Laurindo Pereira, um brasileiro que lidava com lenha e vendia mucutas por aí. Em 24 o mato acabou. Nós montamos uma olaria; Pascoal Bordim foi explorar carvão num lugar que a gente chamava de Cipé, lá em Parelheiros, Santo Amaro. Depois de 24, aqui nos Meninos não tinha mais mato pra ninguém explorar carvão. (MÉDICI, *ibid.*, p. 198)

Ele continua seus relatos, dizendo:

Mas mesmo quando ainda tinha mato por aqui a gente ia buscar carvão fora pra vender. Eu só tinha 14 anos e junto com meu irmão Albino a gente ia, com cinco burros e um carretão, pegar carvão em Rio Pequeno, Riacho Grande. Esse carvão meus dois irmãos, Júlio e Ângelo, levavam pra vender em São Paulo. (*id.*, *ibid.*, p. 198)

Conforme já apontado, a denominação atual foi dada pela mesma pessoa que comandou o movimento de emancipação de São Bernardo, ocorrido em 1944. O antigo *bairro dos Meninos* teve seu nome mudado pelo prefeito-interventor Wallace Cockrane Simonsen, conhecido como o emancipador. O nome foi dado em homenagem a Arthur Rudge da Silva Ramos, antigo delegado de polícia na cidade de São Paulo e responsável pela restauração, na década de 1920, do Velho Caminho do Mar. Arthur Rudge da Silva Ramos era pai de Dona Nenê, Lavínia Rudge Ramos Gomes de Almeida, que foi casada com Lauro Gomes, grande nome de São Bernardo, também presente na toponímia. Trata-se de uma substituição oficial de nomes, antes *bairro dos Meninos* agora *bairro Rudge Ramos*. O nome Meninos,

espontâneo, cedeu lugar a um nome oficializado.

Antes de o local ser conhecido por *bairro dos Meninos*, nome bastante antigo, alguns historiadores dão conta de que esse nome já aparecia no século XVIII, mais exatamente em 19 de julho de 1729. Esse registro é o “do batizado de Estevão, filho legítimo de Estevão de Lima e de sua mulher Izabel Dutra da Silva. O casal morava na Fazenda dos Meninos.” (100 anos [...], p. 11).

Segundo Wanderley dos Santos, o nome Meninos

[...] designava a Vila das Mercês-Arapuá e região, na parte paulistana. Com a instalação de um rancho do Guapiú – outra antiga denominação de Rudge Ramos – passou este local, em 1831, a ser conhecido também como Meninos. E para distinguir entre um e outro local, assinalaram-se: *Meninos Velho* (aquele das Mercês) e *Meninos Novo* (o que é hoje Rudge Ramos). (SANTOS, 1992, p. 225)

GUAPIU, MENINOS, RUDGE...

O primitivo nome de Rudge Ramos, em São Bernardo, foi Guapiú. A expressão aparece em 1831, com a construção de um pouso de tropeiros na bifurcação formada entre as Estradas das Lágrimas e Vergueiro. Ali ficou sendo Meninos Novo, para diferenciar do Meninos Velho, expressão já utilizada no início do século XVIII e referente a uma área da Vila das Mercês, Arapuá, em São Paulo.

O professor José Gonçalves Salvador, do Instituto Metodista de Ensino Superior, num trabalho preparado em 1956, indica a existência das ruínas deste pouso, fotografadas em 1958 pelo jornalista Hermano Pini Filho, hoje em Campinas, e publicada por José de Souza Martins em seu trabalho *A Escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império*, 1988. (MÉDICI, 1993, p. 488)

Uma parte do bairro ainda recebeu outro nome, mas este durou pouco tempo. Por causa da construção da capela, os irmãos Piagentini colocaram o nome da localidade de *Vila de São João da Bela Vista*. O período deste nome oscila entre o final do século XIX e início do XX, entre 1890 e 1900 e a comprovação do nome se dá, além do documento dos Piagentini e de documentos da Igreja, pela quantidade, claro que não muito grande porque a região não possuía a densidade demográfica de hoje, de registros de compra e venda de imóveis. Vale salientar que este nome estava mais restrito à parte central do bairro, tanto é que pela transcrição nº 19.736 do 3º Registro de Imóveis da Circunscrição de São Paulo, feita em data de 31 de outubro de 1922, consta que Adelfo Piagentini alienou juntamente com a mulher e outros, por venda feita a Eliseu Bertholdo, conforme escritura de 1º de fevereiro de 1896, das notas do Escrivão de Paz de São Bernardo, um terreno situado no lugar denominado Vila de

São João da Bela Vista, Bairro dos Meninos.

José de Souza Martins (apud MÉDICI 1993, p. 445), diz:

No século XVIII, o atual bairro de Rudge Ramos, que se chamava Tamanduateí, começou a ser chamado Meninos. Em meados do século XIX, a denominação no bairro do Tamanduateí alcançou toda a área que é hoje constituída pelos bairros São José, Jardim São Caetano e Mauá, em São Caetano do Sul.⁴⁰

Aparentemente, o nome *Tamanduateí* aparece aqui mais por uma influência de São Caetano do Sul. Talvez este nome atingisse somente a parte bem próxima à atual cidade de São Caetano. Esta confusão é comprovada, inclusive, porque parte de São Caetano do Sul, mais exatamente o jardim São Caetano – que faz divisa com parte de Rudge Ramos – já foi conhecida como *Meninos Novo*.

A tramitação do processo foi rápida. Em 18 de julho de 1963, o engenheiro Vilibaldo Coelho Maia, diretor do Departamento de Obras da Prefeitura, informava ao *Bank of London* que o prefeito autorizava os trabalhos de demarcação e terraplanagem. Em 10 de outubro de 1963, Altino de Castro Lima, gerente da City, informava sobre o início das obras nos terrenos “antes conhecido por Sítio dos Meninos Novos e que agora se denomina Jardim São Caetano.” (MÉDICI, 1993, p. 449)

Além dos nomes já citados, o local teve mais um. Acredita-se que o local denominado Rudge Ramos já foi conhecido como Guapiú. O historiador Wanderley dos Santos encontrou referências importantes registradas, tais como córrego Guapiú (1833), sítio Guapiú (1840), lugar chamado Guapiú (1853) e casa em Guapiú (1864). Fato estranho sobre o nome Guapiú é que ele aparece após aproximadamente meio século do primeiro registro do nome Meninos. Além dessas, há referências à *paragem Guapii*, em 1796 (SANTOS, 1992, p. 53)

O registro do nome Guapiú ocorreu em virtude da passagem, pelo local, dos tropeiros no caminho cidade-litoral. Sabe-se que o pouso de tropeiros ficava no ponto entre a *estrada das Lágrimas* e a *avenida Doutor Rudge Ramos*, perto da ponte do *ribeirão dos Meninos*. O *córrego Guapiú*, nome que deu origem à designação, passa próximo desse local. Ele nasce perto da atual *via Anchieta*, onde passa a atual *rua do Sacramento* (antiga *estrada do*

⁴⁰ Cf. José de Souza Martins, A formação do Espaço Regional do Tijucuçu e de São Caetano, Revista *Raízes*, ano III, nº 5, São Caetano do Sul, julho de 1991, p.11. Aqui o autor cita o Registro Paroquial de São Bernardo, 1854, fls. 21-21v.28, 43.

Sacramento) e corre por baixo da *avenida Bispo César Darcoso Filho*, local inclusive citado como avenida marginal ao córrego e depois vai pelo centro do bairro cruzando a atual *rua Londrina*, em seu trecho próximo da *rua Gasparini* até o *ribeirão dos Meninos*. Hoje este córrego é inteiro canalizado, mas por ser em local aprazível e por ser caminho para o litoral, os tropeiros certamente faziam uso de suas águas calmas. Seguramente em virtude disso é que há os registros do nome.

Como o nome *Meninos* localizava-se primeiramente mais exatamente na parte de São Paulo (atual *vila das Mercês*), é o nome *Guapiú* o que mais intimamente está ligado à região, apesar de ser hoje o nome *Meninos* mais representativo do bairro. O nome *meninos* foi aplicado à região por causa do nome em São Paulo. Dessa forma, na localidade, primeiro apareceu o nome *guapiú* e, depois, para identificar a *paragem no Guapiú*, é que apareceu o nome *meninos*.

O nome *meninos* é sem dúvida mais representativo face ao espalhamento deste topônimo. Embora não seja mais o nome do bairro, o léxico *meninos* é utilizado em ruas, vilas e parques, além do nome atribuído ao curso d'água *ribeirão dos Meninos*.

5 Análise do Corpus

Os topônimos estudados nesta pesquisa forneceram informações para duas perspectivas de análise. A primeira, mais simples, somente relaciona a quantidade observada para cada taxionomia⁴¹. Já a segunda, mais aprofundada, busca tratar de temas importantes presentes na toponímia da região. É por este motivo que há, antes de uma análise quantitativa dos nomes de lugar, alguns capítulos que pretendem elucidar os temas aqui considerados relevantes. Além disso, como um dos assuntos tratados estabelece uma comparação entre os nomes dos acidentes físicos e os nomes dos acidentes culturais, a relação das taxionomias também está separada⁴². Os nomes dos acidentes físicos são objeto de análise do capítulo denominado *Águas de São Bernardo* ao passo que os demais se encontram nos capítulos *O Elemento Indígena*, *Núcleos Toponímicos*, *Os Principais Caminhos* e os demais que os seguem.

Nunca se deve esquecer, que mesmo com uma análise bastante criteriosa,

[...] nem sempre, na Toponímia, se pode explicar, de modo objetivo, a existência de um determinado nome. Consegue-se, muitas vezes, vincular um fato onomasiológico a um motivo aparente, mas a verdadeira razão-de-ser do topônimo, a sua casualidade necessária e única pode estar ligada a fatores que transcendem ao procedimento de verificação momentânea. (DICK, 1990, p 351)

⁴¹ A tabela nº 16 conta com todos os topônimos do bairro de Rudge Ramos e dos Cursos D'Água.

⁴² Há duas listas de topônimos. A tabela nº 4 apresenta os cursos d'água da cidade e as tabelas nº 7, 9 e 11 trazem os demais topônimos.

5.1 Águas de São Bernardo

Os dados presentes nesta análise foram retirados das Cartas São Paulo do IGBE (1:50.000), MI 2793-2 e MI 2793-4, reproduzidas nos anexos e do *Compêndio Estatístico* de São Bernardo do Campo, em sua parte relativa à hidrografia, cujo mapa fora reproduzido na introdução. Destas fontes, há 44 topônimos, os quais estão listados na *tabela 4 – Quadro-Resumo dos Topônimos – Cursos D'Água*.

O estudo considera os cursos d'água do município e tem por objetivo atrelar os aspectos semânticos dos topônimos e a motivação toponímica apreendida aqui através da causa e da origem do nome aos aspectos extralinguísticos, como os históricos, geográficos e sociais, de São Bernardo do Campo. Além disso, há a comparação entre o motivo dos nomes dos acidentes físicos com os nomes das ruas e vilas do bairro de Rudge Ramos.

Desde o princípio da ocupação do local denominado, já no século XVI, *borda do campo*, os rios tiveram um papel fundamental. Considerando a locomoção, os cursos d'água tiveram uma função de extrema importância porque os caminhos eram bastante precários. Não é só isso, a locomoção através dos rios facilitava a defesa, visto serem os ataques indígenas muito frequentes. Além disso, os cursos d'água eram fundamentais para a manutenção da vida como fonte de água limpa e alimento longe do litoral. Em um panorama atual, alguns cursos d'água, especialmente o *rio Grande* e o *rio Pequeno*, têm primordial importância porque formam os reservatórios do *Rio Grande* e do *Rio Pequeno*. Estes são os que constituem a *represa Billings*, grande reservatório de água da região. Além de fonte de alimento e útil na locomoção e defesa, os cursos d'água, através da análise toponímica de seus designativos, revelam aspectos físicos e culturais.

Estes são perceptíveis através do léxico, pois

O léxico de uma língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambram a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado. (SAPIR, 1961, p. 45).

É por isso que, se a análise considera os nomes de origem indígena (tupi) da região, certamente o ambiente físico e social dos falantes que deram nome aos cursos d'água aparece refletido. Juntamente, surgem as características culturais do povo considerado. No presente caso, um povo que culturalmente nomeia os cursos d'água de acordo com os aspectos físicos da região.

Os estudos de topônimos de origem indígena podem revelar

[...] as feições características do local, sejam as de ordem física quanto sócio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o 'nome' dos acidentes e o 'ambiente' em que ele se acha inscrito. (DICK, 1992, p. 25)

Alguns nomes de origem indígena, como *Canhema*, *Capuava*, *Jurubatuba* e *Pindorama* são nomes que além de trazerem traços semânticos que se reportam aos aspectos geográficos da região, também aparecem como ACs. *Canhema* e *Pindorama* são localidades do município de Diadema, antigamente parte de São Bernardo do Campo. Quanto ao topônimo *Capuava*, este aparece em Santo André. Por último, mas o mais importante devido a sua difusão, há o topônimo *Jurubatuba*, que aparece registrado deste o início da ocupação portuguesa da *borda do campo* e é um grande bairro de São Paulo.

Canhema era antes grafado com o y inicial: *Ycanhema*. Diante disso, a tradução mais plausível é de *rio esquecido ou perdido*, visto que o léxico *canhema* significa *fugitivo; perdido, bem como o verbo perder-se ou sumir* e o léxico y é, na língua tupi, uma das formas de se grafar *água*. Por este y inicial não mais existente é que a classificação do nome de lugar é de hidrotopônimo. O indígena sempre nomeou os cursos d'água com as características a eles inerentes, sejam estas físicas ou culturais, e a análise do topônimo, já fossilizado, é “fundamento para uma identificação de lugares, na certeza de que o significado desses nomes

indígenas traduz fielmente a característica de cada localidade.” (SAMPAIO, apud DICK, 1992, p. 21)

O registro deste nome aparece na obra de Wanderley dos Santos (1992, p. 228):

A então paragem do Curral Grande, depois de participar, ainda que bem lentamente, do desenvolvimento de Acuri (sede) e da vizinha povoação de São Bernardo, foi substituída em diversos sítios. Assim, no século XVIII, além da persistência do nome Curral Grande, apareceram outros como Curral Pequeno, Taboão, **Icanhema** e Pinhauva.

Em **Icanhema**, residia a família de Salvador Plácido de Camargo, que em 1889 passou seus terrenos para João Pedro e esposa. No Pinhauva (corresponde a grande parcela do atual núcleo de Piraporinha), ao lado da estrada de Santo Amaro, residia Florêncio Pires de Oliveira e sua esposa Maria do Rosário, que em 20 de fevereiro de 1769 venderam a propriedade a Antonio Pedroso de Oliveira. A área pertencia depois ao espólio de alferes Manoel Antonio de Barros. (grifos nossos)⁴³

Quando o topônimo apresenta nome de origem portuguesa a identificação da taxionomia é mais fácil. Por isso, a questão apontada em *Canhema* não ocorre em *córrego da Água Mineral*. Este é, facilmente, considerado como hidrotopônimo. A filiação do nome à taxionomia pode ser mais fácil face ao idioma. Porém, o motivo da denominação nem sempre se mostra tão claro. No caso do topônimo *Água Mineral*, este nome passou da nascente para o curso d'água.

O fitotopônimo *Capuava*, assim classificado porque o léxico significa *a cobertura de folhagens; obra de palha. Pode ser a vestimenta de folhagem ou até mesmo o abrigo na roça*, é também registrado na obra de Wanderley dos Santos (1992, p. 223) “[...] Campo, Capão, **Capoava**, Casa Branca [...]” (grifos nossos).

Jurubatuba é o sítio dos juribás, o palmar dos juribás e Pindorama é a região ou país das palmeiras. Entendido também como grande quantidade de palmeiras. Por esses traços semânticos, os dois são classificados como fitotopônimos. Nota-se, nestes dois nomes, que embora sejam línguas diferentes, o ambiente físico está no léxico empregado. Por isso, é permitido afirmar que não importa a língua em que determinado povo se expresse o léxico pode refletir aspectos do ambiente e ser usado para dar nome.

⁴³ As informações dadas por Wanderley dos Santos foram obtidas no texto de João Carlos Batista Aguirra denominado “Tombamento de Propriedades Rurais de 1817” in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. 10. AHWL.

Com relação ao zootopônimo *Capivari*, traduzido como *o rio das capivaras*, léxico que também nomeia bairro de São Bernardo do Campo, o reflexo do ambiente físico é latente, porque até os dias atuais, mesmo com uma realidade de rios poluídos, há capivaras vivendo cerca de grandes rios da Grande São Paulo, como é o caso do *rio Pinheiros*. Esse fato corrobora a motivação do ambiente físico – presença de capivaras – para o surgimento do nome designativo do curso d’água. Neste caso, o topônimo funciona como ícone / símbolo, pois é capaz não apenas de identificar o local, o topônimo *Capivari* faz uma identificação precisa dos aspectos físicos do curso d’água denominado.

É digno de nota que também o zootopônimo *Curucutu*, que é entendido como *voz onomatopaica com que os índios designavam uma espécie de coruja parda, com duas penas na cabeça, simulando chifres. É o mocho orelhudo*, outro bairro de São Bernardo, apresenta reflexos do ambiente. No entanto, é mais difícil haver corujas na região e relacioná-las a um nome já tão antigo. Isso ocorre porque nem sempre a presença do animal, entre os indígenas, é fator preponderante para a nomeação. Muitas vezes, o som produzido pelo animal é lembrado na nomeação. Por isso, é possível, certamente, atrelar o nome ao som produzido pelo curso d’água. Wanderley dos Santos (1992, p. 223) registra *Curucutu* da seguinte forma: “[...] Curucutú (gente boa) [...]”. Além disso, na mesma obra há o registro “Curucutuzinho” (p. 223).⁴⁴

No que se refere ao hidrotopônimo *Perequê*, cujo significado é *o estuário ou esteiro aonde o peixe entra para a desova ou para comer*, é importante, antes de qualquer coisa, localizá-lo. Trata-se de um rio que corre pela *serra do Mar* e seguramente por isso guarda em seu nome uma influência costeira, tanto que este nome aparece na cidade do Guarujá, litoral de São Paulo.

O topônimo *Saracantan*, cujo sentido não foi localizado, aparece registrado na obra de

⁴⁴ Conforme Wanderley dos Santos, estes dois nomes, bem como o anterior *Capoava* estão no índice dos lugares do registro paroquial de São Bernardo do Campo organizado pelo Arquivo Aguirra, no Museu Paulista.

Wanderley dos Santos (1992, p. 30) da seguinte forma:

Na sesmaria de Antonio Pires Ávila, de 1716, as divisas se faziam pelo ‘ribeirão que chama Issrricantan (Saracantã), correndo pelo ribeirão acima para o sertão e da barra pelo rio dos Couros (Meninos), abaixo até a barra de Itororon, daí pelo dito ribeirão adiante até o velho caminho do mar e correrá a rumo pelo dito caminho até o rio grande”.⁴⁵

O sentido do vocábulo *sacarantan* pode ser um daqueles ditos por Teodoro Sampaio, pois, de acordo com ele,

[...] as denominações geográficas explicáveis e naturalíssimas em determinadas épocas, serão para as gerações vindouras verdadeiros enigmas, que as alterações quotidianas ou as inevitáveis corruptelas vão tornando indecifráveis. (1987, p. 41)

Sobre o fitotopônimo *Passareúva*, que é *um tipo de madeira*, o comentário de Ademir Médici (1984, p. 140) dá conta do sentido e da importância do léxico

Nas suas colônias perdidas da freguesia de São Bernardo, os Baraldi procuravam cascas de passariúvas, uma matéria-prima excelente para curtir couro. Num carrinho de mão, puxado por homens e animais, as cascas obtidas eram transportadas até o centro de Vila de São Bernardo, de onde, em carroças, eram conduzidas a São Paulo. Nesta época - crepúsculo do século passado - havia muito palmito nas matas do Montanhão. E muita madeira excelente para a construção de móveis, além das passariúvas, naturalmente.

Tão importantes para esta família, as cascas de passariúvas foram motivo de recusa de compra de novas terras, dizendo: “Na terra de vocês tem poucas passariúvas” (id., ibid., p. 142).

Além do topônimo acima exposto, há o nome *Taioca*, cujo sentido é *a haste furada, o tronco oco. É a gramícea conhecida (Bambusa)*, por isso também fitotopônimo. Sobre estes, bem como acerca dos já citados *Capuava*, *Pindorama*, *Jurubatuba*, e sobre alguns de origem portuguesa, tais como *Palmeiras*, *Pinheirinho*, *Taboão*, todos fitotopônimos e o sociotopônimo *Serraria*, recai grande interesse na comparação dos aspectos semânticos destes nomes, classificados de acordo com a presença de traços que remetem aos aspectos vegetais e aos aspectos históricos da cidade, com o que de fato ocorreu na localidade. É lícito afirmar que estes topônimos não são mais apenas palavras que se referem aos lugares, que os

⁴⁵ Estes dados foram coletados por Wanderley dos Santos nas *Cartas de Datas da Terra*, vol. 4 – 1700 – 1750, págs. 24-27.

singularizam. Estes são documentos históricos.

Por isso, os rios têm papel importante para os estudos toponímicos, pois

De fato, os nomes dos rios, assim como os aplicados aos acidentes orográficos, costumam ser, universalmente, os mais antigos registrados que a língua e a toponímia empregam. Avessos a mudanças, quase sempre não costuma haver, em relação a eles, tentativas alteradoras. Arraigam-se ao terreno porque, costumeiramente, refletem circunstâncias típicas, ou do próprio acidente, em sua maneira intrínseca, ou dos locais que percorrem, incorporando ao seu nome os elementos regionais característicos. (DICK, 1996, p. 36)

O exposto por Dick serve para os topônimos de origem indígena na região. Todos os topônimos provenientes do tupi são considerados topônimos de NF. Isto quer dizer que dos 44 topônimos referentes à hidrografia, 9 são tupis e referentes ao ambiente físico. Há, com isso, nos nomes, fortes aspectos culturais de um povo que habitou o local e que agora só vive em pequenas propriedades perto da *serra do Mar*. Ainda sobre o citado por Dick e aplicado não só aos nomes de origem tupi, nota-se que a “idade” nos nomes é alta, mesmo ficando a região hibernada durante 3 séculos.⁴⁶

Ainda segundo Dick (1996, p. 57), “existe um grande intercâmbio ou uma verdadeira troca de elementos onomásticos entre um rio e a povoação que lhe surge às margens, ou nas vizinhanças”. O ocorrido com o *rio Anhangabaú* em São Paulo mostra essa troca, pois hoje há o vale deste rio e “isso comprova, mais uma vez, o que sempre se nota a respeito de um curso d’água, o seu nome transferindo-se para o acidente antrópico que lhe está próximo” (DICK, 1996, p. 209). Prova disto também é o que ocorreu com duas cidades do litoral de São Paulo: Mongaguá (*enseada ou baía de água pegajosa*) e Itanhaém (*a bacia de pedra, o vaso de metal, a panela de perro*). Ambas foram nomeadas face aos rios que por elas passam, cursos d’água que refletem circunstâncias geográficas locais. Nesta pesquisa já foram citados alguns nomes que podem seguramente entrar nesta lista: *Jurubatuba*, *Capuava*, *Pequerê*, *Canhema*, *Curucutu*, *Capivari*, entre outros, que nomeiam, além dos cursos d’água, os bairros e vilas que lhes surgiram às margens.

⁴⁶ GAIARSA, Octaviano A. *A Cidade que Dormiu Três Séculos: Santo André da Borda do Campo, seus primórdios e sua evolução histórica: 1553 – 1960*. Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André, 1968.

Com relação a um dos topônimos em estudo nesta pesquisa, ocorre o inverso. O ribeirão que passa pelo bairro *Rudge Ramos* é denominado *Meninos* porque tomou o nome de uma antiga denominação da localidade. Atualmente, há o registro do nome como sendo o do ribeirão, mas o nome do bairro que originou o do curso d'água foi substituído. Isso não quer dizer, contudo, que o nome, ao seguir este caminho inverso (bairro → ribeirão) não é importante. Mesmo não existindo mais o topônimo *meninos* como designativo do bairro há, no local hoje conhecido como *Rudge Ramos*, quatro topônimos que guardam o nome *meninos* em seu sintagma. São eles: *jardim dos Meninos*, *parque dos Meninos*, *praça dos Meninos* e *rua dos Meninos*. Além disso, o nome está em região próxima, no bairro Mauá, cidade de São Caetano do Sul. A partir disso é plenamente possível inferir a importância do nome no local.

Este curso d'água tem sua importância na história do local denominado *borda do campo* porque foi muito utilizado desde o século XVI. Segundo Teodoro Sampaio (1978, p. 185)

[...] para quem vem do mar, galgando a serra e atravessando as matas, a parte do campo de Piratininga mais próxima e mais fácil de atingir é exatamente essa que fica no Vale do Rio dos Meninos, onde a *borda do campo* desce mais para o Sul.

Para melhor entender o caso do *ribeirão dos Meninos* faz-se necessário recordar que *meninos* é, conforme já citado, o antigo nome do atual *bairro Rudge Ramos*. Este local, já conhecido como *Guapiú*, passou, antes do nome atual, e de *Meninos* – também *Pasto dos Meninos* – a ser chamado, durante pouco tempo e restrito a sua parte central, *São João da Bela Vista*.

Repetindo a citação de Santos (1992, p. 225)

O termo “Meninos” designava a Vila das Mercês-Arapuá e região, na parte paulistana. Com a instalação de um rancho no Guapiú – outra antiga denominação da área conhecida por Rudge Ramos – passou este local a ser conhecido também como Meninos. Para distinguir entre um e outro local, assinalaram-se Meninos Velho (aquele da Mercês) e Meninos Novo (o que é hoje Rudge Ramos).

Coloca-se “um rancho no Guapiú” porque há, exatamente na parte central do atual bairro de Rudge Ramos, um córrego com o designativo *Guapiú*. Mesmo não aparecendo no

corpus, visto obviamente à escolha de uma escala maior, convém traduzi-lo e comentá-lo, diante, é claro, de sua importância para a localidade.

É preciso que se mencione também uma outra denominação que teria sido atribuída a Rudge Ramos: Guapiu, que, segundo o padre Fiorente, é o nome de um pequeno córrego – já canalizado, em grande parte – que nasce no Bairro Paulicéia e atravessa Rudge Ramos. Não existem registros oficiais sobre esta denominação e nem os autores da utilização – o padre e outros velhos moradores – sabem dizer a época da utilização de Guapiú como denominação de Rudge Ramos. (MÉDICI, 1984, p. 202)

Em Teodoro Sampaio (1987, p. 237) não há o registro de *guapiú*. No entanto, aparece o registro de “GUAPIRA c. **gua-apira**, o fundo do vale; as cabeceiras, as nascentes. *Alt. Guapi, Guapy.*” e este permite uma interpretação de que é o *córrego que passa pelo vale*, visto que o *u* final de *guapiú* pode ser entendido como o vocábulo tupi referente à água, tão comumente registrado na toponímia brasileira. Além disso, o córrego passa por um lugar que é um baixio, que se assemelha a um pequeno vale. A nascente desse córrego encontra-se nas proximidades da *via Anchieta*, perto da *rua do Sacramento*. Deste lugar, ele segue encanado até desaguar no *ribeirão dos Meninos*. Dessa forma, percebe-se que é um curso d’água que passa pelo meio do bairro, entre o espaço ocupado pela igreja e o antigo pouso de tropeiros.

Em vários documentos há citação do nome *Guapiú*. Uma delas é a seguinte (100 anos [...], p. 21):

Maria Pascoal se casou em 1920 com Antonio Romoli, nascendo deste casamento, os filhos Yolanda, Pasquelina e Bruno. A propriedade adquirida pela família em Rudge Ramos em 1906, foi havida pela Transcrição nº 24.542, onde consta que o terreno fazia divisa, por um lado, com uma cerca de arame separando-o das terras de Adelfo Piagentini e por outro lado dividia com o Córrego Guapiú. Pelos fundos o terreno fazia divisa com o Ribeirão dos Couros.

Voltando ao nome *meninos*, Wanderley dos Santos (1992) aponta que o nome tem como origem a tarefa de um padre, Luís Domingues de Barros, que recolhia meninos órfãos em seu sítio. Todavia, não é somente esta a história. Outros relatos apontam que diz uma lenda que após um surto de varíola, o qual matou vários integrantes da família Camargo, residente antiga da região, morreram várias pessoas. Os que sobreviveram eram crianças e jovens e estes resolveram permanecer no local. Os que iam visitar estes remanescentes da

família Camargo diziam: “Vamos ver os Meninos.” Médici, citando informações da Seção de Pesquisas e Banco de Dados da Prefeitura, diz assim:

Suspeita-se que no território do atual bairro Rudge Ramos, na região da Vila Vivaldi, viviam três meninos órfãos e eu talvez fossem antepassados dos Camargo, proprietários das áreas. Esses meninos seriam visitados frequentemente pela população de São Bernardo que lhes dava assistência. (1984, p. 202)

Segundo Santos (1992, p. 95), o padre Luís Domingues de Barros passou pela capela de São Bernardo em 1734 e 1764. Sua biografia, a seguir reproduzida, ajuda a entender a nomeação *Meninos*:

Nasceu em São Paulo e foi batizado na igreja matriz aos 27 de agosto de 1960. Filho de João Domingues Moreira e de Ana de Barros; sendo neto paterno de Hilário Domingues e de Ana Ribeiro e pelo lado materno de Luís de Barros e Isabel de Paiva. Ordenou-se em 1714 e assinava Luís Domingues de Barros passando mais tarde ao apelido Moreira (origem paterna). No sítio que seus pais compraram em 1684 nas vizinhanças do caminho do mar, com licença do bispo Dom Francisco de São Jerônimo da Diocese do Rio de Janeiro datada de 3 de fevereiro de 1719 **edificou o oratório de Nossa Senhora das Mercês. O oratório foi logo transformado em capela, sendo mais tarde constituído o respectivo patrimônio na paragem chamada “Os Meninos”, em 1757.**⁴⁷ (grifos nossos)

No que se refere à questão do orfanato, Médici aponta que há uma versão ouvida pelo padre Fiorente Elena contada por velhos moradores: “O secular pouso de tropeiros – cujas ruínas chegaram a ser fotografadas pelo professor José Gonçalves Salvador – teriam sido uma espécie de orfanato onde eram internados órfãos de alguns bandeirantes.” (1984, p. 202). Este professor não valoriza esta versão dizendo que o pouso era muito pequeno para servir de orfanato. O pouso e a antiga propriedade dos Camargo citada por Médici eram próximos.

O que muitos deixam de lado é o fato do nome *meninos*, aplicado à região de Rudge Ramos, ser um nome que foi transplantado de região vizinha, local hoje da *vila das Mercês*. Ora, se nesta vila o padre tinha edificado o oratório de Nossa Senhora das Mercês, que depois passou para patrimônio da paragem chamada “Os Meninos”, é mais plausível que o nome *meninos* provenha mesmo da tarefa do padre. Não havia, como apontado pelo professor José

⁴⁷ Fontes de Wanderley dos Santos: Processo de Habitação de Genere et Moribus Ano 1714 – ACMSP – E-1, G-5, nº 82. fls. 3, 21-45.; Livro Tombo da Catedral de São Paulo, nº 1, 1747-1895. fls. 23v. – 24.; Autos da Capela de Nossa Senhora das Mercês, Bairro dos Meninos; Autos de Ereção e Patrimônio das Capelas. ACMSP, 01-01-03 fls. 104-105.

Gonçalves Salvador, orfanato onde era o pouso de tropeiros porque a causa do nome estava em São Paulo.

Mesmo assim, a história acerca da varíola apresenta fundamentos, pois foram extremamente comuns os casos desta enfermidade. Os comentários a seguir são úteis para uma melhor análise:

Em 3 de junho de 1887, escrevendo o engenheiro chefe do núcleo de São Bernardo, Joaquim R. Antunes Jr., ao Presidente da Província, Visconde de Parnaíba, comentava o surto de epidemia de varíola dizendo que, independentemente daquele estado de coisas, propunha a nomeação de um médico para os novos núcleos, ou seja, o de São Bernardo e o de São Caetano, pois já se tornara bastante sensível o desenvolvimento dos referidos agrupamentos. (HUTTER, 1972, p. 120)

A varíola havia-se manifestado na casa de recepção de imigrantes, em São Bernardo, elevando-se a 15 o número de colonos enfermos, enquanto que, em São Caetano, embora houvesse alguns doentes, ainda não se tinha conhecimento de casos de varíola, temendo-se, apenas, que a doença grassasse também aquele local. (id., *ibid.*, p. 120)

Naquele mês mais tarde, a 4 de julho de 1888, num requerimento expedido pela sub-delegacia de polícia da Freguesia de São Bernardo, ao então Presidente da Província, Pedro Vicente de Azevedo, o Governo era acusado da isenção de providências para combater a varíola que continuava a alastrar-se com intensidade. (id., *ibid.*, p. 120)

A freguesia de São Bernardo registrou vários casos de varíola em 1868 e o Cemitério dos Bexiguentos deve ter sido utilizado então⁴⁸. O cemitério reapareceu em 1888 como Cemitério de Santo André – o que amplia a hipótese de que era remanescente da Vila de Santo André da Borda do Campo. Neste ano foram registrados sepultamentos de bexiguentos no cemitério. (SANTOS, 1992, p. 154)

Aos 4 de agosto de 1888, no cemitério de Santo André, foi sepultado o cadáver de Antonia Maria, brasileira, idade de 30 anos, moléstia bexigas, solteira, falecida no lugar denominado Piay, envolta em branco e sua alma foi encomendada. Em 11 de agosto de 1888, João da Cruz 15 anos, vitimado por bexigas, filho de José Vicente e Joaquim Maria, foi sepultado no Cemitério Sano André. (id., *ibid.*, p. 154)⁴⁹

O cemitério da Vila Euclides era chamado de cemitério da Borda do Campo ou Santa Cruz da Borda do Campo. O Livro de Óbitos da Paróquia⁵⁰ registra três sepultamentos em outubro de 1875, todos motivados por bexiga. (id., *ibid.*, p. 155)

“A varíola, fatal e nova para o homem americano, arrasou aldeias inteiras de índios mansos, originando casos de incrível violência.” (TAUNAY, 2003, p. 291).

Dessa forma, tem-se a varíola bastante presente na região como um todo, sendo esta capaz de matar e com isso deixar filhos órfãos.

⁴⁸ Citação de Santos (1992): Egas, Eugênio. Galeria dos Presidentes da Província de São Paulo, vol. 1, pág. 399. Ao referir-se ao presidente Saldanha Marinho – 1867 – 1868, há o registro de que houve alguns casos de varíola em S. Bernardo, sem caracterizar epidemia.

⁴⁹ Os dados são do Registro de óbitos da Paróquia de São Bernardo, 1877-1902, fls. 18 a 22.

⁵⁰ Registro de Óbitos da Paróquia de São Bernardo de 1852-1876, fls. 84 e 95.

De acordo com o já exposto em seção acerca da história do bairro, o nome *Meninos* aparece em 1723 como um pouso de tropas (também registrado como antigo pouso de tropeiros – fotografado pelo professor José Gonçalves Salvador). Este, para ser mais exato, estava localizado na região em que passa o ribeirão atualmente, na divisa entre São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, bem no início da *estrada das Lágrimas*.

O registro desse nome aparece na antiga Freguesia de São Bernardo, como Linha Rio dos Meninos, aberta em 1886. Stangorlini⁵¹ (1997, p. 10) distribui o Núcleo Colonial de São Bernardo, o qual ocupou as antigas fazendas São Bernardo e Jurubatuba da seguinte forma:

Tabela 3 – Distribuição das Linhas Coloniais e Atuais Localizações

Nome da linha	Ano de criação	Nº de lotes	Designação atual / localização
Jurubatuba	1877	79	Assunção
São Bernardo Velho	1877	19	Av. Senador Vergueiro com Av. Kennedy
Sede	1877	146	Centro de São Bernardo
São Bernardo Novo	1877	82	Montanhão
Rio dos Meninos	1886	23	Rudge Ramos
Galvão Bueno	1887	33	Demarchi e Batistini
Camargo	1887	12	Alves Dias até Jd. Continental
Dutra Rodrigues	1888	29	Região da estrada da Pedra Branca (Represa Billings)
Rio Grande	1888	83	Represa Billings até Bairro dos Finco
Rio Pequeno	1891	70	Riacho Grande
Capivary	1891	76	Riacho Grande
Bernardino de Campos	1894	62	Riacho Grande
Dr. Campos Sales	1897	76	Riacho Grande

Esta tabela é útil, também, para exemplificar o historiotopônimo *córrego da Linha Camargo*, visto que este passa na localidade ocupada pela linha criada em 1887.

Menciona-se, para exemplificar, algumas citações referentes ao topônimo *ribeirão dos Meninos*: “À margem dessa estrada, junto ao córrego dos Meninos, foi construída uma capela votiva dedicada a Nossa Senhora da Conceição. (GAIARSA, 1968, p. 36)”, “[...] e por este abaixo até sua foz no rio dos Meninos [...]” (id., *ibid.*, p. 52)⁵², “À margem esquerda do rio dos Meninos, estende-se também uma faixa de terrenos cristalinos até atingir S. Caetano.”

⁵¹ Esta tabela de STANGORLINI é a mesma de SANTOS (1992).

⁵² Este registro é o da lei nº 804 de 9 de outubro de 1901.

(id., ibid., p. 83)⁵³, “Começa no Ribeirão dos Meninos na foz da água da grota; sobe [...]” (id., ibid., p.255)⁵⁴. Destas citações observa-se, também, a alternância de TG. Em alguns momentos usa-se córrego, rio e até mesmo o atual TG ribeirão.

O nome *ribeirão dos Meninos* apareceu face ao nome do bairro. Trata-se de um exemplo do nome do bairro estendendo-se a outro topônimo da localidade. É um topônimo transladado, ou seja, se estendeu no nome do bairro para o nome do ribeirão. No Brasil, muitas vezes, ocorre o inverso, conforme já apontado.

O que comprova isso é o fato de que registros apontam que o nome desse rio era outro. Em diversos documentos, o atual *ribeirão dos Meninos* era nomeado de forma diferente. As citações a seguir ajudam a elucidar o caso:

A região era conhecida como Tijucuçu, uma grande área verde, povoada, provavelmente, por índios, com muito barro na época das cheias dos rios conhecidos como Tamanduattiba e Caaguaçu. Que rios eram estes? O Tamanduatiiba era o rio dos Meninos e o Caaguaçu era o rio Tamanduateí. (RAMOS; SOUZA, 1992, p. 11-12)

Até o século XVII, o atual rio Tamanduateí era conhecido com o nome de Caaguaçu e o atual rio dos Meninos tinha também a denominação de Tamanduatiiba. Duzentos anos depois, no século XIX, a ponte do rio Tamanduatiiba era conhecida como Ponte dos Meninos. Pouco depois, o rio também passou a ser chamado rio dos Meninos. (id., ibid., p. 60)

O ribeirão Tamandatii já se chamou dos Couros e é hoje conhecido por Meninos. (SANTOS, 1992, p. 51)

O local da fazenda [dos monges beneditinos] era às margens do ribeirão Tamandatii, depois chamados dos Couros e, hoje, dos Meninos. Ali os beneditinos instalaram seu templo. (id., ibid., p. 87)

Já se verificou que quando se trata de toponímia é preciso considerar a especialização do léxico. Este, primeiramente uma palavra comum (*meninos* que viviam na região, em um orfanato), ao nomear um lugar, por exemplo, perde o sentido original e passa a ser um marcador referencial (*ribeirão dos Meninos*, *bairro dos Meninos*), com carga expressiva importante. A essa passagem de nível dá-se o nome de toponomização, explicada semântica e funcionalmente. O signo linguístico usado como topônimo é capaz de singularizar

⁵³ Trata-se de trecho de um Relatório da Comissão de Melhoramentos de São Bernardo, sob a orientação do engenheiro Plínio Antonio Branco, elaborado em março de 1928.

⁵⁴ Trecho das divisas de Santo André publicadas em 19 de fevereiro de 1959, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

determinado local.

Como a classificação das taxionomias considera o termo específico (TE) e como no topônimo *ribeirão dos Meninos*, *ribeirão* é termo genérico (TG) e o substantivo *Meninos* o TE, sendo este o mais importante porque dele depreende-se o campo semântico do topônimo, a classificação do nome é de historiotopônimo.

O TG é o Acidente Físico (AF) ou Acidente Cultural (AC). Muitas vezes, o AF pode ser toponimizado, ou seja, um TG pode se tornar o primeiro formante do TE. Exemplificando, em 2 dimensiotopônimos: *rio Pequeno* e *rio Grande*, ambos são considerados na taxionomia face aos adjetivos que apontam as características dos cursos d'água. Entretanto, ao serem represados para a formação da *represa Billings*, devido à intervenção humana dois novos topônimos apareceram: *reservatório do Rio Grande* e *reservatório do Rio Pequeno*. Neste caso, existem 2 hidrotopônimos e não mais dimensiotopônimos. Isso ocorre porque o TG *rio* deixa de se referir ao AF e passa a ser parte do TE. Como o primeiro formante do TE – quando este for composto – é que determina a taxionomia, ocorre a mudança de traços semânticos e por isso a mudança da taxionomia de classificação. Outra alteração que há face à toponimização é que, ao sofrer esta passagem de nível funcional e semântica, o formante *rio* passa a ser escrito com letra maiúscula.

Este mesmo fenômeno ainda pode ser verificado em mais um topônimo: *córrego do Jardim Silvina*. Neste caso foi o nome do AH que se toponimizou, passando a ser um dos formantes do TE.

Sobre o *rio Grande*, há diversos registros de que este curso d'água possuía outro nome. Santos (1992, p. 229) escreve:

Dos mais antigos descortinadores da região destacavam-se os moradores de Santana das Cruzes de Mogi Mirim, atual Mogi das Cruzes, que a atravessam a fim de atingirem ou voltarem da Vila de Santos. Tais moradores utilizavam-se, em certos trechos, das águas do Rio Jurubatuba ou do Rio Grande dos dias atuais.

O território de que se compõe o atual Município de Rio Grande da Serra foi, a princípio, denominado Geribatiba ou Jurubatuba, de origem indígena e que significa 'o palmar ou sítio dos jiribás'”

A citada *represa Billings* é um antropotopônimo que homenageia o construtor da barragem. As informações presentes no *Sumário de Dados* da Prefeitura (2009, p. 72-73) são valiosas.

A Represa Billings

A represa Billings é o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo. Seu espelho d'água possui 10.814,20 hectares, correspondendo a 18% da área total de sua bacia hidrográfica, que ocupa um território de 582,8 km², localizado na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, fazendo limite, a oeste, com a bacia hidrográfica da Guarapiranga e, ao sul, com a serra do Mar. Sua área de drenagem abrange integralmente o município de Rio Grande da Serra e parcialmente os municípios de Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo.

Foi criada oficialmente em 27 de março de 1925 pelo então presidente da República, Arthur Bernardes, em atendimento ao pedido de concessão feito pela empresa multinacional canadense Light (atual Eletropaulo) para a construção de um reservatório que possibilitasse acionar a usina hidrelétrica de Henry Borden.

O engenheiro Asa White Kenney Billings, contratado pela empresa canadense Light, resolveu construir a represa que recebeu o seu sobrenome (Billings). Ele tornou-se famoso por sua especialidade em desviar rios para o mar, que julgava ser a maneira mais apropriada para aproveitar o potencial hidrelétrico de um rio.

Vários fatores influenciaram a decisão do engenheiro Billings ao construir a represa, entre eles: a) localização, b) capacidade de armazenamento de água; e c) o volume de água que brotava na região (cerca de 30 m³ por segundo).

Billings teve a ideia de utilizar o declive da Serra do Mar para produzir eletricidade, possibilitando o surgimento da Usina Hidrelétrica Henry Borden, que se instalou em Cubatão.

Para acionar as turbinas, foi necessário o represamento do rio Pinheiros e a elevação da barragem de Santana de Parnaíba, rebatizada de Edgard de Souza. Essa elevação causou o refluxo do Tietê ao Pinheiros e, em consequência, para a Billings. As estações elevatórias de Traição e Pedreira fizeram o lançamento das águas do Tietê para a Billings.

Os levantamentos iniciais feitos pelo engenheiro F. S. Hyde, um dos auxiliares de Billings, foram importantes para represar a água dos rios Grande e das Pedras, cujas nascentes se localizam em territórios do município de São Bernardo do Campo. A água desses rios foi conduzida para dois túneis ligados à Casa de Válvulas, de onde partiam os tubos adutores que atingiam o pé da serra, numa queda de mais de 700 m. Todo esse processo possibilitou que, no final do ano 1926, estivessem em operação as primeiras unidades geradoras da usina Henry Borden.

O projeto seguinte foi posto em andamento. Foram necessários mais de cinco milhões de metros cúbicos de terra para a construção das barragens e diques necessários à formação do reservatório que leva hoje o nome Billings.

A Billings é um grande lago artificial, construído no período de 1925 a 1933, com a finalidade de produzir energia elétrica. No seu lugar existiam muitos rios, que se interligavam: Grande, Pequeno, Capivari, Pedra Branca, Taquacetuba, Alvarenga, Boreré, Tocaia e rio das Pedras, entre outros. Para formar a represa, os engenheiros construíram uma barragem no rio Grande.

Até a segunda metade da década de 1950 as águas da represa Billings tinham a finalidade precípua de gerar energia elétrica serra abaixo, na usina da Light, em Cubatão. Com o crescimento da metrópole paulistana e do Grande ABC, os planos começaram a mudar e a represa passou a ser pensada para servir ao abastecimento da população.

Convênios intermunicipais foram estabelecidos e obras, projetadas. Em 1958, foi realizado o aterramento das margens da represa, em Riacho Grande, São Bernardo do Campo, para a construção da casa de bombas do Departamento de Água e Esgotos do Estado de São Paulo, quando começou o tratamento das águas da represa.

Antes da represa, o sistema de abastecimento da região era feito por meio de poços rasos, nascentes e córregos urbanos.

Além da função original, que é servir de fonte de água para produção de energia elétrica, atualmente a represa Billings também serve como manancial para abastecimento público, local de natureza abundante, além de ter a importante função de servir como área de lazer e descanso.

A Bacia Hidrográfica da Billings, no entanto, apresenta um cenário preocupante. Apesar de ser protegida pela Lei de Proteção dos Mananciais, em vigor desde 1975, a região vem sofrendo ao longo dos últimos anos as consequências de um processo acelerado de ocupação irregular. O principal problema identificado no território da Bacia Hidrográfica da Billings foi a substituição da cobertura florestal nativa (Mata Atlântica), fundamental para a produção de água em quantidade e qualidade adequadas ao abastecimento público, por áreas ocupadas por atividades humanas, principalmente aquelas ligadas a usos urbanos. Esse processo tem ocorrido por meio do surgimento de novas ocupações, consolidação da ocupação existente e transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

No que se refere ao antropotopônimo *córrego Floriano* a referência pode ser a José Floriano de Toledo, antigo morador da região, citado por Martins (1957, p. 80):

Tem mais outra porção de terras, que começam no Rio Tamanduatey, onde faz divisa com Miguel Fagundes e saindo Rio acima até encontrar o córrego Tingá, e subindo por este acima até a cabeceira onde, tomando a esquerda segue até o rio Tamanduatehy, em frente mais ou menos a casa do **João Floriano de Toledo**, e descendo o Rio abaixo até onde começou esta divisa.⁵⁵ (grifo nosso)

O antropotopônimo *córrego dos Lima* pode mostrar detalhes de importância essencial.

Ao pesquisar sobre vários aspectos de São Bernardo do Campo, Santos (1992, p. 54), ao tratar dos limites da Fazenda São Bernardo em 1856, encontrou no Registro Paroquial de Terras – São Bernardo⁵⁶ a informação:

Tem seu princípio no caminho que vem da Cidade de São Paulo, ao lado direito na paragem chamada Meninos no ribeirão do Pesqueiro no lugar onde faz barra com o ribeirão de São Bernardo e seguindo pelo mesmo ribeirão do Pesqueiro acima, que serve de aguada de Antonio Domingues de Andrade até encontrar um córrego que divide as terras de Joaquim Vieira de Moraes **e as terras de Francisco Xavier de Lima e termina de novo com as terras de Francisco Xavier de Lima** e vai até o Pico Alto e daí desce dividindo com as terras de João Fernandes Dias e com as de Ursula Maia Branca e com as de Dona Maria Eufrosina da Cruz Almada, até encontrar o ribeirão do rio dos Couros e por ele abaixo até o lugar dos Meninos donde começou esta divisa. (grifos nossos)

Fato relevante acerca da análise da hidrografia de São Bernardo do Campo é que se pode chegar a algumas considerações sobre a história da região.

Acerca do zootopônimo *ribeirão dos Couros* e do *ribeirão dos Meninos*, segundo Santos (1992), é importante destacar que “Ultimamente, por motivos desconhecidos, foram

⁵⁵ José de Souza Martins buscou estes dados no Arquivo Aguirra.

⁵⁶ 1856, nº 171, fls. 46 - DAESP

invertidos os nomes dos ribeirões dos Couros e Meninos”. Para ele, “a comprovação disto pode ser verificada no Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento, que contém títulos da Fazenda São Bernardo entre 1561 e 1877.”

O *ribeirão dos Couros* é citado por Teodoro Sampaio (1978, p. 251), dando-lhe outra nomenclatura, já citada como sendo do *ribeirão dos Meninos*, o que seguramente comprova a troca de nomes citada por Santos.

Saindo de S. Paulo pelo Ipiranga que se vadeava próximo de sua confluência com o Tamanduateí, o caminho velho do mar ia atravessar o ribeirão dos Meninos perto de *Inhoaíba*, e daí margeando o galho maior desse ribeirão, chamado então *Tamanduatiba*, e hoje Rio dos Couros, passava no lugar onde está a Vila de S. Bernardo, galgava as cabeceiras do dito *Tamanduatiba* [...]

O *ribeirão dos Couros* deve seu nome, provavelmente, a Manoel da Fonseca Osório. Este, como diz Santos (1992, p. 63), “Em seu longo inventário, refere-se a ‘uns couros que tirou na Borda do Campo’. Seria esta talvez e com muita probabilidade a origem do nome ‘rios dos Couros’”.

Em meados do século XVI, os rios eram já usados para vencer o caminho entre o litoral e o campo, para chegar à Vila de São Paulo de Piratininga, hoje São Paulo. Conforme Manoel Rodrigues Ferreira (*apud* DICK, 1996, p. 114), geralmente o caminho era feito em três etapas, sendo a primeira de Santos ao porto de Santa Cruz, no rio Cubatão, viagem esta feita por canoas. Já a segunda etapa passava pelo rio Itutinga ou Tutinga (o salto branco), provável referência à espuma produzida pela velocidade com que o rio desce a serra em meio às pedras, no *rio das Pedras* (litotopônimo), subia a serra e chegava ao Planalto, no *rio Pequeno* (afluente do *Jurubatuba*). A *estrada do Lorena* substituiu este trilho de serra em 1788. Por fim, a terceira etapa começava no ponto citado do *rio Pequeno*, sendo o trajeto feito por embarcações pelo *rio Grande*, até o *Jurubatuba*, chegando-se a *Santo Amaro*, onde havia uma bifurcação: ou continuava-se, fluvialmente pelo *rio Pinheiros*, entrando-se aí em *Piratininga*, ou ia-se por terra, pelo trilho que ligava as duas povoações.

Um dos pontos da história desta cidade que interessa à pesquisa é a exploração do

solo, que sempre esteve muito presente. Isso é tão importante que os munícipes de São Bernardo eram conhecidos como *batateiros*. Mas infelizmente muitos jovens já desconhecem o termo e não o entendem como parte da história local.

Embora conhecidos como *batateiros*, termo que remete ao cultivo da terra, a cidade teve antes que explorá-la, retirando dela muita madeira de qualidade. Essa era, por sua vez, transportada de carroça para São Paulo, já como carvão, para utilização das famílias que lá vivam, por exemplo. Sobre o cultivo e exploração da terra, convém citar GAIARSA (1968, p. 46-47), pois ele diz que:

Em S. Bernardo, Santo André e S. Caetano, assim como nos distritos de Mauá e Ribeirão Pires – agora transformados em municípios, a exploração das reservas naturais – lenha e carvão; jazidas de caulim; barro para olarias; pedreiras e agricultura em regular escala [...]

Segue, o mesmo autor, dizendo que “As médas de carvão fumegavam durante dezenas e dezenas de anos, pois que o material era abundante e de boa qualidade. São Paulo consumiu quantidades incalculáveis de carvão [...]” (ibid., p. 48)

Este mesmo autor (ibid., p. 45) diz que

O solo não era muito fértil mas a população conseguiu sobreviver com seu trabalho duro e persistente. Em geral, dedicavam-se à fabricação de carvão e à cultura de videiras e à produção de vinhos bastante apreciados na época. [...] As medas de carvão, às dezenas, fumegaram nas matas e nas clareiras abertas pelos colonos italianos. Durante anos seguidos, serviram centenas de consumidores da região de S. Paulo.

A importância do carvão foi imensurável para a região. Para se ter uma ideia, em 1936, segundo o *Álbum de São Bernardo*, de João Netto Caldeira (apud MÉDICI, 1984, p. 49), São Bernardo do Campo, dentre outros estabelecimentos e profissionais, tinha 104 negociantes em lenha e carvão, além de 78 chácaras de verduras. Santos (1992), em diversos momentos cita dados acerca da produção agrícola de São Bernardo e a batata é um item sempre constante e abundante.

Stangorlini (1997, p. 9) afirma, ao tratar do nascimento das colônias a partir de terras que pertenceram a Amador de Medeiros e ao capitão Duarte Machado e que foram doadas aos

padres da Ordem de São Bento para formarem três grandes fazendas (a São Caetano, a São Bernardo e a Jurubatuba), que

Nessas fazendas se plantava feijão, milho, arroz, amendoim (para obtenção de óleo), mandioca e legumes, se produzia lenha e carvão e, em suas olarias de São Caetano, os beneditinos fabricavam louças, tijolos, telhas e lajotas.

Continua Stangorlini (1997, p. 9)

Os produtos da fazenda São Bernardo eram transportados em canoas que desciam o rio dos Meninos e depois, naturalmente, entravam no rio Tamanduateí, por onde seguiam até chegar ao Porto Geral de São Bento, onde os beneditinos mantinham um posto de armazenamento, já na atual cidade de São Paulo, onde hoje está localizada a rua 25 de Março, na região atual do Parque D. Pedro. Ali eram descarregados os seus produtos os quais, geralmente, eram destinados a estabelecimentos dos próprios Beneditinos.

Certamente, porque a região não era só composta de fazendas dos padres Beneditinos, pois muitas famílias de brasileiros aqui viviam desde meados do século XVI, o comércio de madeira e carvão era feito por diversas pessoas e não só para os Beneditinos. É salutar rememorar que algumas dessas famílias, inclusive, emprestaram seus nomes aos cursos d'água, como os citados *Lima* e *Florianópolis*.

Com a criação do Núcleo Colonial de São Bernardo e a chegada de imigrantes, a economia local melhorou, mas isso não quer dizer que os produtos eram diferentes. Stangorlini (1997, p. 22) diz que “a economia das Colônias girava em torno da fabricação de carvão, basicamente, e também da produção agrícola e da criação de animais domésticos para fins de subsistência.” Esta atividade de produção de carvão foi tão importante que se estendeu até aproximadamente a terceira década do século XX.

Ela foi bastante importante e era de muita responsabilidade, visto que as famílias mais abastadas de São Paulo contavam com a remessa do material para uso em suas residências. Muitas vezes o transporte de carroça era feito em condições precárias, inclusive face à deficiência dos caminhos.

Uma das tradições locais é a procissão de carroceiros, atualmente patrimônio cultural, muito citada nos registros históricos da cidade devido a sua antiguidade, que acontece

certamente pela grande quantidade de carroças que havia na cidade, tanto as locais, usadas para transporte de produtos como o carvão quanto as de fora, dos viajantes que por lá passavam. Esta procissão acontece ainda hoje e através dela percebe-se também uma grande tradição religiosa da cidade. A imagem da santa padroeira da cidade, Nossa Senhora da Boa Viagem, é transportada pelos carroceiros durante essa procissão. Esta vocação religiosa refletida na procissão e nas diversas igrejas da cidade só não é refletida nos nomes dos cursos d'água, pois dentre os 44 nomes só há um com traços semânticos que remetam à religião: o hagiotopônimo *córrego Santa Terezinha*.

Médici (1984, p. 23) assim fala sobre a procissão de carroceiros:

Ainda são desconhecidas, em detalhes, as circunstâncias que marcaram o surgimento da Procissão de Carroceiros em São Bernardo. Mesmo a data da primeira procissão não é conhecida. Mas sabe-se que, desde o século passado, a procissão é realizada, ficando apenas 10 anos sem sair, ressuscitando na década de 70 [...].

Médici (ibid., p. 23) segue tratando do mesmo assunto, ao escrever que

No passado, a procissão era realizada aos sábados à tarde. Carroceiros vinham de todos os pontos da cidade e traziam suas prendas: tijolos, lenha, sacos de legumes e verduras, leitões, frangos, comidas caseiras. As mercadorias eram colocadas ao lado da igreja e leiloadas. A festa prosseguia madrugada adentro; no domingo era encerrada, depois de leiloadas todas as peças.

Outro ponto importante da história é a chegada dos primeiros imigrantes. Eles vieram para a cidade e se empenharam em diversos afazeres. Uns plantaram ou exploraram o solo; os demais, começaram outras atividades, dentre elas a fabricação de móveis.

É por isso que São Bernardo do Campo foi e é muito conhecida como a capital do móvel. Diante disso, conclui-se que a madeira e a terra foram importantes para a cidade, para sua história e evolução. Os 8 topônimos cujos traços semânticos dos nomes remetem à madeira são prova irrefutável dessa importância. Com relação à terra, outros nomes que se referem aos aspectos físicos dão conta de provar essa importância. Os dizeres de Longo (2002, p. 49) esclarecem a importância dos móveis, ao dizer que antes da chegada das montadoras “as fábricas de móveis representam um quarto de todo o parque industrial”.

Baseando-se no acima exposto permite-se atrelar os fitotopônimos presentes na região

aos aspectos históricos e culturais da localidade. Não é por acaso que tais nomes estão presentes na região até hoje.

Para Dick (1992, p. 25), tratando das taxionomias toponímicas, e aqui considerando os fitotopônimos,

[...] a compreensão da existência de um vínculo estreito entre o objeto denominado [os cursos d'água] e o seu denominador é que remeterá a toponímia taxionômica ao estudo das motivações da nomenclatura geográfica. Dessa forma, os fatores ambientais, em sua dicotomia física e antro-po-cultural, conforme teorização de Sapir, constituem o cenário propício ao jogo de interesses humanos, em que as percepções sensoriais e as manifestações psíquicas brotam como fontes geradoras dos nomes.

Muito importante para o estudo de aspectos históricos e geográficos, a hidrografia também serve para estudos linguísticos tais como os feitos nesta análise, principalmente porque os nomes dos rios estão mais ligados aos aspectos físicos do ambiente motivador, refletindo na história e geografia do local em que se encontram e porque o léxico mais preservado em relação aos topônimos é aquele que está na nomenclatura dos nomes geográficos que dão nomes aos rios e isso certamente é útil para uma análise linguística, inclusive se são considerados nomes indígenas de línguas já não mais faladas. Pensando na importância geográfica, Lima (1981, p. 11), ao tratar de diversos aspectos históricos e geográficos da cidade, aponta detalhes sobre o local (limites, contornos), ao dizer que

Sua geografia hoje se estende, ao norte, até o Município de São Paulo, limitando-se com a Capital *pela vertente do Córrego dos Ourives e por este abaixo pelo Ribeirão dos Couros até atingir o Rio dos Meninos*; a nordeste confina o Município de São Caetano, pela divisa natural do Rio dos Meninos até a foz do Ribeirão das Grotas, no ponto que equidista das pontes da Avenida São João Batista e Rua Afonsina; a leste, a partir desse mesmo ribeirão limita-se com Santo André, por rios, córregos e braços que conservam os nomes antigos, de batismo: Meninos, Taioca, Saracantan, Guarará, dos Bichos, Perequê, até os aparados da Serra do Mar; ao sul, pelos espigões do contraforte da Via Anchieta ou descendo até o vale dos Pilões, pelos mesmos aparados da Serra do Mar, do Cubatão ou do Poço, limita-se com Cubatão e São Vicente; a oeste, limita-se novamente com São Paulo, onde as águas do Córrego da Divisa, de Cubatão de Cima e do Curucutu molham o território da subprefeitura de Santo Amaro; a nordeste, por fim, limita o Município de Diadema, pelo espigão que divide as águas de outros rios com os nomes sugestivos (Alvarengas, Grota Funda, Couros, Curral Grande, Canhema, Água Funda) até o limite do Parque do Estado.⁵⁷

Pensando na hidrografia e na toponímia, os topônimos relativos à hidrografia são os

⁵⁷ Os nomes apontados por LIMA (1981) diferem, em parte, dos nomes da carta São Paulo usada como corpus face à escala 1:50.000. Outras fontes, como o Compêndio Estatístico do Município, também trarão nomes diferentes (apresentam mais nomes).

que mais são mantidos durante o tempo. Na toponímia mundial, certamente há grande quantidade de arcaísmos morfológicos e lexicais nos nomes dos rios (deve ser por esse motivo que se acredita ser *Saracantan* um nome indígena, mas não há nenhuma informação parecida em dicionários). Na brasileira, os topônimos relativos à hidrografia são muito importantes para os estudos etnotoponímicos porque eles mantêm o léxico indígena muitas vezes bastante preservado e, através da análise desses nomes de lugar, é possível chegar aos aspectos culturais de diversas etnias.

Conforme visto, a análise da hidrografia que aparece no corpus permite que se chegue até a causa e a origem do nome.

O topônimo *Alvarengas* é mais um nome presente na região que traz informações interessantes da localidade. De acordo com Médici (1984, p. 63), ainda na metade do século XIX o bairro “não passava de um porto de água doce. O porto dos alvarengas”. Continua Médici (ibid., p. 63):

Nos tempos antigos da colonização de São Bernardo, quando o transporte fluvial tinha relativa importância, em virtude de não existirem os veículos automotores, as mercadorias dos vales dos rios Bororé. Taquacetuba, Curucutu, Pedra Branca, Capivari, Pequeno, Rio Grande ou Jurubatuba eram trazidos de barco rios abaixo, a partir das regiões de suas produções. Essas mercadorias vinham, inclusive, dos territórios ao sul de Santo Amaro (hoje distrito de Parelheiros, capital), que pertenciam a São Bernardo. A produção, pelos rios, era levada até um ponto ao sul da foz de Taquacetuba, atual distrito de Riacho Grande, aonde existia um porto que servia de ancoradouro aos alvarengas (barcos de transporte). Desse ponto existia uma estrada de ligação com o atual centro de São Bernardo, estrada esta denominada pelo povo de estrada dos Alvarengas.

O comentário acima pode ser contestado, atribuindo ao topônimo a taxionomia de antropotopônimo. Para isso, deve-se recordar a figura de Aleixo Leme e Francisco de Alvarenga. Segundo Santos (1992, p. 58)

[...] enviaram a dizer Aleixo Leme e Francisco de Alvarenga, moradores nesta Vila de São Paulo [...] petição que eles têm filhos e famílias que sustentar e as terras aonde lavram não são já capazes de mantimento por [...] já cansadas, os moradores serem muitos e estarem juntos, que entre eles [...] por onde querem fazer suas fazendas [...] para o que me pediam por conclusão lhes desse duas léguas de sesmaria pelo rio de Gerabatiba arriba, partindo com [...] Pires, uma légua de uma banda e outra de outra banda em quadra [...] receberiam mercê o que visto por mim [...] Mais adiante continua: [...] Francisco de Alvarenga [...] seus herdeiros ascendentes e descendentes com suas entradas e saídas e águas de cabeceiras delas pelas demarcações forras e isentas sem pagar tributo, nem pensão alguma só dízimo a Deus Nosso Senhor e isto

com a condição de sesmaria a qual terra lhe hei por dada.⁵⁸

Diante disso, afirma Santos (ibid., p. 58): “Foi provavelmente este Francisco de Alvarenga que levou o nome ‘Alvarenga’ à paragem das vizinhanças do rio Grande: atual bairro de bernardense.” Para corroborar, Santos (ibid, p. 64), citando o Livro das Sesmarias⁵⁹, diz que “Em 17 de julho de 1725, Bento Rodrigues Barbosa recebe ‘légua e meia de terras em quadra na margem do rio Jarabativa, correndo rio acima no fim das terras que chamavam dos Alvarengas.” É baseando-se no antropônimo *Alvarengas* que a taxionomia é considerada antropotopônimo.

Muito comum na toponímia, na região há nomes que apresentam aspectos reativos à posição em que está o curso d’água, como o cardinotopônimo *córrego da Divisa*, bem como nomes que apresentam adjetivos que são usados para mostrar a posição em relação a outro local, o que ocorre com o geomorfotopônimo *rio Cubatão de Cima*. Além da diferenciação com outro local, há a com outro curso d’água, como os citados *rio pequeno* e *rio grande*, que apresentam adjetivos que os opõem. O mesmo ocorre com o ergotopônimo *córrego Curral Grande*, que se diferencia do *Curral Pequeno*, registrado em diversos documentos sobre o local.

As atividades realizadas pelos moradores, refletida no nome acima *Curral Grande* aparece também no fitotopônimo *córrego Feital* e no sociotopônimo *córrego das Lavras*. Há, também, o sociotopônimo *córrego Ourives*, o qual também reflete uma ocupação.

A referência aos animais é bastante presente na região, tanto que além dos já citados *ribeirão dos Couros* e *rio Curucutu*, há os zootopônimos *ribeirão das Antas*, *ribeirão dos Bichos* e *ribeirão Cágado*.

Dos 44 topônimos analisados, pode-se fazer a seguinte separação: 1 cardinotopônimo, 2 dimensiotopônimos, 9 fitotopônimos, 2 geomorfotopônimos, 6 hidrotopônimos, 2

⁵⁸ Este texto foi escrito na Vila de Santos, em 19 de fevereiro de 1617.

⁵⁹ N° 2, fls. 34, DAESP.

litotopônimos, 5 zootopônimos, 6 antropotopônimos, 1 corotopônimo, 2 ergotopônimos, 1 hagiopônimo, 2 historiopônimos, 4 sociotopônimos e 1 sem classificação. Totalizando, há 28 topônimos de NF, 15 de NAC e 1 sem classificação.⁶⁰

Percebe-se que mesmo sendo uma cidade bastante ligada à religião, essa perdeu lugar à motivação física para nomear os cursos d'água da cidade. Isso não quer dizer que não haja motivação toponímica catalogada como hierotopônimos. Estes estão em outros nomes, mas não na hidrografia.

Como existe grande presença da motivação física para nomear, isso leva a considerar que o ambiente da região motivou muito os topônimos. Neste sentido é possível recordar Ullmann (1977), visto que os nomes motivados fisicamente ainda são considerados como palavras transparentes, apesar de em alguns casos, face à língua indígena, os nomes não são tão transparentes. Claro está que se feita uma comparação com os nomes de NAC: *Marcolino*, *Pedroso* e *Floriano* (antropotopônimos), entre outros, por exemplo, verifica-se que estes são opacos, pois certamente os habitantes atuais da região desconhecem a relação de *Pedroso*, por exemplo, com uma família bastante presente na localidade, ao passo que *Pedra Branca* (litotopônimo), *Pilões* (ergotopônimo) e *Grota Funda* (geomorfotopônimo)⁶¹, por refletirem uma NF, são mais transparentes.

Mas não é só isso, o aspecto cultural também pode ser considerado. Resumindo, a fabricação de móveis da região pode ser muito bem lembrada quando fica clara a quantidade de topônimos classificados como fitotopônimos.

Considerando uma questão mais atual na cidade, que é a chegada de montadoras, interessa a presença do sociotopônimo *córrego da Chrysler*.

Através da toponímia chega-se à cultura do povo. Cultura tida aqui como resultado de ação e interação social, os quais espontaneamente ou não possibilitaram a existência de nomes

⁶⁰ Vide tabelas 4 e 5.

⁶¹ Existe, na localidade, o viaduto da Grota Funda.

tão significativos e importantes. O topônimo revela uma cultura que carrega saberes que não se tem.

Conforme percebe-se após verificação dos totais da *tabela 5 – Taxionomias Toponímicas – Cursos D'Água*, a motivação toponímia baseada no estudo das lexias semânticas mostra que predomina o aspecto físico como motivador. Acerca dos aspectos geográficos, considerando o exemplo *rio das Pedras*, pois o nome diz exatamente tudo sobre a morfologia do leito do rio. Já sobre os aspectos históricos, o topônimo *Meninos* e outros relacionados à madeira e ao cultivo mostra muito dos aspectos históricos da região.

Tabela 4 – Quadro-Resumo dos Topônimos – Cursos D'Água

Ficha	Topônimo	Tipo	Etimologia	Classificação (Taxionomia)
1	Água Mineral, córrego da	F	Port.	Hidrotopônimo
2	Alvarengas, ribeirão dos	F	Port.	Antropotopônimo
3	Antas, ribeirão das	F	Port.	Zootopônimo
4	Bichos, ribeirão dos	F	Port.	Zootopônimo
5	Billings, represa	F	Port.	Antropotopônimo
6	Cágado, ribeirão	F	Port.	Zootopônimo
7	Canhema, córrego	F	Tupi	Hidrotopônimo
8	Capivari, rio	F	Tupi	Hidrotopônimo
9	Capuava, córrego	F	Tupi	Fitotopônimo
10	Chrysler, córrego da	F	Port.	Sociotopônimo
11	Couros, ribeirão dos	F	Port.	Zootopônimo
12	Cubatão de Cima, rio	F	Port./Afr.	Geomorfotopônimo
13	Curral Grande, córrego	F	Port.	Ergotopônimo
14	Curucutu, rio	F	Tupi	Zootopônimo
15	Divisa, córrego da	F	Port.	Cardinotopônimo
16	Feital, córrego	F	Port.	Fitotopônimo
17	Floriano, córrego	F	Port.	Antropotopônimo
18	Grande, rio	F	Port.	Dimensiotopônimo
19	Grota Funda, rio	F	Port.	Geomorfotopônimo
20	Jardim Silvina, córrego do	F	Port.	Corotopônimo
21	Jurubatuba, córrego	F	Tupi	Fitotopônimo
22	Lavras, córrego das	F	Port.	Sociotopônimo
23	Lima, córrego dos	F	Port.	Antropotopônimo
24	Linha Camargo, córrego da	F	Port.	Historiotopônimo
25	Marcolino, Rio	F	Port.	Antropotopônimo
26	Meninos, ribeirão dos	F	Port.	Historiotopônimo
27	Ourives, córrego	F	Port.	Sociotopônimo
28	Palmeiras, córrego	F	Port.	Fitotopônimo
29	Passareúva, ribeirão	F	Tupi	Fitotopônimo
30	Pedra Branca, rio	F	Port.	Litotopônimo
31	Pedras, rio das	F	Port.	Litotopônimo
32	Pedroso, córrego	F	Port.	Antropotopônimo
33	Pequeno, rio	F	Port.	Dimensiotopônimo
34	Perequê, rio	F	Tupi	Hidrotopônimo
35	Pilões, rio	F	Port.	Ergotopônimo
36	Pindorama, córrego	F	Tupi	Fitotopônimo
37	Pinheirinho, córrego	F	Port.	Fitotopônimo
38	Rio Grande, reservatório do	F	Port.	Hidrotopônimo
39	Rio Pequeno, reservatório do	F	Port.	Hidrotopônimo
40	Santa Terezinha, córrego	F	Port.	Hagiotopônimo
41	Saracantan, córrego	F	Tupi	Sem Classificação
42	Serraria, córrego da	F	Port.	Sociotopônimo
43	Taboão, Ribeirão	F	Port.	Fitotopônimo
44	Taioca, Córrego	F	Tupi	Fitotopônimo

Tabela 5 – Taxionomias Toponímicas – Cursos D'água

Taxionomia	Natureza	Quantidade	Percentual
Astrotopônimos	Física	0	0,00%
Cardinotopônimos	Física	1	2,27%
Cromotopônimos	Física	0	0,00%
Dimensiotopônimos	Física	2	4,55%
Fitotopônimos	Física	9	20,45%
Geomorfotopônimos	Física	2	4,55%
Hidrotopônimos	Física	6	13,64%
Litotopônimos	Física	3	6,82%
Meteorotopônimos	Física	0	0,00%
Morfotopônimos	Física	0	0,00%
Zootopônimos	Física	5	11,36%
Animotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Antropotopônimos	Antropo-Cultural	6	13,64%
Axiotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Corotopônimos	Antropo-Cultural	1	2,27%
Cronotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Ecotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Ergotopônimos	Antropo-Cultural	2	4,55%
Etnotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Dirrematopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Hierotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Hagiotopônimos	Antropo-Cultural	1	2,27%
Mitotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Historiotopônimos	Antropo-Cultural	2	4,55%
Hodotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Numerotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Poliotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Sociotopônimos	Antropo-Cultural	3	6,82%
Somatopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Sem Classificação	-	1	2,27%
Total de Topônimos		44	100%

Gráfico 1 – Percentual de Topônimos por Taxionomia – Cursos D'água **Gráfico 2** – Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Cursos D'água

5.2 O Elemento Indígena: o espontâneo e o sistemático na toponímia

No Brasil há uma quantidade enorme topônimos de origem indígena e muitos deles são espontâneos e presentes nas regiões que os motivaram. Estes nomes, conforme vários estudos realizados, refletem o ambiente físico como motivador. É o caso, por exemplo, de *Itanhaém*, cujo significado é *vasilha de pedra* e reflete uma localidade com grande quantidade deste minério. Neste caso, há aquilo que é denominado nome de primeira geração, ou seja, “vinculados diretamente ao denominador e às situações originais que condicionam a denominação primitiva.” (DICK, 1999, p. 133).

Em *Rudge Ramos* não houve, durante a formação do núcleo urbano, uma presença tupi suficiente para que no local houvesse um bilinguismo ou até a presença da língua geral, suficiente para favorecer o uso de topônimos indígenas designativos de antigos caminhos, ruas, por exemplo. O que ocorreu na região, daí considerando a cidade como um todo, foi a preservação de nomes de origem indígena relativos aos cursos d’água, ocorrendo o mesmo que sucedeu com o nome *Itanhaém*. O que se passou na região foi a manutenção de nomes indígenas relativos à hidrografia, por serem estes nomes mais antigos que os primeiros portugueses e foram por estes mantidos. Não é possível afirmar que o mesmo ocorreu com as ruas, por exemplo.

Os nomes indígenas presentes nos logradouros do bairro de Rudge Ramos são nomeações, em sua maioria, da metade do século XX. Conforme Dick (2004, p. 41), houve, no final do XIX e início do XX uma retomada, em São Paulo, dos termos indígenas. A mesma autora aponta que no século XX apareceram, também, os bairros-jardim dentro de uma perspectiva eurocêntrica.

Pelo distanciamento temporal e/ou espacial em que se encontram os atores do processo de nomeação, a unidade lexical empregada pode significar uma aplicação indireta, aceita pelo sistema, mas dele distante em termos de uma lógica semântica; a

falta de correspondência entre o que o nome significa e as condições do lugar só pode ser explicada pelo uso virtual das lexias disponíveis no sistema. (DICK, 1999, p. 133)

Os nomes indígenas que refletem o ambiente motivador são antigos, provavelmente do séc. XVI, XVII e XVIII. Porém, os nomes que aparecem na região estudada e que são de origem indígena são do século XX e acompanham uma questão de beleza ao nomear, isto é, é bonito, é interessante lotear um terreno e construir casas, sendo os nomes das ruas relativos a lexias indígenas, emprestados dos locais em que eles são realmente motivados.

Tendo como ponto central da análise topônimos de origem indígena, seguramente percebe-se que

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida (DICK, 1992, p. 47)

Isso ocorre em se tratando da análise dos topônimos de origem autóctone referentes aos cursos d'água da cidade de São Bernardo do Campo, conforme visto anteriormente. Para rememorar e exemplificar, é possível citar o *ribeirão Passareúva*. Neste caso, há um fitotopônimo extremamente vinculado ao ambiente motivador. O nome é, conforme já apontado por historiadores, relativo à presença da árvore chamada *Passareúva*, que motivou o nome porque era muito importante na região, que explorava a madeira.

Quando aparece um topônimo como *Passareúva*, é permitido recordar Leite de Vasconcelos (apud DICK, 1992, p. 48), pois segundo ele os topônimos são “verdadeiros marcos esquecidos (...) a revelar grande número de fatos que, de outro modo, nos seriam inteiramente desconhecidos.”

Porém, se a consideração recai sobre uma perspectiva de microtoponímia ou toponímia urbana, na região específica do bairro de Rudge Ramos e em relação aos nomes de origem indígena, não ocorreu uma nomeação espontânea tal qual *Passareúva*. Não há nomes de origem indígena nomeando as ruas, vilas e travessas do bairro em questão que são topônimos espontâneos. Ao contrário, existe uma toponímia sistemática. Dick (1996, p. 177),

ensina que há (na toponímia atribuída aos logradouros) quatro estratos:

- a* – o primeiro deles – antroponímico -, ao que tudo leva a crer, é o espontâneo, o natural, nascido popularmente da lembrança daquele morador que melhor identificou o lugar, em seu tempo;
- b* – o segundo, também espontâneo, funcional, adequado ao elemento identificador, de origem religiosa;
- c* – o terceiro e o quarto, sistemáticos, oficializados, mas não espontâneos, vislumbrando-se, em seu conteúdo, a tendência a homenagens a personalidades e a fatos ligados a momentos históricos regionais, ou locais, o que viria a constituir a meta perseguida por grande parte da toponímia no Brasil.

Não quer dizer, com o exposto, que não há topônimos na região que dão nome às ruas, vilas e travessas, considerados como espontâneos. Um bom exemplo é o antigo *Caminho do Mar*, que desde o século XVI é usado e se cristalizou após uso corrente da população local. Outro exemplo é a *vila Camargo* (como o primeiro estrato citado por Dick⁶²), cujos detalhes da nomeação serão vistos depois.

Resumindo, não há, em Rudge Ramos, topônimos de origem indígena espontâneos. Os nomes espontâneos são de origem portuguesa.

Como já ensinou Dauzat (apud DICK, 1992, p. 49):

[...] quando uma aglomeração, um rio, uma montanha é denominado pela voz pública – e isso foi sempre o caso mais frequente – o procedimento mais natural é o de designar um lugar a partir de suas particularidades geográficas mais marcantes.

Em relação aos topônimos em estudo, aparece esta relação com particularidades geográficas. Contudo, os topônimos marcam particularidades geográficas de outro lugar. Em um modismo, nomes fossilizados em outras regiões são transplantados, perdendo, assim, seu vínculo com o ambiente motivador.

Os nomes foram transplantados de uma região de origem para uma região com ruas recém traçadas e, por isso, sem nome ou com nome em forma de letras e números. Como não há o hábito de deixar as ruas de um novo loteamento sem nome para que estes surjam espontaneamente da coletividade que habita o local, o loteador ou poder público dá nome aos locais. É por isso que convém afirmar que os nomes destas ruas, apesar de transplantados, não

⁶² Acredita-se que o nome dado ao loteamento só fez por confirmar a identificação da região, anteriormente ocupada pela família Camargo.

foram usados em detrimento de nomes espontâneos que já existiam no local. Afinal, a localidade que deu origem aos loteamentos do bairro era composta de muitas chácaras e, por isso, não havia ruas tal como há hoje. “Não damos nomes ao que não conhecemos, só nomeamos o que conhecemos.” (DICK, 1996, p. 146)

A afirmação de que os topônimos estudados são sistemáticos é mantida pelo estudo dos campos semânticos dos nomes, visto que a maioria dos nomes de origem autóctone está na *vila Vivaldi* e no *conjunto residencial Atlântica*, criados em 1950 e 1974, respectivamente, ou seja, em local bastante restrito e com características físicas que não condizem com o motivo dos nomes indígenas encontrados no local.

Como já apontado, a definição do campo semântico se dá através do TE. No caso dos nomes em questão, esses termos são os nomes das ruas, vilas e travessas propriamente ditos (*Itaguassu, Iracema, Jaú* etc.) e os TGs são os nomes que classificam o tipo de logradouro (*rua, vila, travessa* etc.). Para além disso, como são topônimos de origem indígena – língua tupi – e face à língua ser aglutinante, deve-se considerar, quando houver mais de um formante, o primeiro do TE como sendo o gerador do campo semântico. O topônimo *vila Jaú* (*vila* como TG e *Jaú* como TE), de acordo com Sampaio (1987, p. 268) é “JAÚ ou Jahú, *corr.* Ya-ú, aquele que devora; é o grande peixe fluvial (*Platystoma*), frequente no Rio Tietê, como nos rios da bacia do Rio da Prata.”, a classificação é de zootopônimo.

O quadro a seguir apresenta a relação dos topônimos de origem autóctone, presentes na região, acompanhada da tradução do nome e da classificação de acordo com a motivação semântica:

Tabela 6 – Topônimos de Origem Indígena de Rudge Ramos

<i>Topônimo</i>	<i>Tradução</i>	<i>Classificação</i>
Aguapés, rua	“AGUAPE <i>s.c.</i> Água-pe, coisa redonda e chata; a planta vulgarmente chamada guapé, guapeba, guapiva, que cobre a superfície dos lagos e das águas remansadas (<i>Nymphaea</i>)” (CUNHA, 1999, p. 191)	Fitotopônimo
Arapuá, travessa	“ARAPOÁ <i>corr.</i> Ira-põa, o mel redondo, ou ninho de abelhas arredondado.” (SAMPAIO, 1987, p. 199)	Litotopônimo
Cabreuva, rua	“CABREUVA <i>corr.</i> Caburé-yba, a árvore do caburé. Alt. Caburehyba, Cabureúba, Cabureuva.” (id., <i>ibid.</i> , p. 211)	Fitotopônimo

Congonhas, rua	“CONGONHA <i>corr.</i> Congõi, o que sustenta ou alimenta; é a erva-mate, variedade (<i>Ilex Congonha</i>)” (id., <i>ibid.</i> , p. 225)	Fitotopônimo
Cotia, travessa	“ACUTI <i>s.c.</i> A-cotí, o indivíduo que se posta ou se assenta, alusão ao hábito do animal desse nome de se assentar para comer (<i>Dasyprocta</i>). Alt. Cutia. Para os índios, este animal simbolizava a imprevidência preguiçosa” (id., <i>ibid.</i> , p. 191)	Zootopônimo
Guanabara, rua	“GUANABARA Antigamente Guanabará, <i>c.</i> goanã-pará, o lagamar.” (id., <i>ibid.</i> , p. 236) “Seio semelhante ao mar” (CUNHA, <i>ibid.</i> , p. 136)	Geomorfotopônimo
Iguape, rua	“IGUAPE <i>corr.</i> Iguá-pe, no lagamar, na baía fluvial.” (SAMPAIO, <i>ibid.</i> , p. 248)	Geomorfotopônimo
Indaiatuba, rua	“INDAYATUBA <i>corr.</i> Indayá-tyba, a abundância de indaiás, o sítio das palmeiras indaiás.” (id., <i>ibid.</i> , p. 249)	Fitotopônimo
Ipiranga, rua	“HY <i>s.</i> Um dos diversos modos de escrever a vogal gutural tupi, y, que Anchieta escrevia yg. Como substantivo, significa água, rio.” (id., <i>ibid.</i> , p. 243) “PIRANGA <i>adj.</i> Vermelho, corado, ruivo, rubro, pardo.” (id., <i>ibid.</i> , p. 302)	Hidrotopônimo
Iracema, conjunto residencial	“IRACEMA <i>s.c.</i> Yra-cema, a saída das abelhas, o enxame. Pode traduzir-se a saída ou fluxo do mel. Como nome e mulher, vale por melíflua, Dulce, razão por que José de Alencar o traduziu livremente lábios de mel, para qualificar a heroína do seu romance.” (id., <i>ibid.</i> , p. 253)	Fitotopônimo
Itaguassu, rua	É a pedra grande, pois: “ITÁ <i>c.</i> Y-tá, o que é duro, a pedra, o penedo, a rocha, o seixo, o metal em geral, o ferro.” (id., <i>ibid.</i> , p. 254). “GUAÇÚ <i>s.</i> No tupi do Sul, exprime veado; no tupi costeiro diz-se suaçú, aliás coó-açú, que quer dizer, a caça grande, animal de vulto. Como adjetivo, exprime grande, grosso, largo, amplo” (id., <i>ibid.</i> , p. 235)	Litotopônimo
Itaim, rua	“ITAHIM <i>corr.</i> Ita-im, a pedra pequena, a pedrinha; a conchinha.” (id., <i>ibid.</i> , p. 255)	Litotopônimo
Itápolis, rua	“ITÁ <i>c.</i> Y-tá, o que é duro, a pedra, o penedo, a rocha, o seixo, o metal em geral, o ferro.” (id., <i>ibid.</i> , p. 254). Polis: cidade Há, aqui, um hibridismo.	Litotopônimo
Itatiaia, rua	“ITATIAIA <i>corr.</i> Ita-tiâi, o penhasco cheio de pontas; a crista eriçada. É o culminante do sistema orográfico brasileiro, na serra da Mantiqueira.” (id., <i>ibid.</i> , p. 260)	Geomorfotopônimo
Itaúna, rua	“ITAUNA <i>c.</i> Itá-una, a pedra preta, o ferro, o minério.” (id., <i>ibid.</i> , p. 260)	Litotopônimo
Jaú, vila	“JAÚ ou Jahu, <i>corr.</i> Ya-ú, aquele que devora; é o grande peixe fluvial (<i>Platystoma</i>), frequente o Rio Tietê, como nos rios da bacia do Rio da Prata.” (id., <i>ibid.</i> , p. 268-269)	Zootopônimo
Juquiá, rua	“JUQUIA ou Jukiá, a nassa aberta; o covo de boca larga.” (id., <i>ibid.</i> , p. 271)	Ergotopônimo
Marabá, rua	“MARABÁ <i>corr.</i> Maír-abá, raça de francês (maír), gente que é precedente do estrangeiro. Era como se denominava, entre os índios, o filho do prisioneiro ou estrangeiro.” (id., <i>ibid.</i> , p. 279)	Etnotopônimo
Paraguai, rua	“PARAGUAY <i>c.</i> Paraguá-y, o rio dos papagaios. Pode-se também significar o rio dos cocares ou das coroas.” (id., <i>ibid.</i> , p. 294)	Zootopônimo
Paraibuna, travessa	“PARAHYBUNA <i>corr.</i> Para-ayba-una, ou parayb-una, o paraíba preto, ou de águas escuras.” (id., <i>ibid.</i> , p. 294)	Hidrotopônimo
Paranapanema, rua	“PARANAPANEMA <i>c.</i> Paranã-pânema, o caudal imprestável, impraticável.” (id., <i>ibid.</i> , p. 295)	Hidrotopônimo
Pirapitingui, rua	“pirapitinga <i>s.f.</i> Var.: 8 <i>pyrapitinga</i> , <i>pirapitinga</i> [< T.* <i>pirape'tina</i> < pi'ra 'peixe' + pe'tiba 'de casca branca'] ... Peixe da família dos caracídeos.” (CUNHA, <i>ibid.</i> , p. 239)	Zootopônimo

Piracicaba, rua	“PIRACICABA <i>corr.</i> Pira-cycaba, a colheita ou tomada do peixe. Designa o lugar, que, por acidente natural do leito do rio, não deixa o peixe passar e favorece a pesca. Um salto ou queda d’água é uma pira-cycaba.” (SAMPAIO, <i>ibid.</i> , p. 301)	Geomorfotopônimo
Quatá, travessa	“cuatá <i>s.m.</i> Var.: 7-9 coatá, 8 quatá, 9 cuatá [< T.*kua’ta]. Macaco da família dos cebídeos.” (CUNHA, <i>ibid.</i> , p. 114)	Zootopônimo
Sapucaí, rua	“SAPUCAHY <i>corr.</i> Çapucaí-y, o rio das sapucaias.” (SAMPAIO, <i>ibid.</i> , p. 313)	Fitotopônimo
Tamanduateí, rua	“TAMANDUATEY <i>corr.</i> Tamandoá-tei, tamanduás em grande número.” (id., <i>ibid.</i> , p. 320)	Zootopônimo
Tibiricá, rua	“TIBEREÇÁ <i>corr.</i> T-yby-reçá, contração de tyby-reçaba, a vigilância da terra; o vigia da terra; o maioral ou principal.” (id., <i>ibid.</i> , p. 329)	Litotopônimo
Tietê, rua	“TIETÊ <i>c.</i> Tié-etê, o verdadeiro tié. V. Tié. Pode o mesmo vocábulo proceder de Ty-etê que significa rio bastante fundo, rio verdadeiro, considerável.” (id., <i>ibid.</i> , p. 329)	Hidrotopônimo
Tremembé, rua	“TREMEMBÉ <i>corr.</i> Tiri-membé, o que escoia molemente, o embrejado, encharcado, o alagadiço. Nome de um gentio do Ceará, cujo apelido lhe vinha da região alagadiça que ocupava.” (id., <i>ibid.</i> , p. 332)	Etnotopônimo
Uberaba, rua	“UBERABA <i>corr.</i> Y-beraba, a água brilhante, clara, transparente, cristalina.” (id., <i>ibid.</i> , p. 338)	Hidrotopônimo
Uruguai, rua	“URUGUAY Antigamente Uruay, como se lê na carta de Diogo Garcia, de 1526; assim, Uruay se compõe de Uruá-y ou Uruguá-u, exprimindo o rio de búzios ou dos caracóis. O Pe. Montoya, no seu Tesouro, explica y-ruguay como sendo o canal por onde vai a madre do rio.” (id., <i>ibid.</i> , p. 341)	Hidrotopônimo
Urupês, travessa	“URUPÉ <i>c.</i> Uru-pé, forma contrata de uru-peba, o cesto chato ou raso; nome dado ao fungo conhecido por orelha-de-pau, cuja forma imita a de um cesto raso.” (id., <i>ibid.</i> , p. 342)	Ergotopônimo
Votorantim, rua	“VOTURANTIM <i>corr.</i> Ybytyrantim, a encosta ou ladeira branca; alusão à massa branca de espumas que cai de encosta abaixo no salto deste nome” (id., <i>ibid.</i> , p. 344) “Portanto, voturantim significa mui propriamente <i>montanha branca</i> , pois que o salto do Sorocaba, naquele lugar, não é mais do que uma encosta alta, coberta de alvo manto de espumas.” (id., <i>ibid.</i> , p. 129)	Geomorfotopônimo

Ao efetuar uma relação entre os ACs do bairro de Rudge Ramos estudados neste trabalho com os AFs relativos à hidrografia da carta do IGBE 1:50.000 (MI 2793-2 e MI 2793-4) e do mapa do *Compêndio Estatístico*, os quais abarcam o município de São Bernardo do Campo, constata-se que os topônimos de NF são predominantes. Em se tratando dos topônimos relativos à hidrografia, há, além do *Passareúva*, outros, conforme visto no capítulo anterior. No que tange às ruas, vilas e travessas, dos 33 topônimos listados, apenas 4 não são de NF.

Gráfico 3 – Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Nomes Indígenas de Rudge Ramos **Gráfico 4** – Percentual de Topônimos por Taxionomia – Nomes Indígenas de Rudge Ramos

Os *ergotopônimos* e os *enotopônimos* – topônimos de NAC – somam 12,12% do total dos topônimos indígenas da região. Os 87,88% restantes correspondem aos topônimos de NF.

O topônimo *Itaguassu*, presente na *vila Vivaldi*, local com a maior quantidade de nomes indígenas do bairro Rudge Ramos, pode ser considerado como um nome transplantado de uma outra localidade, como os demais nomes indígenas presentes na região em estudo, pois, conforme mencionado anteriormente, os topônimos indígenas da região são oriundos de

outra localidade. No entanto, pode-se inferir que o nome da rua é este face ao nome da empresa que loteou o local: Imobiliária Itaguassu Sociedade Civil.

Além disso, ao olhar o mapa local, tem-se a impressão que a nomeação sistemática segue um modismo. Os nomes indígenas estão concentrados em um loteamento, o que mostra que não há relação entre nome e ambiente físico motivador. Para que existisse essa relação, haveria a necessidade da região possuir nomes que tivessem relação com a mata, o que se acontece, é em poucos nomes estudados.

Esse modismo acontece, também, em outras partes do bairro, as quais contêm nomes que seguem uma ordenação impossível fora de um contexto sistemático de nomear. É o caso do *parque Santo Antônio*, que têm o nome do parque e de algumas ruas relacionados às tradições cristãs: *rua Leão XIII*, *rua Pio XII* e *rua Pio X*.

Face ao exposto, é lícito afirmar, mais uma vez, que os nomes de origem indígena, presentes na região em estudo, não são motivados pelo ambiente físico. Os nomes analisados são topônimos transplantados, nomes de segunda geração.

5.3 Núcleo Toponímico⁶³ na Toponímia Urbana: dos nomes de origem indígena às homenagens

Conforme visto no capítulo anterior, há uma extensa quantidade de topônimos de origem indígena desvinculados do ambiente motivador. Excetuando-se alguns casos, a maioria dos nomes está colocada em uma região bem específica, tanto que dos 33 nomes de origem indígena, 27 logradouros foram nomeados através da lei municipal nº 531, de 30/11/1956. Esta lei dá nome aos seguintes logradouros: *rua Tietê, rua Iguape, rua Congonhas, rua Juquiá, rua Uberaba, rua Sapucaí, rua Aguapés, rua Paranapanema, rua Uruguai, rua Piracicaba, rua Pirapitingui, rua Itaúna, rua Tremembé, rua Paraguai, rua Indaiatuba, rua Tamanduateí, rua Itaim, rua Ipiranga, rua Guanabara, rua Tibiriçá, rua Votorantim, rua Itápolis, travessa Paraibuna, travessa Urupês, travessa Quatá e rua Arapuá.*

Diante disso, estes nomes formam, na *vila Vivaldi*, o principal, face à quantidade de nomes, núcleo toponímico do bairro de Rudge Ramos. É o principal, mas não o único, pois além dele e do já mencionado *parque Santo Antônio*, há outros.

Na *vila Mariza*, bem como em parte da *vila Tsukamoto*, há nomes que se referem a datas, muitas destas pertinentes a acontecimentos históricos. Eis alguns nomes: *rua 12 de Outubro, rua Quatorze de Julho, rua 24 de Maio, rua Sete de Setembro, rua 21 de Abril, rua 15 de Maio, rua 25 de Março, rua 15 de Setembro e rua 27 de Abril.*

Na *vila Mussolini*, alguns nomes destacam-se: *rua Duque D'Aosta, avenida Gabriel D'Anunzio, rua Rei Vitório Emanuel, rua Marechal Badoglio, rua Duque D'Abruzzo, rua Comendador Rodolfo Crespi, Rua Conde Siciliano*, sem contar as já renomeadas *avenida Príncipe Humberto, avenida Conde Francisco Matarazzo e rua Comendador Pugliesi*. Estes

⁶³ Núcleo Toponímico é a versão urbana para as Áreas Toponímicas: Nordeste (gado e cana), Extremo Sul (cavalo), Planalto Central (mineração), São Paulo (café), entre outras.

Mapa 7 – Núcleo Toponímico das vilas *Mariza* e *Tsukamoto*

Além desses núcleos toponímicos formados por nomes que apresentam um mesmo traço semântico, é possível afirmar que um nome em especial se mostra muito influente a ponto de constituir um núcleo. Não se trata de um núcleo tal qual o mostrado nos mapas anteriores. É, na verdade, um núcleo religioso, formado em virtude da capela de São João Batista.

5.4 As Vilas, Parques, Jardins e Conjuntos Residenciais

O bairro de Rudge Ramos é composto por diversas vilas, parques, jardins e conjuntos residenciais. Destes, alguns possuem data de criação por serem localidades mais recentes. Estas eram grandes porções de terreno cujos proprietários, vislumbrando ganhos financeiros diante do crescimento populacional da região, loteavam-lhes e colocavam-lhes à venda. Quanto às localidades mais antigas, estas estão situadas basicamente na parte mais central do bairro e próximo aos principais caminhos.

A *vila Uras* é aqui considerada como antropotopônimo porque é uma homenagem a Antonio Uras. Trata-se de um loteamento de 1968. O trecho extraído de Médici (1993, p. 489) corrobora esta afirmação:

Em 21 de junho de 1935, Genésio Guazzelli e sua mulher Ângela Gava Guazeli e Frâncico Gava venderam a área para Antonio Uras, residente no Caminho do Mar, Bairro dos Meninos. Uras era industrial e **loteador**. (grifo nosso)

Tal como ocorreu com a *vila Uras*, a qual recebeu este designativo face ao nome de seu loteador, há outras localidades que receberam nomes atrelados aos loteadores. Um exemplo disso é a *vila Camargo*, de 1949, que tem esse nome devido à família que loteou o lugar. Segundo Médici (1984, p. 203)

Tudo começou com o sítio dos Camargo, segundo informa a Seção de Pesquisa e Banco de Dados da Prefeitura. O sítio dos Camargo, uma área emancipada, não estava incluída na primitiva fazenda dos frades beneditinos. Pertencia a Agenor de Camargo Filho, que, por volta de 1930, fez um loteamento em chácaras no Bairro dos Meninos, à margem da estrada do Vergueiro, com o nome de Vila Camargo. O loteamento foi logo posto à venda.

Desde os primeiros tempos de ocupação do solo correspondente ao local em que está a região de São Paulo e do Grande ABC, nota-se que algumas famílias lá estão, não necessariamente São Bernardo do Campo, desde o século XVI. Dois exemplos são os Pires e os Camargos. Aqueles, abundantes em topônimos na cidade de Santo André; estes, em Rudge Ramos.

Talvez, esta separação entre Santo André com os Pires e São Bernardo (Rudge Ramos) com os Camargo deveu-se, em determinado momento, à severa competição entre as famílias. Segundo Taunay (2003, p. 80)

Não nos revela a leitura das *Atas* a ocorrência de desarmonia grave entre os diversos representantes do poder municipal. Quando muito, alguns pequenos desacordos facilmente liquidados, pois nunca chegam a ocupar mais de um termo. Muito longe se estava ainda das sanguinosas lutas civis do século XVII, das pendências entre Pires e Camargos.

Nesta pesquisa há interesse acerca dos Camargos, que depois de se estabelecerem em São Paulo, em determinado momento alguns vão para a região em que hoje se situa o bairro de Rudge Ramos.

Os Camargos de Rudge Ramos têm sua origem certamente atrelada a Jusepe de Camargo, morador de São Paulo no século XVI e de origem em Sevilha, Espanha. Um dos filhos de Jusepe de Camargo foi Fernão de Camargo, a quem é atribuída a culpa de assassinado do segundo Pedro Taques e que gerou grande briga entre os Pires e os Camargo, pois os Taques eram aliados aos Pires. Outros membros desta família são: Fernando de Camargo Ortiz, Tomás Lopes de Camargo, José Ortiz de Camargo. Este último, à época de Fernão Dias Paes e João Pais, foi de vital importância para a manutenção do caminho do mar e dos velhos caminhos entre a vila de São Paulo e as demais localidades.

Tronco dos Carvoeiros foi Anna Camacho, mameluca, descendente de João Ramalho e mulher de Domingos Luiz, alcunhado o Carvoeiro, e cavaleiro de Cristo, fundador da Capela de Nossa Senhora da Luz. De suas filhas procedem suas enormes famílias, Buenos e Camargos. Contam-se-lhe hoje os descendentes por muitos milhares, espalhados pelo sul e o centro do Brasil [...].

Em Rudge Ramos é permitido, acerca da ocupação do solo pelos Camargo, considerar os dizeres de Dick (2004, p. 38), quando a autora trata, para explicar os nomes do centro da cidade de São Paulo, do *não-nome* e do *nome* para chegar ao *não-lugar* e ao *lugar*. A localidade ocupada pelos Camargo, que inclusive hoje contém nomes cujas origens estão pautadas em homenagens tanto à família de forma genérica quanto a membros dela (*vila Camargo*, *rua Alzira Camargo*) era, até a metade do século XIX, uma grande propriedade

entre a *estrada do Vergueiro* e o *ribeirão dos Meninos*. Não havia, portanto, caminhos. Posto isto, o local genérico e amplo não recebia designativo, possuía apenas o referencial do local que ocupava. Mas a partir do momento de loteamento do local, com ruas traçadas, há os nomes. “O espaço, portanto, que iria se tornar vila, depois cidade (aqui considerado com vila dentro de um bairro), ganharia uma projeção no real ao receber a denominação [...]” (DICK, 2004, p. 38). Continua a autora, dizendo:

[...] esta seria, para nós, o traço condutor de sua individualidade, tornando o recorde mais ou menos significativo conforme o nome evoluísse, paulatinamente, do campo cognitivo para permear o plano afetivo do sentir e do querer. Só aí aquela porção espacial deixaria de ser o *nada* para tornar-se um indicativo do fazer concreto da população, um *constructo* não apenas léxico-terminológico, mas um referencial sógnico daquele grupo, transformando em marcador simbólico das suas características físicas e emocionais. Emprestamos, assim, ao nome a capacidade plena e totalizante de representar o concreto e o imaterial, pelo poder evocativo da memória. (2004, p. 38)

As chácaras eram relativamente grandes e, por isso, em determinado momento algumas foram, inclusive, reloteadas, “dando origem a novas denominações (Vila Antonieta, Jardim Orlandina)” (MÉDICI, 1984, p. 203). A *vila Antonieta* não apresenta nenhum registro quanto à data do loteamento, cabendo às autoridades dizer que ela é anterior à legislação. O que fica claro é que, por estar a *vila Antonieta* ao lado da *vila Camargo* e à margem da antiga *estrada do Vergueiro*, acredita-se que a data do loteamento seja entre 1930 e 1950.

No que se refere ao *jardim Orlandina*, que é de 1964, e diferentemente do anterior, que embora seja um antropotopônimo não há registros de quem doou o nome *Antonieta* ao local, há como atrelar o nome do local à homenageada. Trata-se de Orlandina Rudge Ramos, esposa de Arthur Rudge Ramos.

Não só o nome do loteador ou o nome do homenageado, conhecido ou não, que podem aparecer. A *vila Império* guarda este nome porque foi loteada pela Cia. Administradora e Imobiliária Império, em 1951. (MÉDICI, 1984, p. 204). Ela não mais existe, mas a *rua império* recebeu este nome para homenagear a localidade extinta por causa de enchentes.

Uma das mais tradicionais vilas de Rudge Ramos é a *vila Mussolini*. Tanto é que

muitos pensam que *vila Caminho do Mar* e *vila Mariza* fazem parte da *Mussolini*. A data de criação é incerta, pois

Na prefeitura não existe o processo de loteamento da Vila Mussolini, já que o bairro foi loteado antes que existisse qualquer legislação regulamentando a matéria. O que existe nos arquivos municipais é uma planta da vila, datada de 1924. A planta mostra que o bairro foi loteado por João Daprat. Ainda não se sabe se toda a área da Vila Mussolini pertencia ao loteador. (MÉDICI, 1984, p. 144-145)

Considerando informações orais do Sr. Jorge Marin, Médici (1984, p. 145) dá conta de que o loteamento é aparentemente da década de 1920 e que o loteador quis homenagear o ditador Benito Mussolini, líder fascista italiano, com o nome da vila. Essa homenagem é validada pelos nomes que aparecem na localidade, formando um núcleo toponímico já mencionado.

Uma importante nota acerca da vila é que ela fica em local elevado e, por isso, o primeiro estabelecimento comercial da localidade denominou-se *Bar Bela Vista*. Convém ressaltar que o nome *Bela Vista*, por pouco tempo, fez parte de um dos designativos do bairro de Rudge Ramos: *São João da Bela Vista*. Isso revela a influência do ambiente na motivação do nome, embora este já não exista mais.

Os nomes dos loteadores das vilas *Caminho do Mar* e *Mariza* nada se relacionam com os designativos destas, pois a *vila Caminho do Mar* foi loteada por volta de 1947 por Natalia Bugaerti (MÉDICI, 1984, p. 145) e a *vila Mariza*, loteada por volta de 1947, sendo o loteador Abraão Calux (MÉDICI, 1984, p. 145).

Obviamente, *vila Caminho do Mar* é um nome que faz relação ao antigo caminho existente desde o século XVI. Mas o que é importantíssimo ressaltar é que a vila fica às margens desse caminho, tanto é que a antiga *avenida Conde Francisco Matarazzo*, nomeada por conta do núcleo toponímico existente na *vila Mussolini*, foi renomeada e passou a se chamar *avenida Caminho do Mar* também no trecho em que passava pela citada vila.

A *vila Vivaldi*, obviamente excetuando-se a *vila Camargo*, a *vila Antonieta* e o *jardim Orlandina*, são “remanescentes da Vila Camargo” que “foram vendidos para a imobiliária

Itaguassu Sociedade Civil, que os reloteou. Em 26 de janeiro de 1950 este loteamento era aprovado com o nome de vila Vivaldi.” (MÉDICI, 1984, p. 203)

Embora seja o *parque Santo Antônio* de 1952, este nome é um que já estava presente na região desde o princípio da formação do bairro. Conforme já abordado na parte histórica desta pesquisa, havia uma capela particular em louvor ao santo que dá nome ao parque. Dessa forma, o registro do nome que é usado para o loteamento é da última década do século XIX e, por isso, nota-se que o nome ficou bastante preservado na região a ponto de ser usado para nomear o loteamento construído perto da capela.

Sobre a *vila Helena*, loteamento datado de 1952, a primeira impressão que se tem é que se trata de um local que faz uma homenagem e por isso considera-se um antropotopônimo, mas sem relação aparente com nenhum antropônimo conhecido. Porém, um exame dos nomes das ruas que estão no loteamento e dos documentos pertinentes à localidade dão conta de que a família *Jacquey* foi proprietária do local e, quando o loteou, emprestou nomes à vila. Além da *rua Helena Jacquey*, nitidamente a pessoa que emprestou o nome à vila, há a *rua Maurício Jacquey* e a *rua Jacquey*.

Às vezes a homenagem está escondida, ou pelo motivo da pessoa que dá nome ao lugar ainda estar viva ou devido ao fato dessa pessoa não querer ter seu nome claramente revelado. Isso acontece na *vila Santa Filomena*, que tem esse nome em homenagem à santa, mas quando há um olhar mais detido para a história local percebe-se que a localidade em que se encontra a vila é a mesma em que residia a família *Bitolo*, que inclusive aparece em um outro nome: *rua Filomena Bitolo*.

Procedentes de Mansue, Itália, Valentim Bitolo e sua esposa Filomena Moro chegaram ao Brasil em 1887. Ele, filho de Antonio Bitolo e de Catherina Miotto, tinha 35 anos, e ela, filha de Luigi Moro e Regina Pessutta tinha 29 anos de idade. O casal trazia uma filha, Catharina, com 1 ano, e o pai de Valentim, Sr. Antonio, viúvo, com 73 anos.

Valentim Bitolo adquiriu uma colônia no bairro dos Meninos (atual Rudge Ramos), onde hoje se localiza o Motel Free, Km 14,5 da via Anchieta. Ali, dedicava-se à lavoura, atividade que já exercia na Itália. No Brasil, após algum tempo, também passou a se dedicar ao comércio de carvão. Além de Catharina, nascida na Itália em 1886, Valentim e Filomena Bitolo tiveram, no Brasil, os filhos Maria (1890), Pedro

Antonio (1892), Antonio Urbano (1894) e Antonia Bitolo (1897). (GOMES, 2005b, p. 140)

Os nomes da família Bitolo ainda estão presentes na *rua Valentim Bitolo* e *rua Pedro Bitolo*, ambas nas imediações da localidade onde vivia a família quando de sua chegada ao bairro.

De forma inversa, há um local, a *vila Magdalena*, pois em um primeiro momento aventa-se a possibilidade de uma homenagem a alguma mulher que residiu na região e que recebia este nome. No entanto, ao perceber que na vila há um logradouro denominado *rua Santa Madalena*, fica mais clara a denominação. Em vez de *vila Santa Magdalena*, optou-se apenas por *vila Madalena*.

A *vila Gasparini* é de 1953 e recebe este nome porque era o local em que a família Gasparini vivia antes da antiga propriedade se transformar em um loteamento. A casa da matriarca da família ficava onde hoje é a *avenida Dr. Rudge Ramos*, bem na parte central do bairro.

A família Gasparini, radicada há quase um século em Rudge Ramos, nasceu com Ferdinando Antonio Gasparini, filho de imigrantes italianos que residiram em São Paulo. Em Rudge Ramos, então vila dos Meninos, Ferdinando conheceu e se casou com Catharina, mais tarde chamada carinhosamente de Dona Catina, integrante da tradicional família Bitolo, cujos membros, alguns, ainda vivem em Rudge Ramos. Dona Catina chegou da Itália com seus pais Valentino Bitolo e Filomena Moro Bitolo quando tinha três meses de idade, por volta de 1886. A família Bitolo instalou-se em Rudge Ramos, onde hoje é o centro do bairro, em uma colônia, área de terras doada pelo Governo Brasileiro, conforme previa a legislação da época. Na colônia plantavam milho e outros cereais, abóbora, uva, hortaliças, criavam alguns animais, como o porco, que oferecia banha e carne, e a vaca, que fornecia o leite. Vendendo o que sobrava mantinham a família. Faziam o fubá e o vinho. Com outras famílias, como os Thomé, os Daré, os Mian, os Meneguel e os Lorenzoni, formaram a vila, depois bairro dos Meninos e mais tarde Rudge Ramos, em homenagem a Arthur Rudge Ramos. Esse cidadão emérito, morador de São Paulo e proprietário de uma bela chácara no bairro dos Meninos. Foi o construtor, ao que se dizia com presas, do então caminho do Mar, estrada que cortava o centro dessa comunidade, hoje avenida Doutor Rudge Ramos. (GOMES, 2002, p. 134)

Além da *vila Gasparini* há, em Rudge Ramos, outra homenagem à família, que ocorre na *rua Gasparini*.

A *vila Júlio Thomé* e a *vila Angelina* são homenagens a membros de uma mesma

família. Trata-se, neste caso, da família Thomé.

A *vila Angelina*, loteamento de 1956, é uma homenagem à matriarca da família, Ângela Pallu Thomé, como também pode ser entendida como uma homenagem a Ângela Thomé, casada com Rafael Thomé.

Thomaso Thomé e sua esposa Ângela Pallu Thomé chegaram ao Brasil em 28/07/1877, desembarcando no Porto de Santos, provenientes de Orsago, Treviso, Itália. Passaram alguns dias na hospedaria (Casa da Imigração) e pegaram o trem rumo à Fazenda São Caetano, atual município de São Caetano do Sul. Thomaso e Ângela Thomé tiveram os filhos: Marieta, Regina, Paula, Pedro, Antônio e Raphaele Thomé. Os filhos acabaram se dispersando pelas cidades da região. (GOMES, 2005a, p. 350)

Corroborando o fato de haver na *vila Angelina* as seguintes denominações: *rua Júlio Thomé*, *rua Lídia Thomé*, *rua Rafael Thomé* e a *rua Ângela Thomé*. Há, ainda, a *rua Erina Thomé* e *rua Ângelo David Thomé*. A *rua Rafael Thomé* é homenagem a Raphaele Thomé, um dos filhos de Thomaso e Ângela:

RAPHAELLE THOMÉ nasceu em 22/3/1872. Casou-se aos 22 anos com Ângela Montini, nascida em Barbona, Pádua, Itália, em 25/4/1875, tendo residido em São Caetano até 1894, quando se transferiu para a Villa de Guapiú, primitivo nome do bairro dos Meninos, que mais tarde passou a chamar-se Rudge Ramos. Raphaele, a essa altura já conhecido como Rafael Thomé, dedicou-se à extração de carvão vegetal no alto da serra do Mar, tendo como sócio Giuseppe Sabatini, também imigrante italiano. Seus filhos, mais tarde, pegavam as carretas cheias de carvão em saquinhos e iam vender em São Paulo, principalmente no bairro dos Estudantes, na Consolação, no Ipiranga e no Bom Retiro. Vendiam carvão da mesma forma com que hoje se entrega o gás. Os filhos menores de Rafael traziam as carroças com carvão do Riacho Grande a São Bernardo. Inovação para a época, Rafael Thomé foi proprietário de um dos primeiros automóveis do bairro, na época em que só havia o dele e o do vizinho Pedro Daré. [...] Em 11 de julho de 1944, Rafael Thomé recebeu a cidadania brasileira. Faleceu aos 80 anos de idade, no dia 7/9/1952. Sua esposa, Ângela Thomé, faleceu em 6/9/1943, aos 68 anos de idade. (GOMES, 2005a, p. 350-351)

Ângelo David Thomé era filho de Rafael Thomé. Erina era casada com um dos filhos de Rafael, Albino.

Quanto à *vila Júlio Thomé*, este é, aparentemente, mais antiga que a *Angelina*, visto que para a Prefeitura de São Bernardo do Campo o loteamento é anterior à legislação.

Os nomes de algumas localidades, em muitos momentos, se tornam obscuros quanto à motivação do denominador. Sabe-se que *parque São Pedro*, *jardim Fada* e *vila América*, todos de 1952, podem e são classificados quanto aos aspectos semânticos dos nomes.

Entretanto, o real motivo do denominador, este é muitas vezes indecifrável.

Este mesmo motivo não está aparente na denominação do *conjunto Residencial Iracema*, de 1972. Embora seja o nome da localidade de origem indígena, não há em nenhuma rua ou praça nomes da mesma língua. Quanto aos demais conjuntos residenciais do bairro: *conjunto residencial Antuérpia* e *conjunto residencial Atlântica*, este de 1974 e aquele de 1973, é possível tratar da motivação. O nome *Antuérpia* liga-se ao nome de uma das ruas locais, denominada *rua Antuérpia*, salientando assim a homenagem à localidade. Já no topônimo *Atlântica* a homenagem é ao antigo nome da avenida que passa ao lado do local. A atual *avenida Winston Churchill*, em seu trecho compreendido entre a *avenida Senador Vergueiro* e a *avenida Lauro Gomes (ribeirão dos Meninos)*, recebia o nome de *avenida Atlântica*. O trecho da avenida que se localiza depois do ribeirão, ou seja, na cidade de Santo André, ainda preserva o nome antigo. A homenagem ao nome antigo da avenida fica mais clara quando documentos são comparados. A criação do *conjunto residencial Atlântica* é de 1974, ao passo que a alteração do nome *Atlântica* para *Winston Churchill* é anterior, visto que o decreto nº 925, de 31 de março de 1965, “dá nome de avenida Winston Churchill ao trecho da avenida Atlântica compreendido entre a estrada do Mar (hoje avenida Caminho do Mar) e a ponte do ribeirão dos Meninos. A parte localizada em Santo André, a partir da referida ponte, ainda mantém a denominação antiga de avenida Atlântica.”

Além dos corotopônimos *vila América*, *conjunto residencial Antuérpia* e *conjunto residencial Atlântica*, há a *vila Franca*, cuja localização é perto da parte central do bairro e os informes da Prefeitura dão conta de que o loteamento é anterior à legislação sobre o assunto e há a *vila Normandia*, provavelmente da década de 1960.

Dentre os historiotopônimos relativos às vilas, parques, jardins e conjuntos residenciais, há a *vila Afonsina*, de 1966, cujo nome está também em uma importante rua do bairro e há dois topônimos com o mesmo TE: *jardim dos Meninos* e *parque dos Meninos*.

Estes, muito importantes para a região.

Da mesma forma que a *vila Afonsina* tem perto dela um sintagma toponímico cujo TE é igual, no caso a *rua Afonsina*, a *vila Dourados*, loteamento de 1959, apresenta um sintagma perto dela com o nome de *rua Dourados*. A única diferença entre as duas vilas é que a *rua Dourados* localiza-se na *vila Vivaldi*, que é vizinha da *vila Dourados*, ao passo que a *rua Afonsina* corta a *vila Afonsina*.

Rudge Ramos é um bairro que apresenta muitos antropotopônimos em seus designativos, dentre os quais muitos se reportam aos fatos históricos, em especial acerca da importância da imigração italiana para a região. No entanto, em alguns casos a referência à imigração se dá com nomes de outra nacionalidade, como é o caso da *vila Tsukamoto*, nome de origem japonesa.

No que concerne à *vila Jaú*, a mais antiga do bairro, cujo loteamento foi feito por Leoni Angeli, é importante mencionar que o nome de origem indígena não apresenta relação com a localidade, sendo certamente um TE transplantado de outro sintagma, este espontâneo. A antiguidade do nome na região é manifestada, inclusive, pelo registro de *vila Jahu*, ainda com a grafia antiga em determinados documentos.

As vilas, jardins, parques e conjuntos residenciais do bairro de Rudge Ramos revelam uma realidade toponímica interessante. Em um primeiro momento, nota-se que há uma predominância de nomes e estes apresentam traços semânticos que remetem a aspetos culturais e sociais, visto haver 27 topônimos de NAC contra apenas 3 de NF. Essa diferença é quase zerada quando se constata que dos 3 topônimos de NF, 2 são nitidamente transplantados de outros locais para o bairro: *Jaú* e *Iracema*.

Sobre os topônimos de NAC, a maioria dos nomes, ou seja, 13 de 27, quase a metade, são classificados como antropotopônimos, mostrando uma preferência às homenagens dessa natureza. Desses 13, uma boa quantidade está diretamente ligada à história local, com nomes

nacionais (*vila Camargo*) ou com nomes de outras nacionalidades (*vila Tsukamoto*, *vila Antonieta*, *vila Júlio Thomé*, *vila Gasparini*), só para citar algumas.

Tabela 7 – Quadro-Resumo dos Topônimos – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais

Ficha	Topônimo	Tipo	Etimologia	Classificação (Taxionomia)	Criação do loteamento ⁶⁵
1	Afonsina, vila	H	Port.	Historiotopônimo	1966
2	América, vila	H	Port.	Corotopônimo	1952
3	Angelina, vila	H	Port.	Antropotopônimo	1956
4	Antonieta, vila	H	Port.	Antropotopônimo	Entre 1930/1950
5	Antuérpia, conjunto residencial	H	Port.	Corotopônimo	1973
6	Atlântica, conjunto residencial	H	Port.	Corotopônimo	1974
7	Camargo, vila	H	Port.	Antropotopônimo	1949
8	Caminho do Mar, vila	H	Port.	Hodotopônimo	1947
9	Dourados, vila	H	Port.	Cromotopônimo	1959
10	Fada, jardim	H	Port.	Mitotopônimo	1952
11	Franca, vila	H	Port.	Corotopônimo	Anterior
12	Gasparini, vila	H	Port.	Antropotopônimo	1974
13	Helena, vila	H	Port.	Antropotopônimo	1953
14	Império, vila	H	Port.	Historiotopônimo	1951
15	Iracema, conjunto residencial	H	Tupi	Fitotopônimo	1972
16	Jaú, vila	H	Tupi	Zootopônimo	Anterior
17	Julio Thomé, vila	H	Port.	Antropotopônimo	Anterior
18	Magdalena, vila	H	Port.	Antropotopônimo	
19	Mariza, vila	H	Port.	Antropotopônimo	1947
20	Meninos, jardim dos	H	Port.	Historiotopônimo	Década de 1950
21	Meninos, parque dos	H	Port.	Historiotopônimo	
22	Mussolini, vila	H	Port.	Antropotopônimo	1924
23	Normandia, vila	H	Port.	Corotopônimo	Década de 1960
24	Orlandina, jardim	H	Port.	Antropotopônimo	1964
25	Santa Filomena, vila	H	Port.	Hagiotopônimo	1953
26	Santo Antonio, parque	H	Port.	Hagiotopônimo	1952
27	São Pedro, parque	H	Port.	Hagiotopônimo	1952
28	Tsukamoto, vila	H	Port.	Antropotopônimo	
29	Uras, vila	H	Tupi	Antropotopônimo	1968
30	Vivaldi, vila	H	Port.	Antropotopônimo	1950

⁶⁵ A nomenclatura “anterior” significa que o nome não consta do levantamento feito pela Prefeitura de São Bernardo do Campo e que consta em uma relação elaborada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura. Os que aparecem em branco não estão na relação da Prefeitura.

Tabela 8 – Taxionomias Toponímicas – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais

Taxionomia	Natureza	Quantidade	Percentual
Astrotopônimos	Física	0	0,00%
Cardinotopônimos	Física	0	0,00%
Cromotopônimos	Física	1	3,33%
Dimensiotopônimos	Física	0	0,00%
Fitotopônimos	Física	1	3,33%
Geomorfotopônimos	Física	0	0,00%
Hidrotopônimos	Física	0	0,00%
Litotopônimos	Física	0	0,00%
Meteorotopônimos	Física	0	0,00%
Morfotopônimos	Física	0	0,00%
Zootopônimos	Física	1	3,33%
Animotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Antropotopônimos	Antropo-Cultural	13	43,33%
Axiotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Corotopônimos	Antropo-Cultural	5	16,67%
Cronotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Ecotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Ergotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Etnotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Dirrematopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Hierotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Hagiotopônimos	Antropo-Cultural	3	10,00%
Mitotopônimos	Antropo-Cultural	1	3,33%
Historiotopônimos	Antropo-Cultural	4	13,33%
Hodotopônimos	Antropo-Cultural	1	3,33%
Numerotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Poliotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Sociotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Somatopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Total de Topônimos		30	100%

Gráfico 5 – Percentual de Topônimos por Taxionomia – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais **Gráfico 6** – Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Vilas, Jardins, Parques e Conjuntos Residenciais

5.5 Praças e Largos

Dentre os logradouros desta natureza, excetuando-se um único largo existente, o qual fica localizado quase em frente à igreja de São João Batista e em local antes ocupado pela capela demolida, sendo seu nome *largo da Capela* por este motivo, os demais são todos praças.

Estas, por seu turno, situam-se nas vilas, jardins, parques e conjuntos residenciais. Isso ocorre por serem estes projetados a partir de terrenos maiores e, por conseguinte, já com um espaço destinado ao lazer e recreação. O topônimo *praça João Thesotto* é exemplo disso, pois o decreto que dá nome ao lugar diz que “passa a denominar praça João Thesotto o próprio municipal codificado como A-10-11, caracterizado como **sistema de recreio** na planta L-3-1141 [...]” (grifo nosso). Neste decreto percebe-se nitidamente que o objetivo do loteador já era deixar lugar para a Prefeitura nele estabelecer praça pública, para recreação e lazer. Na parte mais antiga do bairro há apenas uma praça, bem no local em que se juntavam duas antigas estradas: a estrada do Mar – hoje avenida Caminho do Mar – e a estrada do Vergueiro – hoje avenida Senador Vergueiro. Este local é também ocupado pela Igreja de São João Batista. Só há esta praça, cujo nome é o mesmo da igreja, muito provavelmente porque o bairro cresceu ao lado dos grandes caminhos existentes e com isso não necessitava destes espaços de lazer. Os loteamentos, por sua vez, devido serem projetados, contavam com as praças.

Há, na nomenclatura destes logradouros públicos, uma grande maioria de nomes dados com o intuito de prestar homenagens, principalmente aos moradores locais. Por conta disso, dos 22 topônimos referentes às praças e largos, há 13 antropotopônimos, ou seja, 59,09%, número que comprova uma esmagadora preferência a homenagens. As demais taxionomias

são: 1 axiotopônimo (4,55%), 4 corotopônimos (18,18%), 1 hierotopônimo (4,55%), 1 hagiopônimo 1 (4,55%) e 2 historiotopônimos (9,09%).

Estes topônimos aparecem detalhados a seguir, principalmente para apresentar dizeres importantes dos decretos ou leis que os oficializaram ou criaram.

5.5.1 Praça Antônio Fernandes de Souza (Antropotopônimo)

Localizada na vila Uras (1968), entre as ruas Elias Severo dos Anjos, Ruy Capretz e viela C, esta última até a data do decreto nomeada apenas com letra, a praça recebe este nome através do decreto nº 3369, de 16/11/1973. Este documento apresenta algumas considerações:

Considerando que Antônio Fernandes de Souza, nascido em 26 de maio de 1912, em Belém do Pará, e falecido em 21 de julho de 1968, nesta cidade, prestou, em vida, relevantes serviços ao Município, mormente ao bairro de Rudge Ramos, que muito lhe deve pelo seu progresso e desenvolvimento.

Considerando que o homenageado foi o precursor das provas ciclísticas em nossa cidade, as quais, pelo sucesso e alto gabarito esportivo, foram incluídas no calendário da Federação Paulista de Ciclismo e, por diversas vezes, na programação oficial das festividades de aniversário do Município.

Considerando que é uma honra para o Município prestar homenagem “post mortem” àqueles que lhe foram úteis.

5.5.2 Praça Antônio Morales (Antropotopônimo)

Localizada na vila Vivaldi (1950), entre as ruas Tietê, Cachoeira e Saldanha da Gama, a praça tem este nome dado por decreto nº 4266, de 25/4/1975. O documento apresenta as seguintes informações:

Considerando que Antônio Morales, nascido em 17 de dezembro de 1905 e falecido a 14 de outubro de 1971, contribuiu de maneira incontestável com seu trabalho, esforço e

dedicação, para o engrandecimento do Município, mormente da populosa vila Vivaldi. Considerando que é uma honra para o Município homenagear aqueles que lhe foram úteis.

5.5.3 Praça Bruxelas (Corotopônimo)

A localização do logradouro é na vila Caminho do Mar (1947). A praça está entre a avenida Presidente Arthur Bernardes e a rua Lídia. O nome foi dado através do decreto nº 7741, de 6/9/1984. Os dizeres do documento são:

Considerando a falta de denominação oficial de vias públicas municipais causa sérios transtornos aos seus moradores, principalmente àqueles que buscam localizar tais endereços.

Ficam oficializadas as denominações atribuídas às vias públicas do Município caracterizados nos incisos [...]

5.5.4 Largo da Capela (Hierotopônimo)

Como antecipado, trata-se do único logradouro público que não é uma praça. Este nome, apesar de não parecer, carrega consigo uma imensa importância. Na parte referente à história do bairro de Rudge Ramos, a capela a que este topônimo se refere é bastante citada, inclusive por ser a data da construção deste local de culto religioso a escolhida para comemoração do aniversário do bairro.

A lei nº 4560, de 17/12/1997, é que dá nome ao local, este situado entre a rua Laurindo Ádamo, travessa Daré e avenida Caminho do Mar.

5.5.5 Praça Crescencio Capassi (Antropotopônimo)

Esta praça, localizada no conjunto residencial Iracema (1972), recebe este nome através da lei nº 4415, de 1/12/1995. A localização do logradouro é entre as ruas Nelson Patrizzi e Maria Alves Lorenzoni. A lei que dá nome ao local apresenta a biografia do homenageado:

Biografia de Crescencio (João) Capassi:

O Sr. Crescencio Capassi nasceu em 21 de abril de 1895, na Província de Acerra-Napoli, Itália. Era filho do S. Vincenzo e Nunzia Pipolli Capassi (Capasso).

Adotou o nome João, pois em vida era conhecido por este “apelido”, poucos o chamavam pelo nome de família.

Chegou ao Brasil no dia 27 de outubro de 1900, desembarcando no porto de Santos e com a família foi mora em Jaboticabal, neste Estado, localidade em que seus pais trabalhavam como colonos em uma fazenda, posteriormente, a família transferiu-se para a cidade de Guariba.

Em 1910, Crescencio “seu João” Capassi veio para São Paulo, objetivando procurar melhores condições de vida para os seus pais e irmão, tendo em vista que as condições proporcionadas pelo trabalho na lavoura não supriam as necessidades da família, trabalhavam como escravos e a renda somente cobria as despesas do armazém da fazenda.

Em São Paulo, obteve êxito, trabalhou fazendo carretos na cidade; saldou a dívida da família; comprou um sítio em São Bernardo do Campo e trouxe os seus familiares para morar no Município.

No sítio, localizado na estrada Alvarenga (hoje o Clube da Ford), trabalhou com o pai e irmãos na lavoura, pelo período de nove anos.

Em São Bernardo do Campo, no dia 14 de fevereiro de 1920, casou-se com Maria Júlia Demarchi. [...]

No ano de 1929, “seu João” trabalhava no Departamento de Estrada de Rodagem (D.E.R.), adquiriu a prestação uma casa localizada na rua Galvão Bueno, nº 14, São Bernardo do Campo.

Na empresa trabalhava na conservação da estrada do Mar e, a sua esposa e filhos, com vistas de aumentar a renda familiar, tomavam conta de um armazém e ofereciam pensão aos operários da fábrica e móveis do Sr. Bortollo Basso – “Basso e Souza”.

O “seu João”, com muito sacrifício, concluiu em 1938 a construção de sua nova casa. Ressalte-se que, na época, houve uma grande festa na inauguração da obra, pois a casa era muito bonita, ao ponto de pessoas de outras localidades virem visitá-la, tanto a sua beleza.

A casa tornou-se ponto de encontro, no local havia um armazém e uma pensão, a cozinha de Dona Maria (Maria Júlia) era famosa. No refeitório eram realizadas diversas festividades.

Hoje a casa foi demolida, para a construção da via Anchieta, no local acha-se localizado o viaduto da Volkswagen.

“Seu João” sempre lutou em prol da comunidade. Tanto assim, que a rede de energia elétrica da localidade foi instalada graças a sua ação, que com recursos próprios e de vizinhos, adquiriu os postes e a Light (empresa geradora da época) efetuou a extensão de iluminação pública.

Cultivou, devido ao seu temperamento ameno, grande círculo de amizade, dentro os quais destacam-se os Rossi, Sabatini, Bertoneccini, Martinelli Erandi, Ferrari, Meneguethi e muitos outros.

Filho de tradicional família são-bernardense, os Capassi são homenageados, hoje, com

diversas ruas do Município, tais como: rua Vincenzo Capassi, no bairro Taboão; rua Salvador Capassi, no bairro Baeta Neves; rua Rosa Capassi, no bairro Paulicéia; rua Maria Júlia Capassi, no bairro Alves Dias.

[...]

Faleceu em São Bernardo do Campo no dia 6 de fevereiro de 1988, com 93 anos de idade.

5.5.6 Praça Dona Nenê (Axiotopônimo)

O topônimo em questão é também daqueles que merecem uma atenção especial. Dona Nenê (Lavínia Rudge Ramos) foi figura das mais importantes na história do município de São Bernardo do Campo. Além de ser filha de um dos sujeitos mais admirados da região – Arthur Rudge Ramos e de Orlandina Rudge Ramos – ela casou-se com aquele que viria a ser prefeito do município – Lauro Gomes. Não só isso, ela também era muito ativa e participava da vida pública da cidade. Seu nome poderia estar por acaso no bairro, visto que é comum uma figura importante da cidade ser homenageada em qualquer bairro, mas Dona Nenê teve uma propriedade na região.

A praça em questão localiza-se na vila Helena (1973) e como não há decreto que nomeie a localidade, cogita-se que este fora nomeado já na planta do loteamento, o que de fato é comum.

5.5.7 Praça Giovanni Batista Rubin (Antropotopônimo)

Localizada na vila Uras (1968), a praça não apresenta decreto ou lei que a nomeie. Por conta disso acredita-se que este local já estava nomeado na planta do loteamento.

5.5.8 Praça Indu Rovai (Antropotopônimo)

Nomeada pelo decreto nº 4191, de 1/12/1975, e localizada na vila Mariza (1947), a praça é circundada pela avenida Lions e pela rua 24 de Maio. Este decreto apresenta os seguintes dizeres:

Considerando os reais serviços prestados ao Município por Indu Rovai, nascido em 20 de março de 1888, na cidade de Luca, Itália, e falecido em 28 de janeiro de 1974, nesta cidade.

Considerando que o homenageado, por dezessete anos, foi um lídimo representante do povo sambernardense na Câmara Municipal, exercendo sempre seu mandato com dedicação e afinco, no trato da causa pública e na defesa dos interesses do Município.

Considerando que é uma honra para este Município prestar homenagem “post mortem” àqueles que lhe foram úteis.

De acordo com o endereço eletrônico da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo,

Indu Rovai (1964 - 1966)

Indu Rovai, italiano e naturalizado brasileiro, iniciou a vida política em 1955, quando foi eleito vereador. Foi reeleito nos anos de 1959 e 1963. Nessa última, foi eleito presidente da Câmara Municipal.

Seu mandato foi marcado por modificações na estrutura da Câmara, o que proporcionou melhores condições de trabalho aos funcionários. É autor da Lei Municipal nº 1417, de 6 de maio de 1966, que determinou a criação de um autódromo em São Bernardo.

Rovai representou a Câmara Municipal nos congressos nacionais de 1959, em Recife, e de 1967, em Manaus e Belém.⁶⁶

5.5.9 Praça Itália (Corotopônimo)

Localizada na vila Caminho do Mar (1947), na intersecção das ruas Doutor Arthur Rudge Ramos e Fernão Magalhães, a praça foi nomeada pelo decreto nº 7741, de 6/9/1984, o

⁶⁶ Fonte: <http://www.camarasbc.sp.gov.br/Presidentes/4678/Default.aspx> (acesso em out. 2010)

qual apresenta os dizeres

Considerando a falta de denominação oficial de vias públicas municipais causa sérios transtornos aos seus moradores, principalmente àqueles que buscam localizar tais endereços.

Ficam oficializadas as denominações atribuídas às vias públicas do Município caracterizadas os incisos [...]

5.5.10 Praça Jaime Bitolo (Antropotopônimo)

É a lei nº 5868, de 26/5/2008, portanto recente, que nomeia esta praça. Localizada na vila Helena (1953), o logradouro está situado entre as ruas Amapá e Erina Thomé. Este decreto, por ser recente, conta com a biografia do homenageado, reproduzida a seguir:

Biografia de Jaime Bitolo:

Jaime Bitolo nasceu no dia 15 de junho de 1935, no bairro de Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo. Era filho de Valentino João Bitolo e Florinda Albertina Daré Bitolo. Era casado com Eluiza Whately, com quem teve dois filhos. Paula Whately Bitolo e Paulo Gustavo Whately Bitolo.

Durante sua infância e adolescência, cursou o 1º grau no grupo escolar do bairro dos Meninos e o 2º grau no Instituto de Ensino São Caetano e no Colégio Salete, em São Bernardo. Formou-se em caligrafia e letras góticas pela escola De Franco, em São Paulo, e Técnico Industrial Químico.

Durante sua mocidade, foi atleta de vários times da região, entre eles, Meninos Futebol Clube e Esporte Clube Kolynos, sendo considerado à época um dos melhores goleiros da região do ABC. Em decorrência de sua estreita ligação com esporte e dinamismo, foi Presidente da Diretoria Executiva e do Conselho Superior do Meninos do Futebol.

Em seu bairro atuava como comerciante em dois ramos de atividade e trabalhou nas empresas Sandoz do Brasil e Boehringer & Cia. Como funcionário da Prefeitura de São Bernardo, prestava atendimento aos munícipes na Subprefeitura de Rudge Ramos. Por muito tempo participou ativamente da vida social da cidade, mais especificamente do bairro Rudge Ramos, com o objetivo de conseguir melhorias para a região em que morava e realizar outras atividades de cunho social. De família muito religiosa, o Sr. Jaime Bitolo sempre atuou junto à comunidade católica, colaborando muitos anos na organização da tradicional Quermesse de Rudge Ramos, realizada pela Paróquia São João Batista.

Sua dedicação era presente também no âmbito familiar. Bom esposo e pai de família, sempre que podia ajudava as pessoas ao seu redor. Possuía em seu interior o que de mais elevado poderíamos encontrar nas pessoas, o espírito comunitário, contribuindo de modo inegável com nosso município. Jaime Bitolo faleceu no dia 7 de outubro de 2007, deixando saudosos amigos e família.

5.5.11 Praça João Thesotto (Antropotopônimo)

A praça em questão está localizada no conjunto residencial Antuérpia, entre as ruas Alfredo Bechelli e Aurélia Salazar Jorge, e teve seu nome dado através da lei nº 4467, de 2/10/1998. A lei em questão, como muitas outras, apresenta a biografia do homenageado, reproduzida a seguir:

Biografia: Sr. João Thesotto:

O Sr. João Thesotto nasceu no dia 24 de março de 1907 na cidade de Jaú – São Paulo. Filho do Sr. Carlos Thesotto e Sra. Fiorina Buoro, nascidos na Itália.

Em 23 de janeiro de 1930 casou-se com Cacilda Cigam Thesotto, na cidade de Tietê – São Paulo, com quem teve cinco filhos.

Mudou-se para São Bernardo do Campo, no ano de 1933, por quarenta anos residiu na rua Marechal Bagóglgio, nº 611, vila Mussolini, no bairro Rudge Ramos, onde se instalou com comércio de secos e molhados, tendo sido comerciante por 30 anos, até 1978.

Era uma pessoa ativa e dedicada no desenvolvimento do bairro de Rudge Ramos. Participou da comissão de moradores, que teve vários contatos com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, para instalar o E.E.P.G. Rudge Ramos, a qual está em atividade na avenida Dr. Arthur Bernardes, vila Caminho do Mar.

Fez parte da comissão de moradores que por várias vezes se reuniu com o prefeito da época Sr. Aldino Pinotti, intervindo na construção da “Casa do Estudante Harmonia”, sita na av. Caminho do Mar.

Em 1962 foi um dos fundadores da “Sociedade Amigos da vila Mussolini”, e do “Time de Futebol Vila Mussolini.”

Participou de muitas reuniões com o Prefeito Sr. Higyno Batista de Lima, para a construção do “Centro Comunitário” e o “Posto de Saúde da Vila Mussolini”, que hoje transformou-se na UBS Vila Mussolini.

Deixou filhos Amélio, Célio, Arcanjo (falecido), Reinaldo, Genésio e Joana; as noras Rosa Ferrari, Leonilda Rodrigues e Maravilha; o genro Sebastião; os netos: Leonardo, Neide, Aguinaldo, Miriam, Ronaldo, Marcelo, Rosália, Giuliano e Luís Carlos; os bisnetos: Patrícia, Rodrigo, Caio, Leandro, Leonardo, Samir, Carina, Disan, Tatiana, Henrique, Alexandre, Renan e Marcelo.

Faleceu em 15 de fevereiro de 1979.

5.5.12 Praça José Xavier Mol (Antropotopônimo)

Nomeada pela lei nº 4509, de 16/7/1997, este logradouro apresenta três nomes em seu formante, fato raro para leis recentes. A praça está localizada na rua Tietê, altura da rua

Ipiranga, na vila Vivaldi (1950). A lei que dá nome ao local apresenta a biografia a seguir reproduzida:

José Xavier Mol nasceu em 20 de fevereiro de 1925, em Barra longa, Estado de Minas Gerais. Residiu à rua Ipiranga, nº 06, vila Vivaldi, neste Município. Faleceu em 21 de dezembro de 1996. Deixou esposa, Sra. Elza Geraldo Xavier, cinco filhos, noras, genros e treze netos. Como pedreiro e posteriormente como pequeno construtor granjeou a amizade de todos, especialmente daqueles que gostavam de lembrar o passado, e o chamavam carinhosamente de “Zé das Cabras”. Sua vida foi constantemente voltada para o social e, por muitas vezes, liderou comissões da comunidade junto aos órgãos públicos, especialmente a Prefeitura e Câmara Municipal, pleiteando melhorias para o seu bairro.

5.5.13 Praça Londres (Corotopônimo)

A localização do logradouro é na vila Caminho do Mar (1947). A praça está entre a avenida Doutor Carlos de Campos e a rua Engenheiro Isac Garcez. O nome foi dado através do decreto nº 7741, de 6/9/1984. Os dizeres do documento são:

Considerando a falta de denominação oficial de vias públicas municipais causa sérios transtornos aos seus moradores, principalmente àqueles que buscam localizar tais endereços.
Ficam oficializadas as denominações atribuídas às vias públicas do Município caracterizados nos incisos [...]

5.5.14 Praça dos Meninos (Historiotopônimo)

Apesar de ser um topônimo cujo TE possui capítulo próprio, alguns comentários são necessários nesta parte do trabalho, visto que os dizeres do decreto 4654, de 23/12/1975, que denomina a praça, são muito elucidativos.

Considerando que a denominação “Meninos” reporta-se ao antigo nome do bairro de Rudge Ramos.
Considerando que o citado nome deu origem à fundação da agremiação Meninos

Futebol Clube, que até hoje sustenta e honra a glória do esporte amador de nossa cidade, mais precisamente do referido bairro.

Considerando que o local foi palco de memoráveis jornadas esportivas, pois, é onde de localizava o estádio do Meninos Futebol Clube.

Considerando que a citada denominação nada mais é do que uma justa e mui merecida homenagem da Municipalidade ao operoso e ordeiro povo do bairro de Rudge Ramos.

Esta praça, localizada em um retângulo ladeado pela avenida Caminho do Mar e por propriedades de terceiros, tendo ainda as ruas Vitória Régia e Valentim Bitolo, que até esta praça chegam pelo lado oposto ao da avenida, pode ser vista em sua forma antes da doação do terreno para a Prefeitura de São Bernardo do Campo nas fotografias do bairro de Rudge Ramos da década de 1960.⁶⁷

5.5.15 Praça Nilo Gomes de Lima (Antropotopônimo)

Esta praça está localizada na vila América (1952), na confluência da rua Alfeu Tavares com a rua do Sacramento e teve seu nome dado através do decreto nº 3180, de 26/10/1972. O documento citado apresenta os seguintes dizeres:

Considerando que o Sr. Nilo Gomes de Lima prestou, em vida, relevantes serviços ao município.

Considerando que o homenageado, a par de seu abnegado amor ao próximo, procurou sempre dar muito de si pela coletividade na qual vivia, sendo que o populoso bairro de Rudge Ramos muito lhe deve pelo invejável progresso alcançado.

Considerando que é uma honra para o Município prestar homenagens àqueles que lhe foram úteis.

⁶⁷ Anexos 1 e 2.

5.5.16 Praça Norberto Nicoletti Júnior (Antropotopônimo)

Localizada no conjunto residencial Iracema, a praça recebeu este nome através da lei nº 4005, de 26/8/1992. O logradouro situa-se entre as ruas Nelson Patrizzi, Silvia Andreoni Traversa e José Mori.

Não diferentemente de muitas leis, esta apresenta a biografia do homenageado, a seguir reproduzida:

Biografia de Norberto Nicoletti Júnior (Noba):

Norberto Nicoletti Júnior, conhecido carinhosamente como Noba, era filho de Norberto Nicoletti e Maria Aparecida Kenes Nicoletti. Nasceu no dia 25 de outubro de 1964, em São Bernardo do Campo.

Iniciou seus estudos no Externato Rio Branco, concluindo-os no Grupo Escolar Professor Otilio de Oliveira, em Rudge Ramos. Fez o Segundo Grau no Colégio Estadual Lauro Gomes de Almeida. Realizou o curso superior na Faculdade Ibero-Americana, na Capital, onde se formou em Turismo.

Seu primeiro emprego foi na Lafer, na área de cobrança. Posteriormente, por um período de oito anos, exerceu as funções de guia de turismo, na empresa Hobytour e depois na Agência Costa de Turismo. Como guia de atuação no território nacional, especializou-se em roteiros de viagem pelo sul do país, com destaque para as Serras Gaúchas, onde travou sólidas e inúmeras amizades. A partir do ano de 1991, dedicou-se ao comércio, inaugurando a Bomboniere Santa Edwiges, na vila Vivaldi.

Noba apreciava cinema, teatro e, em especial, shows musicais. Praticou natação, mas o futebol foi o esporte que mais o atraiu. Era um fanático torcedor do São Paulo Futebol Clube, prestigiando a maioria dos jogos do tricolor. Era também colecionador de broches que simbolizassem países e entidades internacionais. Esse hobby o acompanhou desde os sete anos de idade, quando se iniciou como lobinho, no Grupo Escoteiro Caoquira. Vale lembrar que é desta época que adquiriu o apelido Noba, espécie de nome de guerra.

Participou ativamente, na adolescência, do Grupo ASA – Comunidade Cristã de Jovens da Paróquia de São João Baptista, em Rudge Ramos.

Noba faleceu no dia 11 de março de 1992, com 31 anos de idade, deixando os pais, as irmãs Angélica e Maristela e o cunhado Dardo, além de uma legião de amigos.

5.5.17 Praça Olímpio Félix da Silva (Antropotopônimo)

Localizada na vila Camargo (1949), entre as ruas Congonhas, São Simão e a linha de transmissão, a praça recebeu este nome através do decreto nº 6161, de 18/4/1979. A

importância do homenageado como morador da região é retratada nos dizeres do decreto, a seguir reproduzidos:

Considerando que Olímpio Félix da Silva, nascido a 6 de fevereiro de 1906, em São Joaquim da Serra Negra – MG, e falecido em 7 de junho de 1978, nesta cidade, muito colaborou para o desenvolvimento de São Bernardo do Campo.

Considerando que Olímpio Félix da Silva, como um dos primeiros moradores de vila Vivaldi, sempre se empenhou em campanhas de benemerência em prol da comunidade que integra.

Considerando que Olímpio Félix da Silva foi grande incentivador da Sociedade Amigos Esportiva Vila Vivaldi, sendo membro ativo de seu Conselho Deliberativo.

5.5.18 Praça Pedro Martinelli (Antropotopônimo)

Em 4/12/1991, o decreto nº 3868 nomeou um terreno próprio da prefeitura destinado para lazer como *praça Pedro Martinelli*. Localizada na vila Caminho do Mar (1947), na rua Manoel Dutra de Moraes, esta praça é uma homenagem a um dos muitos imigrantes que vieram para o bairro de Rudge Ramos. O decreto citado apresenta a seguinte biografia:

Biografia de Pedro Martinelli:

Pedro Martinelli nasceu na cidade de Garfagnana, Toscana – Itália, no dia 21 de junho de 1905.

Veio para São Bernardo do Campo em 1925, dedicando-se, no bairro dos Linguanotos, à fabricação de carvão, combustível doméstico consumido, na época, em toda Grande São Paulo.

Casou-se, em 1939, com Regina de Biazzi, fixando residência no bairro Baeta Neves, na antiga estrada Velha, hoje denominada Thales dos Santos Freira nº 90, onde mantinha sua carvoaria e fabricava, artesanalmente, um generoso vinho, tão apreciado no bairro.

Muito colaborou com o Padre Lázaro Equini na construção da Igreja de São José, organizando festividades e arrecadações.

De seu casamento, deixou dois exemplares filhos: Augusto e Fernando Martinelli, casados, e integrados na comunidade sambernardense; possuidores de 5 filhos: Marcos, Sandra, Marcello, Regina e Carlos. Suas noras, Zélia e Adelina, também são de nossa cidade.

Pedro Martinelli, homem simples e trabalhador, que ainda jovem saiu de Carfagnana e veio diretamente para São Bernardo do Campo, contribuindo com o desenvolvimento do Município e enobrecendo a coletividade italiana, que, através da Associação Veneta/Italiana Vicentinos no Mundo, Associação Cultural, pleiteia a presente e merecida homenagem póstuma deixou inúmeros amigos e muita saudade ao falecer, no dia 31 de julho de 1985, aos 80 anos de idade.

5.5.19 Praça Portugal (Corotopônimo)

Localizada entre as ruas San Martin e Paulo di Favari, na vila Caminho do Mar (1947), esta praça recebeu este nome através do decreto nº 7741, de 6/9/1984. Este documento, além de nomear a praça, apresenta os seguintes dizeres:

Considerando a falta de denominação oficial de vias públicas municipais causa sérios transtornos aos seus moradores, principalmente àqueles que buscam localizar tais endereços.
Ficam oficializadas as denominações atribuídas às vias públicas do Município caracterizados nos incisos [...]

5.5.20 Praça República (Historiotopônimo)

Esta praça está localizada na vila Tsukamoto, próxima a ruas consideradas também como historiotopônimos porque remetem a datas histórias do Brasil. No entanto, não há decreto que a nomeie, fato que conduz a consideração de que é um nome que já estava na planta inicial da vila.

5.5.21 Praça São João Batista (Hagiotopônimo)

Da mesma forma que ocorre com o topônimo *praça dos Meninos*, a praça *São João Batista* merece atenção especial. Por este motivo, há um capítulo que tratará dele mais detidamente. Por hora, cumpre ressaltar que não há nenhum decreto ou lei nomeando-a e que

esta fica na parte central do bairro, em frente à igreja eu louvor ao santo. Vale lembrar que além da praça há um largo em frente à igreja que já foi muito conhecido como *largo São João Batista*. No entanto, mapas não o registram mais.

5.5.21 Praça Waldemar Fontes (Antropotopônimo)

Localizada no parque São Pedro (1952), entre a rua Paulo Nagima e a viela B, esta até a data da lei não nomeada, tem seu nome dado em 5/12/1994, através da lei nº 4294, a qual apresenta a biografia a seguir reproduzida:

Biografia de Waldemar Fontes:

O Sr. Waldemar Fontes nasceu em 18 de outubro de 1922, na cidade de Rio Claro, estado do Rio de Janeiro. Era filho do Sr. Anelo da Silva Fontes e de Dona Júlia da Conceição.

De família humilde e de poucos recursos, aos quinze anos de idade transferiu-se para São Caetano do Sul em busca de melhores oportunidades, morando na casa de sua irmã, quando então, o ex-prefeito daquela cidade, Sr. Oswaldo Massei, arrumou-lhe um emprego em seu armazém, como ajudante. Posteriormente, agora em São Bernardo do Campo, trabalhou no armazém de propriedade do ex-vereador e ex-vice-prefeito do Município, Sr. Ernesto Augusto Cleto, localizado no antigo bairro dos Meninos, hoje Rudge Ramos.

Trabalhou no Laboratório Torres, na Seção de Soros, quando conheceu Maria Olinda da Silva, com a qual casou-se em 20 de novembro de 1943. Dessa união nasceram os filhos Nanci Fontes, hoje Nanci Fontes Viana e, Waldemar Fontes Filho.

Em outubro de 1949, após anos de árduo trabalho e economia, estabeleceu-se num armazém na estrada do Vergueiro, inaugurando na região o primeiro comércio do gênero, com o nome Bar Fontes.

À frente de seu armazém teve oportunidade de ajudar a todos, sempre com dedicação e presteza; graças ao seu trabalho e à simpatia com o que procurava cultivar seus amigos, era sobremaneira estimado.

Através de sua participação ativa na vida social do bairro e na benemerência de seus propósitos, contribuiu de forma decisiva no progresso do bairro de Rudge Ramos. Foi diretor social do Meninos Futebol Clube e, como colaborador da Associação Abelha de Rudge Ramos ajudou, apesar de sua fé católica, na construção da 1ª Igreja Batista de Rudge Ramos.

Faleceu no dia 20 de dezembro de 1975, aos 53 anos de idade, fincando raízes no bairro de Rudge Ramos, local em que residem todos os seus descendentes.

Os topônimos acima comentados estão resumidos no quadro a seguir:

Tabela 9 – Quadro-Resumo dos Topônimos – Praças e Largos

Ficha	Topônimo	Tipo	Etimologia	Classificação (Taxonomia)	Localização do logradouro (loteamento)	Decreto / Lei	Data	Criação do loteamento	Nomes Anteriores
01	Antonio Fernandes de Souza, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Uras	Decreto nº 3669	16/11/1973	1968	Área de espaço livre
02	Antonio Morales, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Vivaldi	Decreto nº 4266	25/04/1975	1950	Praça sem denominação
03	Bruxelas, praça	H	Port.	Corotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto nº 7741	06/09/1984	1947	Oficialização
04	Capela, largo da	H	Port.	Hierotopônimo	Centro do Bairro	Lei nº 4560	17/12/1997		Terreno próprio da Prefeitura
05	Crescencio Capassi, praça	H	Port.	Antropotopônimo	conjunto residencial Iracema	Lei nº 4415	01/12/1995	1972	Próprio municipal
06	Dona Nenê, praça	H	Port.	Axiotopônimo	vila Helena			1953	
07	Giovanni Batista Rubin, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Uras			1968	
08	Indu Rovai, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Mariza	Decreto nº 4191	01/02/1975	1947	Sem denominação
09	Itália, praça	H	Port.	Corotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto nº 7741	06/09/1984	1947	Oficialização
10	Jaime Bitolo, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Helena	Lei nº 5868	26/05/2008	1953	Área municipal
11	João Thesotto, praça	H	Port.	Antropotopônimo	conjunto residencial Antuérpia	Lei nº 4667	02/10/1998	1973	Terreno próprio da prefeitura
12	José Xavier Mol, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Vivaldi	Lei nº 4509	16/07/1997	1950	Terreno próprio da Prefeitura
13	Londres, praça	H	Port.	Corotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto nº 7741	06/09/1984	1947	Oficialização
14	Meninos, praça dos	H	Port.	Historiotopônimo	vila Gasparini	Decreto nº 4654	23/12/1975	1974	Antigo Estádio de Futebol
15	Nilo Gomes de Lima, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila América	Decreto nº 3180	26/10/1972	1952	Praça sem denominação
16	Norberto Nicoletti Junior, praça	H	Port.	Antropotopônimo	conjunto residencial Iracema	Lei nº 4005	26/08/1992	1972	Terreno próprio da prefeitura
17	Olímpio Félix da Silva, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Camargo	Decreto nº 6161	18/04/1979	1949	Área de espaço livre
18	Pedro Martinelli, praça	H	Port.	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei nº 3868	04/12/1991	1947	Terreno próprio da prefeitura
19	Portugal, praça	H	Port.	Corotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto nº 7741	06/09/1984	1947	Oficialização
20	República, praça	H	Port.	Historiotopônimo	vila Tsukamoto				
21	São João Batista, praça	H	Port.	Hagiotopônimo	Centro do Bairro				A lei 37 de 1948 registra largo da Igreja
22	Waldemar Fontes, praça	H	Port.	Antropotopônimo	parque São Pedro	Lei nº 4294	05/12/1994	1952	Terreno próprio da prefeitura

A grande quantidade de antropotopônimos em se tratando de nomes de praças, em especial, é normal em todas as localidades. O que mais chama a atenção é a inexistência de topônimos de natureza física, conforme tabela a seguir:

Tabela 10 – Taxionomias Toponímicas – Praças e Largos

Taxionomia	Natureza	Quantidade	Percentual
Astrotopônimos	Física	0	0,00%
Cardinotopônimos	Física	0	0,00%
Cromotopônimos	Física	0	0,00%
Dimensiotopônimos	Física	0	0,00%
Fitotopônimos	Física	0	0,00%
Geomorfotopônimos	Física	0	0,00%
Hidrotopônimos	Física	0	0,00%
Litotopônimos	Física	0	0,00%
Meteorotopônimos	Física	0	0,00%
Morfotopônimos	Física	0	0,00%
Zootopônimos	Física	0	0,00%
Animotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Antropotopônimos	Antropo-Cultural	13	59,98%
Axiotopônimos	Antropo-Cultural	1	4,55%
Corotopônimos	Antropo-Cultural	4	18,18%
Cronotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Ecotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Ergotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Etnotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Dirrematopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Hierotopônimos	Antropo-Cultural	1	4,55%
Hagiotopônimos	Antropo-Cultural	1	4,55%
Mitotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Historiotopônimos	Antropo-Cultural	2	9,09%
Hodotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Numerotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Poliotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Sociotopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Somatopônimos	Antropo-Cultural	0	0,00%
Total de Topônimos		22	100%

Os dados da tabela acima estão divididos em dois gráficos:

Gráfico 7 – Percentual de Topônimos por Taxionomia – Praças e Largos **Gráfico 8** – Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Praças e Largos

Uma característica dos topônimos que dão nome às praças e a um único largo do bairro de Rudge Ramos é que há referência ao nome anterior, conforme pode ser verificado no quadro-resumo dos topônimos.

Interessante, também, são os dizeres do decreto nº 7741, que justificam a nomeação porque “a falta de denominação oficial de vias públicas municipais causa sérios transtornos aos seus moradores, principalmente àqueles que buscam tais endereços.”

Este mesmo decreto é o que dá nome aos 4 corotopônimos referentes às praças. Estes estão na mesma vila, o que caracteriza um modismo, uma tendência.

Outro ponto é que há um determinado padrão nos decretos, havendo neles dizeres muitas vezes repetidos.

Digno de nota são os antropotopônimos, pois muitos destes apresentam biografias dos homenageados, o que de fato auxilia muito no entendimento das razões da nomeação. Ainda sobre os antropotopônimos, nota-se que há grande número de topônimos que homenageiam imigrantes ou descendentes de imigrantes italianos. Dos 13 verificados, 7, ou seja, pouco mais da metade, referem-se a italianos, de uma forma ou de outra.

A questão da imigração está bastante atrelada ao crescimento do bairro e, desta forma, mostra que as homenagens feitas revelam que o nomeador observou isso ao propor o nome. Esta observação deveu-se ao fato do imigrante ser morador antigo da região ou por ser político, como o caso de Indu Rovai. Há, ainda, outros topônimos que recuperam a história da região, como os demais antropotopônimos. Tanto os nomes *Capela*, *São João Batista*, *Meninos* quanto o nome *Dona Nenê*, carregam muito sobre a história do bairro.

5.6 Os Caminhos: da Anchieta às Lágrimas.

Tal a importância a eles atribuída, os caminhos principais merecem destaque, pois mesmo durante um período em que pouca coisa acontecia na região, o ir e vir continuava. É certamente deste movimento que a cidade de São Bernardo do Campo finca suas raízes. A cidade tal qual todos a concebem hoje nasceu e cresceu em torno dos caminhos: o *caminho do mar*, a *estrada do vergueiro*, a *via Anchieta*, a *estrada das Lágrimas* e a menor, mas não menos importante, *estrada do Sacramento*. Uma das hipóteses é a de que a atual avenida Caminho do Mar possui em sua extensão um trecho do antigo caminho do século XVI.

Tudo começou com o primeiro caminho usado pelos portugueses. Trata-se do caminho que foi usado por João Ramalho e pelos primeiros portugueses que ocuparam a região genericamente denominada Campo. Apesar de possuir uma qualidade péssima, a *estrada de Paranapiacaba* serviu muito aos interesses dos portugueses, inclusive no que concerne à defesa, pois era a única ligação entre os portos de mar e São Paulo. Segundo Madre de Deus (1975: 139), “[...] bastaria lançarem-se pedras pela serra abaixo, para se retirarem derrotados os expugnadores.”

Depois deste caminho, aproveitado daquele de que se serviam os índios, face a sua brutal dificuldade de percorrer, “em 1553 rasgava-se nova estrada feita pelos índios sob a direção de Anchieta.” (TAUNAY, 2003, p. 174). Por isso, este caminho teve por muito tempo o nome de *caminho do Padre José*. Pouco depois, em 1560, outro caminho foi aberto, visto que o primeiro era muito assaltado pelos índios Tamoios.

O *caminho do Mar* foi sempre uma preocupação porque era muito difícil o seu percurso. Daí a célebre citação de Anchieta (apud TAUNAY, 2003, p. 175):

Vão lá (a Piratininga) por umas serras tão altas que dificultosamente podem subir os homens com trabalho e às vezes de gatinhas por não se despenharem e, por ser o caminho tão mau e ter tão ruim serventia, padecem os moradores e os nossos, grande

trabalho.

Ao que diz José de Anchieta, corrobora o trecho de Taunay (2003, p. 337):

Penosíssimo como era o Caminho do Mar, intransitável para animais cargueiros, fazia-se o comércio do planalto com o litoral por meio de carregadores índios. Vergando ao peso das mercadorias, desciam ou galgavam os infelizes silvícolas as veredas aspérrimas da serra marítima.

Este caminho era demasiado penoso que, segundo Teodoro Sampaio (1978, p. 66):

Os jesuítas, fundadores de S. Paulo, modificaram-lhe o traçado, melhoraram-lhe o acesso dos montes em 1553, pelo que, desde essa época, se ficou chamando *o caminho do Padre José*, em alusão a Anchieta, que, com seus guaianás e com o auxílio de Afonso Sardinha, o construiu e melhorou.

Esta referência ao Padre José é feita também por Gaiarsa (1968, p. 18):

João Pires Gago (de alcunha!). Tendo vivido mais de vinte anos em São Vicente, passou-se para Santo André onde esteve até a destruição desta. Por ter matado um índio, incorrerá numa pena da qual se teria livrado, comprometendo-se a fazer, a sua custa, o caminho novo para o mar e que se chamou 'caminho do Padre José'. O oferecimento foi aceito e foi-lhe concedido o perdão.

As alterações no traçado e as frequentes melhorias se faziam sempre necessárias.

Sampaio (1978, p. 66) relata isso quando diz que

A passagem dos rios e de brejais sem conta no alto dos campos, como a travessias dos montes alcantilados, úmidos e quase sempre desmoronados pelas chuvas tempestuosas e frequentes, inçavam de perigos e dificuldades esse caminho, por isso mesmo objeto de maiores cuidados por parte dos governadores.

É só no final do XVI, após solicitação de Dom Francisco de Souza que a Câmara de São Paulo e o povo da cidade resolvem deixar o caminho melhor. Mas apesar disso este caminho ficará por três séculos “de tão difícil estabelecimento e conservação” (TAUNAY, 2003, p. 174) que as viagens por ele realizadas não eram lá muito fáceis.

Teodoro Sampaio (1978, p. 66), citando Azevedo Marques⁶⁸, menciona algumas melhorias no caminho:

D. Luís Antônio de Souza melhora-o consideravelmente. Martim Lopes manda fazer os aterrados através dos pântanos entre o Rio Grande e o Rio Pequeno. Raimundo Chichorro faz abrir o trecho que vai da raiz da serra à margem do Rio Cubatão. Bernardo José de Lorena faz executar o gigantesco trabalho de calçamento, consolidação e ziguezagues pela encosta da serra. Antonio Manuel de Melo manda construir ao longo do caminho os *ranchos-reunos* para abrigo das tropas. Lucas Antonio Monteiro de Barros depois de Visconde de Congonhas de Campos, consegue em 1826 concluir o grande aterrado, tantas vezes tentado, entre o Porto do Cubatão e a

⁶⁸ *Apontamentos Históricos.*

cidade de Santos.

Em determinados momentos este caminho era designado de outras formas. A Toponímia se interessa demasiado por isso, até porque mostra outra forma de nomeação que concorreu, naturalmente, com a original. É bastante natural que uma das formas perca força e a população mantenha apenas uma. Esse nome aparece em Gabriel Soares de Sousa (apud TAUNAY, 2003, p. 140) quando ele diz, ao tratar de São Paulo, que

[...] pelo sertão desta Capitania, nove léguas, está a Vila de São Paulo, onde geralmente se diz o campo, na qual Vila está o mosteiro dos padres da Companhia, e de redor dela quatro ou cinco léguas estão quatro aldeias de índios forros cristãos, que os padres doutrinam e servem-se desta Vila para o mar; pelo esteira do Ramalho.

Ora, aqui há *esteira do Ramalho* como sinônimo de *estrada de Paranapiacaba*, ambos pertinentes, acredita-se, ao trecho de serra. Salienta-se que estes nomes atualmente não mais existem como denominações deste caminho. Sobre a parte de planalto deste caminho, seguia até juntar-se ao *caminho do Ipiranga*, que nos dizeres de Dick (1996, p. 97) é o mesmo que *Caminho do Mar*. Este *caminho do Ipiranga* “era uma campina à margem do ribeiro desse nome, localizado à sudeste da vila, distante uma légua, e na mesma direção do antigo *Caminho do Mar*.” (DICK, 1996, p. 102). Este caminho, por ser São Vicente sede da Capitania, já foi inclusive citado como *caminho de São Vicente*, por razões lógicas. Há registros deste caminho também como *caminho de Santos*. Mais modernamente surgiu a *Estrada de / para Santos ou o Novo Caminho do Mar*. Além desses, Sampaio (1978, p. 65-66) registra-o como *estrada do Cubatão*. Ele diz que

[a estrada do Cubatão] tinha-se mesmo tornado lendária na história paulista, tão grande fora sua influência na civilização dos povos serra-acima. Como simples trilho ligando as campinas altas de Piratininga às praias do mar, existiu, de certo, desde época imemorial, este caminho praticado pelo gentio através dos alcantis dos montes de Paranapiacaba. Alguns europeus, dos primeiros que se estabeleceram no país, teriam por aí penetrado em exploração às regiões remotas que, segundo a tradição, eram fabulosamente ricas. João Ramalho, que se estabelecera na Borda do Campo, tê-la-ia percorrido e melhorado muitas vezes, garantindo o seu tráfico com a feitoria de *Temiuuru*, junto do mar, onde depois se fundou S. Vicente.

Em 1572, segundo Taunay (2003, p. 91), “reuniu-se a edilidade paulistana a fim de, a mandado do ouvidor geral, votar uma contribuição para o estabelecimento do Caminho do

Mar”. Este caminho, segundo Teodoro Sampaio (1978, p. 160),

Do pátio do Colégio partia na direção do Sul o *caminho velho do mar* pela atual rua do Carmo, descendo para a várzea, contornando-a nas proximidades da vivenda de Bartolomeu Carrasco, e antes de se perder no horizonte para os lados da *Borda do Campo*, onde existiu *Santo André*, passava por um grupo de moradores junto da Ribeira do Ipiranga, onde estivera outrora a ermida de Nossa Senhora da Luz, que depois se mudou para o *Guarepe*.

Certamente este caminho passava pelo Ipiranga, pois Taunay (2003, p. 379) afirma que Domingos Luiz, o Carvoeiro e Antônio de Proença “tinham terras da banda do Ipiranga”, que era “Caminho do Mar”.

Atualmente faz-se muito clara a utilidade do *caminho do Mar*. A importância que ele tinha compara-se à importância atual da via Anchieta. No entanto, em se tratando de século XVI a realidade era outra. O caminho era importante já naquela época, tanto que era considerado um dos três mais importantes do século XVI, ao lado do *caminho de Pinheiros* e do *caminho do Ibirapuera* e sua manutenção também. É inclusive por isso que, ao tratar do gado que havia em São Paulo no XVI, Taunay (2003, p. 169), diz que “Estavam os caminhos do mar péssimos e intransitáveis para o gado.” A necessidade de enviar gado para o litoral ia de encontro com a problemática da conservação do caminho. O gado destruíra o caminho e por isso, repetidamente, era proibido levar gado para o litoral. “Do litoral, onde não havia pastagens, constantemente solicitavam a remessa de boiadas e esse trânsito de rebanhos imenso prejudicava a conservação do “Caminho do Mar”.” (TAUNAY, 2003, p. 172). Mais recentemente, Martins (2004, p. 10-11), ao tratar da ferrovia construída pelos ingleses e que passava pelo Alto da Serra, em Paranapiacaba, coloca que os velhos caminhos do mar eram “contato dos paulistas com o mundo”.

Gaiarsa (1991, p. 48) diz que “as denominações se sucederam: Caminho do Mar; Caminho do Padre José; Caminho dos Índios, todos da primeira fase histórica.”

Os vários nomes desses caminhos entre o campo e o litoral citados são: *estrada de Paranapiacaba*, *esteira do Ramalho*, *caminho dos Índios*, *caminho do Padre José*, *caminho*

do Mar, caminho de São Vicente, caminho de Santos, novo caminho do Mar, estrada para / de Santos e estrada do Cubatão.

Em Rudge Ramos há um resquício do antigo nome Caminho do Mar, que é a *avenida Caminho do Mar*. Acredita-se, contudo, ser esta avenida o antigo caminho antes da construção da *via Anchieta*. Esta avenida começa na parte central do bairro de Rudge Ramos, perto do antigo pouso de tropeiros que por lá existia e da *estrada das Lágrimas*.

A *avenida Caminho do Mar*, que em 1948 ainda era conhecida como *Estrada do Mar* e que por algum tempo fora conhecida (ao menos na parte próxima da *vila Mussolini*) como avenida Conde Francisco Matarazzo (MÉDICI, 1984, p. 146)⁶⁹, teve um trecho de sua extensão renomeado. A parte em que esta estrada seguia junto com a *estrada do Vergueiro*, sendo uma como lado par e outra como lado ímpar, teve o nome alterado para *avenida dos Meninos*, através da Lei n. 37 de 09 de novembro de 1948. Justifica-se a alteração pelo fato do trecho de intersecção das duas avenidas atravessar a parte mais antiga e central do bairro, que antes do nome atual chamou-se dos Meninos. Atualmente a avenida dos Meninos denomina-se avenida Doutor Rudge Ramos.

O curso atual da *avenida Caminho do Mar*, até por causa da construção da *via Anchieta*, foi projetado em 1910 por Arthur Rudge da Silva Ramos, o Dr. Rudge Ramos. Ao mesmo Rudge Ramos, “coube [...], em 1913, com auxílio de toda parte, dar início a reconstrução da estrada do mar, que foi inaugurada – mais uma vez – em 1917.” (GAIARSA, 1968, p. 24). A *via Anchieta* mais moderna é inaugurada em 1947. A motivação de Rudge Ramos para reformar o caminho, dizem, foi o fato de que ele não conseguiu andar de carro adequadamente com convidados de outro país pelo caminho.

Sobre o antigo *caminho do Mar*, muitos pensam que ele passava pelo trecho onde hoje está a *avenida Marechal Deodoro*, na parte em que se encontrava São Bernardo Velho. No

⁶⁹ A primeira drogaria da *vila Mussolini* chamou-se *Droga Conde*. Isso e o fato da notória homenagem a italianos, iniciada com o nome da vila, corroboram a existência de trecho da *avenida Caminho do Mar* como *avenida Conde Francisco Matarazzo*.

entanto, o antigo caminho passava pela parte mais elevada, saindo do atual bairro de Rudge Ramos em direção à atual *vila Euclides* e de lá seguindo para os lados da serra. Isso ajuda em muito a comprovação de que parte da atual *via Anchieta* está no antigo caminho e que o nome da *avenida Caminho do Mar* é esse por ser parte do curso do antigo caminho, que no trecho entre Rudge Ramos e vila Euclides passava pelo centro do então bairro dos Meninos, ou Guapiú.

A isso se soma o fato de que antigamente a ligação entre o centro de São Bernardo e o bairro de Rudge Ramos e a cidade de Diadema (naquela época bairro de São Bernardo) se dava pela atual *avenida Redenção*. A intersecção do curso da citada avenida com destino à cidade de Diadema se dá pela atual *via Anchieta*.

Sobre a *avenida Senador Vergueiro*, nome dado a uma parte da antiga *estrada do Vergueiro*, Honório de Sylos (1976, p. 24) diz que este grande caminho recebe o nome de ilustre figura. Para se ter uma ideia do grau de importância, a citação de Straden acerca do senador Vergueiro é bastante elucidativa:

Em 1840, o senador Vergueiro – quem não conhece seu pioneirismo na vida agrícola paulista? – remodela em sua fazenda Ibicaba, em Limeira, o regime de trabalho, mandando buscar, na Europa, 90 famílias portuguesas, às quais da meação na colheita. Mais tarde, renova a experiência, promovendo a vinda de 80 famílias alemãs e suíças. De Santos a Ibicaba a distância é de 38 léguas brasileiras e os caminhos são difíceis. Os imigrantes alemães fazem a viagem em 14 dias [...] ⁷⁰

Tão importante é a figura de Vergueiro que, em 1842, Limeira é elevada à categoria de vila. (SAMPAIO, 1978, p. 83) Um pouco antes, “em 1835, a 2 de fevereiro, por efeito do Ato Adicional, instala-se na Capital a primeira assembleia provincial, de que eram figuras salientes: Feijó, Paula Sousa, Vergueiro, que foi o primeiro presidente dela [...]” (id., *ibid.*, p. 86)

Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio escrito para a obra de Hutter (1972, p. 5) diz que o senador Vergueiro fundou o sistema de colônias, depois melhorado.

⁷⁰ Conde Augusto van der Straden. **Le Budget Du Brésil**. Ponthos, Paris, 1854. As famílias alemãs, segundo Sampaio (1978, p. 96) chegaram em 1847.

Gaisarsa (1968, p. 24), ao tratar dos melhoramentos do *caminho do Mar*, diz que muitos o melhoraram,

Muitos outros, certamente, trabalharam nos serviços de melhoramento da estrada, quer desviando certos trechos para dar-lhe menor declividade, quer alargando o leito ou construindo e reconstruindo pontes. O passo decisivo foi dado por José Vergueiro, filho do senador, com o qual foi modificado na quase totalidade o traçado situado entre o topo da serra e a cidade de São Paulo, permitindo o transporte por carros mais pesados.

“As obras foram iniciadas em 1860 e inauguradas em 5 de dezembro de 1863, tomando o nome do seu construtor.” (id., *ibid.*, p. 24)

Antônio P. Mendonça, ao tratar da *estrada do Vergueiro* – antigo nome da *avenida Senador Vergueiro* – diz que era o caminho das carruagens que saíam de São Paulo com destino ao litoral e vice-versa, era uma “estrada costumeiramente em péssimas condições de tráfego, por onde, desde o século 16, grosso modo, se fazia a ligação entre o litoral e o planalto.” (Jornal da Tarde, 26/04/08). Essa condição precária do caminho é confirmada pelo comentário a seguir:

Em 1908 a estrada – na verdade uma trilha de terra nem vagamente comparável às modernas rodovias paulistas – estava longe de oferecer algum tipo de conforto, cruzando longos trechos de mata fechada, sem nenhuma pavimentação, exceto a terra batida pelo uso, misturada à lama, mais ou menos encascalhada em algum trecho mais íngreme e com manutenção bastante precária. (MENDONÇA, Jornal da Tarde, 26/04/08)

Já em 1962, conforme Médici (1984, p. 199), “tanto a estrada do Vergueiro como o Caminho do Mar eram duas vias diferentes, sem os problemas do passado. Pavimentadas até.” No entanto, no início do século, tal como mencionado por Mendonça, a *estrada do Vergueiro* “era quase intransitável” (MÉDICI, 1984, p. 199)

Sobre a atual *rua do Sacramento*, já conhecida como *estrada do Sacramento*, sua história é também vasta e digna de apontamentos detalhados. José de Souza Martins (1957, p. 76), ao tratar da história de São Caetano do Sul – local por onde a referida *estrada do Sacramento* passava – escreve:

Uma nota interessante é o fato de que os monges beneditinos somente pediram o empossamento destas terras para a Ordem quando este último século já ia em meio, através de requerimento do abade frei Ângelo do Sacramento. (grifo nosso)

Certeza absoluta de que o nome atual é realmente uma homenagem ao frei citado não há. De qualquer forma, sendo um antropotopônimo ou não, a referência à igreja ocorre.

Este topônimo é citado por Santos (1992, p. 114), quando este autor reproduz trecho das Atas da Câmara⁷¹.

23-8-1887 – É lido abaixo-assinado de moradores nos limites de São Bernardo e Santo Amaro. Estes reclamam contra a intimação que lhes foi feita para concorrerem com serviços nos caminhos denominados Sacramento, na Freguesia de São Bernardo. Alegam que se utilizam dos caminhos de Santo Amaro. O abaixo assinado é enviado à Comissão de Obras.

Em texto publicado pela folha de São Bernardo, suplemento especial, 18 de abril de 1979 (apud SANTOS, 1992, p. 231), Newton Ataliba Madsen Barbosa escreve:

Primitivamente, a estrada do Taboão não existia, e eram conhecidos por esse nome duas outras estradas: a do Zoológico, porque vindo de São Paulo, do bairro da Água Funda, chegava à Pedreira do Taboão; e uma outra marginal ao córrego do Taboão, que, partindo da estrada do Cavaleiro ou Sacramento, do Bairro dos Meninos, através da estrada dos Alves, e pelo sítio Canhema, atingia a mesma pedreira pelo Sul.

A atual *estrada das Lágrimas*, que apesar de ter apenas um pequeno trecho localizado no bairro de Rudge Ramos, é aqui mencionada e analisada porque não há como tratar de tão importantes caminhos e deixar de lado este que, juntamente com os já citados, remetem ao passado da região e com isso tanto pode ser explorado. José de Souza Martins (1957), ao tratar do município de São Caetano do Sul, principalmente no que se refere aos caminhos, cita por diversas vezes a *estrada das Lágrimas*, atribuindo a ela importância para o desenvolvimento da região.

Teodoro Sampaio (1978, p. 73-74), diz:

Estava nos costumes o *bota-fora*, ou antes a despedida fora de portas, para o que e por prova de afeto se acompanhava o amigo que partia até certa distância fora da cidade, obra de duas léguas a cavalo, até o ponto em que deviam despedir-se ou trocar entre si o último adeus. Pelo tempo adiante, essa tradição, conservada entre os estudantes da academia de direito, fazia célebre a *árvore das lágrimas*, a cuja sombra tantos peitos juvenis se estreitaram no mais copioso pranto, separando-se talvez para sempre ou voltando no livro da vida essa página de infância e de mocidade que não volve jamais.

A explicação do nome *lágrimas* aparece em Martins (1992):

⁷¹ Atas da Câmara, 1887, vol. s/nº, págs. 242, 247.

A antiga estrada de Santos é a atual estrada das Lágrimas, nome que lhe foi dado por extensão de uma velha figueira assim denominada, que existiu até há pouco tempo em São João Clímaco. Era o local de despedida dos residentes na Capital. Até o século passado, ainda havia o hábito secular de acompanhar os viajantes, parentes, amigos ou hóspedes até ali para, então, fazer-se as despedidas.⁷²

5.7 As Ruas, Avenidas e Travessas

Face à teoria seguida para elaboração desta pesquisa, houve um enfoque sobre os topônimos globais de toda a cidade, selecionando dentre eles os topônimos relativos à hidrografia. Porém, da mesma forma que os principais caminhos

A rua é um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, deste o fato corriqueiro do dia-a-dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes e festivas. As religiões usaram-nas para levar ao povo a materialização da fé; eram, mesmo, as procissões grandes espetáculos, com os santos tradicionais percorrendo os caminhos para receberem as homenagens dos devotos, nos paços ou oratórios que, de distância em distância, ornavam o trajeto, tudo a rua testemunhando, numa atitude cúmplice de aceitação. (DICK, 1996, p. 133)⁷³

O morador comum historicamente sempre foi sujeito atuante e por isso, muitas vezes, teve seu nome usado para nomear uma rua. No caso dos nomes presentes no bairro em análise, isso não ocorre tão facilmente, até porque existe uma toponímia relativa às ruas muitas vezes de caráter oficial e comportando, por isso, homenagens póstumas. Isso se deve ao fato de antigas chácaras ou grandes propriedades terem sido transformadas em loteamentos, o que fez com que caminhos fossem, se houvesse antes do loteamento ser aberto, reformados. Contudo, a região mais central do bairro, ocupada em um primeiro momento da história e até por isso com contornos geograficamente diferente daqueles de um bairro projetado guarda nomes de pessoas simples, dos primeiros moradores.

⁷² José de Souza Martins colheu estas informações provavelmente em A. Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*, [1ª edição: 1862].

⁷³ Pensando na rua como local de manifestações de fé, nos anexos há imagens da famosa procissão que sempre ocorre na cidade.

Mesmo se a região houvesse ruas nomeadas como a *rua que passa pela casa de João* ou a *praça que fica perto do mercado*, para citar dois exemplos, seria difícil encontrar respaldo para uma análise, visto que da mesma forma que ocorreu em São Paulo, a documentação cartográfica de São Bernardo antes do século XX é bastante escassa. Mesmo sem nomeação das ruas, o mapa do professor José Gonçalves Salvador apresenta uma legenda que é no mínimo interessante, pois mostra a ocupação de algumas partes do bairro.

Muitos dos personagens que emprestaram seus nomes às ruas de Rudge Ramos, por serem desconhecidos da grande maioria dos moradores locais, configuram nomes opacos e é somente um estudo pormenorizado da personagem e do local que irá levar à causa do nome em estudo. Esta opacidade do nome da rua está presente também quando são consideradas outras taxionomias, como é o caso dos historiotopônimos representados por datas, os quais configuram um dos núcleos toponímicos já estudados. Percebe-se, neste núcleo, um uso de datas fora do contexto da região, fato que torna os topônimos opacos.

Diante disso e de uma forma mais ampla, devido ao fato de ser a quantidade de topônimos referentes às ruas, avenidas e travessas muito grande, a seguir os topônimos serão apresentados e, se necessário, comentados. Cabe, neste ponto, salientar que todos os *antropotopônimos*, que configuram a quantidade mais elevada, serão detalhados após esta seção.

Primeiramente, é salutar observar a tabela abaixo, bem como os gráficos que a seguem, pois estes são materiais necessários para um melhor entendimento.

Tabela 11 – Quadro-Resumo dos Topônimos – Ruas, Travessas e Avenidas

Ficha	Topônimo	Tipo	Classificação (Taxionomia)	Localização do logradouro (loteamento)	Decreto / Lei	Data	Criação do loteamento⁷⁴	Nomes Anteriores
1	12 de Outubro, rua	H	Historiotopônimo	vila Franca	Lei 1015	28/12/1961	Anterior	Oficialização
2	13 de Maio, rua	H	Historiotopônimo	vila Mariza	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
3	21 de Abril, rua	H	Historiotopônimo	vila Mariza	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
4	24 de Maio, rua	H	Historiotopônimo	vila Franca	Lei 1015	28/12/1961	Anterior	Oficialização
5	25 de Janeiro, rua	H	Historiotopônimo	vila Mariza	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
6	25 de Março, rua	H	Historiotopônimo	vila Franca	Lei 1015	28/12/1961	Anterior	Oficialização
7	27 de Abril, rua	H	Historiotopônimo	vila Mariza	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
8	3 de Dezembro, rua	H	Historiotopônimo	vila Franca	Lei 1015	28/12/1961	Anterior	Oficialização
9	Abolição, rua da	H	Historiotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 4937	09/08/1976	1964	rua Oito
10	Adriano Monteiro da Silva, rua	H	Antropotopônimo	vila Tsukamoto	Decreto 4267 e 4409	25/04/1975 e 13/08/1975		rua Sem Nome
11	Afonsina, rua	H	Historiotopônimo	Parte central do bairro	Lei 629	31/03/1958		Oficialização de denominação tradicional
12	Agostinho Cesar Bassoli, rua	H	Antropotopônimo	vila Dourados	Decreto 517	03/08/1962	1959	rua 2
13	Aguapés, rua	H	Fitotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 16
14	Alfeu Tavares, rua	H	Antropotopônimo	vila América	Lei 651	09/05/1958	1952	rua 2
15	Alfredo Bechelli, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Antuérpia			1973	
16	Almirante Barroso, rua	H	Axiotopônimo	vila Dourados	Decreto 519	16/08/1962	1959	rua 1
17	Alzira Camargo, rua	H	Antropotopônimo	vila Vivaldi	Lei 705	06/11/1958	1950	rua 19
18	Amadeu Campanharo, rua	H	Antropotopônimo	vila Santa Filomena	Decreto 639	26/04/1963	1953	rua Projetada
19	Amadeu Gianotti, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Atlântica			1974	
20	Amapá, rua	H	Corotopônimo	vila Helena	Lei 1228	26/06/1964	1953	rua A
21	Américo Leda, rua	H	Antropotopônimo	vila América	Decreto 630	08/04/1963	1952	rua 3

22	Anchieta, rua	H	Antropotopônimo	Parte central do bairro	475	25/04/1962		
23	André Capretz Filho, rua	H	Antropotopônimo	Parte central do bairro				
24	Ângela Tomé, rua	H	Antropotopônimo	Parte central do bairro	Lei 1015	28/12/1961		Oficialização
25	Ângelo Davi Thomé, rua	H	Antropotopônimo	vila Angelina			1956	
26	Antero da Silva Correia, rua	H	Antropotopônimo	vila Mussolini	Lei 3488	18/05/1990	1924	rua Particular ou rua Projetada
27	Antonio Simões, rua	H	Antropotopônimo	vila Dourados			1959	
28	Antuérpia, rua	H	Corotopônimo	conjunto residencial Antuérpia			1973	
29	Arapuá, travessa	H	Litotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	travessa 36
30	Assahi, rua	H	Corotopônimo	vila Camargo	Decreto 2055	01/08/1969	1949	Oficialização
31	Aura, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
32	Aurélia Salazar Jorge, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua E
33	Auta de Souza, rua	H	Antropotopônimo	vila Franca			Anterior	
34	Beta, rua	H	Historiotopônimo	parque São Pedro			1952	
35	Bispo Cesar Dacorso Filho, avenida	H	Axiotopônimo	jardim Fada, jardim São Pedro, vila Angelina, vila Gasparini	Decreto 1426	30/08/1967	1952, 1952, 1956, 1974, respectivamente.	avenida Marginal do Córrego Guapiú
36	Brasil, rua	H	Corotopônimo	vila Vivaldi (também vila Antonieta)	1219	20/10/1966	1950	oficialização
37	Brasília, rua	H	Corotopônimo	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	rua Marginal
44	Cabreuva, rua	H	Fitotopônimo	vila Helena	Lei 697 e Lei 2572	23/09/1958 e 06/02/1984	1953	Oficialização
38	Cachoeira, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 38
39	Cacique Tibiriçá, rua	H	Axiotopônimo	parque Santo Antonio	475	25/04/1962	1952	rua D
40	Candido Portinari, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro	475	25/04/1962	1952	rua 3
41	Carlos da Silva, rua	H	Antropotopônimo	vila Afonsina			1966	
42	Carmem Rodrigues Dias, rua	H	Antropotopônimo	vila Afonsina			1966	
43	Carneiro Leão, rua	H	Antropotopônimo	Vila Magdalena				

45	Caxambu, rua	H	Ergotopônimo	vila Helena	Lei 697	23/09/1958	1953	Oficialização
46	Cesar Piarangeli, rua	H	Antropotopônimo	vila Franca			Anterior	
47	Clemente José da Silva, rua	H	Antropotopônimo	vila Dourados	Decreto 587 e 636	19/12/1962 e 24/04/1963	1959	rua Um e rua Três
48	Clovis Joly de Lima, rua	H	Antropotopônimo	vila Antonieta	1219	20/10/1966	Anterior	Oficialização
49	Comendador Pinotti Gamba, rua	H	Axiotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015 e Decreto	28/12/1961 e 21/07/1970	1924	Já teve trecho chamado Comendador
50	Comendador Rodolfo Crespi, rua	H	Axiotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
51	Conde Siciliano, rua	H	Axiotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
52	Congonhas, rua	H	Fitotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 5
53	Cotia, travessa	H	Zootopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	travessa 34
54	D'Artagnan, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
55	Daré, travessa	H	Antropotopônimo	Centro do bairro	Decreto 561	20/11/1962		via pública
56	Dea Fongaro, rua	H	Antropotopônimo	jardim Fada	Lei 1015	28/12/1961	1952	Oficialização
57	Dourados, rua	H	Cromotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 9
59	Doutor Carlos de Campos, avenida	H	Axiotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1957	Oficialização
60	Doutor Fausto Ribeiro de Carvalho, rua	H	Axiotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 2131	17/11/1969	1964	ruas 2 e 13
61	Doutor Gabriel Nicolau, rua	H	Axiotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 2131	17/11/1969	1964	ruas 3 e 12
62	Doutor Rudge Ramos, avenida	H	Axiotopônimo	Parte central do bairro				avenida dos Meninos (lei 37, 1948). Esta
58	Doutor Rudge Ramos, rua	H	Axiotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
63	Doutor Washington Luiz, avenida	H	Axiotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015 e Lei	28/12/1961 e 26/03/1965	1947	Oficialização e rua Washington Luiz
64	Duque D' Abruzzo, rua	H	Axiotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
65	Duque D' Aosta, rua	H	Axiotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
66	Elias Severo dos Anjos, rua	H	Antropotopônimo	vila Uras	Decreto 2128	14/11/1969	1968	rua 3
67	Emilio Gianelli, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua B
68	Engenheiro Isac Garcez, rua	H	Axiotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização

69	Engenheiro Luís La Scala Junior, rua	H	Axiotopônimo	vila Mariza			1947	
70	Erina Thomé, rua	H	Antropotopônimo	vila Afonsina			1966	
71	Ernesto Augusto Cleto, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar			1947	
72	Eula Herper Bowdem, rua	H	Antropotopônimo	vila Afonsina	Decreto 1425	30/08/1967	1966	rua Projetada ou rua 2
73	Felício Brook, rua	H	Antropotopônimo	vila Império	Decreto 4928	04/08/1976	1951	rua Um
74	Fernão de Magalhães, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar			1947	
75	Fernão Dias Paes Leme, rua	H	Antropotopônimo	parque Santo Antonio	475	25/04/1962	1952	rua F
76	Filomena Bitolo, rua	H	Antropotopônimo	vila Santa Filomena			1953	
77	Formosa, rua	H	Animotopônimo	vila Franca			Anterior	
78	Francisca Pedroso de Toledo, rua	H	Antropotopônimo	Vila Mariza			1947	
79	Francisco Simon Peres, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar			1947	
80	Gabriel D'Anunzio, rua	H	Antropotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
81	Gama, rua	H	Historiotopônimo	parque São Pedro			1952	
82	Gasparini, rua	H	Antropotopônimo	vila Gasparini	Lei 1015	28/12/1961	1974	Oficialização
83	General Craveiro Lopes, rua	H	Axiotopônimo	vila Afonsina			1966	
84	Gheorghe Precupeanu, rua	H	Antropotopônimo	Parte central do bairro				
85	Guanabara, rua	H	Geomorfotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 40
86	Guilherme de Almeida, rua	H	Antropotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 2131	17/11/1969	1964	ruas 4 e 11
87	Gustavo Silvio Togneri, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar			1947	
88	Hamilton Formigoni Rocha, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro			1952	
89	Harmonia, rua	H	Animotopônimo	vila Franca			Anterior	
90	Helena Jacquey, rua	H	Antropotopônimo	vila Helena	Lei 697 e Lei 2572	23/09/1958 e 06/02/1984	1953	Oficialização
91	Higienópolis, rua	H	Animotopônimo	vila Normandia	Decreto 1219	20/10/1966	Década de 1960	Oficialização
92	Hilda, rua	H	Antropotopônimo	jardim Fada	Lei 1015	28/12/1961	1952	Oficialização

93	Ida Leoni Cleto, rua	H	Antropotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 2032	03/07/1969	1964	ruas 1 e 15
94	Iguape, rua	H	Geomorfotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua C
95	Império, rua	H	Historiotopônimo	vila Império	Lei 1015	28/12/1961	1951	Oficialização
96	Indaiatuba, rua	H	Fitotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 30
97	Ipiranga, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 39
98	Irineu Ferreira da Silva, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro	Decreto 877	05/02/1965	1952	rua Alfa
99	Itaguassu, rua	H	Litotopônimo	vila Vivaldi	Decreto 1219	20/10/1966	1950	Avenida Itaguassu
100	Itaim, rua	H	Litotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 37
101	Ítalo Abraão Salotti Bizela, rua	H	Antropotopônimo	jardim Orlandina			1964	
10	Itápolis, rua	H	Litotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 46
103	Itatiaia, rua	H	Geomorfotopônimo	vila Caminho do Mar			1947	
104	Itauna, rua	H	Litotopônimo	vila Vivaldi	531	30/11/1956	1950	rua 24
106	Jacquey, rua	H	Antropotopônimo	vila Helena	Lei 697 e Lei 2572	23/09/1958 e 06/02/1984	1953	Oficialização
105	Jair Fongaro, rua	H	Antropotopônimo	jardim Fada	Lei 1015	28/12/1961	1952	Oficialização
107	Jerson Barbosa, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 4469	08/01/1997	1947	rua Sem Nome
108	João de Barros, rua	H	Antropotopônimo	vila Afonsina			1966	
109	João de Campos, rua	H	Antropotopônimo	vila Afonsina			1966	
110	João Meneguel, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro			1952	
111	Joaquim Osório Duque Estrada, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto 2904	12/04/1972	1947	rua Dois
112	Jorge Rosa, rua	H	Antropotopônimo	vila Vivaldi	Decreto 5205	20/10/1976	1950	rua Sem Nome
113	José Anibal Colleoni, rua	H	Antropotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 2053	30/07/1969	1964	rua 14
114	José de Oliveira, rua	H	Antropotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 2024	24/06/1969	1964	rua 6
115	José Erdeg, rua	H	Antropotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 1941	12/03/1969	1964	rua 17
116	José Farina, rua	H	Antropotopônimo	vila Dourados	Decreto 563	21/11/1962	1959	rua 3

117	José Ferrareto, rua	H	Antropotopônimo	vila Mariza	Decreto 2685	29/09/1971	1947	travessa 21
118	José Giannotti, rua	H	Antropotopônimo	vila Uras	Decreto 2128	14/11/1969	1968	rua 2
119	José Mori, rua	H	Antropotopônimo	C.R. Iracema	Decreto 4972	12/08/1976	1972	rua C
120	José Pessoni, rua	H	Antropotopônimo	vila Afonsina			1966	
121	Julia Bisognini, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua D
122	Julio Tomé, rua	H	Antropotopônimo	vila Angelina	Lei 1015	28/12/1961	1956	Oficialização
123	Juquiá, rua	H	Ergotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 6
124	Laurindo Adamo, rua	H	Antropotopônimo	vila Angelina	Lei 3162	14/09/1988	1956	via Sem Nome
125	Lauro Gomes, avenida	H	Antropotopônimo	Diversos locais	Decreto 11734	16/05/1994		
126	Leão XIII, rua	H	Antropotopônimo	parque Santo Antônio	Lei 605	19/11/1957	1952	rua B
127	Leoni Angeli, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Antuérpia			1973	
128	Lídia Tomé, rua	H	Antropotopônimo	vila Angelina	Decreto 1642	05/06/1968	1956	rua Lídia
129	Lídia, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
130	Londrina, rua	H	Corotopônimo	vila Helena	Lei 697 e Lei 1462	23/09/1958 e 05/12/1966	1953	Oficialização
131	Luiz Tamagnini, rua	H	Antropotopônimo	vila Mariza	Decreto 5170	18/10/1976	1947	rua Sem Nome
132	Madeira, rua	H	Fitotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 45
133	Manuel Dutra de Moraes, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto 4750	08/03/1973	1947	rua A
134	Marabá, rua	H	Etnotopônimo	vila Helena	Lei 697 e Lei 2572	23/09/1958 e 06/02/1984	1953	Oficialização
135	Marco Ângelo Bisoginini, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua C
136	Marechal Badoglio, rua	H	Axiotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
137	Marginal, rua	H	Cardinotopônimo	vila Santa Filomena			1953	
138	Maria Alves Lorenzoni, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Iracema			1972	
139	Maria da Penha, rua	H	Antropotopônimo	vila Franca	Lei 1015	28/12/1961	Anterior	Oficialização
140	Maria José, rua	H	Antropotopônimo	vila Antonieta	Decreto 7741	06/09/1984	Entre 1930 e 1950	Oficialização

141	Martini, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro			1952	
142	Masa Shiito, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro			1952	
143	Maurício Jacquey, rua	H	Antropotopônimo	vila Helena	Lei 697	23/09/1958	1953	Oficialização
144	Meninos, rua dos	H	Historiotopônimo	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	rua 44
145	Mercedes, rua das	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
146	Metropolitano, anel viário ou Lion's, avenida	H	Historiotopônimo	Diversos	Decreto 566	26/11/1962		avenida Príncipe Humberto
147	Ministro Osvaldo Aranha,	H	Axiotopônimo	vila Franca			Anterior	
148	Nelson Patrizzi, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Iracema	Decreto 2845	18/01/1972	1972	Lei 5638 trata do prolongamento
149	Nicolas Mateo, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro	Decreto 5529	04/04/1977	1952	rua A
150	Noel Rosa, rua	H	Antropotopônimo	vila Normandia	Decreto 4339	25/06/1975	Década de 1960	rua São José
151	Ouro Fino, rua	H	Litotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 47
152	Palmares, rua dos	H	Historiotopônimo	jardim Orlandina	Decreto 4937	09/08/1976	1964	rua Nove
153	Paraguai, rua	H	Zootopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 28
154	Paraibuna, travessa	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	travessa 7
155	Paranapanema, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 18
156	Paris, rua	H	Corotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto 4600	24/11/1975	1947	rua Particular
157	Paulo Cunha, rua	H	Antropotopônimo	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	rua da Divisa
158	Paulo Di Favari, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Decreto 465	23/03/1962	1947	
159	Paulo Nagima, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro			1952	
160	Pedro Bitolo, rua	H	Antropotopônimo	vila Santa Filomena	Decreto 638	26/04/1963	1953	rua Particular
161	Pedro Chaves, rua	H	Antropotopônimo	parque Santo Antônio	Decreto 4955	12/08/1976	1952	rua G
162	Piagentini, rua	H	Antropotopônimo	Parte central	Decreto 454	15/02/1962		rua Sem Denominação
163	Pio X, rua	H	Antropotopônimo	Parque Santo Antônio	Lei 635	17/04/1958	1952	via pública C
164	Pio XII, rua	H	Antropotopônimo	parque Santo Antônio	Lei 606	19/11/1957	1952	rua A

165	Piracicaba, rua	H	Geomorfotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 21
166	Pirapitingui, rua	H	Zootopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 23
167	Planalto, rua	H	Geomorfotopônimo	vila Santa Filomena	Lei 1015	28/12/1961	1953	Oficialização
168	Presidente Arthur Bernardes, rua	H	Axiotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1292 e Lei	26/03/1965 e 28/12/1961	1947	rua Presidente Arthur Bernardes
169	Quatá, travessa	H	Zootopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	travessa 33
170	Quatorze de Julho, rua	H	Historiotopônimo	vila Franca	Lei 1015	28/12/1961	Anterior	Oficialização
171	Quinze de Setembro, rua	H	Historiotopônimo	vila Mariza	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
172	Raphael Tomé, rua	H	Antropotopônimo	Parte central do bairro	Lei 629	31/03/1958		Oficialização
173	Raposo Tavares, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro	475	25/04/1962	1952	rua 4
174	Reginata Ducca, rua	H	Antropotopônimo	vila Franca	Decreto 2226	07/04/1970	Anterior	rua Projetada A
175	Rei Vitório Emanuel, rua	H	Axiotopônimo	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
176	Represa, rua da	H	Hidrotopônimo	vila Jaú	Lei 2056	08/10/1973	Anterior	rua Leone Angelí
177	Ribeira, rua	H	Geomorfotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 4
178	Ribeirão Bonito, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 26
179	Rinópolis, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 33
180	Rio Feio, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 42
181	Rio Negro, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 25
182	Rio Preto, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua E
183	Rio Verde, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 7
184	Rio, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 8
185	Rioji Noda, rua	H	Antropotopônimo	parque São Pedro	Decreto 3087	02/08/1972	1952	passagem Particular
186	Roberto Parisi, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 3319	26/04/1989	1947	rua Sem Nome
187	Rosa Rosalem Daré, rua	H	Antropotopônimo	vila Gasparini	Decreto 3843	13/05/1974	1974	rua Projetada A, também conhecida
188	Ruy Capretz, rua	H	Antropotopônimo	vila Uras	Decreto 2128	14/11/1969	1968	rua 1

189	Saldanha da Gama, travessa	H	Antropotopônimo	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	travessa A
190	San Martin, rua	H	Hagiotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
191	Santa Madalena, rua	H	Hagiotopônimo	vila Madalena	Lei 1015	28/12/1961		Oficialização
192	Santo Inácio, rua	H	Hagiotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 22
193	São Francisco, rua	H	Hagiotopônimo	vila Madalena	Decreto 7741	06/09/1984		Oficialização
194	São João Batista, avenida	H	Hagiotopônimo	Parte central do bairro	Lei 629	31/03/1958		Oficialização
195	São Lourenço, rua	H	Hagiotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 34
196	São Silvestre, rua	H	Hagiotopônimo	vila Franca	Decreto 4702	27/01/1976	Anterior	rua Projetada ou rua Particular
197	São Simão, rua	H	Hagiotopônimo	vila Camargo	Lei 917	28/02/1961	1949	rua 5-A
198	Sapucaí, rua	H	Fitotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 15
199	Senador Cesar Vergueiro, rua	H	Axiotopônimo	vila América	Lei 637	17/04/1958	1952	rua 1
200	Sete de Setembro, rua	H	Historiotopônimo	vila Mariza	Decreto 3759	21/01/1974	1947	Via assim já conhecida
201	Silvia Andreoni Traversa, rua	H	Antropotopônimo	conjunto residencial Iracema	Decreto 3491	30/03/1973	1972	rua B
202	Taboão, avenida do	H	Fitotopônimo					
203	Takichi Takai, rua	H	Antropotopônimo	vila Caminho do Mar			1947	
204	Tamanduateí, rua	H	Zootopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 36
205	Tibiriçá, rua	H	Litotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 41
206	Tietê, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua A
207	Transmissão, rua da	H	Ergotopônimo	vila Vivaldi	Decreto 1219	20/10/1966	1950	Oficialização
208	Tremembé, rua	H	Etnotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 27
209	Três Mosqueteiros, rua	H	Numerotopônimo	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
210	Uberaba, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 10
211	Ume, rua	H	Fitotopônimo	vila Camargo	Decreto 2055	01/08/1969	1949	Oficialização

212	Uruguai, rua	H	Hidrotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 20
213	Urupês, travessa	H	Ergotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	travessa 9
214	Valentim Bitolo, rua	H	Antropotopônimo	vila Gasparini	Lei 1015	28/12/1961	1974	Oficialização
215	Vasco da Gama, travessa	H	Antropotopônimo	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	travessa B
216	Vielas	H	Hodotopônimo	vila Caminho do Mar			1947	
217	Vila-Lobos, rua	H	Antropotopônimo	parque Santo Antônio	Decreto 475	25/04/1962	1952	rua E
218	Vitória Régia, rua	H	Fitotopônimo	vila Gasparini			1974	
219	Vivaldi, avenida	H	Antropotopônimo	vila Vivaldi	1219	20/10/1966	1950	rua D, ruas 1 e 15
220	Votorantim, rua	H	Geomorfotopônimo	vila Vivaldi	Lei 531	30/11/1956	1950	rua 43
221	Winston Churchill, avenida	H	Antropotopônimo	Diversos locais	Decreto 925	31/03/1965		avenida Atlântica

Tabela 12 – Taxionomias Toponímicas – Ruas, Travessas e Avenidas

Taxionomia	Natureza	Quantidade	Percentual
Astrotopônimos	Física	00	0,00%
Cardinotopônimos	Física	01	0,45%
Cromotopônimos	Física	01	0,45%
Dimensiotopônimos	Física	00	0,00%
Fitotopônimos	Física	09	4,07%
Geomorfotopônimos	Física	07	3,17%
Hidrotopônimos	Física	15	6,79%
Litotopônimos	Física	07	3,17%
Meteorotopônimos	Física	00	0,00%
Morfotopônimos	Física	00	0,00%
Zootopônimos	Física	05	2,26%
Animotopônimos	Antropo-Cultural	03	1,36%
Antropotopônimos	Antropo-Cultural	109	49,32%
Axiotopônimos	Antropo-Cultural	22	9,95%
Corotopônimos	Antropo-Cultural	07	3,17%
Cronotopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Ecotopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Ergotopônimos	Antropo-Cultural	04	1,81%
Etnotopônimos	Antropo-Cultural	02	0,90%
Dirrematopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Hierotopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Hagiotopônimos	Antropo-Cultural	08	3,62%
Mitotopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Historiotopônimos	Antropo-Cultural	19	8,60%
Hodotopônimos	Antropo-Cultural	01	0,45%
Numerotopônimos	Antropo-Cultural	01	0,45%
Poliotopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Sociotopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Somatopônimos	Antropo-Cultural	00	0,00%
Total de Topônimos		221	100,00%

Gráfico 9 – Percentual de Topônimos por Taxionomia – Ruas, Travessas e Avenidas **Gráfico 10** – Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Ruas, Travessas e Avenidas

Além dos antropotopônimos que totalizam 109 nomes (49,32%), é possível observar que existe uma grande quantidade de topônimos que se reportam a elementos provenientes de uma NAC (176 topônimos = 79,64%), sendo os de NF poucos (45 topônimos = 20,36%).

5.7.1 As Ruas, Avenidas e Travessas – Nomes de Natureza Física

Embora sejam poucos, os nomes de NF revelam informações úteis. Primeiramente, revelam nomes indígenas fora do ambiente motivador, como já estudado em capítulo anterior. Além disso, alguns nomes mostram aspectos regionais. Em alguns casos, há nomes, não indígenas, desvinculados do local.

Todos os 5 zootopônimos são exemplos de nomes fora do ambiente motivador: *rua Paraguai*, *rua Pirapitingui*, *travessa Quatá*, *rua Tamanduateí* e *travessa Cotia*, nomes transplantados e sem relação com animais da região.

Com relação ao cromotopônimo, nota-se que é um nome que ocorre na rua e na vila. Trata-se do nome da *rua Dourados*, que também aparece na *vila Dourados*. Fato interessante acerca desse nome é que a rua localiza-se na *vila Vivaldi*, que é de 1950, mas a *vila Dourados* é de 1959. A rua, por sua vez, é de 1956, cujo nome foi atribuído pela lei municipal nº 531, de 30 de novembro.

Entre os 9 fitotopônimos, 5 são indígenas e desvinculados do ambiente motivador (*rua Aguapés*, *rua Sapucaí*, *rua Cabreúva*, *rua Congonhas* e *rua Indaiatuba*), um deles se refere ao hidrônimo *rio Madeira* (*rua Madeira*), outro a uma planta de origem japonesa (*rua Ume*), um a uma planta nacional (*rua Vitória Régia*) e um deles, o mais importante em se tratando de aspectos regionais, refere-se a um curso d'água da região. A *avenida do Taboão* tem esse

nome por causa do *ribeirão Taboão*. Primitivamente, o local se chamava *estrada do Taboão* e, por isso, é possível afirmar que é um nome espontâneo, regional, que apareceu em virtude do uso por aqueles que no local viviam.

O caso dos 7 geomorfotopônimos (*rua Itatiaia, rua Piracicaba, rua Planalto, rua Ribeira, rua Votorantim, rua Guanabara, rua Iguape*) é bastante parecido com o que ocorreu com os fitotopônimos. Embora *Planalto* e *Ribeira* não sejam de origem indígena, nenhum aspecto geográfico garante os nomes como sendo originais da região. Eles são, como os indígenas, transplantados de outra região para o bairro.

No caso dos 15 hidrotopônimos, muito do exposto nos demais de NF também ocorre. Alguns são indígenas transplantados, como *travessa Paraibuna, rua Paranapanema, rua Tietê, rua Uberaba, rua Uruguai*; outros, por aparecerem em local próximo aos anteriores, embora sejam topônimos da língua portuguesa, são também transplantados, como *rua Ribeirão Bonito, rua Rinópolis, rua Rio Feio, rua Rio Negro, rua Rio Verde, rua Rio* e *rua Cachoeira*. A essa regra, por ser o único que não está na *vila Vivaldi*, foge o topônimo *rua da Represa*, localizado na *vila Jaú*, a mais antiga de *Rudge Ramos*. Ao que tudo indica esta rua recebe esse nome porque se tratava de uma antiga ligação entre o bairro de *Rudge Ramos* e a chácara de *Lauro Gomes*. Nesta chácara, conforme vários relatos da época, existia uma represa, muito visitada e apreciada. Esta rua foi aberta perto de 1930, por *Leoni Angeli*, loteador da *vila Jaú*.

São 7 os litotopônimos presentes no bairro, sendo que 6 referem-se a nomes indígenas transplantados: *rua Itápolis* (no caso híbrido), *rua Itaim, rua Itauna, rua Tibiriçá, rua Itaguassu* e *travessa Arapuá*. O único que não é indígena é *rua Ouro Fino*, alusão ao metal inexistente no local.

Com base no exposto, os topônimos de NF, além de serem minoria, são quase todos desvinculados do ambiente motivador.

5.7.2 As Ruas, Avenidas e Travessas – Nomes de Natureza Antropo-Cultural

Dentre os nomes vinculados a topônimos de NAC, há 3 animotopônimos (*rua Formosa*, *rua Harmonia* e *rua Higienópolis*), presentes em duas localidades. Os primeiros, na *vila Franca* e sem nenhum documento municipal (lei ou decreto) atribuindo-lhes os nomes, fato que leva a considerar que são nomes presentes na localidade desde a criação do loteamento, ou seja, nomes dados pelo loteador, já presentes na planta da vila. O último está presente na *vila Normandia* e o nome foi oficializado, devido provavelmente ao uso local por conta da presença na planta da vila, em 20 de outubro de 1966 através do decreto nº 1219. O documento apresenta os seguintes dizeres: “rua Higienópolis: situada na vila Normândia, bairro de Rudge Ramos, zona urbana do Distrito da Sede, com início na avenida São João Baptista e término na divisa norte do loteamento.”

Dentre os 7 corotopônimos (*rua Londrina*, *rua Paris*, *rua Amapá*, *rua Antuérpia*, *rua Assahi*, *rua Brasil* e *rua Brasília*), há algumas particularidades. Quanto ao topônimo *rua Assahi*, de origem japonesa, é interessante ressaltar que embora haja imigrantes desta nacionalidade na cidade, eles ocuparam outros bairros, o que deixa este nome, oficializado através do decreto nº 2055, de 1º de agosto de 1969, fora do contexto cultural da região. Dentre os demais nomes, a *rua Antuérpia* mostra uma característica toponímica que é a translação do nome, ou seja, localizada no *conjunto residencial Antuérpia*, o logradouro tomou o nome da localidade em que ele está inserido. No entanto, como não há referência oficial da denominação ou registros que mostrem a nomeação espontânea, tudo leva a crer que o nome já vem assim desde a criação do conjunto residencial. O topônimo *rua Londrina*

recebeu este nome através da lei municipal nº 697, de 23 de setembro de 1958, que diz “ficam declaradas oficiais as vias públicas constantes da relação abaixo, conservada a sua denominação tradicional, todas localizadas na vila Helena, bairro de Rudge Ramos, neste Município [...] rua Londrina – Inicia-se no córrego Guapiú e termina no limite da vila Helena, abrangendo o trecho de rua das vilas Normandia e Indianópolis, conhecida por rua Santa Terezinha.” Depois disso, a lei municipal nº 1462, de 5 de dezembro de 1966, altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 697, pois diz que a rua Londrina tem início no córrego Guapiú e termina na rua Afonsina. Com relação aos dizeres da lei que oficializou o nome, a falta de um motivo aparente que revele realmente a denominação tradicional da rua, como sendo um nome espontâneo do lugar, leva a crer que era um nome presente na planta do loteamento, mas sem denominação oficial da Prefeitura e, por ter caído no gosto dos que nela viviam, permaneceu sem alterações.

Também é de caráter de oficialização a denominação da *rua Brasil*, visto que o decreto nº 1219, de 20 de outubro de 1966, torna oficial a denominação: “rua Brasil: situada na zona urbana do Distrito da Sede, com início na rua Afonsina e término na rua Itaúna, servindo às vilas Antonieta e Vivaldi, no bairro de Rudge Ramos.”

Essa oficialização de denominação aparentemente igual à da planta do loteamento não ocorre com o topônimo *rua Amapá*, pois a lei municipal nº 1228, de 26 de junho de 1964, é clara ao dizer que “fica denominada rua Amapá a atual rua A.” Isso também ocorre com a *rua Paris*, cujo nome é dado pelo decreto nº 4600, de 24 de novembro de 1975, que denomina via pública e diz que “este nome vem em substituição ao nome rua particular do conjunto residencial de propriedade de João Artacho Jurado”.

Pouco comum na região em estudo são os topônimos realmente relativos às características físicas da região. Alguns dos que existiam foram substituídos. Um olhar mais detido ao topônimo *rua Brasília* revela isso, visto que a lei municipal nº 607, de 19 de

novembro de 1957, diz que a “rua Marginal passa a denominar-se rua Brasília”. Ora, a localização da atual *rua Brasília* mostra que o uso de *rua Marginal* estava de acordo com as particularidades físicas da localidade, pois é paralela ao *ribeirão dos Meninos*.

Conforme já visto em outra seção, os nomes de origem indígena, como ocorre a 3 dos 4 ergotopônimos (*rua Juquiá*, *rua da Transmissão*, *travessa Urupês* e *rua Caxambu*), são denominações de caráter oficial e reflexos de um modismo. Os nomes *Urupês* e *Juquiá* estão na *vila Vivaldi* e são nomeados pelo mesmo decreto que dá nome a quase todos os sintagmas de origem indígena do bairro. *Caxambu* está na *vila Helena*, próximo à *rua Amapá* e *Marabá*, o que já mostra um modismo. Com relação ao outro topônimo, o decreto nº 1219, de 20 de outubro de 1966, que torna oficial a denominação, confirma o nome como um designativo descritivo, tal como o nome anterior da *rua Brasília*. O decreto diz: “rua da Transmissão: situada na vila Vivaldi, bairro de Rudge Ramos, zona urbana do Distrito da Sede, com início na rua Uberaba e término na rua Itaúna, é paralela à Linha de Transmissão da São Paulo Light S/A.” Neste caso, a linha de transmissão foi determinante para a escolha do nome da rua.

Com relação aos 2 etnotopônimos (*rua Marabá* e *rua Tremembé*), ambos de origem indígena com motivações desvinculadas ao local em que estão no bairro, cabe dizer que a *rua Marabá* está na *vila Helena*, confirmando o modismo apontado no parágrafo anterior e a *rua Tremembé* na *vila Vivaldi*. Dessa forma, é perfeitamente possível inferir que os etnotopônimos presentes na região em nada mostram características étnicas locais.

Sobre os 8 hagiopônimos (*rua San Martin*, *rua Santa Madalena*, *rua Santo Inácio*, *rua São Francisco*, *avenida São João Batista*, *rua São Lourenço*, *rua São Silvestre* e *rua São Simão*), um deles merece atenção especial: *avenida São João Batista*. A lei municipal nº 629, de 31 de março de 1958, diz que fica declarada oficial a via pública, conservada a sua denominação tradicional. Essa denominação tradicional revela aspectos históricos do bairro, visto que a avenida liga a cidade de São Caetano do Sul ao centro de Rudge Ramos, local em

que, em sua área central, existe a igreja construída em louvor a São João Batista, que faz parte da história da região, até porque “as igrejas e conventos continuam a ocupar a mesma evidência de sempre, no plano urbanístico, inclusive as que foram demolidas” (DICK, 1996, p. 313). Essa evidência está bem presente na localidade e é possível perceber isso através de um exame da nomenclatura que está ao redor da igreja. Além da *avenida São João Batista*, há a *praça São João Batista*, em alguns registros *largo de São João Batista*, o *largo da Capela*, no local ocupado anteriormente pela igreja agora já demolida. Por causa disso, está clara a importância do nome *São João Batista*, pois este designativo sempre esteve e sempre estará presente no bairro, principalmente em sua parte central. Esse fenômeno da translação toponímica deu-se devido a uma expansão natural do topônimo.

A importância do topônimo muitas vezes é refletida em sua expansão natural ao redor do local de origem. Da primitiva capela de São João Batista o nome espalhou-se.

A transcrição nº 31.718, passada em cartório em 20/06/1906, trata de um armazém que se tornou a primeira construção de alvenaria do bairro e que foi vendida pelos Piagentini a Antonio Carletti, com frente para a Estrada do Vergueiro e divisas com o Largo da Capella de São João Baptista da Bela Vista até dar na cerca de arame que dividia com terreno do Tenente Graciano Marotti.

Quanto aos demais hagiotopônimos, a nomeação não obedece nenhuma regra específica. A *rua São Silvestre* recebe este nome através do decreto nº 4702, de 27 de janeiro de 1976 e o nome substituiu a “conhecida como rua Projetada ou rua Particular, situada no bairro de Rudge Ramos, com início na avenida Caminho do Mar e término na avenida Ministro Oswaldo Aranha”. A justificativa para a nomeação é, segundo o mesmo decreto, “a necessidade de se denominar oficialmente a via aberta em terrenos de propriedade de Anselmo Vessoni, visando facilitar aos munícipes a identificação do local.”. A mesma substituição de um nome ocorre com o topônimo *rua São Simão*, pois a lei municipal nº 917,

de 28 de fevereiro de 1961, diz que “fica denominada de rua São Simão a rua 5-A, que tem início na rua Brasil, em Rudge Ramos”.

A mesma substituição ocorre com as ruas *São Lourenço* e *Santo Inácio*, visto que a lei municipal nº 531, de 30 de novembro de 1956, que dispõe sobre denominação de vias públicas diz que as vias públicas situadas em vila Vivaldi, bairro de Rudge Ramos, até agora denominadas por letras alfabéticas e números arábicos, passam a ter a seguinte denominação: “[...]16ª: Rua 22 passa a denominar-se rua Santo Inácio [...] 26ª: Rua 34 passa a denominar-se rua São Lourenço [...]”

Em alguns momentos, o documento da Prefeitura trata apenas da oficialização, conduzindo assim à noção de que o nome já estava no local desde o início do loteamento. Isso ocorre com a *rua San Martin*, pois a lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo, diz que “fica declarada oficial a denominação rua San Martin, situada na vila Caminho do Mar, com início na avenida Doutor Washington Luiz e término da estrada Vergueiro”. Esta mesma oficialização se dá com a *rua São Francisco*, só que neste caso o decreto nº 7741, de 6 de dezembro de 1984, data mais recente, dá nome à *rua São Francisco* e vai além, pois justifica o nome “considerando a falta de denominação oficial de vias públicas municipais causa sérios transtornos aos seus moradores, principalmente àqueles que buscam localizar tais endereços.”

Com relação ao topônimo *rua Santa Madalena*, não há nenhuma legislação dando nome à rua ou oficializando a nomeação. Porém, como a citada rua está na *vila Magdalena*, acredita-se que o nome está no local desde a criação do loteamento, sendo esta rua talvez a primeira a ser aberta no local.

Na cidade como um todo há várias vielas. Contudo, no corpus selecionado existe apenas um logradouro desta natureza. Além da única ocorrência, o lugar é nomeado apenas pelo TG, o que denota a falta de importância do caminho ou ausência de necessidade de

nomeá-lo. Este único hodotopônimo é, também, o único caminho não nomeado do bairro.

Sobre o também único numerotopônimo (*rua Três Mosqueteiros*), nome dado ao local pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo “diz que fica declarada oficial a denominação rua 3 Mosqueteiros, situada na vila Caminho do Mar, com início na estrada do Mar e término na rua Dr. Rudge Ramos” é importante salientar que a presença, na mesma parte do bairro, da rua com o nome de *D’Artagnan*, mostra que se trata mais de uma homenagem ao personagem do que uma motivação referente a números.

Dentre os historiotopônimos, os quais totalizam 19, há diferentes logradouros. São eles: *rua 12 de Outubro*, *rua Afonsina*, *rua dos Meninos*, *avenida Lions* (anel viário Metropolitano), *rua dos Palmares*, *rua Quatorze de Julho*, *rua Quinze de Setembro*, *rua 13 de Maio*, *rua Sete de Setembro*, *rua 21 de Abril*, *rua Beta*, *rua 24 de Maio*, *rua 25 de Janeiro*, *rua 25 de Março*, *rua 27 de Abril*, *rua 3 de Dezembro*, *rua Gama*, *rua da Abolição* e *rua Império*.

Nos nomes acima listados, há muitas datas. Às vezes é fácil de identificar a relação com algum fato histórico ou qualquer outra data importante, às vezes não, em virtude de não haver nos documentos da Prefeitura a explicação para escolha do nome. Sobre a *rua 12 de Outubro*, data em que se comemora o dia de Nossa Senhora Aparecida, o nome da rua foi dado pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que “diz que fica declarada oficial a denominação rua 12 de Outubro, situada na vila Franca, com início na estrada do Mar e término na estrada do Vergueiro” e a identificação da homenagem fica clara. Essa facilidade ocorre com o topônimo *rua 13 de Maio*, nome dado também pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que “diz que fica declarada oficial a denominação rua 13 de Maio, situada na vila Mariza, com início na estrada Vergueiro e término na rua 24 de Maio”, referente à data em que foi assinada a Lei Áurea.

A mesma facilidade de referência ao momento histórico ocorre com o topônimo *rua Sete de Setembro*, nítida relação com a Independência do Brasil. A rua recebeu o nome através do decreto nº 3759, de 21 de janeiro de 1974, que “diz que é oficializada a denominação da rua Sete de Setembro para a via assim já conhecida do loteamento denominado vila Mariza, zona urbana do Distrito da sede, com início na rua Quinze de Agosto e término na rua Treze de Maio”.

Com o topônimo *rua 21 de Abril*, uma alusão histórica a Tiradentes, também nomeado pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que “diz que fica declarada oficial a denominação rua 21 de Abril, situada na vila Mariza, com início em uma rua Projetada conhecida no local como XV de Agosto e término na rua 13 de Maio”, o que ocorre é um pouco diferente, visto que há, na lei, uma referência ao nome anterior “rua Projetada”, mas o que é mais interessante para a toponímia é a parte grifada que diz “conhecida também no local como XV de Agosto”.

Com os topônimos *rua 24 de Maio*, *rua Quatorze de Julho*, *rua Quinze de Setembro*, *rua 25 de Janeiro*, *rua 25 de Março*, *rua 27 de Abril* e *rua 3 de Dezembro*, todos nomeados pela lei nº 1015, que deu nome a quase todos os historiotopônimos anteriores, a alusão histórica a que as datas se referem já não é tão clara. Há, nestes casos, mais de uma opção e isso realmente dificulta a obtenção de uma resposta acerca de qual foi a real intenção do denominador.

O historiotopônimo *rua da Abolição* recebeu este nome pelo decreto nº 4937, de 9 de agosto de 1976, que diz que “dá nome de rua da Abolição à rua Oito”. Este decreto diz ainda que “a rua da Abolição começa na rua Guilherme de Almeida e termina no ribeirão dos Meninos (avenida Lauro Gomes)”. A justificativa para a nomeação da rua é a mesma de diversos decretos, sobre “a necessidade de se denominar oficialmente as vias públicas identificadas por números em plantas do jardim Orlandina, zona urbana do Distrito da Sede”.

A filiação semântica do nome à taxionomia escolhida se justifica pelo fato histórico ocorrido. Contudo, o topônimo *rua dos Palmares* pode gerar dúvidas entre historiotopônimo, como sendo uma alusão ao Zumbi dos Palmares, e fitotopônimo, se a alusão for à planta. O que sana a dúvida é o fato de que o nome é dado através do mesmo decreto que deu nome à *rua da Abolição*. O documento diz que “dá nome de rua dos Palmares à rua Nove. A rua dos Palmares começa na rua Guilherme de Almeida e termina no ribeirão dos Meninos (avenida Lauro Gomes)”.

A *rua Afonsina*, que devido a sua importância poderia muito bem ser denominada *avenida Afonsina*, recebeu o nome através da lei municipal nº 629, de 31 de março de 1958. Esta “diz que fica declarada oficial a via pública, conservada a sua denominação oficial. Rua Afonsina: iniciando na estrada do Vergueiro e terminando na divisa com o município de Santo André”. A conservação da denominação oficial deve-se ao fato de ser esta rua uma entre muitas outras que já aparecia quando da abertura do loteamento. Além disso, o nome da rua trasladou-se e passou para o nome da vila que surgiu ao lado da rua, no caso *vila Afonsina*, que é de 1966.

Há um nome que modernamente ganhou importância na região. Trata-se do topônimo *anel Viário Metropolitano* ou, melhor dizendo, *avenida Lions*, visto que esta avenida é que se transformou no corredor. Porém, antes de ser o nome a este caminho atribuído como *Lions*, era o caminho denominado *avenida Príncipe Humberto*, por interferência do modismo de axiotopônimos presente na *vila Mussolini*, por onde passa parte da avenida. Foi o decreto nº 566, de 26 de novembro de 1962, que “diz que passa a denominar-se avenida Lion’s a atual avenida Príncipe Humberto, com início na avenida Piratininga e término do km 15 da via Anchieta, no bairro de Rudge Ramos” que renomeou o local. O documento da Prefeitura ainda busca justificar a troca do nome, com os seguintes dizeres:

Considerando que é o Lion’s Club um dos agrupamentos sociais que mais condignamente representa este município.

Considerando que em muito tem usufruído os munícipes de São Bernardo do Campo com as admiráveis campanhas incitadas pelo Lion's Club.
 Considerando que o espírito que norteia as atividades deste club é digno de nossa admiração.
 Considerando que é por demais justa as homenagens que pelo presente decreto prestamos a tão magnífica plêiade de homens.

De mais difícil relação histórica são os topônimos *rua Beta* e *rua Gama*, que ao lado da já renomeada *rua Alfa*, formam um núcleo de três ruas próximas com a mesma motivação nas letras do alfabeto grego. São estes topônimos classificados como historiotopônimos em virtude da necessidade de conhecimento da evolução do pensamento humano e da importância da cultura grega, dos fatos históricos ocorridos na antiguidade, para assim usar o alfabeto como nome de um determinado local.

De forma oposta ao que ocorreu com a *rua Afonsina*, logradouro que passou seu nome para a vila que surgiu posteriormente, foi o que aconteceu com o topônimo *rua Império*. Este recebeu o nome pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo, e que “diz que fica declarada oficial a denominação rua Império, situada na vila Império, com início na estrada Vergueiro e término no ribeirão dos Meninos”. De certa forma, a alusão ao Império torna o topônimo claramente motivado pelo fato histórico. A única coisa que não pode ser esquecida é que, conforme exposto sobre a *vila Império*, esta recebeu o nome em virtude do nome da empresa que loteou o local. Mesmo assim, a rua recebeu o nome por causa da vila, e não o oposto, como o caso da *rua Afonsina*.

Em uma perspectiva que levasse em conta os registros dos nomes e não exclusivamente como eles são hoje, a quantidade de 22 axiotopônimos seria maior, certamente em virtude dos nomes já comentados em seção anterior referentes aos núcleos toponímicos, em que foram citados os nomes *avenida Conde Francisco Matarazzo*, *avenida Comendador Pugliesi* e *avenida Príncipe Humberto*, esta também comentada há pouco.

Dentre os axiotopônimos, em virtude da maior incidência na *vila Mussolini*, que

nitidamente é uma alusão a Benito Mussolini, há alguns, que além de apresentarem em seu sintagma léxico referente a algum título, mostram uma relação com a Itália, país que teve muitos de seus filhos homenageados em topônimos da região. Um desses é o topônimo *rua Marechal Badógllo*, nome dado pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961. Esta lei diz que “fica declarada oficial a denominação rua Marechal Badógllo, situada na vila Mussolini, com início na estrada do Mar e término na rua Comendador Pugliesi”. Trata-se do Marechal Pietro Badógllo, nascido em 1871 e falecido em 1956. Ele também foi Primeiro Ministro da Itália de 1943 a 1944. Além disso, o Marechal Badógllo também foi embaixador no Brasil. A rua está na vila Mussolini, nome dado em homenagem a Benito Mussolini, que além de seu compatriota estava no governo italiano na mesma época que Badógllo e partilhavam dos mesmos ideais.

Outro topônimo é a *rua Rei Vitório Emanuel*, nome dado pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo e que “diz que fica declarada oficial a denominação rua Rei Vitório Emanuel, situada na vila Mussolini, com início na estrada do Mar e término na via Anchieta”. Vale lembrar que este rei é contemporâneo ao Benito Mussolini.

O regime fascista também marca outro nome da *vila Mussolini*, o topônimo *rua Comendador Rodolfo Crespi*, dado pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo e que diz “que fica declarada oficial a denominação rua Comendador Rodolfo Crespi, situada na vila Mussolini, com início na rua Duque D’Abruzzo e término na divisa do loteamento”.

Acerca do topônimo *rua Comendador Pinotti Gamba*, a alusão à Itália aparece bem nítida no trecho a seguir:

Os imigrantes italianos sempre tiveram uma forte ligação com o empreendedorismo, e isso fez deles os grandes protagonistas do nascimento da indústria paulistana. Entre os vários exemplos de indústrias que tiveram à frente italianos, estão os Grandes

Moinhos Gamba, cujo fundador, Egidio Pinotti Gamba, é considerado um dos mais importantes industriais italianos que prosperaram no Brasil e tiveram destaque no cenário industrial de São Paulo, especialmente nos bairros do Brás e da Mooca.

Com apenas 10 anos de idade, Gamba embarcou rumo ao Brasil e desde então já começava a dar seus primeiros passos no comércio local que naquela época estava só começando. Reconhecidamente um visionário, entra para a indústria e passa a se dedicar de forma expressiva. A produção oriunda de suas fábricas e anexos mostrava-se sempre entre as melhores do país, com destaque especial para a moagem de trigo, a fabricação de óleos vegetais e sabão, refinaria de açúcar e sal, polimento de arroz, além da produção de tecidos de lã e algodão.

Foi ele o responsável pela construção de um dos maiores moinhos de trigo, localizado no bairro da Mooca. Participou das fundações do Banco Francês e Italiano para a América do Sul e ainda um dos responsáveis pela criação da Câmara de Comércio Italiana. Na medicina, tem seu nome ligado ao Hospital Humberto I e ao Instituto Médico Dante Alighieri. Juntamente com outros imigrantes italianos, auxiliou as vítimas do terremoto que abalou as regiões da Sicília, Calábria e Abruzzo. Durante a Primeira Guerra Mundial, em meio ao fervor patriótico, a Casa Gamba contribuiu com o Comitê Pró-Pátria, Cruz Vermelha, além do trabalho assistencial com os mutilados de guerra. (moinhoseventos.com.br/histórico.pdf – acesso em out. 2008)

O nome *Comendador Pinotti Gamba* foi dado pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que diz que “fica declarada oficial a denominação rua Comendador Pinotti Gamba, situada na vila Mussolini, com início na rua Comendador Pugliesi e término na rua Duque D’Aosta”. Além dessa lei, há referência à rua em mais dois documentos: o decreto nº 5870, de 2 de maio de 1978, “que oficializa denominação de rua, dizendo que passa a denominar-se rua Comendador Pugliesi a via assim grafada em plantas da vila Mussolini, iniciando na rua Duque D’Aosta e terminando na avenida Lions” e o decreto nº 6552, de 21 de julho de 1980, que “estende o nome da rua ao trecho localizado entre o término da rua Comendador Pinotti Gamba e a rua Duque D’Abruzzo. Este nome substitui a denominação rua Comendador Pugliesi”. Dessa forma, a rua Comendador Pinotti Gamba passa a ter início na rua Duque D’Aosta e a ter final da rua Duque D’Abruzzo.

A rua *Conde Siciliano* é outro exemplo de nome de origem italiana na região. A lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, diz que “fica declarada oficial a denominação rua Conde Siciliano, situada na vila Mussolini, com início na rua Comendador Pugliesi e término na rua Duque D’Aosta.”

Outros nomes dados através da mesma lei municipal nº 1015 são: *rua Duque D’Aosta* e *rua Duque D’Abruzzo*, ambas referentes a italianos, não menos importantes que os demais

já comentados.

Além dos que se referem a personalidades da Itália, há alguns que são mais locais, como a *avenida Ministro Osvaldo Aranha*, *avenida Presidente Arthur Bernardes* (antes apenas *rua Presidente Arthur Bernardes*), *rua Senador César Vergueiro*, *rua Cacique Tibiriçá*, *avenida Doutor Washington Luiz* (antes *rua Washington Luiz*), *avenida Doutor Carlos de Campos*, *rua Engenheiro Isac Garcez*, *rua Engenheiro Luis La Scala Junior* e *General Craveiro Lopes*.

Em alguns casos o motivo da escolha do homenageado é bem clara, como o caso da *rua Almirante Barroso*, nome dado pelo decreto nº 519, de 16 de agosto de 1962, o qual diz “que passa a denominar-se rua Almirante Barroso a atual rua 1 da vila Dourados, com início no prolongamento da avenida Vivaldi e término na praça de retorno da mesma vila”, que além de dar o nome ao local justifica a escolha, pois no documento está escrito:

Considerando que o cultuamento de nossos heróis não só justifica pela homenagem a eles prestada, como também para o aumento do espírito cívico de nossa gente.
Considerando que a figura do Almirante Barroso tão exaltada pelas nossas Forças Armadas, principalmente pela Marinha de Guerra do Brasil, deve ser também venerada pelos civis.
Considerando que seus feitos passados serviram, servem e servirão de exemplo às gerações brasileiras.
Em regozijo a tão ilustre patricio, sentimo-nos na obrigação de além de cultuar sua memória, denominar uma rua de nosso Município com o nome de Almirante Barroso.

A referência local pode específica ao bairro, como o caso do topônimo *avenida Bispo César Darcoso Filho*, nome dado face à realidade de Rudge Ramos, local que há muito tempo conta com a Universidade Metodista. Há dois documentos que dão nome ao lugar. O decreto nº 1426, de 30 de agosto de 1967, diz “que passa a denominar-se avenida Bispo César Darcoso Filho a avenida marginal ao córrego Guapiú, com início na avenida Doutor Rudge Ramos e término na rua Valentin Bítolo” e o decreto nº 2836, de 12 de janeiro de 1972, que “estende o nome da avenida Bispo César Dacorso Filho ao prolongamento da via marginal ao córrego Guapiú, entre a rua Valentim Bitolo e Rua Jair Fongaro. Tratava-se de um prolongamento ainda não denominado oficialmente”. O decreto de 1967 ainda justifica o

nome: “considerando que o Bispo Emérito César Dacorso Filho, falecido em 15 de fevereiro de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, foi o primeiro bispo metodista brasileiro e que sua vida foi toda dedicada ao trabalho pastoral e ao episcopado.”

Às vezes, o nome é referente a uma personalidade local, mas não exatamente do bairro. Isso ocorre com o topônimo *rua Doutor Gabriel Nicolau*, nome dado pelo decreto nº 2131, de 17 de novembro de 1969, o qual diz “que passam a denominar-se rua Doutor Gabriel Nicolau as atuais ruas 3 e 12 do jardim Orlandina, bairro Rudge Ramos, zona urbana do Distrito da Sede, com início na avenida Lauro Gomes e término na divisa deste loteamento com a vila Vivaldi”. Este documento traz ainda a justificativa para o uso do nome, “considerando que o Doutor Gabriel Nicolau, por seus dotes morais, culturais e de coração, conseguiu granjear a simpatia e a admiração de todo povo sambernardense, havendo desempenhado funções de importância na vida pública de nossa cidade.” Ocorre ainda com o topônimo *rua Doutor Fausto Ribeiro de Carvalho*, nome dado pelo decreto nº 2131, de 17 de novembro de 1969, o qual diz “que passam a denominar-se rua Doutor Fausto Ribeiro de Carvalho as atuais ruas 2 e 13 do jardim Orlandina, bairro de Rudge Ramos, zona urbana do Distrito da Sede, com início na rua Carlos da Silva e término na rua José Erdeg.”, “considerando que o Doutor Fausto Ribeiro de Carvalho, por suas qualidades inatas de bom profissional, tendo feito da Medicina um verdadeiro sacerdócio, o que lhe valeu a estima de todos os que com ele conviveram.”

O mais emblemático de todos os homenageados presentes nos axiotopônimos é seguramente *Rudge Ramos*, nome presente em dois topônimos (*rua Doutor Rudge Ramos* e *avenida Doutor Rudge Ramos*), além é claro do próprio nome do bairro. No que concerne aos detalhes acerca dessa personalidade, não convém colocá-los agora, pois muito já se escreveu a seu respeito nos capítulos anteriores.

5.7.3 Os Antropotopônimos

Muito presentes na região, os antropotopônimos, em sua grande maioria, certamente vinculam-se aos recentes loteamentos, visto serem estes “uma forte tendência na nomenclatura geográfica”.(DICK, 1996, p. 377). A mesma tendência apontada por Dick na verificação da motivação toponímica dos nomes das cidades do Estado de São Paulo, ao apontar que 101 dos 572 municípios tinham sua classificação toponímica como antropotopônimo, ocorre com relação aos logradouros do bairro de Rudge Ramos. De acordo com a tabela 11 e os gráficos 9 e 10, dos 221 topônimos relativos às ruas, travessas e avenidas de Rudge Ramos, 109 são antropotopônimos. Além dos que constam na tabela mencionada, existem ainda os já citados que dão nome às praças e às vilas.

Mesmo recentes, muitos nomes já são opacos, e, por isso, “o alto grau de fossilização ou petrificação de seu sentido primitivo justificaria, assim, por si só, o interesse do estudo antroponímico [...]” (DICK, 1990, p. 285). Esta opacidade, em muitos momentos, é gerada pelo desconhecimento que se tem acerca de quem foi a pessoa que está homenageada no logradouro. Muitas vezes, a falta de documentação e o distanciamento temporal impossibilitam a descoberta.

Os loteamentos necessitam de nomeação e, por isso, devido à tendência apontada, as homenagens são constantes. Embora possa parecer, as homenagens não são aleatórias. Algumas podem até parecer, como o fato de homenagear *Noel Rosa*, colocando este nome no lugar de um nome espontâneo da região. Em contrapartida, muitas delas não o são, pois em inúmeros momentos as pessoas do bairro recebem homenagem, em especial os imigrantes italianos, cujos detalhes aparecerão na seção posterior. Disso é possível concluir que os

antropotopônimos de Rudge Ramos são de alcance local e de alcance geral.

Dos 109 antropotopônimos, há alguns que são homenagens a personalidades, como o citado *Noel Rosa*, bem como a pessoas que viveram no bairro e nele vivenciaram transformações, como o caso de *Maurício Jacquey*. Diante dessa variada possibilidade de análise, em um primeiro momento serão comentados alguns topônimos referentes a homenagens de pessoas alheias ao local e, em seguida, de pessoas locais, agentes da história do bairro e da cidade. No caso das homenagens aos que são do bairro ou da cidade, há uma separação, a fim de que se fique evidenciada a participação italiana no processo de crescimento do bairro, refletida na tendência toponímica de prestar homenagens a esses imigrantes.

5.7.4 Os Antropotopônimos de Homenagens Externas

Nem sempre há no local em que o nome é usado antropônimos que projetem agentes que efetivamente estiveram presentes no local em que se encontra o topônimo. Isso é bastante comum na toponímia, visto que políticos, escritores e seus personagens, personalidades do mundo das artes, entre outros, sempre emprestaram seus designativos pessoais aos mais diversos locais. Essas homenagens externas ocorrem com alguns dos antropotopônimos listados.

O topônimo *rua Cândido Portinari*, nome dado à rua em homenagem ao famoso pintor Cândido Torquato Portinari, é um exemplo de personalidade do mundo das artes. Outro topônimo relativo ao mundo das artes, mais especificamente à música, é o citado *rua Noel Rosa*, cujo nome é dado pelo decreto nº 4339, de 25 de junho de 1975, “considerando que é

uma honra para o nosso Município homenagear o emérito compositor Noel Rosa, por seus inestimáveis préstimos à música popular de nossa terra.”. Além dele, há uma homenagem a Heitor Vila-Lobos, no topônimo *rua Vila-Lobos* e uma homenagem a Antônio Lúcio Vivaldi no topônimo *avenida Vivaldi*.

A música está também presente no nome *rua Joaquim Osório Duque Estrada*, nome dado ao local pelo decreto nº 2904, de 12 de abril de 1972, que justifica a escolha

Considerando que JOAQUIM OSÓRIO DUQUE ESTRADA, nascido em 1870, e falecido em 1909, professor, jornalista, poeta, membro da Academia Brasileira de Letras, imortalizou nossa terra e nossa gente ao escrever o poema que é hoje nosso Hino Nacional.

Considerando que o insigne mestre, com seu poeta, deu sobretudo uma lição de exaltação e amor à Pátria-Mãe, externando o orgulho e o carinho que seus filhos sentem por nascerem em terra tão pródiga.

Considerando que é uma honra para o Município homenagear aqueles que em vida dignificaram a Nação.

Há, também, homenagens a ilustres figuras históricas, como na *rua Fernão de Magalhães* e na *rua Fernão Dias Paes Leme*, este último uma homenagem ao bandeirante paulista. Além desses, há a homenagem ao navegador na *travessa Vasco da Gama*, ao bandeirante Antonio Raposo Tavares na *rua Raposo Tavares* e ao político na *avenida Winston Churchill*, nome dado pelo decreto nº 925, de 31 de março de 1965, que faz questão de deixar claro os motivos da nomeação:

Considerando que Sir Winston Spencer Leonard Churchill, incontestavelmente, foi figura de marcante relevo nos destinos do mundo, principalmente quando se destacou com sua colaboração decisiva para a vitória final das forças aliadas durante a II guerra mundial, ao lado dos mais ilustres soldados, assim é que a todos empolgava com sua personalidade e vontade férrea.

Considerando que seria suficiente citar uma das suas famosas expressões, tal como “nunca nos renderemos” para comprovar a fibra inigualável do grande líder do mundo livre.

Considerando que o nome apontado é de homem que revelou virtudes de excepcional significação, e cuja personalidade, vida e obra são suficientemente conhecidas por todos.

Considerando que é dever do Município, cumprido com prazer, perpetuar a memória dos grandes vultos que se destacaram quando sua justeza é indiscutível.

Em alguns momentos, a homenagem recai sobre personagens da literatura, como o nome *rua D’Artagnan*, nome francês de um dos personagens do romance *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas (pai). Mas não só o personagem pode ser homenageado,

às vezes é o escritor, como no caso da *rua Guilherme de Almeida*, nome dado pelo decreto nº 2121, de 17 de novembro de 1969, que ainda explica o motivo da escolha do nome “considerando que Guilherme de Almeida, o Príncipe dos Poetas Brasileiros, sobressaiu-se no cenário cultural de nosso país, tendo muito contribuído para a elevação de nossa literatura, no concerto mundial.”

O topônimo *rua Carneiro Leão* é uma homenagem ao educador brasileiro. As ruas *Pio X*, *Pio XII*, *Leão XIII* estão entre as que se referem a personalidades de fora. Em determinados momentos, sabe-se que os nomes não se relacionam com o local em que estão inseridos, mas a real motivação do denominador, devido ao tempo passado e a falta de documento justificando o ato de nomear faz com que a descoberta do homenageado e da razão não seja possível. Isso ocorre nos topônimos *rua Saldanha da Gama* porque não se sabe exatamente qual Saldanha da Gama. Com as ruas *Maria José*, *Maria da Penha*, *Paulo Cunha*, *das Mercedes*, *Lídia* e *Aura* há o decreto ou a lei da Prefeitura, mas não há referência aos homenageados. Com a *rua Auta de Souza*, não há referência à homenageada, tampouco existe documento nomeando o lugar, o mesmo ocorrendo com as ruas *João de Barros*, *João de Campos*, *Gheorghe Precupeanu*, *Francisco Simon Peres*, *Francisca Pedroso de Toledo*, *Clóvis Joly de Lima*, *Antero da Silva Correia* e *Carmem Rodrigues Dias*.

Não é o caso do topônimo *rua Rioji Noda*, cuja homenagem é ao escritor japonês, conforme comprova o decreto nº 3087, de 2 de agosto de 1972:

Considerando que Rioji Noda, recentemente falecido em sua terra natal, o Japão, pela admiração por nossa pátria, enquanto aqui permaneceu, como funcionário da Embaixada Japonesa, divulgou brilhantemente nossas coisas, através de inúmeras obras literárias publicadas em seu país.

Considerando que, motivados pelos conhecimentos adquiridos com a leitura dessas obras, inúmeros japoneses transferiram-se para o Brasil, passando a contribuir com o seu trabalho para o nosso desenvolvimento.

Considerando que é uma honra para o Município homenagear aqueles que em vida foram úteis à Nação.

Outros orientais são homenageados nas ruas *Masa Shiito*, *Takishi Takai* e *Paulo Nagima*, aparentemente nomes sem relação com a história local.

A *rua Pedro Chaves* é nomeada pelo decreto nº 4955, de 12 de agosto de 1976, “considerando que é uma honra para o Município homenagear personalidades ilustres da nossa história, que se notabilizaram pelo amor e dedicação à Pátria e são exemplos perenes para o nosso povo”.

5.7.5 Os Antropotopônimos de Homenagens Locais

A falta de valorização da cultura local, ou relativa ao bairro ou ao município, é percebida na toponímia. Nos nomes de alcance maior, como os da seção anterior, muitas vezes a relação antropotopônimo e homenageado está transparente, ou não tão opaca. Em contrapartida, nos nomes de alcance local, cuja motivação é de caráter regional, muitos permanecem opacos.

Em alguns momentos, os nomes dados são de simples moradores; em outros, os nomes são de personalidade políticas, das artes, etc. Dentre os moradores, alguns são dignos de nota. O topônimo *rua Adriano Monteiro da Silva*, nome dado pelo decreto nº 4409, de 13 de agosto de 1975, apresenta as seguintes considerações para escolha do nome:

Considerando que Adriano Monteiro da Silva, imigrante português nascido em 27 de setembro de 1897 e falecido em 28 de dezembro de 1972 prestou relevantes serviços a nossa cidade, onde se radicou em 1928.
Considerando que é dever do Município prestar homenagem àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o seu progresso.

A relação entre o homenageado e o bairro fica clara com a observação da lei nº 996, de 7 de dezembro de 1961. Este documento mostra que Adriano Monteiro da Silva era proprietário de terras e as doou para a Prefeitura na vila Afonsina.

Sobre a *rua Antonio Simões*, não há muitas informações acerca do homenageado. O que se sabe é que situações de violência envolvem a pessoa e sua esposa. Esta, que era caseira

da chácara de Lauro Gomes, foi morta pelo amante. Já Antônio Simões foi morto na *estrada do Vergueiro* com uma garrafada. Estes crimes ocorreram nos anos de 1950.

A *rua Clemente José da Silva* recebeu este pelo decreto nº 587, de 19 de dezembro de 1962, bem como pelo decreto nº 636, de 24 de abril de 1964, “considerando que Clemente José da Silva era um homem público admirado não só pela coletividade de São Caetano do Sul, onde estava radicado, mas também pelo povo de São Bernardo do Campo” e “considerando que o progresso da vila Vivaldi muito deveu ao esforço deste trabalhador incansável.”

Outro nome importante de Rudge Ramos é o que está no topônimo *rua Carlos da Silva*. Trata-se de uma homenagem a Carlito, casado com Ângela Tereza Lorenzoni da Silva. Deve-se muito a ele, segundo apontam, a mudança do nome do bairro de *Meninos* para *Rudge Ramos*. Em matéria escrita por Antonio Mendes de Oliveira e publicada em 31 de março de 1957 no jornal “A Vanguarda”, que curiosamente coloca um detalhe de com o antigo Guapiú, depois bairro dos Meninos, ou Vila de São João da Bela Vista passou a denominar-se Rudge Ramos:

[...] o que aliás pouca gente sabe, é que a denominação de Rudge Ramos se deve exclusivamente a esse infernal estradeiro e companheiro de todas as horas, fato este ocorrido, lembramo-nos bem, ainda na administração de Wallace Simonsen.

Carlito era fiel companheiro do Dr. Rudge Ramos e, por isso, prossegue o jornal:

Carlito não perdeu tempo, ‘pegou o pão na unha’ e, diretamente, sem mais rodeios, apresentou seu pedido ao sr. Simonsen, quase que em caráter de intimação, da denominação de Rudge Ramos para esse bairro, hoje quase um município e já às vésperas de outros e variados movimentos cívico-políticos.

A *rua Alfeu Tavares* homenageia Alfeu Tavares dos Santos, casado com Arminda Rosa Tavares e pai de Dona Olga, como era conhecida Olga Tavares dos Santos Gasparini. A lei municipal nº 651, de 9/5/1958, diz que “fica denominada rua Alfeu Tavares a via pública, sob nº 2, localizada em vila América, no bairro de Rudge Ramos”.

A mesma consideração, mas agora pelo que fez muito pela cidade é justificativa para o nome *rua Elias Severo dos Anjos*, designativo dado pelo decreto nº 2128, de 14 de novembro de 1969, que o dá “considerando que Ruy Capretz, José Giannotti e Elias Severo dos Anjos conseguiram granjear a simpatia de todos que com eles conviveram” e “considerando que é dever do Município perpetuar a memória das pessoas que lhe foram gratas.”

A *rua Ernesto Augusto Cleto* é uma homenagem àquele que foi vereador e vice-prefeito de São Bernardo do Campo. Como vereador, ele exerceu a Presidência da Câmara entre os anos de 1955 e 1956. Foi em 1956 que ele foi eleito vice-prefeito de Aldino Pinotti. Em 1964, Ernesto voltou ao poder legislativo e lá ficou até seu falecimento, em 8 de dezembro de 1968.

A *rua Eula Herper Bowden* é uma homenagem atribuída pelo decreto nº 1425, de 30 de agosto de 1967, que diz “que passa a denominar-se rua Eula Herper Bowden a atual rua Projetada em terreno de propriedade de Acácio Feliciano, com início na rua Brasil e término na rua Clemente José da Silva, abrangendo o leito da rua 2 da vila Afonsina.” Esta homenagem é justificada pelo decreto

Considerando que a Missionária Eula Herper Bowden, norte-americana, radicada no Brasil desde 1919, inicialmente no Estado de Minas Gerais, onde muito fez pela formação do povo brasileiro, fundando entidades assistenciais, dirigindo outras, orientando jovens na doutrina e na fé cristãs, exerceu ainda a presidência de Sociedades Locais da Federação das Senhoras, cargo em cujo exercício se transferiu para São Bernardo do Campo; em nossa terra, continuando sua obra em prol do próximo, foi professora de inglês e de matérias religiosas na Faculdade de teologia; faleceu em 19 de março de 1956, deixando muitos amigos e fruto vivo de seu incontestável trabalho, a perpetuar seu nome na memória de muitos bernardenses.

Sobre a *rua Ida Leoni Cleto*, o nome é dado pelo decreto nº 2032, de 03 de julho de 1960, o qual diz “que passa a denominar-se rua Ida Leoni Cleto as atuais ruas 1 e 15 do jardim Orlandina, com início na avenida Lauro Gomes e término na divisa do loteamento com a vila Dourados”. Este documento homenageia a pessoa “considerando que Ida Leoni Cleto após os vinte anos de idade passou a residir neste Município, onde desenvolveu grande atividade no campo da assistência social.”

A *rua Irineu Ferreira dos Santos* é nomeada pelo decreto nº 877, de 4 de fevereiro de 1964, dá o nome de “Irineu Ferreira da Silva à rua Alfa, com início na rua Duque D’Abruzzo e término no limite da Vila Popular”. Este documento é o que se relaciona com as citadas ruas *Beta* e *Gama*, comentadas anteriormente. O decreto traz as seguintes justificativas:

Considerando que Irineu Ferreira da Silva foi vereador por duas legislaturas e marcou sua presença na Egrégia Câmara Municipal, principalmente na defesa dos interesses dos menos favorecidos.

Considerando que esteve sempre ao lado de Lauro Gomes em suas campanhas políticas e cuja administração no Município sempre apoiou.

Considerando que o vereador Irineu Ferreira da Silva foi um líder do PTB local e era conhecido como o amigo de todas as horas, e merecendo por conseguinte que sua memória seja perpetuada.

A questão política está na nomeação da *rua Jerson Barbosa*, não pelo motivo de Jerson ter sido político, mas sim pelo fato de ter servido aos interesses da municipalidade. A lei nº 4469, de 8 de janeiro de 1997, traz a biografia do homenageado:

Jerson Barbosa nasceu em Ipauçu (SP), no dia vinte e três de janeiro de mil novecentos e trinta e sete, filho de Juvenal Barbosa e de Rosa de Campos.

Jerson Barbosa mais tarde veio a residir em São Bernardo do Campo onde exerceu advocacia.

Foi casado com a Sra. Inês Ribeiro Barbosa com quem teve três filhos: Gilson, Flávio e Ivan.

Hoje, a este colegiado só resta deixar uma homenagem a este homem que serviu a municipalidade, pois, exerceu diversas atividades na prefeitura, inclusive prestou serviços junto ao gabinete do Prefeito em 1982.

As pessoas que com ele conviveram perderam um ser humano sincero e sempre pronto a colaborar.

Sem dúvida sua lembrança fica guardado nos corações daqueles que tiveram a honra de tê-lo como amigo.

Jerson Barbosa partiu desta vida no dia dez de setembro de mil novecentos e noventa e cinco. Entretanto, sua lembrança servirá de alimento no transcorrer da vida de seus familiares e amigos.

A *rua Manuel Dutra de Moraes* é uma homenagem a Manuel Dutra de Oliveira Moraes e o nome é dado pelo decreto nº 4750, de 8 de março de 1976, que diz “que passa a denominar-se rua Manuel Dutra de Moraes, a atual rua “A” do conjunto residencial Natália, com início na área livre desse conjunto e término na rua Paulo Di Favari, abrangendo o balão de retorno, grafado como praça ‘A’” e o faz

Considerando que Manuel Dutra de Oliveira Moraes, nascido a 6 de maio de 1896, no Estado de Minas Gerais, e falecido a 20 de janeiro de 1974, em São Bernardo do Campo, contribuiu de forma singular para o desenvolvimento célere de nossa Cidade.

Considerando que é uma justa homenagem por parte no Município, reconhecer publicamente aqueles que contribuíram para o seu progresso.

No topônimo *rua Nicolas Mateo*, as considerações para uso do nome são as seguintes:

Considerando que Nicolas Benedito Mateo, nascido a 2 de junho de 1889, em Palomar de Arroyo, Teruel, Espanha, e falecido a 13 de julho de 1972, em São Bernardo do Campo, desde que aqui chegou, na qualidade de imigrante, sempre se destacou por sua honestidade e seu espírito comunitário.

Considerando que sua presença em nossa terra foi marcada pela retidão de comportamento com que, aliás, sempre se conduziu.

Considerando o dever do Município de tributar homenagem à sua memória.

A *rua Jorge Rosa* recebe este nome pelo decreto nº 5205, de 20 de outubro de 1976,

Considerando que Jorge Rosa, nascido a 13 de janeiro de 1900, em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, e falecido a 24 de junho de 1976, em São Bernardo do Campo, destacou-se por seus dotes musicais, como professor de música e primeiro saxofonista da Bahia, à época do chorinho.

Considerando que é uma honra para o Município homenagear a memória daqueles que, em vida, contribuíram para elevar o nome de nossa música popular.

A música está presente também na nomeação da *rua José Farina*, que foi nomeada pelo decreto nº 563, de 21 de novembro de 1962,

Considerando que José Farina pertence a uma das famílias mais antigas e tradicionais de São Bernardo do Campo.

Considerando que a cultura musical deste Município teve em José Farina um de seus maiores batalhadores.

Considerando que o homenageado foi um dos membros fundadores da Corporação Musical Carlos Gomes.

Já a *rua José de Oliveira* tem relação com o Lions Club, pois o decreto nº 2024, de 24 de junho de 1964, dá o nome à rua

Considerando que José de Oliveira exerceu o cargo de Juiz de Casamento, neste Município, sempre com dedicação e entusiasmo.

Considerando que o homenageado era sócio do Lions Clube local, onde se destacou pelos amplos serviços prestados no campo da assistência social, granjeando a amizade e a simpatia da população sambenardense.

Considerando que é dever do Município homenagear as pessoas que contribuíram para o seu engrandecimento.

A *rua José Erdeg*, por sua vez, recebe o nome através do decreto nº 1941, de 12 de março de 1969,

Considerando que José Erdeg, iugoslavo de nascimento, conseguiu granjear a simpatia de todos aqueles que com ele conviveram, tornando-se figura das mais conhecidas, mormente em Rudge Ramos.

Considerando que o ilustre cidadão foi um dos pioneiros de vila Vivaldi, tendo se notabilizado por seus atos de humanidade, em prol dos necessitados.

Considerando ainda que é dever do Município reverenciar a memória daqueles que lhe foram pessoas gratas.

Quanto à *rua Silvia Andreoni Traversa*, o nome é dado pelo decreto nº 3491, de 30 de

maio de 1973, sendo a justificativa pautada na relevância da pessoa para a cidade. O decreto é feito

Considerando que Silvia Andreoni Traversa, nascida na Argentina, em 16 de janeiro de 1907, e falecida no dia 15 de outubro de 1972, prestou relevantes serviços a São Bernardo do Campo, muito contribuindo para o seu desenvolvimento.
Considerando que é uma honra para o Município prestar homenagem àqueles que lhe foram úteis.

Há outros nomes que são muito importantes para a localidade, pois são de famílias tradicionais da região porque a ocupam desde o tempo do bairro dos Meninos. Dois exemplos disso são as ruas *André Capretz Filho* e *Ruy Capretz*, esta última inclusive com decreto nomenando-a e dando conta de que o motivo é o de perpetuar a memória daqueles que foram importantes para a cidade. Rui Capretz, que dá nome a uma das ruas, foi proprietário do primeiro depósito de materiais para construção do bairro.

A rua *Roberto Parisi* recebe este nome mais recentemente, em 1989, pela lei nº 3319, a qual conta com a biografia do homenageado:

O Sr. Roberto Parisi nasceu em São Paulo, Capital, no dia 06 de maio de 1939. Era filho do Sr. Alexandre Parisi e de Dona Maria Ana Pozza Parisi. Seu pai exerceu a atividade de mestre de obras de várias construtoras e atualmente, com 70 anos de idade, encontra-se aposentado e vivendo no bairro do Ipiranga, São Paulo.

Roberto Parisi passou a infância no bairro do Ipiranga onde ajudou a construir, junto com o pai, a casa onde moravam. Infância pobre e difícil, jogou futebol amador; trabalhou como engraxate e em parques de diversões. Cursou com dificuldade financeira o curso técnico de contabilidade no Colégio São Carlos. Trabalhou na indústria de relógios Rod Bel.

Casou-se no dia 09 de julho de 1960 com a Sra. Dina Silva Parisi, com a qual teve os seguintes filhos: Ivone Maria Parisi, 27 anos, psicóloga e casada com Afonso Cardoni, funcionário da Revendedora GM Mesbla, Marcos Parisi, 25 anos, publicitário produtor de cinema e eventos, Valmir Parisi, 23 anos, analista de suporte da Edisa – fabricante de computadores.

Em 1960, no dia 28 de outubro, passou a trabalhar na Volkswagen do Brasil, ali permanecendo até o dia 28 de janeiro de 1988, quando veio a falecer, exercendo a função de Gerente de Cálculos de Custos.

Depois de casado e com três filhos, cursou a Faculdade de Ciências Contábeis Paes de Barros e Administração de Empresas na Faculdade São Judas Tadeu, demonstrando, assim, sua capacidade, esforço e luta.

Mudou-se para São Bernardo do Campo em 1973, onde começou a exercer atividades com a comunidade. Foi Diretor Tesoureiro, por duas gestões, do Volkswagen Clube, onde lutou, principalmente, pelo investimento no esporte infantil.

Foi, também, Tesoureiro da Executiva do Grupo Escoteiro Caoquira, passando, depois, para a executiva da 49º Distrito de São Bernardo do Campo, onde ajudou na construção de sua sede própria, até mesmo trabalhando como pedreiro após o trabalho e aos finais de semana.

O Sr. Roberto Parisi chegou à Presidência do Lions Clube do Riacho Grande, onde, ao lado de sua esposa, procurava arrumar recursos para a comunidade carente, ao invés de se preocupar com jantares e eventos à vista da sociedade.

Exerceu, ainda, o cargo de Diretor Tesoureiro da Aldeia SOS Riacho Grande e Cartões SOS, preocupando-se sempre com o bem-estar e educação não paternalista das crianças e adolescentes, sob a responsabilidade da Aldeia SOS.

Uma grande figura política de São Bernardo do Campo é homenageada em diversos locais da cidade. Lauro Gomes de Almeida, ex-prefeito de São Bernardo, além de nomear escolas, dá nome a uma avenida local, a *avenida Lauro Gomes*. De acordo com o *Sumário de Dados* (2009, p. 31-32),

Lauro Gomes de Almeida, natural de Rochedo, Estado de Minas Gerais, nasceu a 27 de fevereiro de 1895, filho de Sebastião Gomes de Almeida e Olímpia Gomes de Almeida. Viveu em Três Corações – MG, fez seus estudos primários em sua terra natal e, posteriormente, no Seminário de Mariana. Transferindo-se para São Paulo, cursou os ginásios do Carmo e Macedo Soares.

Foi diretor do Frigorífico Wilson do Brasil S. A, onde entrou como operário, tendo ascendido posteriormente à chefia do departamento legal. Casou-se com Lavínia Rudge Ramos, filha única de Orlandina Rudge Ramos e Arthur Rudge Ramos, o homem que, de 1913 a 1920, reformou o Caminho do Mar, transformando-o na primeira estrada pavimentada para automóveis da América do Sul.

Em 1951, enquanto estava na Europa, candidatou-se a prefeito através de procuração, tendo iniciado a campanha efetivamente só pouco tempo antes da eleição. Mesmo assim, venceu o pleito, derrotando Edmundo Delta, que tinha o apoio de sua irmã, a ex-prefeita e então deputada Tereza Delta.

Sua primeira administração coincidiu com a intensificação do processo de industrialização do município e foi marcada tanto por realizações (instalação do novo posto de puericultura e de novos grupos escolares, pavimentação de muitas das principais vias da cidade, construção da atual praça Lauro Gomes e do Parque Municipal do Estoril) como também pelo expressivo aumento da arrecadação municipal, impulsionado pela forte alteração nos valores venais e locativos dos imóveis no lançamento dos impostos municipais.

Em 1954, por expressiva votação, Lauro foi eleito deputado federal por São Paulo, mas só assumiu o cargo em 1955, após se afastar da prefeitura.

Foi novamente escolhido prefeito de São Bernardo nas eleições de 1959, tendo tomado posse em 1º de janeiro de 1960, para mandato que terminou em 31 de dezembro de 1963. Seu vice era Hygino Baptista de Lima.

Foi nesse período que se desenhou o primeiro plano diretor da cidade, desenvolvido pela equipe liderada pelo urbanista Flávio Villaça. A execução do plano só terminaria nas administrações subsequentes. Outra ação relevante foi a intervenção de Lauro Gomes junto ao governo estadual e federal para liberação de verbas para a construção da Escola Técnica Industrial (atualmente conhecida por ETE Lauro Gomes), objetivo que ele vinha perseguindo desde seu primeiro mandato como prefeito.

Eleito deputado estadual em outubro de 1962, não tomou, visto que preferiu concluir o mandato em São Bernardo. No ano seguinte, disputou as eleições para a prefeitura de Santo André. Venceu o pleito, tendo assumindo o mandato em 1º de janeiro de 1964 e permanecido pouco tempo: Lauro faleceu em 20 de maio daquele ano, vitimado por problemas cardíacos.

Curioso, acerca do lugar hoje denominado *avenida Lauro Gomes*, é o fato de que até pouco tempo não havia no local uma avenida bem projetada. Vários trechos deste caminho eram de terra e geralmente as condições para trânsito eram precárias. O mais interessante, contudo, é o fato da localização geográfica da via, sempre ao lado do *ribeirão dos Meninos*,

sendo, assim, parte do caminho muito tempo conhecido popularmente como *avenida Beira Rio*.

Em alguns casos, é inferida a homenagem à personalidade local, porém a falta de informações acerca do homenageado dificulta a verificação. É o caso do topônimo *rua Aurélia Salazar Jorge*, cuja justificativa para nomeação é a consideração “que é uma honra para o Município homenagear personalidades que se notabilizaram em vida por atividades realizadas em prol do seu progresso e engrandecimento.”

Em outros momentos, a homenagem é a uma pessoa importante, como no caso da *rua Anchieta*, mas nitidamente o que ocorre é uma translação toponímica de um nome que está presente há anos na localidade. O antigo Caminho do Mar é a atual *via Anchieta*, guardadas as devidas proporções, e esta rua foi nomeada por conta do nome anterior a ela.

5.7.6 Os Antropotopônimos e o Elemento Histórico: os imigrantes italianos

Entre o final do século XIX e início do XX foi grande o fluxo de imigrantes que vieram ao Brasil. Segundo Hitter (1978, p. 19)

A imigração no Brasil teve início no período colonial. Datam da época de D. João VI as primeiras tentativas de colonização tendo em vista o imigrante. Inicialmente, porém, a imigração era dirigida para os núcleos coloniais em formação. Vários deles foram sendo constituídos no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, estimulados pela política imperial. Nos meados do século XIX, um grupo formado por grandes fazendeiros de São Paulo, entre eles Nicolau de Campos Vergueiro, se debatia pela vinda de imigrantes para a lavoura de café, a qual se expandia cada vez mais e se via ameaçada pela perda da mão-de-obra diante da campanha abolicionista.

O Professor Edevaldo Alves da Silva⁷⁵ (1978, p. XII) diz que “num período de 48 anos (1872-1920), o Brasil recebeu 3.200.000 estrangeiros, segundo Fernando de Azevedo, ao cotejar o 1º Recenseamento e o ano de 1920.”

As origens foram várias, mas no início a preferência eram os italianos, principalmente por causa do catolicismo romano, conforme ensina Pereira (2004, p. 88). Um dos reflexos desta corrente imigratória na toponímia deveu-se ao fato de que a vinda destes para a localidade fez, paulatinamente, com que a economia local melhorasse, face ao advento de mais chácaras, de mais comércios, entre outros e é inconteste o fato de que uma economia consolidada ajuda no aumento dos topônimos.

A questão da imigração italiana interessa no momento, pois uma boa quantidade dos cerca de um milhão e quinhentos mil italianos se estabeleceram na região do Grande ABC, inclusive em Rudge Ramos. Esta imigração, conforme muitos pensam, não começou após a abolição da escravatura, ela simplesmente aumentou muito face à nova necessidade de mão de obra.

De acordo com Teodoro Sampaio (1978, p. 98)

Se de 1873 a 1886 se introduziram no país 304.796 imigrantes, equivalendo a uma média anual de 21.771, em 1887 já esse algarismo anual subia a 54.990 imigrantes, dos quais 34.710 se encaminhavam para S. Paulo. Mas em 1888, quando se decreta a *abolição*, o número de imigrantes introduzidos excede a toda previsão, 131.268, ou mais do dobro do ano antecedente.

Dentre esses imigrantes, os que chegaram a São Paulo, via Porto de Santos, por exemplo, entre 1881 e 1891, contam 330.393, dos quais a maioria era de origem italiana. (id., *ibid.*, p. 99) Destes, cerca da terça parte se localizava nos centros populosos. Isso é importante citar, pois

A imigração, como se vê, não trouxe para S. Paulo tão-somente a salvação da lavoura de café, trouxe-lhe a expansão, a confiança e o progresso; engrandeceu as suas cidades e deu-lhes esse cunho europeu que impressiona sem chocar, porque através do que nos aparece estranho e alienígena, se pressente vigorosa e preponderante a alma nacional, fazendo de tantos elementos, aparentemente discordes, um só todo, o povo brasileiro. (id., *ibid.*, p. 100)

Paolo Angelieri (1978, p. 5), diz que essa imigração italiana ocorreu em períodos distintos, a saber:

Parece, de qualquer maneira, possível salientar cinco períodos principais: o primeiro, ligado à aventura e ao pioneirismo, que vai até o início do século XIX; o segundo, que seguiu ao problema do exílio político, na primeira metade do século XIX; o terceiro, a partir de 1870, que se pode denominar o da grande migração; o quarto, que sucedeu

aos anos vinte deste século, ligado às perseguições fascistas (*êxules anti-fascistas* e, nos anos trinta, perseguidos por motivos raciais); e finalmente, o quinto, estritamente relacionado com o imediato período após-guerra, quando, aproveitando a generosa hospitalidade do Brasil, muitos italianos, comprometidos com o antigo regime fascista, procuraram asilo neste país.

Destes italianos que vieram para o Brasil, nem todos foram para as lavouras de café do interior paulista. “Muitos imigrantes italianos em lugar de se dirigir para as fazendas de café, iam para os núcleos coloniais já existentes ou recentemente criados.” (HUTTER, 1972, p. 103) Houve muitos núcleos e “entre os núcleos bastante desenvolvidos estava o de São Bernardo, habitado por 992 colonos italianos, que era o que maior quantidade de imigrantes continuava a atrair.” (id., *ibid.*, p. 103). Tanto este núcleo colonial, quanto o de São Caetano, que embora menor contava com 334 italianos em 1888 (id., *ibid.*, p. 104), foram importantes para a região. “Os dois núcleos coloniais [...] foram os embriões das atuais cidades industriais existentes naquela região.” (id., *ibid.*, p. 105)

A respeito da imigração italiana em São Bernardo do Campo, segundo Gaiarsa (1991, p. 45)

Os nomes das famílias, que ficaram em S. Bernardo foram as seguintes: Pessoni, Morazzi, Batistini, Daré, de Marchi, Beteghini, Rocco, Bassi, Marcuso, Apolônio, Pessoti. Em seguida, vieram os Coppini, Guazzelli, Martinelli, Zanioli, Raghianti, Ghirardello, di Lucca, Fabri, Furini, Magini, Tiezzi, Cataruzzi, Pelegrini, Bovo, Cozza, Coraccio, Giacherini, Manias, Polesi, Pelizoni, Canever, Mattei, Santinelli, Sbrighi, Bacchi, Girotti, Baldin, Beldassim, Cestari, Bassanello, Galinucci, Orlandini, Ciarleglio, Pascoletti, Pasini, Bolognesi, Mostazo e Rossini.

Angeleri (1978, p. 15) diz que em 1910 havia, em São Paulo, 800.000 italianos. Percebe-se, com isso, uma tendência forte de aumento populacional, que de fato ocorreu em toda a Grande São Paulo a partir do final do século XIX e início do XX.

Como visto na parte histórica desta pesquisa, os italianos em Rudge Ramos foram vários. A lista que há na lápide comemorativa do 100º aniversário do bairro, ocorrido em 1991, menciona as seguintes famílias: Alves, Angeli, Bardusco, Bassoli, Bertholdo, Bitolo, Bordin, Carletti, Carneiro, Costa, Daré, Ducca, Ferreira, Gasparini, Lorenzoni, Magnani, Meneghel, Oliveira, Pedroso, Piagentini, Pierangeli, Silva, Tavares, Thomé, Zechetti.

Conforme já citado, segundo Médici há outras famílias, muitas de italianos, que são residentes antigos de Rudge Ramos:

As famílias mais antigas pesquisadas por Arlindo, que habitam o bairro desde o tempo dos Meninos, são Daré, Bitolo, Ramos, Ferruccio, Fongaro, Leão, Thomé, Bassoli, Dinardi, Zecchetti, Gianotti, Lorenzoni, Magnani, Maranesi, Bocaert (de vila Mussolini), Jacquey, Sperandilli (da avenida Caminho do Mar, cuja chácara será transformada em Centro Recreativo, Esportivo e Cultural pela Prefeitura), Pilon (da rua Represa), Gasparini, Pierangeli, Schlatter (do Bairro Suíço, no bairro Taboão), Pedroso, Custódio, Sargionatto, Patrizzi, Donato, Monteiro, Ortega, Pessoti, Dotto, Pascoto, Segatto, Tanelli, Alves, Pavin, Pavani, Rovai, Campanharo, Capretz (proprietário de loja de ferragens nos anos 60), Leda, Passoni, Palozon, Gomes de Almeida, Rossoni, Romano, Barbagallo, Salot, Marques e Tavares. (apud 100 anos [...], p. 14)

Nem todas as famílias são de origem italiana, mas a maioria certamente é. Além dos nomes já citados quando da análise dos nomes de algumas vilas (*rua Jacquey, rua Helena Jacquey, rua Maurício Jacquey, rua Filomena Bitolo, rua Valentim Bitolo, rua Pedro Bitolo, rua Gasparini, rua Julio Tomé, rua Lúcia Tomé, rua Rafael Tomé, rua Ângela Tomé, rua Ângelo David Thomé e rua Erina Thomé*), há outros logradouros que dizem respeito às famílias presentes na região.

Desses imigrantes italianos e de seus descendentes, muitos permanecem marcados na história por darem nomes a variados logradouros do bairro de Rudge Ramos. Um deles é Agostinho César Bassoli, nome dado pelo decreto nº 517, de 3 de agosto de 1962, que diz “que passa a denomina-se rua Agostinho César Bassoli a atual rua 2 da vila Dourados, em Rudge Ramos, com início no prolongamento da avenida Vivaldi e término na praça do retorno da mesma vila”. Este documento justifica o uso do nome, “considerando que Agostinho César Bassoli foi um dos pioneiros de Rudge Ramos”, “considerando que foi um das figuras mais queridas desde bairro” e “considerando que pertence a uma das famílias mais antigas e tradicionais.”

No ano de 1877, Luigi Bassoli e Perfecta Puga Bassoli chegaram ao Brasil, procedentes da Itália. Instalaram-se em São Bernardo na região onde hoje é conhecido como bairro do Montanhão, divisa com o Cata Preta (Santo André) com os filhos: Tereza, Rosa Elisabeta e Ernesto. No Brasil tiveram mais dois filhos: Maria Paschoa e Agostinho. Toda a família trabalhava como picadores de mato sendo que, Ernesto e Agostinho se definiram mais pelo ofício de carvoeiros produzindo e transportando toda a sua produção para diversos locais como Santo André, Ipiranga (SP) e para o

bairro dos Meninos – hoje Rudge Ramos –, para onde mais tarde mudou-se Agostinho. Ernesto, na mesma época, mudou-se para o centro da cidade.

Agostinho César Bassoli casou-se com Maria Bitolo Bassoli, também de família italiana, e com ela constituiu família na cidade. O problema é que todos os filhos que o casal conseguia ter faleciam prematuramente e eles já estavam preocupados com isso, já que na época um casal deveria ter filhos logo ou o homem ficaria mal falado na sociedade, dado como desqualificado. Em virtude de Agostinho ser analfabeto, sua esposa escreveu uma carta ao papa da época, que em resposta lhes enviou dois nomes: *Jacob Valentino* e *Cristina*, sendo que estes são os nomes dos dois filhos que sobreviveram.

Agostinho César Bassoli faleceu em São Bernardo do Campo, em 1962. (GOMES, 2002, p. 45-49)

Acerca do Antropotopônimo *rua Maria Alves Lorenzoni*, a influência da ocupação local é latente. Médici (1993, p. 448), diz que

Os Lozenzoni tinham colônia exatamente onde está hoje o Instituto Mauá de Tecnologia. Dizia-se que a região – hoje integrada ao Bairro Mauá – era conhecida, no século passado, como Morro Mauá.

Antonio Lorenzoni casou-se, em 26 de junho de 1909, com Maria, filha de Antonio Joaquim e Anna Maria de Oliveira, nascida em 16 de dezembro de 1885 e falecida em 10 de dezembro de 1938. O nome de Maria Alves Lorenzoni é emprestado, hoje, à rua que interliga a avenida Dr. Rudge Ramos à Estrada das Lágrimas, em São Bernardo. Ou seja: uma via que, no presente, faz o papel de um velho caminho de ligação do Bairro dos Meninos com a colônia dos Lorenzoni, no hoje Bairro Mauá. E que no passado era trecho da própria Estrada das Lágrimas.

A rua Alfredo Bechelli é outra homenagem. Segundo Gomes (2002, p. 51-52)

No ano de 1896, os primos Nicola Bechelli e Giovanni Samuelle Bechelli chegaram ao Brasil, provenientes de Chiozza, província de Lucca, Itália. A família de Nicola Bechelli era composta por 13 irmãos (duas mulheres e onze homens) a maioria instalada na região, como é o caso de Achille Bechelli (irmão destes e participante da 1ª Grande Guerra Mundial), de Ribeirão Pires, São Paulo e Elisabeth Bechelli, que se casou com Samuel Sabatini e desenvolveram família em São Bernardo do Campo.

Nicola nasceu em 13/12/1868. Desembarcou primeiramente no Brasil em 1887, retornando depois em 1896 com sua esposa Emília Abrami e aqui tiveram os filhos Primo Américo (1899), Marino (1901) e Giuseppe (1903).

Instalaram-se em Santo André, no final da rua Col. Oliveira Lima onde Nicola montara um Armazém de Secos e Molhados, exatamente no local onde posteriormente se localizou o antigo Cine Tangará, próximo à Estrada de Ferro.

Em meados de 1906, Nicola e mulher retornaram à Itália levando seus três filhos. Giuseppe contava com três anos. Na Itália, Nicola e Emília tiveram mais três filhos: Divo (1906), Alfredo (1911) e Ernesto (1915).

Na iminência da 2ª Guerra Mundial, os filhos de Nicola e Emília transferem-se para o Brasil. Primo Américo, mesmo sendo brasileiro, foi forçado a apresentar-se ao exército italiano antes da viagem.

Deixaram a Itália por volta de 1920 a bordo do navio Princesa Mafalda. Os irmãos chegam ao Brasil, instalando-se inicialmente em São Bernardo no local onde se localiza atualmente o hipermercado Wal Mart, antiga Brasmotor e Brastemp, trabalhando como lenhadores contribuindo para a extração de matéria-prima, às indústrias e meio de transporte.

Em seguida, em Santo André, abrem comércio de chapéus e guarda-chuvas. Passados os anos, os irmãos Marino e Giuseppe, ou José, como a partir de então passava a ser conhecido, abrem outro comércio: Armazém de Secos e Molhados, que prosperou, pois naquela época acontecia a abertura da via Anchieta, havia também uma presença de trabalhadores da construção da represa Billings, e de funcionários da Companhia

Light, bem como de moradores da região que dependiam do abastecimento dessas mercadorias.

Os outros três irmãos também se estabeleceram no Riacho Grande e vieram auxiliar nesse comércio. Foram participantes ativos da comunidade da Capela São João Batista, no bairro do Riacho Grande. Em 1948 vendem o armazém, adquirem terrenos no centro de São Bernardo, dividem-nos em lotes situados entre a rua Rio Branco e a Paulo Kruger, avenida Francisco Prestes Maia e mais dois lotes na rua Santa Filomena denominando esse quarteirão como vila Bechelli. No mesmo ano, Giuseppe é empossado por indicação do prefeito da época, do Dr. José Fornari, e assume o cargo de subprefeito de Riacho Grande. Uma recepção foi feita no salão ao lado do armazém, tendo comparecido autoridades como a candidata Tereza Delta. Os irmãos ali constroem suas casas e passam a residir com a família. Marino com a família permanecem no Riacho Grande, Giuseppe e seus familiares transferem-se para o Centro de São Bernardo, lugar onde morou com a família até 17 de janeiro de 1992, quando faleceu.

Sobre a *rua Américo Leda*, é o decreto nº 630, de 8 de abril de 1963, que dá nome ao logradouro. Este documento justifica o uso do nome “considerando que foi indicado por um vereador o nome de Américo Leda para denominação de uma das vias públicas do bairro de Rudge Ramos”, “considerando que é dever, cumprido com prazer, do executivo acolher as boas indicações dos nossos vereadores, principalmente quando sua justeza é indiscutível” e “considerando que o homenageado é realmente uma figura tradicional do bairro, sendo mesmo, um de seus fundadores.” Gomes (2005a, p. 243) traz dados importantes:

Américo Leda, descendente de italianos, nasceu em Lençóis Paulista/SP em 21/7/1908, filho de Alexandre Leda e Tercília Romano Leda. Aos 9 anos ficou órfão de pai e mãe, tendo sido criado pelos tios. Eram irmãos de Américo: Luiz, Victorio e Guido Leda.

Américo chegou em SBC no fim da década de 1920, instalando-se no antigo Bairro dos Meninos, atual Rudge Ramos. Residia ao lado da atual Delegacia da Mulher, na av. Dr. Rudge Ramos. Trabalhava como feitor do DER (Depto. de Estradas de Rodagem), atual DNER. Em 1961, mudou-se para a Av. São João Batista, no mesmo bairro.

Em 1933, Américo Leda casou-se com Elisa Zambaldi, filha de Francisco Zambaldi e dessa união nasceram os filhos [...]

Américo Leda faleceu em janeiro de 1964.

A família Daré é homenageada com a *travessa Daré*, denominada pelo decreto nº 561, de 20 de novembro de 1962, que diz “que passa a denominar-se travessa Daré a via pública que começa a rua Rafael Tomé e termina no largo de São João Batista, em Rudge Ramos”.

Sobre a família, diz Gomes (2002, p. 139-140):

Pietro Daré nasceu em 29/06/1864 em Cordignano, província de Treviso, Itália, filho de Giuseppe e Catherina Daré. Casou-se em sua cidade natal com Rosa Rosalen, filha de André Rosalen e Domenia Covre Rosalen, em 16/01/1893. Depois de dois anos, imigraram para o Brasil no navio “Ativité”, desembarcando no porto de Santos em 1

de abril de 1895. O casal instalou-se então na Villa de São Bernardo, no antigo bairro das Colônias, na Linha Galvão Bueno (atual Bairro Battistini). Ali, Pietro residiu por 12 anos, onde está hoje o clube Rosa Mística, exercendo a profissão de carvoeiro. É interessante citar que, na Itália, a família figura com Da Re e, no Brasil, ocorreu a junção dos dois nomes. A fusão resultou em Dare (junto e sem acento), pois em nomes próprios, no idioma italiano, em raros casos possuem acentuação. Atualmente, e apenas no Brasil, é que alguns fogem à regra, assinando Daré ou Darre (com e sem acento)[...]

[...] passaram a residir na atual travessa Daré [...]

Mais tarde, Pietro estabeleceu-se como comerciante, instalando a primeira bomba de gasolina do Bairro dos Meninos. Ao lado da bomba, existia um salão de bailes e jogos de bochas. Pietro gostava de fazer vinhos, queijos e salames. Sua chácara localizava-se no antigo Caminho do Mar (esquina com a Rua Martini, fundos para a Rua do Sacramento). Pietro foi proprietário do primeiro automóvel do bairro, adquirido em 1929.

Pietro Daré faleceu em 1 de dezembro de 1951, e sua esposa, Rosa Rosalem Daré, em 27 de março de 1964.

Além das informações sobre a família, o próprio decreto revela a importância dos Daré, visto que a nomeação se dá “considerando que a família Daré é uma das mais benquistas e que está intimamente ligada ao progresso de Rudge Ramos”, “considerando que a família Daré é um exemplo a ser seguido” e “considerando que deve-se homenagear sempre àquelas famílias que honram este município.”

A esposa de Pietro Daré, Rosa Rosalem Daré, também recebe homenagem através do nome de uma rua do bairro. O decreto nº 3843, de 13 de maio de 1974, dá nome à rua “considerando que Rosa Rosalem Daré, nascida na Itália em 15 de junho de 1871 e falecida nesta cidade em 27 de março de 1964, prestou relevantes serviços ao Município, tendo sido, inclusive, uma das fundadoras do atual bairro de Rudge Ramos, que condignamente espelha o progresso de São Bernardo do Campo” e “considerando que é uma honra para nossa Comuna prestar homenagem àqueles que em vida lhe foram úteis.”

Além da família Daré, há outras que são homenageadas apenas pelo apelido de família, sem referência ao nome exato do doador. É o caso dos Piagentini e dos Gasparini.

Sobre a família Gasparini, os comentários acerca do nome da *vila Gasparini*, em capítulo anterior, já foram suficientes. Quanto à *rua Piagentini*, é muito importante recordar que foi essa família a responsável pela construção da antiga capela em Rudge Ramos, isso em 1891.

É o decreto nº 454, de 15/2/1962, que diz “que fica denominada rua Piagentini a atual rua sem denominação que se inicia na estrada do Mar e termina na estrada do Vergueiro, no bairro de Rudge Ramos.” Este mesmo decreto dá o nome a partir de algumas considerações:

Considerando a importância do manuscrito de autoria dos irmãos Piagentini, encontrado na igreja São João Batista, por ocasião de sua demolição.

Considerando que esse manuscrito será incorporado à história do bairro de Rudge Ramos, como marco de sua fundação.

Considerando o espírito empreendedor da família Piagentini, que teve mérito de construir a primeira casa de tijolos do bairro de Rudge Ramos.

Considerando que os irmãos Piagentini fundaram o citado bairro e, na ocasião deram-lhe o nome de “São João da Bela Vista”, e ali se fixaram com seus familiares, contribuindo decisivamente para a formação daquele núcleo de habitantes.

A *rua Dea Fongaro*, também referente à nome de origem italiana, tem o nome dado pela lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo e que diz “que fica declarada oficial a denominação rua Dea Fongaro, situada no jardim Fada, com início na estrada do Mar e término na rua do Sacramento”. Já a *rua Jair Fongaro* recebe este nome através da lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo e que diz “que fica declarada oficial a denominação rua Jair Fongaro, situada no jardim Fada, com início na estrada do Mar e término na rua Sacramento”. Além dessas duas, há a *rua Hilda*, que apesar de ser um topônimo que apresenta somente o prenome, refere-se a Hilda de Rosa Fongaro, inclusive porque a *rua Hilda* é rua de ligação entre as ruas *Dea Fongaro* e *Jair Fongaro*.

O decreto nº 4855, de 31 de março de 1976, dá nome à *rua Emílio Gianelli*, e o faz “considerando que é uma honra para o Município homenagear personalidade que se notabilizaram em vida por atividades em prol do seu progresso e engrandecimento”.

Quanto à *rua César Pierangeli* e *rua Amadeu Gianoti*, ambos nomes relativos a imigrantes italianos, convém mencionar que juntamente com vários nomes já apresentados, são de famílias antigas do bairro.

Não necessariamente homenagens a moradores do bairro, alguns nomes se reportam a

italianos, às vezes relacionados ao município como um todo. É o caso da *rua Felício Brook*, nome dado pelo decreto nº 4928, de 4 de agosto de 1976, que diz “que passa a denominar-se rua Felício Brook a atual rua ‘Um’ da vila Império. A rua se inicia na rua Carneiro Leão e termina na rua Império”. Esse decreto traz algumas considerações:

Considerando que Felício Brook, nascido em Trieste, Itália, no ano de 1843, emigrou para o Brasil, instalando-se em nossa cidade em 1870, tendo contribuído de forma relevante para o engrandecimento de nossa Terra.

Considerando que, ao Município compete reconhecer publicamente aqueles que em vida contribuíram decisivamente para o seu desenvolvimento.

Considerando que a antiga rua Felício Brook, denominada pelo decreto nº 1315, de 21 de março de 1987, foi extinta em virtude das obras de urbanização e sistema viário da praça Samuel Sabatini.

Com relação ao topônimo *rua Gabriel D’Anunzio*, o homenageado em nada se relaciona com o local. A lei municipal nº 1015, de 28 de dezembro de 1961, que dispõe sobre oficialização de vias públicas no Município de São Bernardo do Campo, diz que “fica declarada oficial a denominação rua Gabriel D’Anunzio, situada na vila Mussolini, com início na estrada do Mar e término na rua Conde Siciliano.” Trata-se do nome aportuguesado de Gabriele D’Annunzio, famoso escritor italiano. Este escritor nasceu na localidade denominada Abruzzo.

Outro imigrante cujo nome está presente em uma rua do bairro é Paulo Di Favari. A atribuição do nome é interessante porque cita um aspecto histórico relevante para a cidade: a fabricação de móveis. O decreto nº 465, de 23 de março de 1962, nomeia a rua

Considerando que o Sr. Paulo Di Favari, recentemente falecido, foi um dos primeiros da indústria movelheira deste Município.

Considerando a decisiva contribuição do saudoso extinto a inúmeras iniciativas, em prol da comunidade sambernardense.

As informações a seguir dão conta da importância do homenageado:

Entre o final do século XIX e o início do século XX muitos cidadãos italianos foram obrigados a imigrar para outros países, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Foi o que aconteceu ao patriarca da família De Favari, que primeiramente foi tentar a vida nos Estados Unidos e Canadá, trabalhando em minas de carvão. Longe da família, que ficara na Itália, após algum tempo retorna ao seu país, e a exemplo de muitos italianos, imigrou para o Brasil com a esposa e os filhos.

Oriundos de Ciano Del Montello, província de Treviso, Itália, o casal de imigrantes Vettore Paolo De Favari (35 anos) e Cândida Gabrielli Martin Bianco De Favari (32 anos) e seus filhos: Antonio (10 anos, Gerardo (9 anos) e Giuseppe (4 anos) chegaram ao Brasil, ao porto de Santos desembarcando do navio Príncipe Umberto, provenientes

do porto de Gênova. Entraram na Hospedaria em São Paulo em 2/12/1911, sendo direcionados em seguida para Campinas, onde iriam trabalhar na fazenda de café do coronel Francisco D'Andrade Coutinho.

No ano seguinte, 1912, vieram para a Vila de São Bernardo, fixando-se na casa da família Pugglia, na linha São Bernardo Novo (rua Tiradentes). Ali nasceu mais uma filha – Angélica De Favari. Retornando a Campinas em 1921, o casal teve seu filho mais novo – Bernardo Di Favari. É importante ressaltar que os irmãos nascidos na Itália e o casal passaram, no Brasil, a assinar De Favari ao invés de Di Favari. Também Gerardo passou a assinar Geraldo.

Em 1922, a família de Vettore, com seu nome já brasileiroado para Paulo De Favari, estabeleceu-se definitivamente na Villa de São Bernardo, na rua Marechal Deodoro, em frente à residência do Sr. Paulo Fanani e de D. Viola Cassettari Farani. Após algum tempo, em 1926, a família mudou-se para a Alameda Glória, onde até hoje residem descendentes da família.

Excelente construtor, Paulo De Favari construiu o prédio da família Lazzuri (rua São Bernardo), a residência de Wallace Simonsen (atual Chácara Silvestre), a casa de Waldomiro “Osvaldo” Pelosini e o atual Instituto Municipal Assistência Saúde do Funcionário – IMASF (na época residência de Augusto Pelosini). É importante mencionar que nessa época, todas as portas possuíam as iniciais AP (Agostinho Pelosini) no rodapé. Construiu também os alicerces da Igreja Matriz atual e do Colégio São José, das Irmãs Pallotinas. Paulo também foi conhecido pela construção de um conhecido prédio na esquina das ruas Rio Branco e Marechal Deodoro, onde atualmente há a Tiara Bolsas, no qual morava o popular Luiz Angeli (Gijão) e de outro prédio também na rua Marechal Deodoro, nº 1220, onde funcionaram a Associação Comercial, a farmácia Drogan e hoje com outros tipos de comércio.

O terreno onde a família morava na Alameda Glória possuía cerca de 3300 metros quadrados e nele havia as casas para os filhos, uma adega, onde se fazia e armazenava o vinho, um forno para fazer pão para toda a família e para todo o mês, um moinho de fubá, um viveiro grande com passarinhos, uma horta onde se plantava um pouco de tudo: árvores frutíferas como laranjeiras, goiabeiras, pessegueiros e cerca de dez castanheiras. Neste terreno criavam-se galinhas, patos, porcos e se fazia linguiça, salame, chouriço, codeguim. Há um fato curioso lembrado por seus descendentes: toda terça-feira de carnaval era dia da família se reunir para fazer “crostoli” e certa vez houve um engano na dosagem dos ingredientes e com isso foram feitos seis cestos enormes desse doce italiano. Era neste quintal que se realizavam as festas de casamentos, noivados, batizados e onde a família se reunia para confraternizações, como Natal, Ano Novo, Páscoa e festas juninas, com direito a fogueira, balões etc. São lembranças que jamais passarão da memória de seus descendentes, já que muitos dos quais ainda vivem na Alameda Glória e outros, em sua maioria em São Bernardo do Campo.

Os filhos de Paulo De Favari, no auge da indústria movelheira de São Bernardo do Campo, montaram em 1947 a Indústria de Móveis Irmãos Di Favari, situada na rua dos Vianas (atual Centro de Referência do Idoso). A sociedade englobava, além dos irmãos De Favari, o cunhado Aberto Luchesi e existiu até 1976, quando os dois galpões da fábrica (que ocupava quase todo o quarteirão) foram alugados a uma indústria de espumas, que pegou fogo pouco tempo depois.

Tendo deixado um excelente legado de honestidade e perseverança, Paulo De Favari faleceu em 6/3/1962 e sua esposa, D. Cândida, em 6/5/1966. (GOMES, 2005a, p. 170-172)

Os móveis são citados como justificativa para nomeação da *rua José Ferrareto*. O decreto nº 2685, de 29 de setembro de 1971, justifica a nomeação

Considerando que o Sr. José Ferrareto, nascido aos 5 dias do mês de maio de 1896, em Pádova, na Itália, veio para o Brasil, com apenas 2 (dois) meses de idade, e residiu em Rudge Ramos, neste município, durante 65 (sessenta e cinco) anos, até sua morte, ocorrida em 23 de abril 1962.

Considerando que durante toda aquela existência procurou com real dedicação, contribuir para o engrandecimento da terra que o adotou, principalmente no setor do comércio movelheiro.

Considerando que é uma honra para o município homenagear aqueles que, em vida, lhe foram úteis.

A *rua Reginatta Ducca* recebe este nome pelo decreto nº 2226, de 7 de abril de 1970.

A homenagem é feita “considerando que a Sra. Reginata Fortunata Ducca, nascida na Itália em 1872, e falecida em 9 de abril de 1958, neste Município, onde viveu grande parte de sua vida, tendo muito trabalhado para o seu desenvolvimento”. Outra coisa importante para que esta rua tenha sido assim nomeada é o fato de que “passa a denominar-se rua Reginata Ducca a atual rua projetada A, aberta em terrenos de propriedade de Jorge Ducca, situada em Rudge Ramos, zona urbana do Distrito da Sede, com início na estrada do Vergueiro e término na rua Ministro Oswaldo Aranha.”

Uma das mais antigas ruas do bairro, a *rua da Represa*, em um momento no passado teve seu nome alterado para *rua Leoni Angeli*. No entanto, logo se percebeu que não seria possível a alteração em virtude da plena aceitação do nome espontâneo do local. O decreto nº 2940, de 11 de maio de 1972, é que tenta a substituição. Por isso, o nome *Leoni Angeli* teve que ser usado em outro local. As informações do decreto para uso do nome são:

Considerando que o Sr. Leone Angeli, nascido em Veneza, Itália, e falecido no dia 11 de fevereiro de 1969, neste Município, onde viveu grande parte de sua vida, muito contribuindo para o seu desenvolvimento.

Considerando que o honrado imigrante foi um dos primeiros moradores de São Bernardo do Campo, dedicando-se com denodo ao progresso de nossa terra.

Considerando que a via conhecida como rua da Represa foi aberta pelo homenageado.

Considerando que é uma honra para o município homenagear aqueles que, em vida, lhe foram úteis.

Outros nomes também importantes para o bairro e que são de origem italiana estão presentes nos topônimos *rua Amadeu Campanharo*, *rua Gustavo Silvio Togneri*, *rua Hamilton Formigioni Rocha*, *rua Ítalo Abraão Salotti Bizela*, *rua João Meneguel*, *rua José Aníbal Colleoni* (que além de imigrante exerceu cargo político como vereador do antigo município de São Bernardo), *rua Nelson Patrizzi*, *rua Marco Antonio Bisognini*, *rua Luiz Tamagnini* (muito atuante no bairro Baeta Neves, em São Bernardo do Campo), *rua Júlia*

Bisognini e rua José Gianotti.

Já sobre a *rua Laurindo Adamo*, a homenagem recai sobre importante figura do bairro de Rudge Ramos, pois de acordo com o anexo único da lei nº 3162, de 14 de setembro de 1988,

O Sr. Laurindo Adamo nasceu em São Bernardo do Campo, em 26 de agosto de 1911 e faleceu em 04 de dezembro de 1976. Era filho de Francisco Adamo e Ângela Augusta Ficcoli Adamo, ambos italianos e agricultores, provenientes da Província de Veneto (Treviso) e aqui chegados em 1888. Foi casado com Theresa Vertematti Adamo.

O Sr. Laurindo contribuiu como agricultor nas décadas de 20 e 30, como desbravador e colonizador do Núcleo Colonial de São Bernardo do Campo, nas terras da Linha Jurubatuba, desapropriadas dos monges em 1876.

Participou ativamente da vida da sociedade italiana de nossa cidade, como sócio fundador da Sociedade Beneficente de São Bernardo, organizada em 21 de outubro de 1938, similar à Società Mutuo Soccorso Italiani Uniti di Sam Bernardo fundada em 19 de julho de 1898. A Sociedade Beneficente de São Bernardo estava constituída pelos descendentes de brasileiros que tinham de se desligar da Società de Mutuo Soccorso Italiani Uniti di Sam Bernardo, em virtude do decreto federal que proibia a participação de brasileiros em sociedades estrangeiras. Vivia-se, então, em pleno Estado Novo, de inspiração Nazi-Facista-Nacionalista. Durante muitos anos essas sociedades mantiveram a união dos imigrantes e de seus descendentes, prestando-lhes assistência social, cultural e médico-beneficente. Em 1943 a Società de Mutuo Soccorso Italiani Uniti di Sam Bernardo foi extinta em virtude do Decreto Lei Federal que proibia definitivamente o funcionamento de sociedades estrangeiras no país, mesmo as de caráter beneficente. Em 1954, uma Assembleia da Sociedade Beneficente de São Bernardo, presidida por Aldino Pinotti, alterou o artigo 1º de seus estatutos passando a denominar-se Associação Ítalo Brasileira de Beneficência em homenagem aos fundadores imigrantes italianos já falecidos e que existe até hoje.

Laurindo Adamo foi sócio fundador, juntamente com mais de duzentos sambernardenses, do Hospital São Bernardo em novembro de 1948. Nessa época São Bernardo não dispunha de nenhum nosocômio. Quem necessitasse de internação hospitalar deveria se dirigir a Santo André ou à Capital, enfrentando os precários meios de transporte de um tempo pré-Via Anchieta. O “São Bernardo” que inicialmente funcionou na antiga residência do Sr. Ítalo Setti, nasceu de um sonho de homens forjados no trabalho e provados nas dificuldades, que doaram à cidade seu primeiro hospital.

Na década de 30, foi fundador da Fábrica de Móveis São Bernardo Ltda. Com o declínio das atividades agrícolas em São Bernardo, os filhos dos imigrantes se constituíam em enorme força de trabalho desempregada. A Fábrica de Móveis São Bernardo Ltda. foi a primeira de uma série que, com suas chaminés e seus apitos, transformou o município de Núcleo Agrícola em Capital Moveleira. Os sócios das cooperativas eram os próprios trabalhadores: marceneiros, coladores, folhadores, maquinistas, etc. Não havia patrão. Todos trabalhavam para o sustento de suas famílias e para o bem comum. Foi fundador também da fábrica de Móveis São Bernardo Ltda., na década de 50, nos mesmos moldes das demais cooperativas moveleiras. Sua família foi formada por homens que dedicaram suas vidas à terra, que os acolheu e em cujo regaço hoje descansam e têm seus nomes ligados às ruas da cidade, como: rua Francisco Adamo (pai) e rua Nicola Adamo (irmão).

Laurindo Adamo foi um sambernardense que acreditou na magia do trabalho. “Labor omnia vincit” foi sempre o seu lema. Soube aliar o ativismo trabalhista a uma profunda fé católica que lhe foi transmitida por seus pais e avós imigrantes e cultivada pelos Sacerdotes Carlistas vindos da Itália a mando do Monsenhor Scalabrini. Se constituiu sempre em filho reverente, irmão prestativo, esposo dedicado e pai exemplar, honrado e dignificando a família, cédula fundamental de qualquer organismo social. Embora de escolaridade primária soube acumular ao longo de sua

existência, inestimável cabedal de sabedoria, que humildemente com todos compartilhava.

A *rua José Mori* recebe este nome pelo decreto nº 4972, de 12 de agosto de 1976,

Considerando que José Mori, nascido a 12 de julho de 1889, na Itália, e falecido a 29 de outubro de 1972, em São Bernardo do Campo, contribuiu de forma incontestada para o engrandecimento de nossa cidade, notadamente por suas atividades no serviço público desta Municipalidade, na execução de tarefas de manutenção de vias públicas.

Outras ilustres famílias homenageadas no bairro com nomes de ruas estão representadas pelas *rua Martini*, nome representativo da família como um todo e *rua José Pessoni*, este já com o conjunto antroponímico formado de prenome e apelido de família.

Tabela 13 – Antropotopônimos de Rudge Ramos – Origem Externa

Topônimo	Localização do logradouro (loteamento)	Decreto / Lei	Data	Criação do loteamento	Nomes Anteriores
Antero da Silva Correia, rua	vila Mussolini	Lei 3488	18/05/1990	1924	rua Particular ou rua Projetada
Aura, rua	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
Auta de Souza, rua	vila Franca			Anterior	
Candido Portinari, rua	parque São Pedro	475	25/04/1962	1952	rua 3
Carmem Rodrigues Dias, rua	vila Afonsina			1966	
Carneiro Leão, rua	Vila Magdalena				
Clovis Joly de Lima, rua	vila Antonieta	1219	20/10/1966	Anterior	Oficialização
D' Artagnan, rua	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	Entre 1930/1950	Oficialização
Fernão de Magalhães, rua	vila Caminho do Mar			1947	
Fernão Dias Paes Leme, rua	parque Santo Antonio	475	25/04/1962	1952	rua F
Francisca Pedroso de Toledo, rua	Vila Mariza			1947	
Francisco Simon Peres, rua	vila Caminho do Mar			1947	
Gheorghe Precupeanu, rua	Parte central do bairro				
Guilherme de Almeida, rua	jardim Orlandina	Decreto 2131	17/11/1969	1964	ruas 4 e 11
João de Barros, rua	vila Afonsina			1966	
João de Campos, rua	vila Afonsina			1966	
Joaquim Osório Duque Estrada, rua	vila Caminho do Mar	Decreto 2904	12/04/1972	1947	rua Dois
Leão XIII, rua	parque Santo Antônio	Lei 605	19/11/1957	1952	rua B
Lídia, rua	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
Maria da Penha, rua	vila Franca	Lei 1015	28/12/1961	Anterior	Oficialização
Maria José, rua	vila Antonieta	Decreto 7741	06/09/1984	Entre 1930/1950	Oficialização
Masa Shiito, rua	vila Tsukamoto				
Mercedes, rua das	vila Caminho do Mar	Lei 1015	28/12/1961	1947	Oficialização
Noel Rosa, rua	vila Normandia	Decreto 4339	25/06/1975	Década de 1960	rua São José
Paulo Cunha, rua	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	rua da Divisa
Paulo Nagima, rua	parque São Pedro			1952	
Pedro Chaves, rua	parque Santo Antônio	Decreto 4955	12/08/1976	1952	rua G
Pio X, rua	Parque Santo Antônio	Lei 635	17/04/1958	1952	via pública C
Pio XII, rua	parque Santo Antônio	Lei 606	19/11/1957	1952	rua A
Raposo Tavares, rua	parque São Pedro	475	25/04/1962	1952	rua 4
Rioji Noda, rua	parque São Pedro	Decreto 3087	02/08/1972	1952	passagem Particular
Saldanha da Gama, travessa	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	travessa A
Takichi Takai, rua	vila Caminho do Mar			1947	
Vasco da Gama, travessa	vila Vivaldi	Lei 607	19/11/1957	1950	travessa B
Vila-Lobos, rua	parque Santo Antônio	Decreto 475	25/04/1962	1952	rua E
Vivaldi, avenida	vila Vivaldi	1219	20/10/1966	1950	rua D, ruas 1 e 15
Winston Churchill, avenida	Diversos locais	Decreto 925	31/03/1965		avenida Atlântica

Tabela 14 – Antropotopônimos de Rudge Ramos – Origem Italiana

Agostinho Cesar Bassoli, rua	vila Dourados	Decreto 517	03/08/1962	1959	rua 2
Alfredo Bechelli, rua	conjunto residencial Antuérpia			1973	
Amadeu Campanharo, rua	vila Santa Filomena	Decreto 639	26/04/1963	1953	rua Projetada
Amadeu Gianotti, rua	conjunto residencial Atlântica			1974	
Américo Leda, rua	vila América	Decreto 630	08/04/1963	1952	rua 3
Ângela Tomé, rua	Parte central do bairro	Lei 1015	28/12/1961		Oficialização
Ângelo Davi Thomé, rua	vila Angelina			1956	
Cesar Piarangeli, rua	vila Franca			Anterior	
Daré, travessa	Centro do bairro	Decreto 561	20/11/1962		via pública
Dea Fongaro, rua	jardim Fada	Lei 1015	28/12/1961	1952	Oficialização
Emilio Gianelli, rua	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua B
Erina Thomé, rua	vila Afonsina			1966	
Felício Brook, rua	vila Império	Decreto 4928	04/08/1976	1951	rua Um
Filomena Bitolo, rua	vila Santa Filomena			1953	
Gabriel D'Anunzio, rua	vila Mussolini	Lei 1015	28/12/1961	1924	Oficialização
Gasparini, rua	vila Gasparini	Lei 1015	28/12/1961	1974	Oficialização
Gustavo Silvio Togneri, rua	vila Caminho do Mar			1947	
Hamilton Formigoni Rocha, rua	parque São Pedro			1952	
Helena Jacquey, rua	vila Helena	Lei 697 e Lei 2572	23/09/1958 e 06/02/1984	1953	Oficialização
Hilda, rua	jardim Fada	Lei 1015	28/12/1961	1952	Oficialização
Ítalo Abraão Salotti Bizela, rua	jardim Orlandina			1964	
Jacquey, rua	vila Helena	Lei 697 e Lei 2572	23/09/1958 e 06/02/1984	1953	Oficialização
Jair Fongaro, rua	jardim Fada	Lei 1015	28/12/1961	1952	Oficialização
João Meneguel, rua	parque São Pedro			1952	
José Anibal Colleoni, rua	jardim Orlandina	Decreto 2053	30/07/1969	1964	rua 14
José Ferrareto, rua	vila Mariza	Decreto 2685	29/09/1971	1947	travessa 21
José Giannotti, rua	vila Uras	Decreto 2128	14/11/1969	1968	rua 2
José Mori, rua	C.R. Iracema	Decreto 4972	12/08/1976	1972	rua C
José Pessoni, rua	vila Afonsina			1966	
Julia Bisognini, rua	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua D
Julio Tomé, rua	vila Angelina	Lei 1015	28/12/1961	1956	Oficialização
Laurindo Adamo, rua	vila Angelina	Lei 3162	14/09/1988	1956	via Sem Nome
Leoni Angeli, rua	conjunto residencial Antuérpia			1973	
Lídia Tomé, rua	vila Angelina	Decreto 1642	05/06/1968	1956	rua Lídia
Luiz Tamagnini, rua	vila Mariza	Decreto 5170	18/10/1976	1947	rua Sem Nome
Marco Ângelo Bisoginini, rua	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua C
Maria Alves Lorenzoni, rua	conjunto residencial Iracema			1972	
Martini, rua	parque São Pedro			1952	
Maurício Jacquey, rua	vila Helena	Lei 697	23/09/1958	1953	Oficialização
Nelson Patrizzi, rua	conjunto residencial Iracema	Decreto 2845	18/01/1972	1972	Lei 5638 trata do prolongamento da rua
Paulo Di Favari, rua	vila Caminho do Mar	Decreto 465	23/03/1962	1947	
Pedro Bitolo, rua	vila Santa Filomena	Decreto 638	26/04/1963	1953	rua Particular
Piagentini, rua	Parte central	Decreto 454	15/02/1962		rua Sem Denominação
Raphael Tomé, rua	Parte central do bairro	Lei 629	31/03/1958		Oficialização
Reginata Ducca, rua	vila Franca	Decreto 2226	07/04/1970	Anterior	rua Projetada A
Rosa Rosalem Daré, rua	vila Gasparini	Decreto 3843	13/05/1974	1974	rua Projetada A, também conhecida como rua A
Valentim Bitolo, rua	vila Gasparini	Lei 1015	28/12/1961	1974	Oficialização

Tabela 15 – Antropotopônimos de Rudge Ramos – Origem Local

Adriano Monteiro da Silva, rua	vila Tsukamoto	Decreto 4267 e 4409	25/04/1975 e 13/08/1975		rua Sem Nome
Alfeu Tavares, rua	vila América	Lei 651	09/05/1958	1952	rua 2
Alzira Camargo, rua	vila Vivaldi	Lei 705	06/11/1958	1950	rua 19
Anchieta, rua	Parte central do bairro	475	25/04/1962		
André Capretz Filho, rua	Parte central do bairro				
Antonio Simões, rua	vila Dourados			1959	
Aurélia Salazar Jorge, rua	conjunto residencial Antuérpia	Decreto 4855	31/05/1976	1973	rua E
Carlos da Silva, rua	vila Afonsina			1966	
Clemente José da Silva, rua	vila Dourados	Decreto 587 e 636	19/12/1962 e 24/04/1963	1959	rua Um e rua Três
Elias Severo dos Anjos, rua	vila Uras	Decreto 2128	14/11/1969	1968	rua 3
Ernesto Augusto Cleto, rua	vila Caminho do Mar			1947	
Eula Herper Bowdem, rua	vila Afonsina	Decreto 1425	30/08/1967	1966	rua Projetada ou rua 2
Ida Leoni Cleto, rua	jardim Orlandina	Decreto 2032	03/07/1969	1964	ruas 1 e 15
Irineu Ferreira da Silva, rua	parque São Pedro	Decreto 877	05/02/1965	1952	rua Alfa
Jerson Barbosa, rua	vila Caminho do Mar	Lei 4469	08/01/1997	1947	rua Sem Nome
Jorge Rosa, rua	vila Vivaldi	Decreto 5205	20/10/1976	1950	rua Sem Nome
José de Oliveira, rua	jardim Orlandina	Decreto 2024	24/06/1969	1964	rua 6
José Erdeg, rua	jardim Orlandina	Decreto 1941	12/03/1969	1964	rua 17
José Farina, rua	vila Dourados	Decreto 563	21/11/1962	1959	rua 3
Lauro Gomes, avenida	Diversos locais	Decreto 11734	16/05/1994		
Manuel Dutra de Moraes, rua	vila Caminho do Mar	Decreto 4750	08/03/1973	1947	rua A
Nicolas Mateo, rua	parque São Pedro	Decreto 5529	04/04/1977	1952	rua A
Roberto Parisi, rua	vila Caminho do Mar	Lei 3319	26/04/1989	1947	rua Sem Nome
Ruy Capretz, rua	vila Uras	Decreto 2128	14/11/1969	1968	rua 1
Silvia Andreoni Traversa, rua	conjunto residencial Iracema	Decreto 3491	30/03/1973	1972	rua B

Gráfico 11 – Percentual de Antropotopônimos – Origem dos Nomes **Gráfico 12** – Quantidade de Antropotopônimos – Origem dos Nomes

6 Considerações Finais

São muito válidos os ensinamentos de Dick (1996, p. 305), ao dizer que “com o progresso, não havia mais como se conservar grandes extensões muitas vezes incultivadas, daí surgindo as ruas e quarteirões residenciais, de área restrita.” Este progresso em Rudge Ramos ocorreu a partir do surgimento oficial do bairro em 1891, mas teve momentos mais agitados perto dos anos de 1950, época em que surgiram muitas vilas, jardins, parques e conjuntos residenciais.

Estas localidades, por terem sido nomeadas no século XX, obedecem a um padrão de nomeação. No caso das vilas, jardins, parques e conjuntos residenciais, conforme observado na tabela 8, há uma grande quantidade de nomes referentes a homenagens. Alguns destes, inclusive, referindo-se diretamente a personalidades históricas do bairro, que nele residiram e que por ele sempre trabalharam.

Esta relação estabelecida entre os aspectos culturais da região, devido à presença de muitos nomes locais na nomeação das vilas, jardins, parques e conjuntos residenciais, e a motivação toponímica está muito presente no bairro de Rudge Ramos. Essa presença não ocorre somente com relação aos nomes acima mencionados. Se a consideração recai sobre os nomes das praças e largos, a percepção é a mesma, conforme tabela 10.

Os nomes de ruas, travessas e avenidas relevam, até pela quantidade maior, aspectos mais visíveis desta grande presença de nomes de NAC, principalmente classificados como antropotopônimos. Estes, em se tratando dos nomes de ruas, travessas e avenidas, mostram três vertentes: nomes desvinculados do local, nomes locais e nomes locais de origem italiana.

Sobre os nomes desvinculados do local, isso não é de se estranhar porque a toponímia em sua perspectiva urbana usou, usa e sempre os usará, em maior ou menor quantidade, dependendo, às vezes, do modismo. Já os nomes locais, um traço importante é que muitas

vezes estes revelam aspectos históricos interessantes para a história local, os quais são mostrados a partir da análise toponímica. Em determinados momentos, os nomes são de figuras muito conhecidas, como Lauro Gomes e Dr. Rudge Ramos. No entanto, em alguns momentos, os personagens são mais simples, como no caso da *rua Antônio Simões*.

Com relação aos topônimos de origem italiana presentes na localidade, a maior quantidade está nos nomes das ruas, avenidas e travessas, embora seja perceptível a existência destes com relação aos nomes de praças, bem como de vilas, jardins, parques e conjuntos residenciais. A análise destes nomes possibilita ao toponimista, através da análise da nomeação, da motivação às vezes revelada pelo nomeador, recontar partes da história do bairro, ou até mesmo contar trechos muitas vezes obscuros.

As tabelas com os dados dos topônimos presentes no bairro de Rudge Ramos mostram uma predominância de nomes de NAC. No entanto, há nomes de NF e alguns deles estão na *vila Vivaldi*.

Estes, contudo, são nomes totalmente desvinculados do ambiente motivador, o que confirma a hipótese de translação toponímica aventada. Este uso comprova o que é comum na toponímia, o ato de nomear um local com elementos de uma mesma carga semântica, seguindo um modismo. São as “influências da moda”, ditas por Albert Dauzat e confirmadas por Dick (1990, p. 291), as quais podem ser aplicadas aos topônimos urbanos, que são confirmadas na *vila Vivaldi*, com o uso de nomes indígenas. Além disso, as influências da moda formam núcleos toponímicos e estes estão em diversas partes do bairro, como nas vilas *Mariza* e *Tsukamoto*, bem como no *parque Santo Antônio* e na *vila Mussolini*, esta última por influência italiana nítida nos antigos moradores locais.

Outro ponto importante com relação aos topônimos presentes no bairro de Rudge Ramos é a confirmação de que os loteamentos foram importantes para o desenvolvimento da região, principalmente com a chegada dos imigrantes, pois grandes porções de terra foram

paulatinamente vendidas até a formação das atuais vilas. Um exemplo disso é a *vila Camargo*, localizada em parte do bairro entre a antiga *estrada do Vergueiro* e o *ribeirão dos Meninos*, em trecho que inclusive não estava de posse dos Monges Beneditinos, e que por isso ficou nas mãos de família tradicional brasileira. A família Camargo vendeu os terrenos, loteando-os e os nomes da família ficaram em topônimos do local.

Na parte central do bairro, grandes propriedades formaram vilas, como o caso da *vila Helena*, loteamento que ocupa local que já pertenceu aos irmãos Piagentini e que, depois de comprada nos anos 1920 e usada por Maurício Jacquey, se transformou em loteamento no qual nomes da família Jacquey aparecem. Esta propriedade dos Jacquey antes fora de Eliseu Bertholdo. Outras homenagens dessa natureza ocorrem no bairro, demonstrando com isso a importância dessas chácaras para a formação dos topônimos hoje presentes no núcleo urbano.

O núcleo urbano formado apresenta uma característica interessante acerca dos TGs que aparecem nos loteamentos. De acordo com informações da Prefeitura de São Bernardo do Campo, há na estrutura viária da cidade poucas travessas e apenas 2 largos. A partir disso, percebe-se uma realidade relacionada à forma de nomear os loteamentos da região, pois há um largo no *corpus* e várias travessas.

Sobre os topônimos referentes aos cursos d'água, a preferência por topônimos de NAC presente no bairro de Rudge Ramos já não aparece mais. Os cursos d'água preservam mais os nomes antigos e, em muitos momentos, o estudo desses topônimos nesta pesquisa confirmou a hipótese de outro momento de nomeação. Esta, ocorrida antes da imigração, preserva muitos nomes espontâneos, vinculados ou não com o ambiente motivador.

É o caso de alguns litotopônimos, que de acordo com Dick (1992, p. 126), estes, “através do exame de sua localização geográfica”, mostram “um vínculo seja a causas naturais ou a motivos históricos”. Isso de fato ocorre em São Bernardo do Campo, mas não no bairro de Rudge Ramos.

Esse traço ambiental está no topônimo *Passareúva*, por exemplo, pois conforme Teodoro Sampaio, os nomes de plantas e árvores individualizam um rio e, como isso é muito comum no Brasil, não poderia deixar de ocorrer em São Bernardo do Campo.

Existe uma relação do local com o nome dos rios, às vezes cor, presença ou ausência de animais, plantas (DICK, 1992, p. 237) e isso certamente ocorre em São Bernardo do Campo.

A análise dos topônimos mostra um pouco da realidade toponímica local. As nomeações dos AFs trazem os dois modelos: o descritivo em *Pedra Branca* e o associativo em *Capivari*.

Com relação aos principais caminhos, estes estão também mais relacionados a um momento anterior ao da imigração e podem ser considerados como motivados espontaneamente.

Um exame dos mapas mais antigos mostra que alguns nomes estão realmente colocados na localidade há bastante tempo. A *Planta do Núcleo Colonial de São Caetano – 1877* traz o registro de dois nomes importantes: *rio dos Meninos* e *estrada do Mar*, este último como sinônimo de *caminho do Mar*.

A *Planta Geral da Cidade de São Paulo* apresenta um registro importante da *estrada do Vergueiro*. Com relação ao *Mappa das Estradas de Rodagem do Município de São Paulo*, as informações são variadas. Há registros de nomes como *estrada do Vergueiro* e *estrada para Santos*. Além desses, conta com o registro de um nome que originou dois topônimos estudados: *Pedreira do Taboão*. Como a ligação desta com São Bernardo se dava pela *estrada da Barra Funda* ou *estrada do Taboão* o nome *taboão* se estendeu até a avenida e o córrego, ambos topônimos da região estudada.

Este mapa ainda apresenta cartografada a *árvore das lágrimas* que deu origem ao nome da *estrada das Lágrimas*.

A antiguidade do nome *rio das Pedras* é comprovada através da *Reconstituição da planta da Fazenda dos Jesuítas*. Outro mapa mostra registro dos nomes *meninos*, *rio das Pedras* e *Curral Grande*.

Independentemente da natureza do topônimo, é importante frisar que os fatores extralinguísticos estão presentes. Além dos aspectos físicos e geográficos, presentes nos nomes dos rios comentados, existem os aspectos sociais, muito usados na nomeação.

Há várias possibilidades de estudos a partir de nomes de lugares. Esta pesquisa logrou, embora não exaustivamente, efetuar uma busca da origem e significação dos nomes de lugares e suas transformações linguísticas, bem como fazer uma distribuição quantitativa e qualitativa dos topônimos em uma determinada área.

Nem sempre foi possível observar o real motivo, intenção do denominador. Em alguns momentos, a distância temporal ou a ausência de registros por parte do denominador fez que com a motivação extralinguística não pudesse ser verificada. A falta de certeza da motivação do denominador pode levar a suposições, as quais quase sempre geram dúvidas.

Tabela 16 – Quadro-Resumo dos Topônimos – Lista Geral

Ficha	Topônimo	Tipo	Etimologia	Classificação (Taxionomia)
1r	12 de Outubro, rua	H	Port.	Historiotopônimo
2r	13 de Maio, rua	H	Port.	Historiotopônimo
3r	21 de Abril, rua	H	Port.	Historiotopônimo
4r	24 de Maio, rua	H	Port.	Historiotopônimo
5r	25 de Janeiro, rua	H	Port.	Historiotopônimo
6r	25 de Março, rua	H	Port.	Historiotopônimo
7r	27 de Abril, rua	H	Port.	Historiotopônimo
8r	3 de Dezembro, rua	H	Port.	Historiotopônimo
9r	Abolição, rua da	H	Port.	Historiotopônimo
10r	Adriano Monteiro da Silva, rua	H	Port.	Antropotopônimo
11r	Afonsina, rua	H	Port.	Historiotopônimo
1v	Afonsina, vila	H	Port.	Historiotopônimo
12r	Agostinho Cesar Bassoli, rua	H	Port.	Antropotopônimo
1c	Água Mineral, córrego da	F	Port.	Hidrotopônimo
13r	Aguapés, rua	H	Tupi	Fitotopônimo
14r	Alfeu Tavares, rua	H	Port.	Antropotopônimo
15r	Alfredo Bechelli, rua	H	Port.	Antropotopônimo
16r	Almirante Barroso, rua	H	Port.	Axiotopônimo
2c	Alvarengas, ribeirão dos	F	Port.	Antropotopônimo
17r	Alzira Camargo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
18r	Amadeu Campanharo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
19r	Amadeu Gianotti, rua	H	Port.	Antropotopônimo
20r	Amapá, rua	H	Tupi	Corotopônimo
2v	América, vila	H	Port.	Corotopônimo
21r	Américo Leda, rua	H	Port.	Antropotopônimo
22r	Anchieta, rua	H	Port.	Antropotopônimo
27	Anchieta, via	H	Port.	Antropotopônimo
23r	André Capretz Filho, rua	H	Port.	Antropotopônimo
24r	Ângela Tomé, rua	H	Port.	Antropotopônimo
3v	Angelina, vila	H	Port.	Antropotopônimo
25r	Ângelo Davi Thomé, rua	H	Port.	Antropotopônimo
3c	Antas, ribeirão das	F	Port.	Zootopônimo
26r	Antero da Silva Correia, rua	H	Port.	Antropotopônimo
4v	Antonieta, vila	H	Port.	Antropotopônimo
01p	Antonio Fernandes de Souza, praça	H	Port.	Antropotopônimo
02p	Antonio Morales, praça	H	Port.	Antropotopônimo
27r	Antonio Simões, rua	H	Port.	Antropotopônimo
5v	Antuérpia, conjunto residencial	H	Port.	Corotopônimo
28r	Antuérpia, rua	H	Port.	Corotopônimo
29r	Arapuá, travessa	H	Tupi	Litotopônimo
30r	Assahi, rua	H	Port.	Corotopônimo
6v	Atlântica, conjunto residencial	H	Port.	Corotopônimo
31r	Aura, rua	H	Port.	Antropotopônimo
32r	Aurélia Salazar Jorge, rua	H	Port.	Antropotopônimo
33r	Auta de Souza, rua	H	Port.	Antropotopônimo
34r	Beta, rua	H	Port.	Historiotopônimo
4c	Bichos, ribeirão dos	F	Port.	Zootopônimo
5c	Billings, represa	F	Port.	Antropotopônimo
35r	Bispo Cesar Dacorso Filho, avenida	H	Port.	Axiotopônimo
36r	Brasil, rua	H	Port.	Corotopônimo
37r	Brasília, rua	H	Port.	Corotopônimo
03p	Bruxelas, praça	H	Port.	Corotopônimo
44r	Cabreuva, rua	H	Tupi	Fitotopônimo

38r	Cachoeira, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
39r	Cacique Tibiriçá, rua	H	Port.	Axiotopônimo
6c	Cágado, ribeirão	F	Port.	Zootopônimo
7v	Camargo, vila	H	Port.	Antropotopônimo
59	Caminho do Mar, avenida	H	Port.	Hodotopônimo
8v	Caminho do Mar, vila	H	Port.	Hodotopônimo
40r	Candido Portinari, rua	H	Port.	Antropotopônimo
7c	Canhema, córrego	F	Tupi	Hidrotopônimo
04p	Capela, largo da	H	Port.	Hierotopônimo
8c	Capivari, rio	F	Tupi	Hidrotopônimo
9c	Capuava, córrego	F	Tupi	Fitotopônimo
41r	Carlos da Silva, rua	H	Port.	Antropotopônimo
42r	Carmem Rodrigues Dias, rua	H	Port.	Antropotopônimo
43r	Carneiro Leão, rua	H	Port.	Antropotopônimo
45r	Caxambu, rua	H	Afr.	Ergotopônimo
46r	Cesar Piarangeli, rua	H	Port.	Antropotopônimo
10c	Chrysler, córrego da	F	Port.	Sociotopônimo
47r	Clemente José da Silva, rua	H	Port.	Antropotopônimo
48r	Clovis Joly de Lima, rua	H	Port.	Antropotopônimo
49r	Comendador Pinotti Gamba, rua	H	Port.	Axiotopônimo
50r	Comendador Rodolfo Crespi, rua	H	Port.	Axiotopônimo
51r	Conde Siciliano, rua	H	Port.	Axiotopônimo
52r	Congonhas, rua	H	Tupi	Fitotopônimo
53r	Cotia, travessa	H	Tupi	Zootopônimo
11c	Couros, ribeirão dos	F	Port.	Zootopônimo
05p	Crescencio Capassi, praça	H	Port.	Antropotopônimo
12c	Cubatão de Cima, rio	F	Port./Afr.	Geomorfotopônimo
13c	Curral Grande, córrego	F	Port.	Ergotopônimo
14c	Curucutu, rio	F	Tupi	Zootopônimo
54r	D'Artagnan, rua	H	Port.	Antropotopônimo
55r	Daré, travessa	H	Port.	Antropotopônimo
56r	Dea Fongaro, rua	H	Port.	Antropotopônimo
15c	Divisa, córrego da	F	Port.	Cardinotopônimo
06p	Dona Nenê, praça	H	Port.	Axiotopônimo
57r	Dourados, rua	H	Port.	Cromotopônimo
9v	Dourados, vila	H	Port.	Cromotopônimo
59r	Doutor Carlos de Campos, avenida	H	Port.	Axiotopônimo
60r	Doutor Fausto Ribeiro de Carvalho, rua	H	Port.	Axiotopônimo
61r	Doutor Gabriel Nicolau, rua	H	Port.	Axiotopônimo
62r	Doutor Rudge Ramos, avenida	H	Port.	Axiotopônimo
58r	Doutor Rudge Ramos, rua	H	Port.	Axiotopônimo
63r	Doutor Washington Luiz, avenida	H	Port.	Axiotopônimo
64r	Duque D' Abruzzo, rua	H	Port.	Axiotopônimo
65r	Duque D' Aosta, rua	H	Port.	Axiotopônimo
66r	Elias Severo dos Anjos, rua	H	Port.	Antropotopônimo
67r	Emilio Gianelli, rua	H	Port.	Antropotopônimo
68r	Engenheiro Isac Garcez, rua	H	Port.	Axiotopônimo
69r	Engenheiro Luís La Scala Junior, rua	H	Port.	Axiotopônimo
70r	Erina Thomé, rua	H	Port.	Antropotopônimo
71r	Ernesto Augusto Cleto, rua	H	Port.	Antropotopônimo
72r	Eula Herper Bowdem, rua	H	Port.	Antropotopônimo
10v	Fada, jardim	H	Port.	Mitotopônimo
16c	Feital, córrego	F	Port.	Fitotopônimo
73r	Felício Brook, rua	H	Port.	Antropotopônimo
74r	Fernão de Magalhães, rua	H	Port.	Antropotopônimo
75r	Fernão Dias Paes Leme, rua	H	Port.	Antropotopônimo
76r	Filomena Bitolo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
17c	Florianópolis, córrego	F	Port.	Antropotopônimo

77r	Formosa, rua	H	Port.	Animotopônimo
11v	Franca, vila	H	Port.	Corotopônimo
78r	Francisca Pedroso de Toledo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
79r	Francisco Simon Peres, rua	H	Port.	Antropotopônimo
80r	Gabriel D'Anunzio, rua	H	Port.	Antropotopônimo
81r	Gama, rua	H	Port.	Historiotopônimo
82r	Gasparini, rua	H	Port.	Antropotopônimo
12v	Gasparini, vila	H	Port.	Antropotopônimo
83r	General Craveiro Lopes, rua	H	Port.	Axiotopônimo
84r	Gheorghe Precupeanu, rua	H	Port.	Antropotopônimo
07p	Giovanni Batista Rubin, praça	H	Port.	Antropotopônimo
18c	Grande, rio	F	Port.	Dimensiotopônimo
19c	Grota Funda, rio	F	Port.	Geomorfotopônimo
85r	Guanabara, rua	H	Tupi	Geomorfotopônimo
86r	Guilherme de Almeida, rua	H	Port.	Antropotopônimo
87r	Gustavo Silvio Togneri, rua	H	Port.	Antropotopônimo
88r	Hamilton Formigoni Rocha, rua	H	Port.	Antropotopônimo
89r	Harmonia, rua	H	Port.	Animotopônimo
90r	Helena Jacquey, rua	H	Port.	Antropotopônimo
13v	Helena, vila	H	Port.	Antropotopônimo
91r	Higienópolis, rua	H	Port.	Animotopônimo
92r	Hilda, rua	H	Port.	Antropotopônimo
93r	Ida Leoni Cleto, rua	H	Port.	Antropotopônimo
94r	Iguape, rua	H	Tupi	Geomorfotopônimo
95r	Império, rua	H	Port.	Historiotopônimo
14v	Império, vila	H	Port.	Historiotopônimo
96r	Indaiatuba, rua	H	Tupi	Fitotopônimo
08p	Indu Rovai, praça	H	Port.	Antropotopônimo
97r	Ipiranga, rua	H	Tupi	Hidrotopônimo
15v	Iracema, conjunto residencial	H	Tupi	Fitotopônimo
98r	Irineu Ferreira da Silva, rua	H	Port.	Antropotopônimo
99r	Itaguassu, rua	H	Tupi	Litotopônimo
100r	Itaim, rua	H	Tupi	Litotopônimo
09p	Itália, praça	H	Port.	Corotopônimo
101r	Ítalo Abraão Salotti Bizela, rua	H	Port.	Antropotopônimo
10r	Itápolis, rua	H	Tupi/Port.	Litotopônimo
103r	Itatiaia, rua	H	Tupi	Geomorfotopônimo
104r	Itauna, rua	H	Tupi	Litotopônimo
106r	Jacquey, rua	H	Port.	Antropotopônimo
10p	Jaime Bitolo, praça	H	Port.	Antropotopônimo
105r	Jair Fongaro, rua	H	Port.	Antropotopônimo
20c	Jardim Silvina, córrego do	F	Port.	Corotopônimo
16v	Jaú, vila	H	Tupi	Zootopônimo
107r	Jerson Barbosa, rua	H	Port.	Antropotopônimo
108r	João de Barros, rua	H	Port.	Antropotopônimo
109r	João de Campos, rua	H	Port.	Antropotopônimo
110r	João Meneguel, rua	H	Port.	Antropotopônimo
11p	João Thesotto, praça	H	Port.	Antropotopônimo
111r	Joaquim Osório Duque Estrada, rua	H	Port.	Antropotopônimo
112r	Jorge Rosa, rua	H	Port.	Antropotopônimo
113r	José Anibal Colleoni, rua	H	Port.	Antropotopônimo
114r	José de Oliveira, rua	H	Port.	Antropotopônimo
115r	José Erdeg, rua	H	Port.	Antropotopônimo
116r	José Farina, rua	H	Port.	Antropotopônimo
117r	José Ferrareto, rua	H	Port.	Antropotopônimo
118r	José Giannotti, rua	H	Port.	Antropotopônimo
119r	José Mori, rua	H	Port.	Antropotopônimo
120r	José Pessoni, rua	H	Port.	Antropotopônimo

12p	José Xavier Mol, praça	H	Port.	Antropotopônimo
121r	Julia Bisognini, rua	H	Port.	Antropotopônimo
17v	Julio Thomé, vila	H	Port.	Antropotopônimo
122r	Julio Tomé, rua	H	Port.	Antropotopônimo
123r	Juquiá, rua	H	Tupi	Ergotopônimo
21c	Jurubatuba, córrego	F	Tupi	Fitotopônimo
179	Lágrimas, estrada das	H	Port.	Animotopônimo
124r	Laurindo Adamo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
125r	Lauro Gomes, avenida	H	Port.	Antropotopônimo
22c	Lavras, córrego das	F	Port.	Sociotopônimo
126r	Leão XIII, rua	H	Port.	Antropotopônimo
127r	Leoni Angeli, rua	H	Port.	Antropotopônimo
128r	Lídia Tomé, rua	H	Port.	Antropotopônimo
129r	Lídia, rua	H	Port.	Antropotopônimo
23c	Lima, córrego dos	F	Port.	Antropotopônimo
24c	Linha Camargo, córrego da	F	Port.	Historiotopônimo
13p	Londres, praça	H	Port.	Corotopônimo
130r	Londrina, rua	H	Port.	Corotopônimo
131r	Luiz Tamagnini, rua	H	Port.	Antropotopônimo
132r	Madeira, rua	H	Port.	Fitotopônimo
18v	Magdalena, vila	H	Port.	Antropotopônimo
133r	Manuel Dutra de Moraes, rua	H	Port.	Antropotopônimo
134r	Marabá, rua	H	Tupi	Etnotopônimo
135r	Marco Ângelo Bisoginini, rua	H	Port.	Antropotopônimo
25c	Marcolino, Rio	F	Port.	Antropotopônimo
136r	Marechal Badoglio, rua	H	Port.	Axiotopônimo
137r	Marginal, rua	H	Port.	Cardinotopônimo
138r	Maria Alves Lorenzoni, rua	H	Port.	Antropotopônimo
139r	Maria da Penha, rua	H	Port.	Antropotopônimo
140r	Maria José, rua	H	Port.	Antropotopônimo
19v	Mariza, vila	H	Port.	Antropotopônimo
141r	Martini, rua	H	Port.	Antropotopônimo
142r	Masa Shiito, rua	H	Port.	Antropotopônimo
143r	Maurício Jacquey, rua	H	Port.	Antropotopônimo
20v	Meninos, jardim dos	H	Port.	Historiotopônimo
21v	Meninos, parque dos	H	Port.	Historiotopônimo
14p	Meninos, praça dos	H	Port.	Historiotopônimo
26c	Meninos, ribeirão dos	F	Port.	Historiotopônimo
144r	Meninos, rua dos	H	Port.	Historiotopônimo
145r	Mercedes, rua das	H	Port.	Antropotopônimo
146r	Metropolitano, anel viário ou Lion's, avenida	H	Port.	Historiotopônimo
147r	Ministro Osvaldo Aranha, avenida	H	Port.	Axiotopônimo
22v	Mussolini, vila	H	Port.	Antropotopônimo
148r	Nelson Patrizzi, rua	H	Port.	Antropotopônimo
149r	Nicolas Mateo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
15p	Nilo Gomes de Lima, praça	H	Port.	Antropotopônimo
150r	Noel Rosa, rua	H	Port.	Antropotopônimo
16p	Norberto Nicoletti Junior, praça	H	Port.	Antropotopônimo
23v	Normandia, vila	H	Port.	Corotopônimo
17p	Olímpio Félix da Silva, praça	H	Port.	Antropotopônimo
24v	Orlandina, jardim	H	Port.	Antropotopônimo
27c	Ourives, córrego	F	Port.	Sociotopônimo
151r	Ouro Fino, rua	H	Port.	Litotopônimo
152r	Palmares, rua dos	H	Port.	Historiotopônimo
28c	Palmeiras, córrego	F	Port.	Fitotopônimo
153r	Paraguai, rua	H	Tupi	Zootopônimo
154r	Paraibuna, travessa	H	Tupi	Hidrotopônimo
155r	Paranapanema, rua	H	Tupi	Hidrotopônimo

156r	Paris, rua	H	Port.	Corotopônimo
29c	Passareúva, ribeirão	F	Tupi	Fitotopônimo
157r	Paulo Cunha, rua	H	Port.	Antropotopônimo
158r	Paulo Di Favari, rua	H	Port.	Antropotopônimo
159r	Paulo Nagima, rua	H	Port.	Antropotopônimo
30c	Pedra Branca, rio	F	Port.	Litotopônimo
31c	Pedras, rio das	F	Port.	Litotopônimo
160r	Pedro Bitolo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
161r	Pedro Chaves, rua	H	Port.	Antropotopônimo
18p	Pedro Martinelli, praça	H	Port.	Antropotopônimo
32c	Pedroso, córrego	F	Port.	Antropotopônimo
33c	Pequeno, rio	F	Port.	Dimensiotopônimo
34c	Perequê, rio	F	Tupi	Hidrotopônimo
162r	Piagentini, rua	H	Port.	Antropotopônimo
35c	Pilões, rio	F	Port.	Ergotopônimo
36c	Pindorama, córrego	F	Tupi	Fitotopônimo
37c	Pinheirinho, córrego	F	Port.	Fitotopônimo
163r	Pio X, rua	H	Port.	Antropotopônimo
164r	Pio XII, rua	H	Port.	Antropotopônimo
165r	Piracicaba, rua	H	Tupi	Geomorfotopônimo
166r	Pirapitingui, rua	H	Tupi	Zootopônimo
167r	Planalto, rua	H	Port.	Geomorfotopônimo
19p	Portugal, praça	H	Port.	Corotopônimo
168r	Presidente Arthur Bernardes, avenida	H	Port.	Axiotopônimo
169r	Quatá, travessa	H	Tupi	Zootopônimo
170r	Quatorze de Julho, rua	H	Port.	Historiotopônimo
171r	Quinze de Setembro, rua	H	Port.	Historiotopônimo
172r	Raphael Tomé, rua	H	Port.	Antropotopônimo
173r	Raposo Tavares, rua	H	Port.	Antropotopônimo
174r	Reginata Ducca, rua	H	Port.	Antropotopônimo
175r	Rei Vitório Emanuel, rua	H	Port.	Axiotopônimo
176r	Represa, rua da	H	Port.	Hidrotopônimo
20p	República, praça	H	Port.	Historiotopônimo
177r	Ribeira, rua	H	Port.	Geomorfotopônimo
178r	Ribeirão Bonito, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
179r	Rinópolis, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
180r	Rio Feio, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
38c	Rio Grande, reservatório do	F	Port.	Hidrotopônimo
181r	Rio Negro, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
39c	Rio Pequeno, reservatório do	F	Port.	Hidrotopônimo
182r	Rio Preto, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
183r	Rio Verde, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
184r	Rio, rua	H	Port.	Hidrotopônimo
185r	Rioji Noda, rua	H	Port.	Antropotopônimo
186r	Roberto Parisi, rua	H	Port.	Antropotopônimo
187r	Rosa Rosalem Daré, rua	H	Port.	Antropotopônimo
277	Rudge Ramos, bairro	H	Port.	Antropotopônimo
188r	Ruy Capretz, rua	H	Port.	Antropotopônimo
279	Sacramento, rua do	H	Port.	Hierotopônimo
189r	Saldanha da Gama, travessa	H	Port.	Antropotopônimo
190r	San Martin, rua	H	Port.	Hagiotopônimo
25v	Santa Filomena, vila	H	Port.	Hagiotopônimo
191r	Santa Madalena, rua	H	Port.	Hagiotopônimo
40c	Santa Terezinha, córrego	F	Port.	Hagiotopônimo
26v	Santo Antonio, parque	H	Port.	Hagiotopônimo
192r	Santo Inácio, rua	H	Port.	Hagiotopônimo
287	São Bernardo do Campo, município	H	Port.	Hagiotopônimo
193r	São Francisco, rua	H	Port.	Hagiotopônimo

194r	São João Batista, avenida	H	Port.	Hagiotopônimo
21p	São João Batista, praça	H	Port.	Hagiotopônimo
195r	São Lourenço, rua	H	Port.	Hagiotopônimo
27v	São Pedro, parque	H	Port.	Hagiotopônimo
196r	São Silvestre, rua	H	Port.	Hagiotopônimo
197r	São Simão, rua	H	Port.	Hagiotopônimo
198r	Sapucai, rua	H	Tupi	Fitotopônimo
41c	Saracantan, córrego	F	Tupi	Sem Classificação
199r	Senador Cesar Vergueiro, rua	H	Port.	Axiotopônimo
298	Senador Vergueiro, avenida	H	Port.	Axiotopônimo
42c	Serraria, córrego da	F	Port.	Sociotopônimo
20r0	Sete de Setembro, rua	H	Port.	Historiotopônimo
201r	Silvia Andreoni Traversa, rua	H	Port.	Antropotopônimo
202r	Taboão, avenida do	H	Port.	Fitotopônimo
43c	Taboão, Ribeirão	F	Port.	Fitotopônimo
44c	Taioca, Córrego	F	Tupi	Fitotopônimo
203r	Takichi Takai, rua	H	Port.	Antropotopônimo
204r	Tamanduateí, rua	H	Tupi	Zootopônimo
205r	Tibiriçá, rua	H	Tupi	Litotopônimo
206r	Tietê, rua	H	Tupi	Hidrotopônimo
207r	Transmissão, rua da	H	Port.	Ergotopônimo
208r	Tremembé, rua	H	Tupi	Etnotopônimo
209r	Três Mosqueteiros, rua	H	Port.	Numerotopônimo
28v	Tsukamoto, vila	H	Port.	Antropotopônimo
210r	Uberaba, rua	H	Tupi	Hidrotopônimo
211r	Ume, rua	H	Port.	Fitotopônimo
29v	Uras, vila	H	Tupi	Antropotopônimo
212r	Uruguai, rua	H	Tupi	Hidrotopônimo
213r	Urupês, travessa	H	Tupi	Ergotopônimo
214r	Valentim Bitolo, rua	H	Port.	Antropotopônimo
215r	Vasco da Gama, travessa	H	Port.	Antropotopônimo
216r	Viela	H	Port.	Hodotopônimo
217r	Vila-Lobos, rua	H	Port.	Antropotopônimo
218r	Vitória Régia, rua	H	Port.	Fitotopônimo
219r	Vivaldi, avenida	H	Port.	Antropotopônimo
30v	Vivaldi, vila	H	Port.	Antropotopônimo
220r	Votorantim, rua	H	Tupi	Geomorfotopônimo
22p	Waldemar Fontes, praça	H	Port.	Antropotopônimo
221r	Winston Churchill, avenida	H	Port.	Antropotopônimo

Gráfico 13 – Percentual de Topônimos por Taxionomia – Lista Geral

Gráfico 14 – Quantidade de Topônimos por Taxionomia – Lista Geral

Gráfico 15 – Percentual de Topônimos por Natureza da Taxionomia – Lista Geral

Gráfico 16 – Quantidade de Topônimos por Natureza da Taxionomia – Lista Geral

REFERÊNCIAS

100 ANOS DA FUNDAÇÃO DA VILA SÃO JOÃO DA BELA VISTA, ATUAL CENTRO URBANO DE RUDGE RAMOS: Edição histórica sobre o 1º centenário – Especial: As primeiras famílias daquela época. São Bernardo do Campo/SP. Prefeitura de São Bernardo do Campo. 1991.

I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO GRANDE ABC. Anais do I Congresso de História da Região do Grande ABC. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, Museu de Santo André, 1990.

ALVES DA SILVA, Edevaldo (org.) **História da Imigração no Brasil – As Famílias.** São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1978.

ANGELERI, Paolo. “Imigração Italiana no Brasil”. In: **História da Imigração no Brasil – As Famílias.** São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1978.

BARBOSA, Maria Aparecida. **Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Identidade Científica, Objeto, Métodos, Campos de Atuação.** In: II Simpósio Latino-Americano de Terminologia. I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica. Anais. Brasília, CNPq. União Latina, 1990.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso Básico de Terminologia.** São Paulo: EDUSP, 2004 (Acadêmica; 54)

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia Brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARDOSO, Fernando Henrique; LIMA, Jorge da Cunha; COSTA, Tito. “No Meio do Caminho... São Bernardo”. In **Álbum Memória de São Bernardo.** Prefeitura de São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. 1981.

Congrés Internacional de Topinímia I Onomástica Catalanes (València, 18-21 d’abril de 2001). Universitat de València: Denes Editorial, 2002.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

_____. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. Toponímia Brasília (cidades e vilas paulistanas). São Paulo, 1952.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “A língua de São Paulo”, in **Revista Usp** número 63 – setembro, outubro e novembro de 2004 (p. 37-63)

_____. “A Parassinonímia nas Práticas Onomásticas”. In. **Cadernos do CNLF** (Círculo Nacional de Lingüística e Filologia). Série IV, n. 10. Rio de Janeiro: 2001. p.30-40

_____. **A Projeção Léxico-Cultural na Onomástica**. Revista Instituto Estudos Brasileiros. São Paulo. 1996. p. 161-172.

_____. “Aspectos Etnolinguísticos da Toponímia Carioca e Paulistana: Contrastes e Confrontos”. In **Cadernos do CNLF** (Círculo Nacional de Lingüística e Filologia). Rio de Janeiro: 2000. p.54-69

_____. **Motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990

_____. “Names as Ideological Markers. A Case Study: the Project ATESP” (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo - Toponymic Atlas of São Paulo State). In. **Acta Semiotica et lingvistica**; v. 9. São Paulo: Plêiade, 2003. p. 139-156

_____. “O Sistema Onomástico: Bases Lexicais e Terminológicas, Produção e Frequência”. In. **As ciências do léxico**. Campo Grande: 1998. p.77-89

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH, 1992.

_____. “Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II”. In: **Revista Trama**, Volume 3, Número 5, 1º semestre de 2007, p. 141-155.

_____. “Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso. O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo”. In: **Investigações, Linguística e Teoria Literária**, 9, p. 119-148.

_____. **A Dinâmica dos Nomes da Cidade de São Paulo 1554-1897.** São Paulo: ANNABLUME, 1996.

_____. “Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)”. In: SEABRA, M. C. C. de (org.) **O léxico em estudo.** Belo horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

_____. **Atlas Toponímico do Brasil: Interpretação dos Eixos Municipais e a Taxionomia Toponímica.** (no prelo)

_____. **Etnia e Etnicidade. Um outro modo de nomear. Projeto ATESP/ATB.** (no prelo)

DRUMOND, Carlos. **Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira.** São Paulo: USP (IEB), 1965.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa.** 2.ed. rev. e aum. 32ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

GAIARSA, Octaviano A. **A Cidade que Dormiu Três Séculos** (Santo André da Borda do Campo, seus primórdios e sua evolução histórica: 1553-1960). Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André, 1968.

_____. **Santo André: ontem, hoje, amanhã.** Santo André, SP: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

GEOUVRIER, Emile; PEYTARD, Jean. **Linguística e Ensino do Português.** São Paulo: Almedina, 1974.

GOMES, Fabio S. **Origem das Famílias de São Bernardo do Campo: Famílias Tradicionais e Ilustres. Volume 1.** São Paulo: Edicon, 2002.

_____. **Origem das Famílias de São Bernardo do Campo: Famílias Tradicionais e Ilustres. Volume 2.** São Paulo: Edicon, 2005a.

_____. **Origem das Famílias de São Bernardo do Campo: Famílias Tradicionais e Ilustres. Volume 3.** São Paulo: Edicon, 2005b.

GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**; elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889). Os Primeiros Contactos do Imigrante com o Brasil**. São Paulo: Institutos de Estudos Brasileiros (IEB) – USP, 1972.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 11. ed. Campinas/SP: Papirus, 2008.

LEMO BARBOSA, Pe. A. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. 3. ed. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1967.

LONGO, Fernando (org.). **São Bernardo do Campo – Terra de Oportunidades**. São Bernardo do Campo.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. (Reconquista do Brasil, v. 20).

MARTINS, Antonio Egydio. **São Paulo Antigo: 1554-1910**. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (Coleção São Paulo; 4).

MARTINS, José de Souza. A Ferrovia e a Modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido. In: **Revista USP**. São Paulo: USP, n. 63, setembro/outubro/novembro 2004. pp. 6-15.

_____. **São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História [Ensaio Histórico]**. São Caetano do Sul, SP: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1957.

_____. **Subúrbio: Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul, SP: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 3. Ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1981.

MÉDICI, Ademir. **Migração e Urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul, SP: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1993.

_____. **Os 100 anos da Savóia Ítalo-Brasileira [1900-2000]: a história da Sociedade Cultural Ítalo-Brasileira de Santo André**. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, 2002.

_____. **São Bernardo: seus bairros, sua gente**. 2. ed. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1984. (Cadernos Históricos; 1).

Memória Urbana: A Grande São Paulo até 1940. Volume 1. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

Memória Urbana: A Grande São Paulo até 1940. Volume 2. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

Memória Urbana: A Grande São Paulo até 1940. Volume 3. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

MENDONÇA, Antonio P. **Um Século de uma Bela Aventura**. Jornal da Tarde, Caderno 1, página 2, 26/04/08.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico**. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

PEREIRA, João Baptista Borges. Italianos no protestantismo brasileiro: a face esquecida pela história da imigração. In: **Revista USP**. São Paulo: USP, n. 63, setembro/outubro/novembro 2004. pp. 86-93.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS ECONÔMICAS. DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS. SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E BANCO DE DADOS. **Compêndio Estatístico**. São Bernardo do Campo, 2008.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS ECONÔMICAS. DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS. SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E BANCO DE DADOS. **Sumário de Dados**. São Bernardo do Campo, 2009.

RAMOS, Adriana Martins Carvalho; Souza, Mônica de. **Cotidiano e História em São Caetano do Sul**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul, SP: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992. (São Caetano do Sul. Série Histórica; 4)

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. 5^a.ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1987.

_____. **São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos**. Reunião de Estudos Históricos inéditos em livro, publicados pelo autor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Seleção e Coordenação de Hildon Rocha). 2^a ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. (Dimensões do Brasil, 11)

SANTOS, Wanderley dos. **Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1550-1892**. São Bernardo do Campo: SECE, 1992.

SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência: ensaios**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. (Filologia e Linguística; v. 1)

STANGORLINI, Mario. **As Colônias do Bairro Assunção**. 2.ed. São Paulo. s/d.

SYLOS, Honório de. **São Paulo e seus caminhos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

TAUNAY, Afonso de Escragnolle. **João Ramalho e Santo André da Borda do Campo**. 2^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

_____. **São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana**; coordenação de Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo; 3).

ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 4^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

Mapa 8 – Bairro de Rudge Ramos

Mapa 9 – Carta São Paulo do IBGE (1:50.000) MI 2793-2

Mapa 10 – Carta São Paulo do IBGE (1:50.000) MI 2793-4

Mapa 11 – Planta Geral da Cidade de São Paulo (1:20.000)

Mapa 12 – Mappa das Estradas de Rodagem do Município de São Paulo (1:50.000)

Mapa 13 – Planta do Núcleo Colonial de São Caetano – 1877

Mapa 14 – Carta Geral do Estado de São Paulo (1:2.000.000)

7 Anexos

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1	Imagem Aérea do Bairro de Rudge Ramos	258
Anexo 2	Foto Aérea do Bairro de Rudge Ramos	258
Anexo 3	Mapa de Rudge Ramos em 1956, conforme o professor José Gonçalves Salvador	259
Anexo 4	Trecho da Estrada do Vergueiro	260
Anexo 5	Estrada do Vergueiro	260
Anexo 6	Tabela de Taxionomias Toponímicas	261
Anexo 7	Imagem de São Bernardo	264
Anexo 8	Foto da Chácara Silvestre	265
Anexo 9	Foto do Paineiro da Fonte da Água Mineral	266
Anexo 10	Foto do Rio das Pedras	267
Anexo 11	Ficha Lexicográfico-Toponímica – Cursos D’Água	268
Anexo 12	Ficha Lexicográfico-Toponímica – Praças e Largos	269
Anexo 13	Ficha Lexicográfico-Toponímica – Ruas, Travessas e Avenidas	270
Anexo 14	Ficha Lexicográfico-Toponímica – Vilas	271
Anexo 15	Imagens da Capela de São João Batista	272
Anexo 16	Documentos deixados no interior da Capela em 1891	274
Anexo 17	Irmãos Piagentini	275
Anexo 18	Imagens do antigo bairro dos Meninos	276
Anexo 19	Mapa de 1906, com registro do nome “Meninos”, “rio das Pedras” e “Curral Grande”	277
Anexo 20	Mapa com o registro do “rio das Pedras”, já em 1743	277
Anexo 21	Imagem da Antiga Capela e dos Projetos para a Atual Igreja	278
Anexo 22	O Bairro em Outros Tempos	279
Anexo 23	O Antigo Bairro dos Meninos	280
Anexo 24	Velho Caminho do Mar e Via Anchieta	281
Anexo 25	Vista do Bairro de 1977	282
Anexo 26	Procissão de Carroceiros	282
Anexo 27	Foto das Margens da Via Anchieta	283
Anexo 28	Antiga Fazenda de Nicolau de Campos Vergueiro	283

Anexo 1 – Imagem Aérea do Bairro de Rudge Ramos

Novo ângulo do bairro Rudge Ramos em 1968, com três potências industriais mantidas: Mercedes-Benz, Martini e Termomecânica

Anexo 2 – Foto Aérea do Bairro de Rudge Ramos

Vista aérea do bairro Rudge Ramos, em São Bernardo, em 1968: o crescimento vertical viria nas décadas seguintes, em direção ao atual 2009...

Anexo 3 – Mapa de Rudge Ramos em 1956, conforme o professor José Gonçalves Salvador.

Anexo 4 - Trecho da Estrada do Vergueiro

1895. A mais antiga fotografia conhecida da rua Marechal Deodoro, trecho da Estrada do Vergueiro cortando a sede da Freguesia de São Bernardo, hoje centro de São Bernardo do Campo.

(reproduzida do álbum **São Paulo**, de Gustavo Koenigswald)

Anexo 5 – Estrada do Vergueiro

1957. Estrada do Vergueiro, no trecho próximo à sede da Fazenda dos Beneditinos em São Bernardo, que ficava à direita, onde está hoje a Villares, junto ao ribeirão dos Meninos. Mais à frente, à esquerda, ficava o célebre Tanque das Mulatas.

(Original de Newton Ataliba Madsen Barbosa – Acervo do Serviço de Documentação da História Local)

Anexo 6 – Tabela de Taxionomias Toponímicas

Taxionomia	Explicação da taxionomia	Exemplos	Natureza
Astrotopônimos	Topônimos relativos aos corpos celestes em geral.	Estrela (AH BA); rio da Estrela (ES); Saturno (AH ES).	Física
Cardinotopônimos	Topônimos relativos às posições geográficas em geral.	praia do Leste (PR); serra do Norte (MT); Entre-Rios (AH AM); ribeirão do Norte (MG); lagoa do Sul (SC).	Física
Cromotopônimos	Topônimos relativos à escala cromática.	rio Branco (AM); rio Negro (AM); rio Pardo (SP); serra Azul (SP)	Física
Dimensiotopônimos	Topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade.	ilha Comprida (AM); serra Curta (BA); Larga (AH GO); riacho Grosso (CE); morro Alto (GO); córrego Fundo (MT); igarapé Profundo (RO).	Física
Fitotopônimos	Topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes, além de formações não espontâneas individuais e em conjunto.	arroio Pinheiro (RS); Pinheiral (AH RJ); morro da Mata (MT); Caatinga (AH BA); serra da Caatinga (RN); ribeirão Café (ES); Cafezal (AH PA);	Física
Geomorfotopônimos	Topônimos relativos às formas topográficas: elevações (<i>montanha; monte; morro; colina; coxilha</i>) e depressões do terreno (<i>vale; baixada</i>) e às formações litorâneas (<i>costa; cabo; angra; ilha; porto</i>).	Montanhas (AH RN); Monte Alto (AH SP); Morro Azul (AH RS); Colinas (AH GO); Coxilha (AH RS); Vale Fundo (AH MG); Baixadão (AH MT); Costa Rica (AH MT); Cabo Frio (AH RJ); Angra dos Reis (AH RJ); Ilhabela (AH SP); Porto Velho (AH RO).	Física
Hidrotopônimos	Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral (água, rio, córrego, ribeirão, braço, foz).	serra das Águas (GO); Água Boa (AH MG); Riozinho (AH PI); Rio Preto (AH SP); Córrego Novo (AH MG); Ribeirão Preto (AH SP); Braço do Norte (AH BA); Foz do Riozinho (AH AM).	Física
Litotopônimos	Topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos (<i>barro; barreiro; tijuco; ouro</i>), conjunto da mesma espécie, ou de espécies diferentes.	lagoa do Barro (BA); córrego do Barreiro (AM); Tijuco Preto (AH SP); arroio do Ouro (RS); córrego Tijucal (SP); Minas Gerais (AH MG); Cristália (AH MG); Pedreiras (AH MG).	Física
Meteorotopônimos	Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos (vento, neve, chuva, trovão)	serra do Vento (PB); Ventania (AH SP); Botucatu (AH SP); riacho das Neves (BA); cachoeira da Chuva (RO); cachoeira do Chuvisco (MT); Chuva (AH MG); Trovão (AH AM); cachoeira Trovoada (PA).	Física
Morfotopônimos	Topônimos que refletem o sentido de forma geométrica.	Curva Grande (AH AM); ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA); Triângulo (AH MT).	Física
Zootopônimos	Topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (<i>boi</i>) e não domésticos (<i>onça</i>) e da mesma espécie em grupos (<i>boiada</i>).	rio do Boi (MG); lagoa da Onça (RJ); ribeirão da Boiada (SP); Vacaria (AH RS);	Física

Taxionomia	Explicação da taxionomia	Exemplos	Natureza
Animotopônimos ou Nootopônimos	Topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física (vitória, triunfo, saudade, belo, feio).	Tapiratiba (AH SP). Vitória (AH CE); Triunfo (AH AC); cachoeira da Saudade (MT); Belo Campo (AH BA); rio Feio (SP).	Antropo-Cultural
Antropotopônimos	Topônimos relativos aos nomes próprios individuais (prenome, hipocorístico, prenome+alculha, apelidos de família, prenome+apelido de família).	Abel (AH MG); igarapé Benedito (MT); Fátima (AH MT); Bentinho (AH MG); ilha Chiquita (MT); igarapé Nico (AC); Fernão Velho (AH AL); igarapé do Joaquim Preto (PA); ribeirão Jorge Pequeno (MG); serra da Maria Magra (MG); Pedro Ligeiro (AH GO); Abreu (AH RS); arroio Barbosa (RS); Silva (AH PA) rio Tavares (SP); Antonio Amaral (AH MG); Francisco Dantas (AH RN); rio Manuel Alves (GO)	Antropo-Cultural
Axiotopônimos	Topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.	Presidente Prudente (AH SP); Doutor Pedrinho (AH SC); Duque de Caxias (AH RJ).	Antropo-Cultural
Corotopônimos	Topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Brasil (AH AM) Europa (AH AC); Amazonas (AH BA); Uruguai (AH MG).	Antropo-Cultural
Cronotopônimos	Topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos <u>novo/nova</u> , <u>velho/velha</u> .	Velha Boipeba (AH BA); rio Novo Mundo (GO); Nova Viçosa (AH BA); Velha Emas (AH SP); Nova Emas (AH SP).	Antropo-Cultural
Ecotopônimos	Topônimos relativos às habitações de um modo geral.	Casa da Telha (AH BA); Ocaçu (AH SP); Sobrado (AH BA).	Antropo-Cultural
Ergotopônimos	Topônimos relativos aos elementos da cultura material (flecha, jangada, relógio).	córrego da Flecha (MT); Jangada (AH MT); Relógio (AH PR);	Antropo-Cultural
Etnotopônimos	Topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas).	Guarani (AH PE); ilha do Francês (RJ); rio Xavante (MT); Chavantes (AH SP); arroio Árabe (RS)	Antropo-Cultural
Dirrematopônimos	Topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos.	Há Mais Tempo (AH MA); Valha-me Deus (AH MA); igarapé Vai Quem Quer (AM); Deus me Livre (AH BA).	Antropo-Cultural
Hierotopônimos	Topônimos relativos aos <u>nomes sagrados</u> de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana etc. às efemérides religiosas, às associações religiosas, aos locais de culto (igreja, capela).	Cristo Rei (AH PR); rio Jesus (GO); Iago Alá (AM); Nossa Senhora da Glória (AH AM); Natividade (AH GO); Natal (AH AC); Cruz de Malta (AH SC); serra da Igreja (PR); Capela (AH AL); Capelazinha (AH MG);	Antropo-Cultural
Hagiotopônimos	Topônimos reativos aos santos e santas do hagiologio romano.	São Paulo (AH SP); Santa Tereza (AH GO); Santana da Boa Vista (AH RS).	Antropo-Cultural
Mitotopônimos	Topônimos relativos às entidades mitológicas (saci, curupira, jurupari, anhangá).	ribeirão do Saci (ES); Iago Curupira (AM); Jurupari (AH AM); Anhangá (AH BA).	Antropo-Cultural
Historiotopônimos	Topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.	Independência (AH AC); rio 7 de Setembro (MT); Inconfidência (AH RJ); Inconfidentes (AH MG); rua Vinte e Um de Abril (SP).	Antropo-Cultural

Taxionomia	Explicação da taxionomia	Exemplos	Natureza
Hodotopônimos (ou Odotopônimos)	Topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.	Estradas (AH AM); Avenida (AH BA); córrego do Atalho (GO); Travessa (AH BA); Rua de Palha (AH BA); Ladeira (AH MA);	Antropo-Cultural
Numerotopônimos	Topônimos relativos aos adjetivos numerais.	Duas Barras (AH BA); Duas Pontes (AH RO); Três Coroas (AH RS);	Antropo-Cultural
Poliotopônimos	Topônimos constituídos pelos vocábulos <u>vila</u> , <u>aldeia</u> , <u>cidade</u> , <u>povoação</u> , <u>arraial</u> .	rio da Cidade (RJ); serra da Aldeia (PB); Arraial (AH BA); Vila dos Anjos (AH MG); Povoação (AH PI); Tabapuã (AH SP).	Antropo-Cultural
Sociotopônimos	Topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, páteo, praça).	serra do Sapateiro (SP); Pescador (AH MG); serra dos Tropeiros (MG); córrego Engenho Novo (MG); Oficina (AH MG); Pracinha (AH SP).	Antropo-Cultural
Somatopônimos	Topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal.	Cotovel (AH MG); Pé de Boi (AH SE); Pé de Galinha (AH BA); rio da Mão Esquerda (AL); lagoa da Mão Quebrada (PI); igarapé do Dedo (RR); córrego do Dedo Cortado (GO); Dedo Grosso (AH SC).	Antropo-Cultural

Anexo 7 – Imagem de São Bernardo

Imagem de São Bernardo. Esculpida pelo frei Agostinho de Piedade, no século XVII, foi instalada na fazenda dos monges beneditinos entre 1717 e 1719. Permaneceu em São Bernardo até 1940. Encontra-se, atualmente, no Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

Anexo 8 – Foto da Chácara Silvestre

Foto: Wilson Y. Sato, 18/8/2008.

Histórico:

Trechos de antiga propriedade rural adquirida por Arthur Rudge Ramos no início do século XX e que posteriormente tornou-se moradia de seu genro, o ex-prefeito Lauro Gomes.

Em virtude das ações e da importância de Lauro Gomes no cenário político local e regional, a área ganhou visibilidade como local privilegiado de encontros, festas, reuniões políticas etc., tanto que ficou conhecida como “Chácara Lauro Gomes”.

Após a morte de Lauro Gomes, em 1964, foi adquirida pela Willys Overland do Brasil para suas instalações industriais, sendo atualmente de propriedade da Ford Motor Company do Brasil.

Apesar de não conter nenhuma construção do seu período de auge, a área foi tombada pelo Compahc-SBC em 19/10/2005 em razão de sua importância histórica, ambiental e paisagística, como remanescente da antiga função de subúrbio rural que São Bernardo do Campo desempenhou no passado.

Anexo 9 – Foto do Painel da Fonte da Água Mineral

Foto: Marcos S. Tatiyama, 18/6/2009.

Histórico:

Padrão azulejado de valor artístico e histórico remanescente da época da construção das instalações da Água Mineral São Bernardo.

A antiga Água Mineral São Bernardo foi ponto de encontro e lazer da população da cidade e região, tornando-se, desde a década de 1940 do século XX, uma das mais conhecidas bicas da cidade.

O tombamento envolve o painel e um terreno medindo aproximadamente 60m².

Anexo 10 – Foto do Rio das Pedras

Anexo 11 – Ficha Lexicográfico-Toponímica – Cursos D'Água

Ficha Lexicográfico-Toponímica					19c	
Pesquisador: Virgílio Antiqueira Orientadora: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick						
Localização:	São Paulo – município de São Bernardo do Campo (Sub-Região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo)					
Topônimo:	rio Grota Funda	T.G.:	rio	T.E.:	Grota Funda	
A.G./A.H.:	rio	Tipo:	Físico			
Taxionomia:	Geomorfotopônimo					
Etimologia:	Grota: Do it. <i>gròtta</i> . (CUNHA, A.G., p. 397) Funda: feminino de <i>fundo</i> . Fundo: Do lat. <i>fundus</i> . (CUNHA, A.G., p. 371)					
Origem Linguística:	Língua Portuguesa					
Entrada Lexical:	Grota: ‘abertura produzida pela enchente na ribanceira’ ‘vale profundo’ (CUNHA, A.G., p. 397) Funda: feminino de <i>fundo</i> . Fundo: ‘profundo’ ‘a parte mais interior de um objeto, cavidade, etc’ ‘âmago’ ‘capital, lastro’ (CUNHA, A.G., p. 371)					
Definição Toponímica do TG:	Curso de água natural, maior do que um ribeirão e que deságua em outro rio, no mar ou num lago.					
Estrutura Morfológica:	Termo Composto: substantivo + adjetivo					
Histórico:						
Informações Enciclopédicas:						
Criação do Loteamento:		Localização do AH:				
Contexto:						
Fonte:	<i>Para verificação da etimologia:</i> CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa . 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007. <i>Para construção da definição toponímica do termo genérico:</i> CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa . 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007. HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa ; elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário Cartográfico . 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.					
Revisora:	Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick					
Data da Coleta:	2008					

Anexo 12 – Ficha Lexicográfico-Toponímica – Praças e Largos

Ficha Lexicográfico-Toponímica					17p	
Pesquisador: Virgílio Antikeira						
Orientadora: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick						
Localização:	São Paulo – município de São Bernardo do Campo (Sub-Região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo)					
Topônimo:	praça Olímpio Félix da Silva	T.G.:	praça	T.E.:	Olímpio Félix da Silva	
A.G./A.H.:	praça	Tipo:		Humano		
Taxionomia:	Antropotopônimo					
Etimologia:	<p>Olímpio: OLÍMPIO, -A, lat. Olympius, do gr. O'lympos: “o céu”; “celestial”. Também “tudo esplendente”. É nome de um monte entre a Tessália e a Macedônia. (MANSUR GUÉRIOS, R.F., p. 190)</p> <p>Félix: FÉLIX, f. erudita port. do lat. Felix: “feliz”. Forma popular, arcaica: Fiiz. (MANSUR GUÉRIOS, R.F., p. 119)</p> <p>De: <i>prep.</i> Do lat. <i>de</i>. (CUNHA, A.G. p. 240)</p> <p>A: <i>art. pron. f.</i> Do lat. <i>Illa</i>, através da var. arc. <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase (CUNHA, A.G. p.2)</p> <p>Silva: SILVA, sobr. port. top. Lat. silva: “selva, floresta” e n. de várias plantas. (MANSUR GUÉRIOS, R.F., p. 226)</p>					
Origem Linguística:	Língua Portuguesa					
Entrada Lexical:	<p>Olímpio: Antropônimo (prenome)</p> <p>Félix: Antropônimo (sobrenome)</p> <p>Da = contração da preposição <i>de</i> com o artigo definido feminino <i>a</i>.</p> <p>Silva: Antropônimo (apelido de família)</p>					
Definição Toponímica do TG:	Área urbana arborizada ou ajardinada, para descanso e lazer, podendo a ela convergir várias ruas ou por ela passar uma ou mais ruas.					
Estrutura Morfológica:	Termo Composto: substantivo (antropônimo = prenome) + substantivo (antropônimo = sobrenome) + preposição + artigo definido feminino singular substantivo (antropônimo = apelido de família)					
Histórico:	O Decreto nº 6161, de 18 de abril de 1979, diz que passa a denominar-se praça Olímpio Félix da Silva a área de espaço livre do loteamento de propriedade do Banco A. E. Carvalho S/A, localizada entre os lotes 2 e 21 da quadra B da referida propriedade, as ruas Congonhas e São Simão e linha de transmissão da Light.”					
Informações Enciclopédicas:	<p>Dizeres do Decreto:</p> <p>“Considerando que Olímpio Félix da Silva, nascido a 6 de fevereiro de 1906, em São Joaquim da Serra Negra – MG, e falecido em 7 de junho de 1978, nesta cidade, muito colaborou para o desenvolvimento de São Bernardo do Campo.”</p> <p>“Considerando que Olímpio Félix da Silva, como um dos primeiros moradores de vila Vivaldi, sempre se empenho em campanhas de benemerência em prol da comunidade que integra.”</p> <p>“Considerando que Olímpio Félix da Silva foi grande incentivador da Sociedade Amigos Esportiva Vila Vivaldi, sendo membro ativo de seu Conselho Deliberativo.”</p>					
Criação do Loteamento:	1949 (vila Camargo)	Localização do AH:		Rudge Ramos		
Contexto:						
Fonte:	<p>Para verificação da etimologia:</p> <p>CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.</p> <p>MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes. 3. Ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1981.</p> <p>Para construção da definição toponímica do termo genérico:</p> <p>CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.</p> <p>HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa; elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário Cartográfico. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.</p>					
Revisora:	Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick					
Data da Coleta:	2008					

Anexo 13 – Ficha Lexicográfico-Toponímica – Ruas, Travessas e Avenidas

Ficha Lexicográfico-Toponímica					Pesquisador: Virgílio Antiqueira		71r	
Orientadora: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick								
Localização:	São Paulo – município de São Bernardo do Campo (Sub-Região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo)							
Topônimo:	rua Ernesto Augusto Cleto	T.G.:	rua	T.E.:	Ernesto Augusto Cleto			
A.G./A.H.:	rua	Tipo:			Humano			
Taxionomia:	Antropotopônimo							
Etimologia:	Ernesto: ERNESTO, al. Ernst , aaa. Ernust: “lutador (resoluto, decidido)” (MASUR GUÉRIOS, R.F., p. 112) Augusto: AUGUSTO, -A, lat. medieval Augustus: “o maior, o máximo do (império)” Derivado de augustus: “consagrado, sagrado, santo, sublime, venerado.” (MANSUR GUÉRIOS, R.F., p. 65) Cleto: CLETO, abrv. de Anacleto ou gr. Kletós: “bem-vindo, desejado, eleito” (MANSUR GUÉRIOS, R.F., p. 93)							
Origem Linguística:	Língua Portuguesa							
Entrada Lexical:	Ernesto: antropônimo (prenome) Augusto: antropônimo (sobrenome) Cleto: antropônimo (apelido de família)							
Definição Toponímica do TG:	Via pública para a circulação urbana, geralmente menor que uma avenida, geralmente ladeada de casas, prédios, muros ou jardins.							
Estrutura Morfológica:	Termo Composto: substantivo (antropônimo = prenome) + substantivo (antropônimo = sobrenome) + substantivo (antropônimo = apelido de família)							
Histórico:								
Informações Enciclopédicas:	Foi vereador e vice-prefeito de São Bernardo do Campo. Como vereador, ele exerceu a Presidência da Câmara entre os anos de 1955 e 1956. Foi em 1956 que ele foi eleito vice-prefeito de Aldino Pinotti. Em 1964, Ernesto voltou ao poder legislativo e lá ficou até seu falecimento, em 8 de dezembro de 1968.							
Criação do Loteamento:	1947 (vila Caminho do Mar)	Localização do AH:			Rudge Ramos			
Contexto:								
Fonte:	<i>Para construção da definição toponímica do termo genérico:</i> CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa . 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007. HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa ; elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário Cartográfico . 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.							
Revisora:	Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick							
Data da Coleta:	2008							

Anexo 14 – Ficha Lexicográfico-Toponímica – Vilas

Ficha Lexicográfico-Toponímica					Pesquisador: Virgílio Antiqueira		01v
Orientadora: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick							
Localização:	São Paulo – município de São Bernardo do Campo (Sub-Região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo)						
Topônimo:	vila Afonsina	T.G.:	vila	T.E.:	Afonsina		
A.G./A.H.:	vila	Tipo:		Humano			
Taxionomia:	Historiotopônimo						
Etimologia:	Afonsina: Feminino do adjetivo <i>afonsino</i> . (Afonso+ino) (HOUAISS, p. 63)						
Origem Linguística:	Língua Portuguesa						
Entrada Lexical:	Afonsino: <i>Adj.</i> 1 relativo a indivíduo de nome Afonso; afonsinho 2 HIST relativo a alguns reis com este nom, da primeira dinastia de Portugal, e a seus reinados; alfonsino. (HOUAISS, p. 63)						
Definição Toponímica do TG:	Uma das subdivisões do bairro, composta geralmente por um conjunto de casas agrupadas, com características próximas umas das outras.						
Estrutura Morfológica:	Termo Simples: adjetivo						
Histórico:							
Informações Enciclopédicas:							
Criação do Loteamento:	1966	Localização do AH:			Rudge Ramos		
Contexto:							
Fonte:	<p>Para verificação da etimologia: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa; elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.</p> <p>Para construção da definição toponímica do termo genérico: CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.</p> <p>HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa; elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário Cartográfico. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.</p>						
Revisora:	Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick						
Data da Coleta:	2008						

Anexo 15 – Imagens da Capela de São João Batista

Capela

Capela em 1927

Capela em 1957

Capela em 1957

Pintura de Geraldo Martins Serasá, de 1968

Anexo 16 – Documentos deixados no interior da Capela em 1891

1891
 Fratelli Piagentini
 Fondatori del Nome e della
 Chiesa de S. João Italiani
 Sigh di Piamano e Cristoforo
 Paulini nati a Chiozza
 del comune di Castiglione
 Garfagnana Provincia
 Massa Carara
 e nomi Donato Romualdo
 e Felice Pregate per loro

Ordine Diplomatico dei Fratelli
 Piagentini Donato nato il 1803
 Romualdo nato il 1803 Felice nato
 il 1804 Italiani nati a Chiozza
 Sigh di Piamano e Cristoforo Paulini
 del comune di Castiglione
 Garfagnana Provincia di Massa
 che per Dono Pi Di a
 mandato dell'Impero fondare
 questo Nome a Piamano
 Villa de S. João La Bella
 Vista 1891 Piagentini Donato
 e Fratelli pregate per loro

Anexo 17 – Irmãos Piagentini

Adelfo Piagentini

Romualdo Piagentini

Tommaso Piagentini

Anexo 18 – Imagens do antigo bairro dos Meninos

Residência da família Thomé

Primeira padaria (rua da represa com avenida Dr. Rudge Ramos)

Levantamento do Mastro da Festa Junina de 1929

Anexo 19 – Mapa de 1906, com registro do nome “Meninos”, “rio das Pedras” e “Curral Grande”

Anexo 20 – Mapa com o registro do “rio das Pedras”, já em 1743.

Anexo 21 – Imagem da Antiga Capela e dos Projetos para a Igreja Atual

A antiga capelinha e o projeto da nova igreja

Anexo 22 – O Bairro em Outros Tempos

Anexo 23 – O Antigo Bairro dos Meninos

O velho Bairro dos Meninos

Anexo 24 – Velho Caminho do Mar e Via Anchieta

Velho Caminho do Mar: ontem e hoje

Anexo 25 – Vista do Bairro de 1977

Anexo 26 – Procissão de Carroceiros

Duas procissões dos carroceiros: em 1975 e em 1980

Anexo 27 – Foto das Margens da Via Anchieta

Antigas áreas de São Bernardo, mais tarde ocupadas por indústrias às margens da Via Anchieta

Anexo 28 – Antiga Fazenda de Nicolau de Campos Vergueiro

Fazenda Ibicaba de Nicolau de Campos Vergueiro — Desde 1840 esta fazenda, pioneira, recebeu imigrantes, constituindo-se em modelo de um amplo sistema espalhado por diversos pontos da província, o de colonos de parceria.